

Cenário

#05



CET Centro de Excelência
em Turismo



UnB

Revista associada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo
Centro de Excelência em Turismo – Universidade de Brasília

Revista CENÁRIO

Associada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Brasília
www.unb.br

É permitida a reprodução dos artigos desde que se mencione a fonte.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: Ivan Camargo

Centro de Excelência em Turismo

Diretor: Neio Campos

Programa de Pós-Graduação

Coordenadora: Marutschka Martini Moesch

REVISTA CENÁRIO

Editor Responsável: Everaldo Batista da Costa

Assessoria: Denise Bacellar

Administração do site: Denise Bacellar e Marcelo Barbosa

Projeto gráfico, capa e diagramação: Wagner Soares

Periodicidade: semestral

Divulgação eletrônica

Endereço para correspondência do CET/UnB

Campus Universitário Darcy Ribeiro - Gleba A, Bloco E - Av. L3 Norte, Asa Norte - Brasília-DF, CEP: 70.904-970

Telefones:

55(61) 3107 6000, 3107 6001, 3107 6002

Fax: 3107-5972

Cenário – Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília,

v. 3, n. 5 (2015). – Brasília

Semestral

1. Turismo. Universidade de Brasília. Centro de Excelência em Turismo.

COMITÊ CIENTÍFICO DA REVISTA

Prof. Dra. Ada de Freitas Maneti Denker, Universidade Anhembi Morumbi, Brasil
Prof. Dra. Alissandra Nazareth de Carvalho, Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Brasil
Prof. Dr. Anderson Pereira Portuguese, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
Prof. Dr. André de Almeida Cunha, Universidade de Brasília, Brasil
Prof. Dra. Antonia Marisa Canton, Universidade de São Paulo, USP, Brasil
Prof. Dr. Antonio Carlos Sarti, Universidade de São Paulo - USP, Brasil
Prof. Dra. Bernadete Caprioglio Castro, Universidade Estadual Paulista, UNESP
Prof. Dr. Carles Carreras, Universitat de Barcelona, Espanha
Prof. Dra. Donária Coelho Duarte, Universidade de Brasília, Brasil
Prof. Dr. Eduardo Abdo Yázig, Universidade de São Paulo, Brasil
Prof. Dr. Eduardo Romero de Oliveira, Universidade Estadual Paulista, Brasil
Prof. Dra. Eloísa Pereira Barroso, Universidade de Brasília, Brasil
Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa, Universidade de Brasília. Departamento de Geografia. Centro de Excelência em Turismo, Brasil
Prof. Dr. Gilson Zehetmeyer Borda, Universidade de Brasília e Centro de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), Brasil
Prof. Dr. Harold Goodwin, Manchester Metropolitan University, Reino Unido
Prof. Dra. Helena Araújo Costa, Universidade de Brasília, Brasil
Prof. Dra. Iara Lúcia Gomes Brasileiro, Universidade de Brasília, Brasil
Prof. Dr. Júlio César Suzuki, Universidade de São Paulo, Brasil
Prof. Dra. Karina e Silva Dias, Universidade de Brasília, Brasil
Prof. Dr. Leandro Beneditini Brusadin, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil
Prof. Dr. Luiz Carlos Spiller Pena, Universidade de Brasília, Brasil
Prof. Dra. Maria do Carmo Pires, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil
Prof. Dra. María Dolores Sánchez Fernández, Universidade da Coruña, Espanha
Prof. Dra. Maria Elenita Menezes Nascimento, Universidade de Brasília, Brasil
Prof. Dra. Maria Geralda Almeida, Universidade Federal de Goiás, Brasil
Prof. Dra. Maria Goretti da Costa Tavares, UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Brasil
Prof. Dra. Marília Steinberger, Universidade de Brasília, Brasil
Prof. Dr. Mario Carlos Beni, Universidade de São Paulo e Universidade de Brasília, Brasil
Prof. Dra. Marutschka Martini Moesch, Universidade de Brasília, Brasil
Prof. Dr. Mozart Fazito Rezende Filho, Universidade de Brasília, Brasil
Prof. Dr. Neio Campos, Universidade de Brasília, Brasil
Prof. Dra. Neuza Farias Araujo, Universidade de Brasília, Brasil
Prof. Dr. Nuno Alexandre Abranja, Instituto Superior de Ciências Educativas Ramada, Portugal
Prof. Dra. Regina Schluter, Centro de Investigaciones y Estudios Turísticos, Argentina
Prof. Dr. Rodrigo Meira Martoni, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil
Prof. Dr. Sérgio Molina, Centro de Empreendimento e Innovación, Chile
Prof. Dra. Simone Scifoni, Universidade de São Paulo, Brasil
Prof. Dra. Solange T. de Lima Guimarães, UNESP - Rio Claro, Brasil
Prof. Dra. Vera Lucia Boguea Borges, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, Brasil

Fotografias de Everaldo B. Costa em atividades de campo e Arquivo Público do Distrito Federal



SUMÁRIO



EDITORIAL, 7

Everaldo Batista da Costa

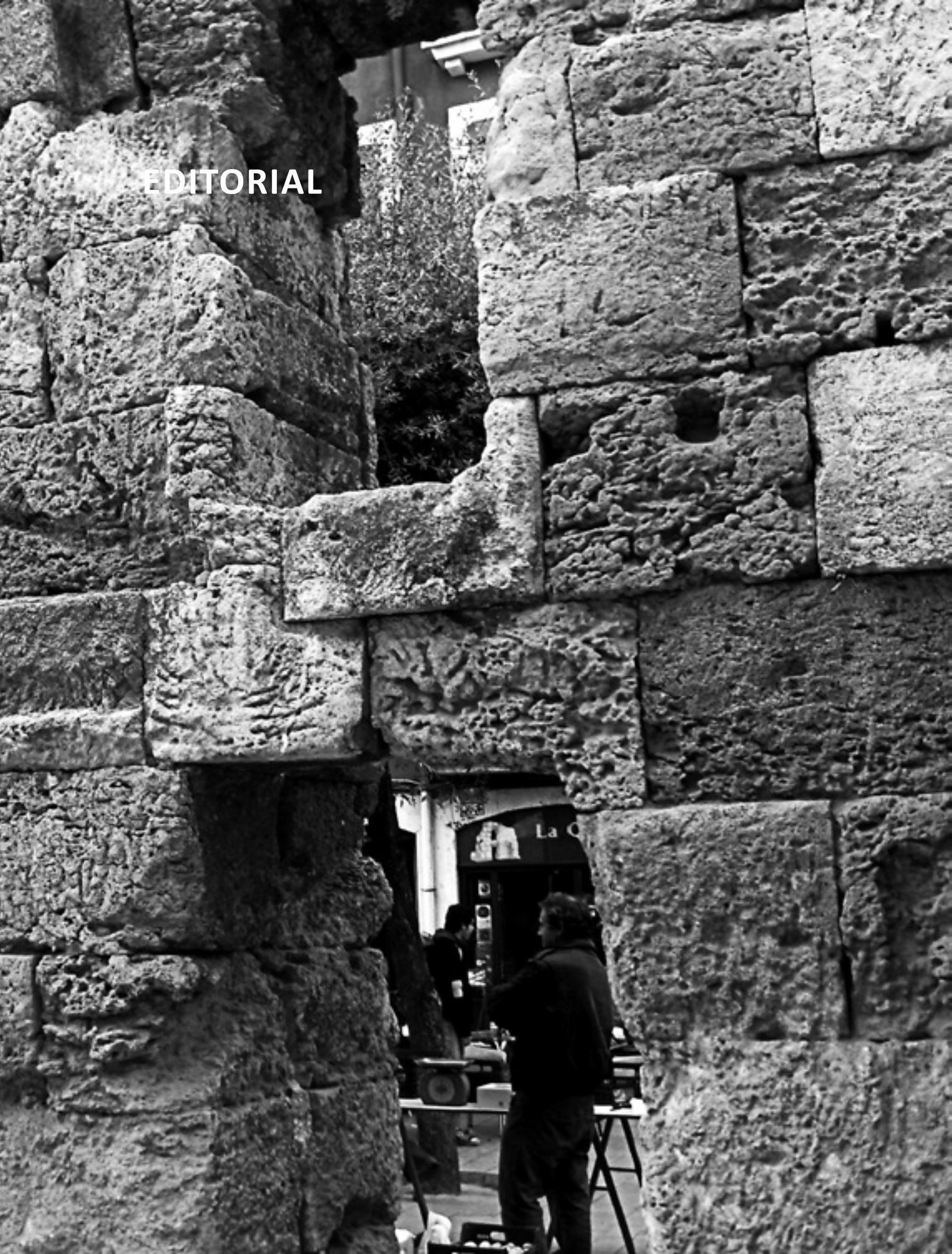
ARTIGOS

- **Interpretação de paisagens: sobre a experiência turística, 9**
Landscapes of interpretation: on the tourist experience, 9
Solange T. de Lima Guimarães
- **Ponderações acerca da ideologia no e do espaço turístico, 27**
Tonsiderations about the ideology in and of the touristical space, 27
Rodrigo Meira Martoni
- **Mercado de trabalho e mulheres deficientes: um estudo exploratório sobre a empregabilidade no setor hoteleiro de Brasília – DF, 71**
Job market and disabled Women: an exploratory study on employability in the hotel sector of Brasilia – DF, 71
Donária Coelho Duarte e Paula Divina da Cunha
- **Hospitalidade na Festa do Divino: seu festejar em Alcântara e São Luís do Maranhão, 87**
Hospitality in the Feast of Divino Espírito Santo: the celebrate in Alcantara and São Luís do Maranhão, Brazil, 87
Cristiane Mesquita Gomes, Susana Gastal e Luzia Neide Coriolano
- **A identidade territorial enogastronômica como elemento de sustentação turística regional: a experiência do Tirol e Südtirol, 107**
Territorial enogastronomy identity as a point of regional touristic development: Tyrol and Soul Tyrol Experience, 107
Roberto do Nascimento e Silva
- **Estudo exploratório sobre sazonalidade e dependência turística em locais receptores: reflexões sobre Santa Catarina e as relações com o fluxo turístico da Argentina, 127**
Primary study on seasonality and dependence on inbound tourist locals: Reflections on Santa Catarina and relations with the flow of tourists from Argentina, 127
Lisandro Fin Nishi e Giancarlo Moser
- **A gastronomia regional e o turismo como elementos fortalecedores da identidade cultural frente à tensão entre o global e o regional 153**
The regional gastronomy and tourism as strengtheners elements of cultural identity facing the tension between global and regional, 153
Everton Luiz Simon, Virginia Elisabeta Etges e Sarah Marroni Minasi
- **Cooperação e sustentabilidade no setor turístico: estudo sobre micro e pequenas empresas de Cavalcante (GO, Brasil), 173**
Cooperation, Competitiveness and sustainability in the tourism sector: a study about micro and small enterprises in Cavalcante (Goiás, Brazil), 173
Nathália Garay, Leandro Santana e Helena Costa
- **A educação e a geografia na arqueologia urbana: os desafios da experiência de olhar dialeticamente Brasília, 193**
Education and geography in urban archeology :the challenges of the experience of looking Brasilia dialectically, 193
Edemir Jose Pulita

RESENHAS

- **O mundo moderno em Hegel, Marx e Nietzsche à luz de Henri Lefebvre: crítica espacial, 213**
The modern world in Hegel, Marx and Nietzsche in the light of Henri Lefebvre: space critical, 213
Everaldo Batista da Costa, Luana Nunes Martins de Lima, Rafael Fabrício de Oliveira, Rúbia de Paula Rúbio e Wallace Rodrigues Pantoja

EDITORIAL



É com enorme satisfação que tornamos público o Volume 3 – Número 5 da Revista Cenário, produção científica do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Brasília – CET-UnB.

Nesse número, decidimos aceitar trabalhos mais díspares de docentes de várias IES do país, no intuito de congregarmos um debate que, no limite, conflui tanto para dimensões empíricas da realidade a envolver o turismo enquanto prática socioeconômica como reflexões de cunho teórico, as quais chamam a atenção para as ideologias que envolvem esse fenômeno.

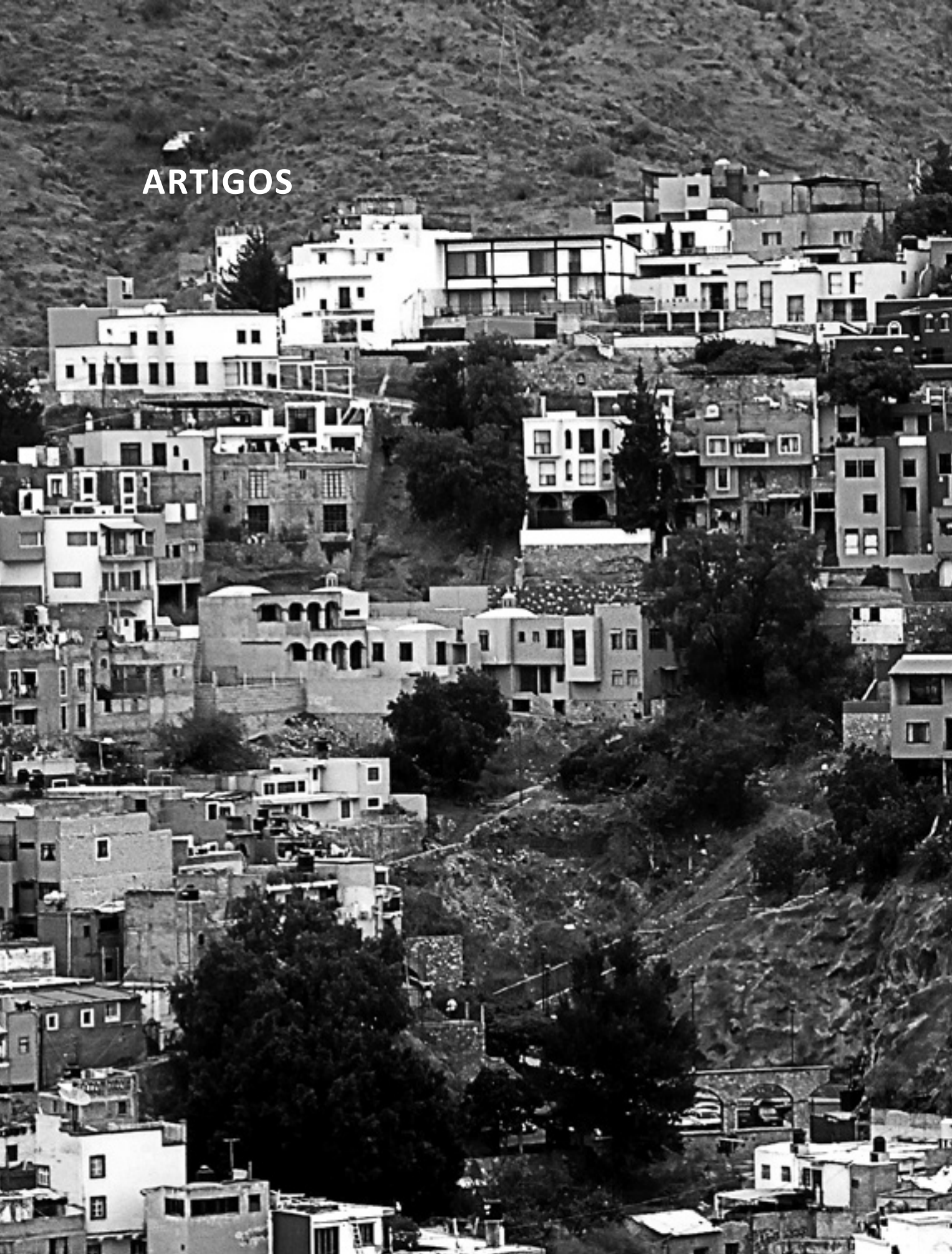
Nesse sentido, são publicados 9 (nove) artigos e 1 (um) ensaio. **Solange Terezinha L. Guimarães**, professora Livre Docente da UNESP-Rio Claro, SP, realiza importante reflexão sobre a paisagem e a experiência turística, no sentido da valoração paisagística, com as novas formas de interpretação, mediante a educação e alfabetização ecológicas voltadas à educação turística. **Rodrigo Meira Martoni**, professor doutor da Universidade Federal de Ouro Preto, trata de componentes ideológicos envolvendo os seus papéis na produção do espaço pelo turismo. Na mesma proposta de reflexão teórica sobre o Estado e suas ideologias, aparece o ensaio de **Everaldo Batista da Costa et al**, professor doutor do Departamento de Geografia e do Centro de Excelência em Turismo da UnB, o qual busca debater e sustentar a complexidade e a continuidade do mundo moderno, que se mantém pelas sombras de duras e paradoxais contradições do passado, via constituição do Estado, o discurso do social e da Sociedade e o ideal civilizacional ou de Civilização; questões centrais para o pensamento do mundo que rege não somente o turismo. **Donária Coelho**, docente do Centro de Excelência em Turismo da UnB avalia a empregabilidade da mulher deficiente no setor hoteleiro de Brasília-DF, quando são raros os estudos que visem aliar a temática mulher deficiente e o mercado de trabalho. **Susana Gastal et al**, professora doutora da Universidade de Caxias do Sul, avaliam os diferentes modos de celebração da Festa do Divino Espírito Santo em Alcântara e em São Luís, ambas no Maranhão, destacando nelas, a Hospitalidade; importante tema que, pela abordagem realizada, pode favorecer entender o fenômenos em distintas partes do país. **Roberto Silva**, docente da Universidade de Santa Cruz do Sul, analisa a identidade territorial enogastronômica como alicerce do turismo regional no território tirolês, a partir do método materialista histórico dialético. O docente da Universidade do Estado de Santa Catarina, **Lisandro Nishi**, realiza um debate sobre Santa Catarina e as relações com o fluxo turístico da Argentina, no intuito de demonstrar os problemas advindo dessa relação que envolve mais do que divisas de um território ao outro. A doutora **Virgínia Etges et al**, docente da Universidade de Santa Cruz do Sul, realizam importante análise teórica sobre a gastronomia regional e o turismo como elementos fortalecedores da identidade cultural frente à tensão global-regional, no intuito de falar em um patrimônio cultural regional. A pesquisadora e administradora **Nathalia Garay** apresenta o estudo que aponta relações de cooperação entre empreendimentos turísticos na cidade de Cavalcante/GO; avalia a competitividade dos negócios e a sustentabilidade do destino. O trabalho do doutorando **Edemir José Pulita** analisa as interfaces entre a hipertextualidade e a totalidade urbana, ambas enquanto conceito, paradigma e método, aplicado à cidade de Brasília; análise que nos faz pensar o patrimônio representado na capital.

Essa diversidade temática visa a atender um público mais plural, que demanda um olhar mais matizado sobre o turismo e o Turismo.

Desejamos boa leitura!

Everaldo Batista da Costa – Professor da Universidade de Brasília – UnB, Editor Chefe.

ARTIGOS



Interpretação de paisagens: sobre a experiência turística

Landscapes of interpretation: on the tourist experience

Solange T. de Lima Guimarães¹

¹ Professora Livre Docente do Depto. de Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”. Laboratório de Interpretação e Valoração Ambiental. Email: hadra@uol.com.br

Resumo

Este artigo trata sobre a paisagem e a experiência turística, no sentido da valoração paisagística, propiciando uma percepção ambiental e novas formas de interpretação, mediante a educação e alfabetização ecológicas voltadas à educação turística, na implementação de programas de uso público em áreas protegidas que contribuam para o turismo como meio de desenvolvimento territorial sustentável. A metodologia fundamenta-se na análise do referencial teórico e na aplicação dos estudos preliminares de *greenways* e bosques modelos, seguindo os passos: Visão, Tradição/Lugar, Relação e Ação, preconizados pela alfabetização ecológica.

Palavras-chave: Paisagem. Percepção e Interpretação Ambiental. Experiência Turística. Valoração Paisagística.

Abstract

This article is about the landscape and the tourist experience, in the sense of landscape evaluation, providing an environmental perception and new forms of interpretation, by means of an ecological education and ecoliteracy focused on tourist education, implementing programs for public use in protected areas that will contribute to tourism as a means of sustainable territorial development. The methodology is based on theoretical analysis and application of the preliminary studies of greenways and forest models, following the steps: Vision, Tradition / Place, Relationship and Action, recommended by ecoliteracy.

Key Words: Landscape. Environmental Perception and Interpretation. Tourist Experience. Landscape Evaluation.

1. INICIANDO UMA REFLEXÃO AO MESCLARMOS COMPREENSÕES...

Quando analisamos as paisagens naturais e/ou culturais sob a ótica do turismo, nos enveredamos pelas abordagens experienciais, na investigação sobre as transformações atitudinais, comportamentais e valorativas, desenvolvidas com base nas mudanças dos níveis perceptivos e interpretativos, mais as variações decorrentes, correlacionadas à intersecção e mescla simultâneas de diferentes realidades ambientais, que por sua vez, delineiam territorialidades distintas e coexistentes em uma única paisagem. Neste sentido, consideramos tanto os referenciais egocentrados como os exocentrados, em nossas experiências com e na paisagem, numa tessitura de envolvências exteriores e interiores, que determinam múltiplos significados, diante da apreensão dos níveis de realidade, de acordo com o universo cultural e respectivas mundividências concernentes às sociedades humanas.

Em seus estudos sobre o significado da realidade concreta, Epstein (2001, p. 68)

afirma que “o indivíduo existe como a mesma pessoa em diferentes níveis de realidade ou domínios da existência, ao considerar as várias dimensões da percepção, experiência e apreensão dos níveis de realidades (entendida vivencialmente)”, e, portanto, reconhecida em seus aspectos objetivos e subjetivos, tangíveis ou não. Em sua busca sobre o significado da percepção ante uma perspectiva holística, fundamentou-se nos estudos de Lubicz (1978), referentes às antigas culturas semita e egípcia, sendo que a percepção era conhecida como “inteligência do coração”, uma vez que conciliava os conhecimentos, os sentimentos e emoções, num equilíbrio sensível entre razão e afetividade, observado mediante suas vivências. (EPSTEIN, 2001, p.16).

Sob esta perspectiva, podemos dizer que as experiências ambientais ao se constituírem como “vivências, ou seja, em fatos e acontecimentos com os quais temos contato e são tratados por nossa afetividade” (BALLONE, 2002), compreendem não só a geração de sentimentos de distintas naturezas, bem como as respostas emocionais que levam a diversas reações vivenciais. Deste modo, ao analisarmos a experiência turística dos seres humanos com e na paisagem, temos vivências ambientais que podem abarcar vários conjuntos de elementos paisagísticos significativos, com interpretações e representações individuais e coletivas, que diferem de uma cultura para outra quanto aos seus significados e expressões afetivas correspondentes à toponímia/topofobia, biofilia/biofobia, hidrofília/hidrofobia, bem como à variação dos valores atribuídos a cada nova experiência às paisagens, segundo contextos e dimensionamentos espaciotemporais diferenciados. (TUAN, 1980; WILSON; KELLERT, 1993; GUIMARÃES, 2007)

Em “Place and Placelessness”, Relph (1976) considera as paisagens apresentando-nos a relevância de seus lugares, no sentido cultural e individual, como “centros de significados e intenções”, e os processos de construção e desconstrução do sentido de lugar, envolvendo as implicações culturais e psicossociais para os seres humanos, os aspectos relacionados à dimensão da experiência coletiva e/ou individual, associados às atitudes pessoais, disposições causais internas e externas, impregnadas de componentes cognitivos, afetivos e comportamentais, plenos de significação e valores socioculturais. (GUIMARÃES, 2007). Para Relph (1979, p. 13), “esses ambientes concretos são paisagens, que não somente possuem conteúdo e substância, mas correspondem a cenários significantes das experiências diárias e das excepcionais”.

Godkin (1985, p. 243), fundamentando-se também em Relph (1976) e Tuan (1971), considera sobre a experiência humana de lugar, que “los lugares se convierten en depósitos llenos de significativas experiencias vividas que se encuentran en el centro de la identidad y del bienestar psicológico del individuo”. Diante desta perspectiva, desenvolveu estudos partindo da reflexão conceitual do significado de arraigar-se e

desarraigar-se correlacionados a lugares e paisagens, em conformidade com as preferências pessoais e coletivas (grupais), numa integração e convergência de aspectos geográficos e psicológicos, conforme a abrangência das seguintes dimensões:

1. Lugares de significados ou símbolos comuns e compartilhados por um determinado grupo de pessoas, evocando um sentido de pertinência a um grupo social, e assim, outorgam ao lugar, um signo de identidade, existindo em diferentes escalas.
2. Lugares de significados locais, evocando sentimento de vizinhança e identidade comunitária.
3. Lugares de significados universais envolvendo os quatro elementos básicos (ar, água, terra e fogo), que são compartilhados, transcendendo a identidade política ou social de um grupo. (GODKIN, 1985, p.243).

FOTO 1 – Lugares de significados ou símbolos comuns e compartilhados: Kotel (Muro das Lamentações) Jerusalém, Israel, um dos principais lugares sagrados para a população judaica de todo o mundo, evocando o sentido de pertinência religiosa, étnica e nacional.



FOTO 2 – Lugares de significado local: Museu Monteiro Lobato, em Taubaté (SP): identidade a partir da memória do escritor, nascido na região do Vale do Paraíba e que deu visibilidade à paisagem regional em seus romances, principalmente na literatura infantil com o a obra “O Sítio do Pica-Pau Amarelo”.



FOTO 3 – Lugares de significados universais: a presença do relevo montanhoso representando a terra, e a água é representada pelo mar e pelo rio, na paisagem estuarina do Parque Estadual da Serra do Mar, núcleo Picinguaba. O ar é percebido na forma da cerração conhecida como “ruço”, comum na região serrana do litoral norte do estado de São Paulo. A presença dos elementos evoca sensações de poder, imensidão, grandiosidade, imponência, pujança, etc.



Para Guimarães (2007), estas análises objetivas e subjetivas do sentido de lugar contribuem para os estudos concernentes à relevância da experiência turística, quando consideramos os processos imagéticos associados às concepções pessoais e/ou grupais respectivas aos lugares e paisagens, enfatizando aqui principalmente, as muitas faces das questões voltadas às sensações de bem-estar, de familiaridade, de medo, de pertencimento, entre tantas outras, associadas à gênese e evocação das imagens paisagísticas, e por decorrência, a padrões atitudinais e comportamentais que revelam valorações diferenciadas a respeito da multiplicidade de relações com o entorno:

[...] las imágenes positivas del lugar pueden proporcionar un foco concreto de cariño, retención e desarrollo de la propia identidad. Las experiencias que mantienen un sentido y una coherencia de sí mis-

mo son “captadas” y retenidas en la memoria parcialmente como una imagen del lugar donde las experiencias positivas ocurrieron originariamente. En otras palabras, la sensación de autoidentidad se incorpora parcialmente al ser de la persona cuando va unida al lugar en que aquélla fue experimentada.[...]. Una terapia basada en el arraigo y en el desarraigo, por consiguiente, permite fortalecer las imágenes positivas del lugar y rehuir los recuerdos negativos. (GODKIN, 1985, p. 247-248)

Na experiência turística, podemos afirmar que as imagens e associações correspondentes à paisagem percebida e interpretada, são elaboradas, estruturadas, construídas tanto a partir de estereótipos, atavismos, imaginação, como de cenários reais, sob a influência de diversos tipos de filtros perceptivos biológicos e socioculturais, que enfocam, selecionam e distinguem alguns dos elementos componentes do entorno, tais como os indicadores de qualidade cênica, valorados de forma positiva ou negativa. (GUIMARÃES, 2007). Estes mesmos filtros influenciam em maior ou menor gradiente, as preferências paisagísticas, contribuindo ainda para a qualidade da experiência dos visitantes e o desenvolvimento das relações de alteridades estabelecidas entre estes e os lugares visitados. Além disso, ao funcionarem como “seletores”, levam as pessoas a distinguirem determinados elementos do entorno em vez de outros, propiciando construções de identidades paisagísticas e a visibilidade de territórios concretos e simbólicos, que por sua vez, podem ou não se constituírem em atrativos turísticos, dependendo de outros fatores, como valores ou modismos de época.

Sendo assim, quando consideramos os níveis de interpretação da paisagem, verificamos que diferentes grupos humanos trazem bagagens experienciais distintas, em razão das especificidades ligadas aos seus aspectos culturais, socioeconômicos, biológicos, faixa etária, gênero, etc., revelando percepções e valorações sobre a paisagem, segundo seus sistemas representacionais (isto é, modalidades, maneiras de vivenciar o mundo), e submodalidades (blocos de construção dos sentidos), traduzindo elaboradas construções, evocações e formas de representação, a exemplo de mapas mentais e afetivos como registros de territorialidades percebidas e sentidas.

As leituras das paisagens turísticas desvendam complexas mundividências que transformam estas mesmas paisagens em espaços e realidades relacionais, em que apenas alguns aspectos, processos ou elementos componentes são percebidos e interpretados, em função direta e indireta de fatores circunstanciais combinados. Portanto, temos então, que as realidades paisagísticas para o turista são construídas, desconstruídas e reconstruídas, mediante associações interativas entre as dimensões do concreto e do imaginário, assegurando a visibilidade de suas imagens

pretéritas e presentes, através de visões que podem convergir ou divergir ao longo do tempo, perante os processos de ressignificação derivados de novas experiências turísticas e ambientais. (LIMA, 1998; GUIMARÃES, 2004; 2005; 2007).

Já a respeito do reconhecimento do entorno paisagístico, considerando-se aqui a necessidade de estudos quanti-qualitativos de avaliação da qualidade e valoração ambiental econômica de lugares turísticos, observamos que ocorre uma multiplicidade de processos cognitivos, afetivos e comportamentais, relativos tanto ao sentido de espaço vivido como ao de mundo vivido, respectivos às paisagens e suas multifuncionalidades e multidimensionalidades, principalmente quando nos atentamos a perspectivas que se apresentam mais abertas para uma construção conceitual de paisagem, enfatizando conotações polissêmicas, holísticas e tangíveis. De acordo com Naveh (2001, p. 271):

A holistic theory of landscapes cannot be considered in isolation. It has to be based on a hierarchical systems view of the world, rooted in general systems theory (GST) and in its recent holistic and transdisciplinary insights in organized complexity, self-organization and co-evolution in nature and in human society.

Ainda considerando outros aspectos sobre a percepção da paisagem real, Meinig (1979) considera que as realidades paisagísticas podem ser muito diferentes daquilo que está no interior de nossa mente, resultantes dos processos imagéticos correlacionados à paisagem interiorizada (inscape) e às paisagens da mente (mindscape). Ao analisar as várias percepções de uma mesma paisagem, o autor identifica dez enfoques quanto às formas de interpretá-la: natureza, habitat, artefato, sistema, problema, riqueza (valor), ideologia, história, lugar e estética. Esta contextura de aspectos integrados pertinentes às paisagens cotidianas e às dinâmicas interativas ocorrentes, incide sobre suas contínuas transformações, quanto à evolução das funções e dimensões, em especial aquelas relacionadas aos nossos campos de visibilidade e de significâncias, abarcando elementos paisagísticos tangíveis e não tangíveis relacionados às vivências ambientais, influenciando de maneira consciente ou inconscientemente, a qualidade da experiência com a paisagem. (GUIMARÃES, 2004; 2007).

Por se tratar igualmente de uma dimensão experiencial, a vivência ser humano/paisagem envolve sensações de imersão, sendo que paisagens exteriores e interiorizadas passam a representarem relações de completudes. Para cada nova experiência, a paisagem é traduzida conforme renovadas leituras, mediante códigos simbólicos interjacentes e diferenciados tanto na dimensão espaciotemporal quanto na sociocultural, trazendo à luz visibilidades firmadas através de imagens paisagísti-

cas fortemente delineadas no conjunto dos significados das reações vivenciadas, à semelhança de ícones de todas as realidades objetivas (manifestadas) e subjetivas (manifestantes). (TUAN, 1983, p. 134; GUIMARÃES, 2007). Assim, temos então, as paisagens turísticas que se consagram para nós em verdadeiros cartões postais, incorporando ao longo dos tempos seus próprios símbolos e significados, lembrando aqui o contraponto entre Kronos e Kairós, entre o tempo que nos controla e o que nos absorve em envolvências, delineando as paisagens da mente, interiorizadas pelos sentimentos, sensações, emoções e afetos.

2. A EXPERIÊNCIA TURÍSTICA: ENTRE A PAISAGEM E A “DESPAISAGIZAÇÃO”

Hay que introducir incluso las más elementales normas de apreciación. Ortega y Gasset dijo ya en su día que los españoles son gente “despaisajada”. Recuerdo que esto lo dije en una conferencia que compartía con Eduardo Martínez de Pisón, y que éste al oírme se quedó sorprendido, e inmediatamente me preguntó dónde lo había leído. Tardé como diez años en decírselo porque me olvidé, hasta que de pronto, un día, releendo a Ortega, encontré la cita. Pero volviendo a lo del paisaje, en España hay un déficit cultural y emocional extraordinario. En este país se vive de espaldas al paisaje y a lo que significa. – Joaquín Araujo in Serrano (2012).

Araujo (1994) considerou a perda de alguns valores e a falta de acuidade perceptiva no que tange ao sentido e significados das nossas paisagens de vida, em razão de uma exacerbada valoração do consumismo, lembrando Ortega y Gasset quando se referiu que os espanhóis estavam se tornando “gente despaisajada”. Ainda fazendo alusão à paisagem interna, Araujo (1994, p. 13) afirma que “este paisaje está, todavía más deteriorado que el exterior. La ruina de lo que vemos tiene como causa primera la anterior de la que sentimos y queremos. Aquella depende de ésta. Y estamos ante algo sin precedentes.”

Este sentimento de estar “despaisajado” (“despaisagizado”), como se estivéssemos “desligados” das paisagens, reflete a ausência de preocupações e condutas pró-ambientais direcionadas ao patrimônio paisagístico natural, cultural e eclético, e que na maioria das vezes se constitui em recurso turístico, à falta de percepção, isto é, da tomada de consciência de “ser parte”. (GUIMARÃES. 2007). Este não comprometimento, que por vezes parece chegar até mesmo a uma alienação, de caráter individual ou coletivo, conduz a uma dilapidação dos recursos paisagísticos por parte de segmentos da população, segundo seus próprios interesses, reforçada por meio de diretrizes políticas arbitrárias, nem sempre adequadas às condições geográficas que caracterizam as diferentes localidades turísticas. Isso pode ser expresso

ainda, na falta de identidade territorial e paisagística, pelo desconhecimento das próprias raízes culturais e da história de vida sem os referenciais de pertencimento aos lugares. Para tudo aquilo que não reconhecemos como algo de valor, há uma perda de significados e sentidos.

Como decorrência, temos cenários ambientais de degradação e a própria desvalorização material e imaterial, trazendo múltiplos impactos e efeitos, tendo em vista que estabelecemos um divórcio com o entorno, fundamentado em incongruências diversificadas. Torna-se necessário então, lembrarmos de Bateson (1985) e seus estudos sobre Ecologia da Mente, e pensar na indissociabilidade das relações entre seres humanos e suas paisagens, como lugares demarcados por conexões, coexistências e convivências, sem exclusões ou rupturas, considerando as integrações com a ecosfera e a noosfera no âmbito de seus sistemas.

Naveh (2000, p. 29-38) ao discorrer sobre as dez premissas básicas respectivas às multifuncionalidades da paisagem, também considera que esta é impulsionada tanto pela biogeosfera (natural) quanto pelos processos culturais noosféricos, sendo multidimensionais ao apresentarem efeitos recíprocos na sociedade humana, uma vez que as paisagens multifuncionais são sistemas mistos naturais e/ou culturais de interação com os componentes da biosfera e noosfera, com padrões e processos que se entremesclam. Ao analisarmos, portanto, a paisagem como recurso turístico, estas premissas necessitam ser objeto de avaliação minuciosa, evitando-se percalços na implantação de roteiros e programas que não só promovam o lazer e recreação, mas acrescentem significados e contribuam efetivamente para o desenvolvimento territorial sustentável, via o turismo, em suas diferentes modalidades. Segundo o autor:

They are therefore concrete ecological-geographical systems and ordered wholes – or “Gestalt” systems – of our Total Human Ecosystem, within different scales. These scales and their functional and spatial dimensions have to be studied and managed in their own right. As such, they are more than spatially heterogeneous areas and repeated patterns of ecosystems. They range from the ecotope as the smallest mappable landscape unit, to the ecosphere, as the largest global THE landscape. (NAVEH, 1998, p.254).

This view of multidimensional and multifunctional landscape complexity is embedded in the web of life in its totality. It has emerged from the recognition that humans are not apart from nature or even above nature. They form together with their total environment an indivisible and coherent co-evolutionary geobio-anthropological entity. We have called this social-ecological supersystem the Total Human Ecosystem (THE), and regard it as the highest level of the global ecological hierarchy, above the natural ecosystem level. (NAVEH, 2010, p.75).

Desta forma, a conservação e preservação dos recursos paisagísticos naturais e culturais necessitam, paralelamente, da implementação de programas de educação e alfabetização ecológica (ORR, 1992; CAPRA et al., 2006) em seu bojo, direcionados à uma educação turística diferente dos preceitos atuais, que ensinem a ver a paisagem como patrimônio e recurso ambiental, na perspectiva de sua historicidade, cidadania, valores, proteção, pluridiversidade, resiliência, identidade, assegurando não somente uma gestão da qualidade ambiental e de vida, porém colaborando com a tutela patrimonial, no sentido de comunitariedade (BLUMER, 1969; CAPRA, 2000), numa integração de visões contextuais, uma vez que refletem as realidades de cada lugar. Como resultantes teríamos a proteção da qualidade e a recuperação dos significados e valores das ambiências e dos cenários paisagísticos para a população local e os turistas, contribuindo para a criação de redes de desenvolvimento territorial sustentáveis a partir do próprio turismo como fator de motivação, considerada a relevância do sentir-se parte do meio ambiente “a partir da perspectiva de nossos relacionamentos uns com os outros, com as gerações futuras e com a teia da vida da qual somos parte” (CAPRA, 2000, p. 26).

Neste prisma, entendemos que estes programas devem ter como uma das principais linhas de ação, a modificação da experiência de e com as paisagens de modo que estas não se tornem mais do que “recordações borradas” de viagens, propiciando imagens vivas no campo perceptivo, mediadas pelas imagens do campo da afetividade, recuperando valores associados às relações de alteridades, reciprocidades e pertencimento. Para uma educação turística ser eficiente e alcançar metas definidas efetivamente, cujas diretrizes estejam voltadas para a sustentabilidade e à preservação da memória dos lugares, devemos nos pautar para a transformação da percepção ambiental destas mesmas paisagens, tendo em vista que: “Attention is directed to transformation of the physical environment into landscapes that reflect people’s definitions of themselves and on how these landscapes are reconstructed in response to people’s changing definitions of themselves”. (GREIDER; GARKOVISH, 1994, p.1).

O não reconhecimento da incapacidade de experienciar, e consequentemente de criarmos vínculos com as paisagens e seus lugares, nos impede de vivenciá-las sob múltiplas dimensões, assim como de valorizar as percepções e interpretações dotadas de sentidos e significados, que podem nos transformar no transcurso do tempo, a medida em que somos receptivos às mudanças propiciadas pelas experiências. (HEIDEGGER, 1987). Nisso reside o fundamento de uma educação e alfabetização ecológica voltada ao turista – ensina-lo a perceber o entorno paisagístico, como um convite a se deixar transformar pelas experiências, como uma porta que se abre permitindo vislumbrar muitos horizontes, e, este ao retornar, trazer ressignificada a pró-

pria vida e as coisas que dão sentido a ela, numa apreensão de novos valores e práticas cotidianas. Para Tuan (1983, p. 10), “experenciarmos é aprender [...] uma realidade que é um constructo da experiência, uma criação do sentimento e pensamento”.

Perante as conjunturas de um turismo massificante, muitas vezes perdemos a sensibilidade e a capacidade de saber ver e sentir as paisagens, de nos identificarmos com estas e suas territorialidades, e por extensão, com os elementos componentes do espaço e mundo vivido, que transformam suas multifuncionalidades e multidimensionalidades. Ao considerarmos a conjunção das geograficidades abrangidas e não reconhecidas, temos situações que nos deixam “órfãos” da paisagem exterior e “despaisagizados”:

incluso la permanente frustración sicológica actual tiene mucho que ver con este Haber castrado al paisaje físico del paisaje de las emociones. Emasculación de una parte de nosotros mismos, ya anunciada por Ortega y Gasset y Unamuno. No olvidemos que el primero llegó a escribir que estábamos “despaisajados” y el segundo que “el paisaje le completaba”. (ARAUJO, 1994, p. 14).

Este sentimento de orfandade decorrente da sensação de estarmos “despaisajados”, em nossa sociedade, se adequa às fragilidades dos “tempos líquidos” de Bauman (2007), comprometendo o sentido de pertencimento às paisagens e aos lugares. No turismo, esta situação pode se tornar mais frequente, devido à falta ou deficiências de processos educativos que despertem as pessoas de suas paisagens de isolamentos e velocidades, que impossibilitam uma acuidade perceptiva mais sensível, ou relacionamentos dialógicos com a paisagem, como um todo integrado. Portanto, uma educação voltada para o turismo deve levar em conta o desenvolvimento de condutas protetoras do ambiente ou condutas pró-ambientais (CPA), que de acordo com Corral Verdugo (2000, p. 466-467; 2002) compreendem “o conjunto de ações intencionais, dirigidas e efetivas que respondem a requerimentos sociais e individuais que resultam da proteção do meio”, sensibilizando e motivando os diferentes segmentos de população envolvidos. Ademais, Martínez-Soto (2004, p. 5) considera que “la CPA al ser deliberada forma parte de um estilo de vida que requiere de una tendencia más o menos permanente de actuación”, abrangendo as seguintes características:

Es un producto o resultado, es decir de La preservación de los recursos naturales o al menos la reducción del deterioro.

Es efectiva, en el sentido de se intencional y resultado de desplegar habilidades concretas.

Presenta un cierto nivel de complejidad, pues requiere la anticipación del resultado de la acción, deliberación para actuar y dirección hacia una meta concreta. (MARTÍNEZ-SOTO, 2004, p. 5).

Em vista disso, a continuidade dos programas educativos deve ser permanente, sem interrupções, de modo a não se restringir a datas comemorativas ou campanhas, utilizando-se de mídias e processos variados (educação formal, não-formal e informal), que busquem reabilitar os vínculos com o patrimônio paisagístico, suas territorialidades e representações socioculturais. Na realidade, espera-se que estes processos educativos proporcionem a integração e a reiteração dos conhecimentos e saberes mediante aprendizados que revelem a riqueza das experiências paisagísticas, e que não podem ser restritas apenas aos conteúdos técnico-científicos referentes aos ambientes abrangidos. O processo de reencontro com a paisagem vivida compreende ações capazes de precipitar e catalisar reações afetivas, induzindo a construções e reconstruções de escalas valorativas, a novos padrões atitudinais e comportamentais, em especial, os pró-ambientais, levando à reorganização dos sistemas representacionais associados aos recursos turísticos, permitindo outros níveis cognitivos, perceptivos e interpretativos a partir do significado e qualidade da experiência vivenciada.

Neste sentido, Ribas Vilàs (1992) analisa a paisagem real em relação à percebida, sob o prisma da Gestalt, avaliando a inclusão tradicional de alguns conteúdos e a exclusão de outros, segundo Guimarães (2007), devido às dificuldades de tratamento metodológico e representação:

Con el propósito de incluir los aspectos perceptivos del paisaje es de gran importancia tener en consideración las ideas de la psicología de la forma o Gestalt. Esta teoría psicológica del aprendizaje define a Gestalt como un complejo difuso de percepciones que pueden ser gradualmente diferenciadas en contenidos significantes. El proceso de aprendizaje se completa con la reestructuración de estas partes diferenciadas formando una estructura signifiante.

El progreso en los estudios paisajísticos se debe al intento de conjugar contenido del paisaje y escena percibida como dos caras indivisibles de la misma entidad. En otras palabras, se investigan las relaciones entre las características del paisaje y los sentimientos que suscita. La selección de los atributos escénicos necesarios para la síntesis paisajística debe reflejar, por tanto, el paisaje “sentido” por el hombre. (RIBAS VILÀS, 1992, p. 213).

Fundamentando-se em Alberro e Benayas del Alamo (1994, p. 79-80) sobre as relações entre paisagem e educação ambiental, podemos considerar a experiência com a paisagem turística como uma diretriz para o desenvolvimento e a implementação de programas de educação e alfabetização ecológica e turística, que contribuam para a compreensão e valorização do entorno, estimulando ações participativas e cooperativas, responsabilidade social, etc., norteados pelos aspectos a seguir:

1. motivação: cenários e elementos componentes que incitam e animam à exploração e o desfrutar;
2. estimulação dos sentidos: despertar de capacidades contemplativas e de interiorização das vivências ambientais;
3. interdisciplinaridade: a paisagem se converte em lugar de encontro de disciplinas distintas de modo multi e interdisciplinar;
4. decifração de mensagens: infinidade de estímulos que escondem informações múltiplas sobre o entorno que podem ser decifrados pelo conhecimento e treinamento;
5. globalização: permite uma análise sistemática e global do médio;
6. realista e concreto: vantagens dos estudos das unidades paisagísticas graças a sua visibilidade;
7. desencadeamento de juízos e valores: estéticos, éticos e adaptativos direcionados à conservação ambiental;
8. implicações na ação e intervenção: relacionadas aos impactos ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vislumbrando estas perspectivas, durante a elaboração e implantação de programas de uso público em áreas protegidas, cujas atividades devem ser orientadas tanto para a educação e alfabetização ecológicas, interpretação do patrimônio (aqui analisado sob o valor de herança), como para o turismo, apresentando alternativas vinculadas a bosques modelos, greenways, caminhos turísticos, redes sustentáveis de turismo solidário e comunitário, entre outras, podemos afirmar que os estudos sobre a valoração da qualidade paisagística contribuem não somente para a recuperação socioeconômica destes territórios, mas igualmente, reabilitam o valor da herança cultural que representam. Neste contexto, enfatizamos que a qualidade da experiência com e na paisagem é um fator de relevância para a qualidade da experiência turística do visitante (aqui entendido como turista), interferindo nas mudanças perceptivas, atitudinais, afetivas e comportamentais, além de contribuir para processos relacionados direta e indiretamente a uma outra proposição de educação turística, voltada à fruição do patrimônio paisagístico natural, cultural e eclético, incluindo suas influências nos setores da cogestão e das políticas públicas integradas visando a um desenvolvimento territorial sustentável.

REFERÊNCIAS

- ALBERO, C.M.; BENAYAS DEL ÁLAMO, J. Aprendiendo a través del paisaje, In: BENAYAS DEL ÁLAMO, J. et al. Viviendo el paisaje: guía didáctica para interpretar y actuar sobre el paisaje. Madrid: Fundación NatWest, 1994. p.79-96.
- ARAÚJO, J. Prólogo, In: ÁLAMO, J.B. del et al. Viviendo el paisaje: guía didáctica para interpretar y actuar sobre el paisaje. Madrid: Fundación NatWest, 1994, pp. 13-14.
- BALLONE, G.J. Afetividade, In: PsiqWeb, revisto em 2002. Disponível em: <<http://www.psiqweb.med.br/afeto.html>>. Acesso em: 20 abr/ 2003
- BATESON, G. Pasos hacia una ecología de la mente. Buenos Aires: Ediciones Carlos Lohlé, 1985.
- BAUMAN, Z. Tempos líquidos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BLUMER, H. El interaccionismo simbólico: perspectiva y metodo. Barcelona: Hora, 1969.
- CAPRA, F. A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 2000.
- CAPRA, F. et al. Alfabetização ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável. São Paulo: Cultrix, 2006.
- CORRAL-VERDUGO, V. A structural model of proenvironmental competency. Environment and Behavior, Beverly Hills, n.34; p. 531-549, 2002.
- CORRAL-VERDUGO, V. La definición del comportamiento proambiental. La Psicología Social en México, México, v. 8, p. 466-467, 2000.
- EPSTEIN, G. A terapia do sonho acordado. Campinas: Livro Pleno, 2001.
- GODKIN, M. A. Identidad y Lugar: aplicaciones clínicas basadas en las nociones de arraigo y desarrollo, In: RAMÓN, M.D.G. (Org.), Teoría y metodo en la geografía anglosajona. Barcelona: Ariel Geografía, 1985. p. 242-253.
- GREIDER, T. e GARKOVISH, L. Landscape: The social construction of nature and the environment. Rural Sociology, 59(1), 1-24, 1994. Disponível em <http://www.wsl.ch/info/mitarbeitende/hunziker/teaching/download_mat/Greider___Garkovitch_1994.pdf>, Acesso em 07 de abril de 2012.
- GUIMARÃES, S. T. de L. Paisagens: aprendizados mediante experiências. Um ensaio sobre interpretação e valoração da paisagem. 2007. Tese (livre-docência) 2007. – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/SP, 2007.

GUIMARÃES, S.T.L. Planejamento e proteção dos recursos paisagísticos: aspectos relacionados à cognição, percepção e interpretação da paisagem. OLAM – Ciência & Tecnologia, Rio Claro, v. 5, n. 1, maio p. 202-219, 2005.

GUIMARÃES, S. T. de L. Dimensões da Percepção e Interpretação do Meio Ambiente: vislumbres e sensibilidades das vivências na natureza, OLAM – Ciência & Tecnologia, Rio Claro, v. 5, n. 1, p. 202-219, maio 2004.

HEIDEGGER, M. De camino al habla. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1987.

LIMA, S. T. Trilhas interpretativas: a aventura de conhecer a paisagem, Cadernos Paisagem. Paisagens 3. Rio Claro: UNESP, 1998, p.39-44.

LUBICZ, R.A. S. de. Symbol and the symbolic. Brookline: Autumn Press, 1978.

MARTÍNEZ-SOTO, J. Comportamiento proambiental. Una aproximación al estudio del desarrollo sustentable con énfasis en el comportamiento persona-ambiente, Theomai, Quilmes, Invierno 2004. < <http://revista-theomai.unq.edu.ar/numespec2004/art%20soto%20numespec2004.htm> >. Acesso em: 18 jun. 2007.

MEINIG, D. W. (Ed.). The interpretation of ordinary landscapes: geographical essay's. Oxford: Oxford University Press, 1979.

MERLEAU-PONTY, M. O visível e o invisível. São Paulo: Perspectiva, 1999.

NAVEH Z. Introduction to the Theoretical Foundations of Multifunctional Landscapes and their Application in Transdisciplinary Landscape Ecology. In: BRANDT, J. TRESS, B. and TRESS, G. Multifunctional landscapes: interdisciplinary approaches to landscape research and management. – Conference material for the Conference On “Multifunctional Landscapes”, Centre for Landscape Research, Roskilde, October 18-21, 2000.

NAVEH, Z. Ten major premises for a holistic conception of multifunctional landscapes, Landscape and Urban Planning, Amsterdam, n. 57, p. 269-284, 2001.

NAVEH Z. Ecosystem and landscapes – a critical comparative appraisal, Journal of Landscape Ecology, Vol. 3, N. 1, p. 64-81, 2010.

NAVEH, Z. My road to a holistic mission-driven transdisciplinary landscape ecology. Bulletin International Association for Landscape Ecology, Vol. 16, n. 5, september, 1998. Disponível em: < <http://tx.technion.ac.il/~znaveh/files/Landscape%20Ecology%20Theory%20and%20Global%20Applications/My%20Road%20to%20a%20Holistic%20Mission-Driven%20Transdisciplinary%20Landscape%20Ecology.pdf> >. Acesso: 14/out/2015.

NAVEH, Z. Interpretation and transdisciplinary science of ecological and cultural landscape restoration, *Restoration Ecology*, Malden, v. 13, n. 1, p. 228–234, 2005.

ORR, D. W. *Ecological literacy: education and the transition to a postmodern world*. Albany: State University of New York, 1992.

RELPH, E. *Place and placelessness*. London: Pion, 1976.

RELPH, E. As bases fenomenológicas da geografia, *Geografia*, Rio Claro, v.7, p.01-25, 1979.

RIBAS VILÀS, J. Estudios de paisajismo, In: BOLÓS, M. de. *Manual de ciência de paisagem*. Barcelona: Masson, 1992. p. 205-218.

SERRANO, D. Los españoles son gente despaisajada. *Desnivel.com*. 30 de marzo de 2012. Disponível em: < <https://desnivel.com/cultura/joaquin-araujo-premio-sociedad-geografica-espanola?pestana=Galerias>>. Acesso: 13/out/2015.

TUAN, Y-F. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: DIFEL, 1980.

TUAN, Y-F. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983.

TUAN, Y-F. Geography, phenomenology and the study of human nature, *The Canadian Geographer*, n.15, 1971, p. 181-192.

WILSON, E. O.; KELLERT, S.R. (Ed.). *The biophilia hypothesis*. Washington: Island Press/Shearwater Books, 1993.



UNO POR CIENTO
CUBANO
DESDE 1492
CONOCIDO
EN EL MUNDO
TABACO
TOTALMENTE
CUBANO



Escultura: [illegible]
Diseño: [illegible]
Materiales: [illegible]
Alfama [illegible] [illegible]

Ponderações acerca da ideologia no e do espaço turístico

Considerations about the ideology in and of the touristical space

Rodrigo Meira Martoni¹

¹ Professor Adjunto no Departamento de Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto (DETUR-UFOP).
Email: rodrigomartoni@gmail.com

Resumo

O artigo trata de componentes ideológicos envolvendo os seus papéis na produção do espaço pelo turismo. Ao se questionar de onde vem o poder da ideologia, é realizada uma análise acerca de três concepções dessa categoria. A primeira aponta a ideologia como inversão e parcialidade em um processo histórico-social que se complementa, tanto para transformar a subjetividade em objetividade, como para tratar a aparência das coisas como se fossem totalidades. A segunda noção refere-se a ideologia como posicionamento de classe, abarcando alguns grupos que atuam (de maneira deliberada e/ou irrefletida) na mistificação e naturalização dos processos socioespaciais, e outros que, norteados por procedimentos que lhes permitem reproduzir idealmente a realidade, cumprem o importante papel de desmistificar os primeiros. Associada a essas noções que posicionam as ideologias no espaço alcançado pelo turismo, está a terceira concepção mais fundamental. Essa contempla a ideologia como algo enraizado às operações socioprodutivas reificadas ou do espaço turistificado, as quais não podem ser modificadas qualitativamente sem a supressão da relação cada vez mais contraditória entre capital versus trabalho. Por meio dessa análise que auto-implica as diferentes e complementares concepções, verifica-se que o turismo é um importante mecanismo de alienação, seja pelas aparências tão necessárias à circulação, seja pela forma como é produzido.

Palavras-chave: ideologia; capital; turismo; produção do espaço.

Abstract

The present article addresses the ideological components and its position in the production of space by tourism. Questioning from where comes the power of ideology, an analysis is conducted about the three conceptions that compose this category. The first conception points the ideology as an inversion and with partiality in a historical-social process that is complemented by itself, both to transform the subjectivity in objectivity and to treat the appearance of things in its totalities. The second one makes reference to ideology as a class position, covering some groups which act (deliberately or thoughtlessly) for the mystification and naturalization of socio-spatial processes, and others that, guided by procedures that permit to reproduct ideally the reality, fulfill the important role of desmistify those first groups. The third and even more fundamental conception is associated with these notions that position the ideologies on the space reached by tourism. It contemplates ideology as something rooted in the socio-productives operations, reified or even of the touristic space. These operations can not be changed without the suppression of the contradictory connection between capital versus work. Through this analysis, which implies different and complementary conceptions, it is possible to verify tourism as an important alienation mechanism because of its appearance and the way it is produced as well.

Key words: ideology; capital; tourism; production of space.

Naturalmente, aqueles que aceitam de modo imediato a ideologia dominante como a estrutura objetiva do discurso “racional” e “erudito” rejeitam como ilegítimas todas as tentativas de identificar os pressupostos ocultos e os valores implícitos com que está comprometida a ordem dominante. Assim, em nome da “objetividade” e da “ciência”, eles precisam desqualificar o uso de algumas categorias vitais do pensamento crítico. Reconhecer a legitimidade de tais categorias seria aceitar o exame dos próprios pressupostos que são assumidos como verdadeiros, juntamente com as conclusões que podem ser – e efetivamente o são – facilmente delas extraídas (MÉSZÁROS, 2004, p. 58).

[...] Assim, a sensação existe sem a “substância”, isto é, o pensamento existe sem o cérebro! Será que existem de facto (sic) filósofos capazes de defender esta filosofia desmiolada? Existem! (LÉNINE, 1982, p. 37).

O que é especificamente ideológico na burguesia é sua incapacidade de compreender a estrutura da formação social como um todo por causa dos efeitos nefastos da reificação. A reificação fragmenta e desloca nossa experiência social, de modo que, sob sua influência, esquecemos que a sociedade é um processo coletivo e passamos a vê-la meramente como este ou aquele objeto ou instituição isolados (EAGLETON, 1997, p.90).

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Para fins ilustrativos, podemos comparar a ideologia à nossa capacidade de enxergar, considerando que a luz e as imagens que atravessam a córnea, a íris e o cristalino possuem uma única realidade. Tal realidade pode ser ou não deturpada antes de chegar à retina e ao cérebro e, nessa metáfora, tanto o vigor e a precisão do conjunto ótico, como as patologias para a cegueira que predomina em nossa sociedade (tal como evidenciou José Saramago), estão subordinados a um exame apurado acerca das diferentes ideologias. Isso envolve seus fundamentos e modos de operar, seja no que concerne aos grupos que, empanzinados de ideologia, se auto intitulam isentos ou neutros ideologicamente, seja daqueles que se valem de uma ideologia movida pelas evidências essenciais dos fatos. Afinal, “[...] tudo está ‘impregnado de ideologia’, quer a percebamos, quer não” (MÉSZÁROS, 2004, p.57). Vejamos: em um artigo acerca da mão de obra requerida no setor de turismo e de suas especificidades de qualificação, publicado no último anuário da Revista Exame, um fragmento pode ser destacado: “[...] o Marriot, que opera dois resorts em Costa do Sauípe, a 80 quilômetros de Salvador, enfrentou um [grande] problema.

A maioria de seu corpo de empregados foi recrutada numa comunidade que vivia basicamente da pesca. No início da escolha dos funcionários, verificou-se que eles tinham dificuldades para usar sanitários e não costumavam calçar sapatos” (IHA, 2007, p.76)².

Tal frase, à primeira vista, nada tem de ideológica, mas o que lhe dá esse tom é o veículo de comunicação onde foi impressa e, paralelamente, os comentários complementares, tais como: “parece altamente injusto que a iniciativa privada, além de gerar emprego e pagar impostos, ainda tenha de tirar do próprio bolso para conseguir funcionários com um padrão mínimo de qualificação, ‘afinal, educação é um dos deveres do Estado’” (IHA, 2007, p.76). Muito embora essa simples colocação já demonstre a avidez de uma classe sobre outra, Eagleton (1997, p.22) explica que “não se pode decidir se um enunciado é ideológico ou não examinando-o isoladamente do seu contexto discursivo, [de forma que] a ideologia tem mais a ver com a questão de quem está falando o quê, com quem e com que finalidade [...]”. Na primeira frase, se a questão do “problema” para a rede *Marriot* fosse posta com um sentido irônico e publicada exatamente como apresentada em uma revista, digamos, a *Caros Amigos*, todo o teor ideológico seria alterado. O mesmo vale para o trecho que se refere à educação como um dever do Estado, o qual é um fragmento que atende aos interesses específicos da referida matéria, mas não ao posicionamento liberal-conservador do meio de comunicação em questão que vê o seu potencial para ser cada vez mais absorvida pelo e para o capital.

Da mesma forma, as instituições não podem ser analisadas por elas mesmas: entre as décadas de 1920 e 1930 são criados na Itália e na Alemanha órgãos governamentais para viabilizar e cuidar do lazer e das viagens das classes trabalhadoras: “En Italie, le décret-loi du 1^{er} mai 1925 marque la naissance de l’Opera Nazionale del Dopolavoro’ [...]”³. Na Alemanha, a Associação Alemã dos Trabalhadores é criada em 1933 e, associada a ela, “le 27 novembre l’organisation des loisirs ‘Nach der Arbeit’ [...] fut fondée. Quelque temps plus tard, elle s’intitula [...] ‘La Force par la Joie’” (RICHEZ; STRAUSS, 1995, p.501,502)⁴. Responsáveis por promover e facilitar o acesso à peças teatrais, excursões aos finais de semana, competições esportivas, viagens de férias e cruzeiros marítimos, o viés ideológico de tais instituições vêm à tona quando vinculadas aos ditames dos partidos fascista e nazista, os quais permeavam

2 Aproximadamente um ano após a publicação do artigo intitulado “O desafio da mão-de-obra” (sic), a Marriot deixou de operar os dois hotéis no complexo Sauípe. Disponível em: <http://www.presstur.com/site/news.asp?news=14498>. Acesso em: 20 set. 2015.

3 “Na Itália, o decreto-lei de 1º de maio de 1925 marca o nascimento da ‘Obra Nacional para depois do trabalho [...]’.

4 “Em 27 de novembro [de 1933, na Alemanha], a organização dos lazeres ‘Depois do Trabalho’ foi fundada. Algum tempo depois, ela passa a se denominar Força pela Alegria”.

todas essas práticas pela doutrinação política contra o comunismo, a socialdemocracia e, mais fundamentalmente, contra a consciência de classe – e era esse o sentido de socialismo que contemplava a socialização dos lares dos partidos únicos.

Eagleton (1997, p.22) evidencia que a ideologia “é mais uma questão de ‘discurso’ que de ‘linguagem’”: se há uma diferença gritante em termos ideológicos entre, por um lado, as opiniões da extrema direita ou de um representante do fascismo e, por outro, de um líder da classe trabalhadora, no que se refere à linguagem isso até pode ser significativo, mas ocupa posição secundária ante o discurso. Tal lugar, obviamente, não pode ser menosprezado sob o risco de se comprometer ou mesmo de se gerar certa confusão com o uso de alguns grupos de palavras, envolvendo diferentes ideologias em campos de estudo específicos e vertentes políticas contrárias. Por exemplo: com a publicação do Relatório Brundtland⁵ em 1987, diversas ciências e o senso comum se apropriaram do adjetivo *sustentável* que, por esse documento, foi absorvido e popularizado ideologicamente, sendo que o seu sentido em obras como a de István Mészáros (2007, p.190), que significa o “controle dos processos sociais, econômicos e culturais vitais” somente possíveis com a superação do capital e do capitalismo, é radicalmente diferente daquele utilizado e propagado por indivíduos com a acepção de equilíbrio e harmonia como categorias desconexas das operacionalidades reais da forma social vigente. Deve-se destacar, também, o papel dos espaços utilizados por grupos sociais e seus representantes, uma vez que esses podem potencializar as ideologias e seus recados: um pronunciamento denunciando o poder de manipulação da informação de uma das principais redes de televisão brasileira possui maior significação quando é feita em horário nobre na própria emissora do que em qualquer outra empresa de comunicação⁶.

Apesar da abrangência ou dos componentes ideológicos contidos nos discursos e vocabulários, o termo ideologia não pode referir-se a tudo e qualquer coisa sob o risco de comprometer o seu conteúdo, uma vez que “[...] qualquer palavra que abranja tudo perde o seu valor e degenera um tom vazio” (EAGLETON, 1997, p.21). Por isso, evidencia-se que é preciso identificar, utilizando-se de uma bagagem sociocultural, de meios comparativos e de dados circunstanciais, o que é efetivamente

5 Trata-se da Comissão mundial sobre meio ambiente das Organizações das Nações Unidas (ONU). O documento busca uma conciliação entre desenvolvimento capitalista e sustentabilidade, o qual somente pode encontrar respaldo na Economia Neoclássica com sua teoria marginalista, mas não no mundo real. Não é por outro motivo que Renato Santos de Souza (2000), ao apresentar a evolução dos debates em relação a questão ambiental, chama tal conceito de “modelo hegemônico de desenvolvimento sustentável” ou “desenvolvimento sustentável de mercado”. Observa-se no campo do turismo a apropriação e o uso indiscriminado do termo, ou seja, sem que se saiba necessariamente de onde ele provém e, portanto, a que propósitos efetivamente serve.

6 Refiro-me ao Jornal Nacional que foi ao ar em 15 de março de 1994, ocasião em que o apresentador Cid Moreira leu um direito de resposta concedido judicialmente ao então governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola.

ideológico: uma conversa a respeito de mulheres que trabalham como camareiras em hotéis pode não ter conotação ideológica, mas adquire essa marca quando inclui opiniões como aquelas relacionadas aos “vastos” direitos trabalhistas brasileiros que “atrapalham” a operação empresarial quando concedem regalias como licença-maternidade de 120 dias.

Se a ideologia tem o papel de tragar contingentes para concepções de grupos sociais que detêm mais ou menos poder em certas circunstâncias, ou mesmo servem a interesses individuais que acabam circunscritos aos limites do lar, entre esses polos é preciso levar em conta que “a força do termo ideologia reside em sua capacidade de distinguir entre as lutas de poder que são até certo ponto centrais a toda uma forma de vida social e aquelas que não o são” (EAGLETON, 1997, p.21). Assim, a significação da palavra ideologia e, por extensão, o seu poder enquanto conjunto de ideias está relacionado ao nível de poder de um grupo em questão, seja ele representativo de ações políticas favoráveis ou contrárias a uma determinada situação, ou aquelas travadas no interior de um órgão governamental com as tentativas de se angariar recursos para subsectores específicos, seja, ainda, aquelas levadas a cabo por grupos feministas ou de enfrentamento ao racismo.

Deve ser considerado que, no campo das lutas ideológicas, os interesses privados permeiam os poros da esfera pública e a dominam em termos gerais, o que se estende à grande mídia. Nesse sentido, uma manifestação do movimento dos sem teto em Porto Alegre-RS ou uma paralisação de motoristas e cobradores de ônibus em São Paulo por melhores condições de trabalho, geralmente são expostos de forma pejorativa ao atrapalharem a “liberdade” e a “ordem”, ao mesmo tempo em que os investimentos estruturais em áreas básicas, a carga tributária proporcionalmente mais alta para os mais pobres e a manutenção da dívida pública são tratadas sem as necessárias e devidas conexões com os seus agentes fundantes: os credores do Estado. Esses condicionam a vida de milhões, mas o como e o porquê de suas operações não aparecem.

Ainda em relação ao poder da ideologia, pode-se citar um exemplo marcante, o qual, conforme evidenciou Lukács (2010, p.113), comprometeu o pensamento marxiano como “teoria universal do desenvolvimento da humanidade”. Trata-se da análise fatalista que emergiu do marxismo institucional da II Internacional (1889-1914) e foi preservada pelo poder stalinista, chamada por Lukács de “vulgar” pelo fato de ter deturpado tal teoria ao afastar-se do seu conteúdo filosófico (em relação a ontologia do ser social) e do Método Dialético desenvolvido e invertido por Marx a partir de Hegel (as mediações de totalidades ou complexidades em um totalidade socioespacial dinamizada por contradições).

Ao denunciar os negativos desdobramentos dessa corrente, Netto (1981, p.20) explica que ela carrega “a noção de que a dinâmica social abriga uma lógica irrecorrível e que o social constitui uma realidade objetiva cuja estrutura obedece a uma legalidade absolutamente independente da intervenção prática sócio-humana”. Netto denomina esse marxismo transformado em uma ideologia de “funcionalista”, justamente por se valer de fatores que, agindo sob a dominância do econômico como ente fixador dos processos, desfaz o campo de operação dos sujeitos sociais. Nessa vertente de entendimento, a noção de totalidade é anulada: sem ela ou desprezando-se “a relação do simples para o complexo (forma simples de valor, valor, mercadoria) [...]” (FARIA, 2011, p.13) e a sua “interdependência entre [...] diversos aspectos” (MARX, ENGELS, 2007, p.61) envolvendo causalidades e a ação humana que pode desvendar caminhos possíveis *a partir* dos processos de vida reais (a forma de produção e intercâmbio), a obra de Marx seria um “sistema concluso [e não o que ela efetivamente é, ou seja], o fundamento da ontologia do ser social, [uma] teoria crítica da sociedade passível de correções, ampliações e aprofundamento” (NETTO, 1981, p.29).

Para fins de análise em relação a categoria ideologia, convêm apontar alguns motivos e desfechos desse marxismo recortado. Quanto às motivações, Netto (1981, p.19-27 passim) relata que o desmembramento do pensamento fundamental de Marx se deu para, 1) “legitimar um evolucionismo sociopolítico sustentado pela noção de inevitabilidade da transição socialista”; 2) impedir qualquer contestação ao poder autocrático de Stalin; e, por extensão, 3) suprimir da “crítica teórica as questões referentes ao Estado, à burocracia, à cidadania, à liberdade, à vida cotidiana, etc”, a qual, se efetivada e publicizada, atingiria a casta burocrática ao denunciar as desigualdades políticas e econômicas criadas por uma elite de funcionários do Estado soviético. Em relação às repercussões, uma foi significativa: alguns grupos, justamente pela leitura restrita das obras de Marx e com o aporte de parte de seus intérpretes, passaram a se valer ou a questionar não a teoria social por ele desenvolvida durante parte substancial de sua vida, mas, sem procurar saber, de fragmentos postos a serviço do socialismo real, ou, conforme explica Netto (1981, p.27), de “um conjunto de representações cuja funcionalidade [era] produzir e fornecer um sistema inclusivo de normas [para convalidar] uma determinada estratégia política (de poder)”⁷.

Isso posto, verifica-se o poder da ideologia ao subverter a teoria marxiana colocando o capitalismo como destruidor de si independentemente das *relações* envolvendo as causalidades (automovimento) em conjunto com os pores teleológicos

7 Netto (1980, p.19) aponta Kautsky e Plekhanov como teóricos que desenvolveram a base desse marxismo funcionalista.

orientados à sua manutenção e aqueles efetivamente embasados em sua superação. Ao mesmo tempo, se abriu margens para o alastramento de entendimentos e ideologias que veem tal forma social como uma entidade natural, a qual sempre regulou as relações humanas e perante a qual, tal como expressou a ex-primeira ministra britânica Margareth Thatcher, não haveria alternativa.

Mas de onde vem o poder da ideologia? Trata-se somente de um componente da superestrutura que é a expressão de grupos e classes a fim de confirmar ou mesmo questionar a base produtiva e reprodutiva calcada em relações sociais de exploração para a valorização do valor, bem como os desdobramentos políticos, filosóficos e, no caso do nosso objeto de estudo, das ideias relacionadas ao turismo e à imagem dos espaços assim especificados? Feitas as considerações que propiciam uma iniciação ao que se pretende abordar – a ideologia e o seu poder *no* e *do* espaço tornado turístico – apresenta-se três abordagens marxianas a seu respeito para se tentar alcançar respostas aos questionamentos levantados. Evidencia-se que elas acompanham a análise de Marx a respeito do ser social e não são auto-excludentes.

1. A IDEOLOGIA COMO INVERSÃO E PARCIALIDADE

A primeira noção de ideologia refere-se àquela relacionada a concepção idealista das coisas, qual seja, a das inversões que ocorrem tal como em uma “câmara obscura”⁸: “les idéologies sont [...] des illusions collectives, des mystifications, des représentations fausses [...] que les hommes se font d’eux-mêmes et que nous recevons toutes faites de la société où nous vivons” (ELLUL, 2012, p.260)⁹. Nesse sentido, as ideologias refletem o subjetivo transformado em objetivo, ou as coisas materiais e imateriais apropriadas pelos sentidos sem se efetivar a interação com seus elementos ou categorias socioespaciais constitutivas e condicionantes, as quais operam independentemente do nosso conhecimento em relação a elas. Se nas primeiras relações sociais (o trabalho em família, nas tribos, por exemplo) “a produção das ideias, das representações, da consciência é [...] entrelaçada sem mediações com a atividade material e o intercâmbio material [...]” (MARX, ENGELS, 2007, p.48), com o desenvolvimento das relações sociais calcadas na divisão material e intelectual do trabalho, a interação dos seres com o seu ambiente acaba cada vez mais mediada por elementos associados a concepções de mundo que não

8 Marx e Engels se referem em “A ideologia alemã” a câmara escura como metáfora de inversão da consciência, pois o seu funcionamento, o qual é basicamente o da lente de uma máquina fotográfica, consiste em capturar a imagem por um pequeno orifício e projetá-la invertida para que seja gravada.

9 “As ideologias são as ilusões coletivas, as mistificações, as representações falsas, mas inconscientes, que os homens fazem deles mesmos e que nós recebemos inteiramente da sociedade em que vivemos”.

refletem necessariamente a sua práxis, sendo a consciência capaz de “representar alguma coisa sem representar algo real” (MARX, ENGELS, 2007, p.54). Nesse processo, coloca-se ou apresenta-se caminhos analíticos que fragilizam os laços entre realidade e consciência, provocando severos efeitos reais.

Por exemplo: também sob o discurso de que o turismo é um importante mecanismo de crescimento econômico e inclusão social, foi criado no Brasil, em 1994, o Programa Nacional de Municipalização do Turismo. Desenvolvido durante as duas gestões do então presidente Fernando Henrique Cardoso, tal política pública contemplou municípios de diversas configurações, desde aqueles que contam com atributos que podem ser comercializados turisticamente ou servir de ponte para a produção de serviços (mercadorias), até os que, além de não contarem com eles, possuem a economia movimentada por setores como os de mineração e de papel e celulose, com todas as consequências socioambientais ligadas a tais atividades. Sem disponibilizar recursos para a execução de projetos, um dos principais programas de turismo do governo federal daquele período consistiu na realização de oficinas, arquitetadas de forma que os poucos integrantes com uma visão diferenciada dos técnicos-moderadores eram intimidados e aqueles que mostravam afinidade na elaboração de propostas eram treinados e motivados para empreenderem um turismo “sustentável” em seus municípios, o qual se concretizaria pela força das ideias no que se refere à busca por recursos, a “distribuição de renda” via geração de empregos, a preservação ambiental, a redução de conflitos locais por meio da união e do consenso. Considerava-se, então, não a realidade socioespacial para além da empiria com a produção material e imaterial e a sua devida hierarquização social, mas as boas ideias dos técnicos-mediadores e dos participantes, bem como a motivação e empreendedorismo pessoal. Verifica-se, com isso, que o falso acarreta repercussões reais e as ilusões constituem-se como eixos norteadores dos indivíduos, os quais são movidos por um suposto cientificismo que se alterna entre o positivismo e o idealismo (reacionário, não raras vezes). Voltados a questões operacionais com vistas à qualidade total pelo e para o mercado, ignora-se, com isso, qualquer análise ontológica e do movimento socioespacial real.

É preciso esclarecer que a referência à ideologia como representação falsa não pode ser identificada como errada, pois, por um lado, a falsidade refere-se a *parcialidade* do fato ou conjunto de fatos e/ou, por outro, em algo que não é verdadeiro justamente por se constituir a partir de um entendimento *invertido* ou com fundamentação subjetiva (ideal). A parcialidade, nesse caso, se concretiza ao se desconsiderar o Estado como instituição-suporte dos interesses das classes representativas do capital, tratando-o tão somente conforme as suas formas e funções institucio-

nais, além de ignorar as categorias constituintes do turismo que se firmam conforme a hospitalidade torna-se cada vez mais produtiva. Já a inversão diz respeito ao que foi mencionado anteriormente: a subjetividade que se move por ela e, portanto, com autonomia. Conforme esclarece Eagleton (1997, p.33), deve-se considerar o falso como algo “inverídico para o caso em questão, [onde há] uma certa proporção entre proposições empíricas e aquilo que poderíamos grosseiramente denominar ‘visão de mundo’, na qual a última leva uma ligeira vantagem sobre as primeiras”.

Por assim dizer, nessa primeira noção em que o idealismo combina-se com o empirismo, o ideólogo ou aquele sujeito que produz a ideologia não deixa de se embasar em verdades e produzir explicações até mesmo convincentes a respeito delas, mas trata-se de veracidades fragmentadas por estarem calcadas somente em “uma parcela de verdade empírica ou conceitual” (LEFEBVRE, 1999, p.14). Afinal, para que as ideologias sejam eficazes, elas “[...] devem dar algum sentido [...] à experiência das pessoas; devem ajustar-se, em alguma medida, ao que elas conhecem da realidade social com base em sua interação prática com esta” (EAGLETON, 1997, p.26). Dessa forma, a ideologia como falsa consciência se justifica e opera, pois, “pelo menos uma parte daquilo que chamamos de discurso ideológico é verdadeira em um nível, mas não em outro: verdadeira em seu conteúdo empírico, mas enganosa quanto a seu valor [...]” (EAGLETON, 1997, p.28). Trata-se de algo que possui fundamentação na observação de Marx (2008, v.VI, p.1080) de que “toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas”.

Ao buscar distinguir “tipos” de relações entre o turismo e o território, Knafo (1996, p.72, grifo nosso) defende que “a forma mais acabada de **turismo sem território**, isto é, do turismo que se contenta com sítios e lugares equipados, é o turismo ‘fora do solo’, quase completamente indiferente à região que o acolhe e onde a extensão planejada nada mais é do que um espaço-receptáculo”. Em um nível, tal colocação é procedente e corrobora críticas ao chamado “turismo idiotizante” (SANTOS FILHO, 2005, p.37), pois se sabe que complexos de lazer como parques temáticos, *resorts* e até mesmo corredores turísticos (circuitos municipais, por exemplo) são parcialidades elaboradas para criar certas realidades convenientes a uma estrutura de poder (produtivo e rentista). Mas, em outro nível, trata-se de uma observação falsa, pois se desconsidera que a chamada “extensão planejada” envolve grupos sociais que interagem em atividade de trabalho para que os serviços a elas atrelados sejam realizados (vendidos): havendo domínio em relação ao que será prestado, abarcando *como, sob quais condições e para o usufruto de quem*, a interação contraditória entre capital *versus* trabalho configura e reconfigura territórios, compreendidos como todo e qualquer espaço em produção.

*O que se pretende dizer é que, não podendo haver separação entre produção (do turismo) e consumo (por turistas) nesses espaços “divorciados”, torna-se sem cabimento a menção de que há um “tipo” de relação do “turismo sem o território”, quando o que existe é uma série de complexidades (trabalho, turismo, capital, ideologia, bens culturais) de uma totalidade (forma social) e o papel da ideologia na alienação dos indivíduos-turistas deve ser considerado e estudado; ao mesmo tempo, são exatamente esses grupos atrelados ou não a unidades produtivas de serviços (operadoras, agências, alojamentos) que podem propiciar outras e novas dinâmicas às realidades socioespaciais, fazendo-as reflexos desse consumo e confirmando que a produção determina o consumo, mas o inverso também é verdadeiro: “a produção medeia o consumo, cujo material cria, consumo sem o qual faltaria-lhe o objeto. Mas o consumo também medeia a produção ao criar para os produtos o sujeito para o qual são produtos” (MARX, 2011, p.53). Ou seja: não há uma dinâmica do espaço que opera *por trás* de empreendimentos turísticos (ou um tipo de turismo sem o território), mas existem *relações* somente possíveis pelos sujeitos em interação, sendo que essas não são necessariamente alcançadas e compreendidas por eles em seus fundamentos no simples contato com tal ambiente social. Conforme será verificado adiante, a ideologia como inversão ou falsa consciência possui apenas (apenas!) um papel em relação a isso. O fato é que a análise da relação dialética, ou seja, as contradições da unidade ou do todo social e suas determinações (categorias) precisa ser empreendida, caso contrário, a averiguação prende-se a “tipos” específicos ou ideais que se relacionam conforme suas funcionalidades na estrutura idealmente recortada e descolada do pressuposto fundamental – as forças produtivas e o tecido social que as movimentam.*

Knafou (1996, p.73) finaliza sua abordagem a respeito do turismo e do território, com a seguinte colocação: “[...] se recusarmos o domínio exclusivo do mercado sobre esta atividade humana [o turismo] que é um importante meio de desabrochamento do indivíduo e se tentarmos colocar um pouco de ordem num fenômeno multiforme, teremos então feito um pouco de progresso”. Tal afirmação¹⁰, que relega a segundo plano uma categoria que é ontologicamente precedente (o produzir e o reproduzir-se), desata a prática social da categoria valor e situa o planejamento embasado em uma lógica-racional-ideal como ente responsável pela instauração de “um pouco de ordem”. Além disso, constitui-se em um posicionamento invertido, o qual, uma vez absorvido para propiciar legitimidade às ações de um poder político,

10 O autor trata o “mercado” no sentido da economia (receitas, despesas, gráficos, fórmulas) e não da crítica à economia política (como se produz a sociedade capitalista, envolvendo as interações contraditórias a partir do trabalho que promove a variação do valor concretizando o valor a mais). O primeiro somente pode ser revelado e exposto enquanto relação estabelecida historicamente por meio da segunda.

por exemplo, acaba servindo de máscara às reais vinculações e, portanto, limitações desse importante instrumento (do planejamento) pelo e com o chamado “sociometabolismo do capital” (MÉSZÁROS, 2006).

Considerando que as verdades parciais são mais fáceis de serem acessadas, posto que elas condizem com a observação do fato em sua forma mais explícita; além de que os malabarismo teóricos que, com frases chamativas de alto teor subjetivo invertem os papéis (o Estado é quem produz a sociedade civil e não o contrário, os planejadores e promotores territoriais é que dinamizam a sociedade e não o contrário) e podem apresentar exequibilidade pontual (a reforma de uma praça, um projeto de inclusão social via criação de empregos, a restauração de edificações, as oficinas de empreendedorismo para o desenvolvimento com bases locais, a delimitação de um circuito gastronômico ou cultural), eles acabam criando e alimentando a ilusão de que planos e projetos transformados em ações amenizam ou mesmo eliminam certas relações intrínsecas ao modo de produção capitalista, tratando-as de maneira tão natural que acabam não sendo pensadas e compreendidas e, por extensão, deixam de ser discutidas e questionadas.

O sentido prático de que fala Eagleton e do qual a ideologia se vale para tratar situações que são sociais como se fossem inatas aos seres ou naturais (e, inescapavelmente, tenta dissipar caminhos para análises circunstanciadas), está ligada a blocos de poder e equivale ao que Lefebvre (2008, p.45) chama de “espaço instrumental”, [o qual] permite impor uma certa coesão (pela violência) [quando se faz necessário], quanto dissimular as contradições da realidade (sob uma aparente coerência racional e objetiva), [sendo que] os termos ‘coesão’ e ‘coerência’ significam regulação buscada, pretendida, projetada, o que não quer dizer obtida”. O desdobramento frustrado para o “bem de todos”, mas exitoso para o proveito de alguns, se explica pela própria sociedade de classes e, portanto, pela relação capital *versus* trabalho, fazendo com que mesmo as propostas mais sensíveis e até mesmo conhecedoras de tal relação contraditória não tenham condições de tocar em suas tramas constitutivas e reprodutivas caso não se posicionem em uma condição prática de enfrentamento. E não poderia ser diferente, pois, conforme nos lembra Lefebvre (2008, p.57), “as contradições do espaço não advêm de sua forma racional, tal como ela se revela nas matemáticas. Elas advêm do conteúdo prático e social e, especificamente, do conteúdo capitalista”. Caso não fosse assim, seria possível verificar a resolução absoluta de contradições e antagonismo via aplicação das alíneas de manuais, como aqueles direcionados ao “turismo responsável” a partir de “políticas locais”.

Uma diferença a ser ressaltada é que existem ideólogos que nem sempre sabem a que interesses está submetido e, a maioria, nessa quadra da história, se movem com total clareza de quem os governa. Esses últimos contribuem conscientemente com a formação de uma falsa consciência para o favorecimento das classes dominantes. Frederich Hayek é um exemplo. Tendo suas publicações financiadas pelas instituições mais reacionárias do planeta, sua colocação comentada por Mészáros (2006, p.197) de que “sem os ricos [...] os pobres que existissem seriam muito mais pobres” busca, por um lado, apontar que os interesses das classes dominantes são direta e indiretamente estendidos a outras classes e, por outro, apagar o fato de que os representantes da riqueza somente têm condições de sê-lo pela produção socializada e pela forma histórica e social de sua apropriação. Nesse sentido, Hayek é um expoente pensador da parcialidade e disseminação de uma perigosa ideologia, pois trabalha em um nível de abstração que é de fácil apreensão pela experiência cotidiana das pessoas.

Mas existem outros situados do lado oposto em relação a personagens da estirpe de Hayek e empenham-se em apontar uma saída para as desigualdades que impedem o desenvolvimento das diferenças humanas. Alguns que se debruçaram no estudo do turismo, como Knafo, servem como exemplo por apresentarem preocupações socioespaciais legítimas, mas invertidas no que se refere às mediações com o ponto de partida¹¹ e, consequentemente, em seus resultados práticos. O que se pretende ao mencionar tais pensadores é ressaltar o que foi anteriormente apontado: a ideologia como falsa consciência ou pensamento atrelado a verdades aparentes não pode ser desconsiderada por um instante sequer em sua operacionalidade ou em sua função social, muito ao contrário, ela possui uma significativa influência na prática produtiva e reprodutiva cotidiana, desencadeando ilusões e concepções de mundo totalmente parciais, seja quando partem de sujeitos conscientes de seus papéis em amplos processos de mistificação da realidade, seja daqueles que desconhecem ou pensam conhecer os condicionalismos socioespaciais vigentes e habilitam a consciência pura como auto-produtora das necessárias mudanças.

A *inversão* e as *formas aparentes* geralmente associam-se nos espaços tornados turísticos, ajudando, em seus devidos limites, a delimitar a liberdade dos sujeitos no que se refere à apreensão de suas relações com e no conjunto das objetividades humanas (materiais e imateriais): a primeira por carregar a ideia de que os projetos

11 A mediação em relação ao ponto de partida refere-se às ideias concebidas e que se autonomizam no processo de abstração, o que não significa a inexistência do ente empírico como referencial de averiguações. Esse será sempre o sinal, tanto para as abstrações desconexas como para aquelas que retornam ao real com possibilidades de explicá-lo, tal como coloca Marx quando aborda o método da economia política na introdução dos Manuscritos de 1857-1858.

e programas de incentivo à estruturação do turismo podem contribuir com uma sociedade mais justa, preservacionista e inclusiva ao oportunizar empregos e/ou iniciativas diversas; e a segunda, ao tentar evidenciar os atributos socioespaciais fracionados como se fosse a realidade de todo o espaço. Ambas, compreendidas como resultados de pseudoteorias, pois não têm condições de reproduzir a realidade social no pensamento, acabam tragadas como meios que servem tanto para a legitimação de ações do Estado e da classe dominante (ou frações dessa), à qual tal instituição está intimamente associada, como para o desenvolvimento do turismo a partir de iniciativas localizadas já experimentadas e “acertadas” (como, por exemplo, a Prainha do Canto Verde, em Beberibe-CE). Por outro lado, as teorias efetivas que assim podem ser caracterizadas ao darem conta da reprodução ideal de um momento da dinâmica socioespacial, acabam sufocadas por tais representações que confundem a teorização da vida prática real (a qual pode orientar os sujeitos sociais) com aquela (pseudo) teorização para a prática operacional (que é pragmática para a produção nessa e dessa forma social e, portanto, não diverge dos ditames do valor-capital).

Conforme expõe Eagleton (1997, p.79) “as ideias podem ser consideradas ideológicas porque negam suas raízes na vida social [...]; ou podem ser ideológicas exatamente pela razão oposta – por serem expressões diretas de interesses materiais [...]”. Tal associação entre formas aparentes e inversões operam naqueles espaços que podem ser adjetivados como turísticos na razão direta da ascensão do trabalho produtivo nos serviços e dos capitais rentistas. Constata-se isso em realidades tal qual a da cidade colonial mineira de Ouro Preto, localidade que conjuga a *inversão* pelos projetos e programas preservacionistas e a *parcialidade* pela projeção das formas, ou seja, uma ideologia *no* espaço para a ilusão coletiva.

1.1 A ideologia *no* espaço: o centro de Ouro Preto-MG como exemplo marcante

É possível afirmar que tais questões (inversão e parcialidade) concretizaram-se em Ouro Preto com a evolução das visitas e apropriação do patrimônio como algo que, além de possuir uma significação ou um valor de uso para parte dos seus habitantes e viajantes (certamente a alguns daqueles não vinculados aos chamados pacotes turísticos), acaba alcançado como valor para a produção e reprodução do capital associado às rendas diferenciais e de monopólio. Mas é preciso observar mais atentamente tal processo: inicialmente, a categoria patrimônio em sua relação com o valor (e não com o valor de uso ao qual está atrelado o simbolismo ou a significa-

ção) não estava desenvolvida devido à quase inexistência de uma dinâmica produtiva no momento da realidade socioespacial em questão, seja via atividades turísticas, seja por transações imobiliárias. Faço referência ao final da década de 1930 quando Manuel Bandeira, ao escrever suas observações no formato de um guia da cidade, coloca que “Ouro Preto é a cidade que não mudou, e nisso reside o seu incomparável encanto”. Em seguida, o poeta apresenta o motivo para essa estagnação mantenedora do barroco: “[...] os prédios novos são exceção em Ouro Preto. Ela conservou, mercê de sua pobreza, uma admirável unidade” (BANDEIRA, 2000, p.34).

Bandeira refere-se ao fato de que a riqueza produzida na então Vila Rica do século XVIII cedeu espaço à pobreza, tanto pela forma como era produzida e distribuída, como pelo declínio da atividade mineradora, ficando os monumentos religiosos, casarios e prédios públicos conservados por sua módica fluidez econômica. Iniciada no início do século XIX e acentuada com a mudança da capital, em 1897, para Belo Horizonte, somente na década de 1950 tal processo muda de curso, primeiramente com a ativação da fábrica de alumínio canadense Alcan (atual Novelis)¹² e, algum tempo depois, como cidade-sede de uma universidade federal, a qual foi criada em 1969 e que integrou duas antigas escolas, a de Farmácia (de 1836) e a de Minas (de 1876).

As relações redimensionadas com a atuação da empresa e da instituição de ensino, além da constituição de unidades produtivas menores (de bens, mas principalmente de serviços) como suporte à população que, em 1960, retomou o número do momento de mudança da capital (SIMÃO, 2006), acabaram por reconfigurar as adjacências do antigo núcleo urbano descrito por Manuel Bandeira. Bairros estabelecidos conforme as necessidades de reprodução cotidiana dos sujeitos que se dirigiam a Ouro Preto com a intenção de encontrar meios de sobrevivência surgiram com a mais brutal falta de estruturação. Costa (2011, p.334) observa que a quase totalidade dos morros ocupados e mesmo as áreas um pouco menos acidentadas, como o bairro Saramenha, são caracterizados pela “ausência de planejamento e controle urbanos [...], o que redundou em ocupações e assentamentos precários, de riscos geológicos, além de serem, em sua maioria, áreas com restrito acesso aos serviços urbanos [...]”. Contraditoriamente, nos poucos espaços onde a racionalidade do planejamento das formas está estampada, essa acentuou a desigualdade socioespacial conforme o crescimento populacional e ampliação do acesso ao crédito, pois *mercado imobiliário* e *preços* os fecham aos pobres, os quais são e tendem a ser confinados nos locais mais inapropriados a uma vida digna.

À época dos itinerários poéticos de Manuel Bandeira pela Ouro Preto pouco fluída

12 Desde 2007 pertencente a Aditya Birla Group, com sede em Mumbai, Índia.

em termos produtivos do patrimônio edificado, servindo este mais como simbolismo ou *valor de uso* para alguns do que propriamente às relações sociais que fazem de uma coisa *valor*, o movimento modernista já havia realizado uma viagem às antigas cidades mineiras (em 1924) com o intuito de colocar em voga uma identidade da arte genuinamente nacional, identificada por Mário de Andrade anos antes. Com isso, nasce a noção de “‘cidade histórica’ [como] uma criação da sociedade moderna do início do século XX, [sendo ela um] produto de uma necessidade de afirmação de ‘identidade pelo território’, na forja do Estado-nacional” (COSTA, 2011, p.129). Em 1933, Ouro Preto é enquadrada como Monumento Nacional pelo decreto-lei 22.928 e, em 1938, foi inscrita no Livro de Tombo das Belas Artes, um ano após a criação do órgão federal de preservação, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (SIMÃO, 2006).

Começava, naquele período das andanças de Manuel Bandeira (sendo ele próprio um modernista incentivador da visibilidade daquele patrimônio até então esquecido com a publicação do seu guia turístico), uma preocupação focada no conjunto urbanístico estabelecido no século XVIII, inicialmente por órgãos federais e estaduais e, posteriormente, pelo poder público local e organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a qual, em 1980, inclui Ouro Preto em sua listagem do patrimônio cultural da humanidade. O centro esplêndido impunha-se enquanto os “assentamentos precários” evidenciados por Costa (2011) se corporificavam como resultados não somente das novas dinâmicas das relações sociais produtivas ligadas inicialmente à fábrica de alumínio, mas, também, ao foco das ações do Estado e instituições nacionais e internacionais nesse “centro histórico” ou no conjunto patrimonial com relevante apelo turístico: o desdém com o entorno se gestava paralelamente aos decretos, inscrições, apreciações, histórias e poesias.

Para o turismo e o mercado imobiliário, conforme já mencionado, o valor de uso, simbolismo ou significação é algo secundário em si, sendo que desconsiderar isso é passar ao largo das reais finalidades das relações entre os seres no capitalismo ou dar maior apreço às questões cognitivas (operacionais e ideais) enquanto se desconsidera as ontológicas. Dessa forma, a interação primordial do patrimônio mundial é com a categoria valor, independentemente de o seu valor de uso continuar a atender fantasias, sonhos românticos, boas e más lembranças. Conforme aponta Marx (2008, v.I, p.115):

Consideram-se meros símbolos os caracteres sociais adquiridos pelas coisas ou os caracteres materiais assumidos pelas qualificações sociais do trabalho na base de um determinado modo de produção, e, ao

mesmo tempo se sustenta que eles são ficções arbitrárias sancionados pelo consentimento universal. Era esse o modo de proceder típico do iluminismo em voga no século XVIII, para eliminar, pelo menos transitoriamente, a aparência misteriosa das formas então enigmáticas das relações entre os homens, cuja origem não se podia ainda decifrar.

Sabe-se que o ideário iluminista com a célebre expressão *liberdade, igualdade e fraternidade*¹³ não teve condições de se realizar em termos práticos, pois os movimentos revolucionários resultaram, sobretudo, na transferência dos privilégios de uma classe para outra, podendo a burguesia firmar o seu poder como representante do capital e, portanto, como classe que resguarda as relações sociais que possibilitam a sua existência e expansão. Tal ideário, baseado no “apelo a uma natureza desinteressada, à ciência e à razão, em oposição à religião, à tradição e à autoridade política, simplesmente mascarava os interesses de poder a que essas nobres noções secretamente serviam” (EAGLETON, 1997, p.66). E isso se estende e se aprofunda nos dias de hoje: há uma ideologia que, ao enquadrar e divulgar a preservação do patrimônio enquanto valor de uso ou puro simbolismo acaba por conformar uma consciência falsa ou invertida, situando as boas ideias associadas ao empenho do Estado, da iniciativa privada e de filantropos como a saída para a *resolução* de antagonismos e contradições. Tais discursos e ações preservacionistas, sendo muitos deles com boas intenções e embasados em estudos pormenorizados, desconhecem ou negam as relações sempre e cada vez mais contraditórias das categorias capital, rendas, patrimônio e turismo, bem como os expedientes que geram a magnitude da primeira (a exploração do trabalho) e a sua natureza (as relações humanas mediadas pela mercadoria). Por isso a advertência de Marx (2008, v.I, p.115) quanto ao desvio dos fatos reais quando se considera “meros símbolos os caracteres sociais adquiridos pelas coisas ou os caracteres materiais assumidos pelas qualificações sociais do trabalho na base de um determinado modo de produção”.

Sendo assim, aos ideólogos que desconhecem os condicionalismos sociais reais (ou a forma de produção material da vida social), “a ideologia [...] relaciona-se com um vigoroso programa de engenharia social, que irá refazer nosso ambiente social, alterando assim nossas sensações e modificando, por conseguinte, nossas ideias” (EAGLETON, 1997, p.67). Dessa falsa consciência aproveitam-se algumas institui-

13 Mészáros (2007, p.186) nos lembra de que no curso histórico-social as ideias de “‘fraternidade’ e [...] ‘igualdade’ tinham de ser totalmente rejeitadas, frequentemente com indistigável desprezo, e a ‘liberdade’ reduzida ao frágil esqueleto do ‘direito democrático ao voto’”. Essa última, deve-se enfatizar, restringe-se pelo próprio poder da ideologia associada a governos democráticos e até aqueles que se dizem representantes da classe trabalhadora, como o PT no Brasil. Contudo, essa liberdade restrita pode se tornar ainda mais frágil quando as relações socioespaciais comandadas pelo capital se veem ameaçadas: “[...] como a história no século XX demonstra amplamente, mesmo as escassas medidas de igualdade formal são com frequência consideradas um luxo inacessível e anuladas sem cerimônia por práticas políticas corruptas e autoritárias, ou ainda por intervenções ditatoriais realizadas abertamente” (MÉSZÁROS, 2007, p.186).

ções que, por um lado e, nesse caso, visualizam o urbano somente nos limites do núcleo tombado e, por outro, buscam benefícios econômicos diretos e/ou indiretos via preservação e manutenção dos bens patrimoniais. E é justamente da associação dessas ideologias (inversão, formas fenomênicas e de grupos economicamente dominantes) que as obras de restauro e salvaguarda tornam-se realidade, bem como a instalação de mobiliário urbano, os paisagismos, os festivais, os cursos de bem receber e as sessões onerosas de instituições públicas a empresas mineradoras que têm, dentre suas estratégias mercadológicas, a “educação” patrimonial.

Costa (2011) complementa a explicação dessa dinâmica em Ouro Preto: no momento em que a cidade passa a constar na lista da UNESCO no início da década de 1980, as recomendações e conceitos de tal organização são absorvidos por organismos que ele denomina de “arquitetos do mundo” (COSTA, 2011, p.166) tal como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e os Estados Nacionais. Tais “arquitetos” valem-se dos posicionamentos e ações anteriormente mencionados (estudos, propostas, ações educacionais) com o intuito de preservar e atribuir valor para a troca:

[...] simultaneamente à busca da proteção [pela UNESCO e seu comitê] caminham os agentes diretamente propulsores da ‘patrimonialização global’, aqui tratados como arquitetos do mundo [...]. Logo, graças à ciência, à tecnologia e à informação (que dão nova forma aos territórios e favorecem conexões mais longínquas que levam ao desenvolvimento das relações internacionais), além da difusão do conhecimento sobre os lugares especiais, que objetivam a preservação das singularidades, o processo de mundialização econômica subsidiada pelas agências multilaterais se apodera de tais singularidades (no caso o Patrimônio Mundial) e mesmo de discursos científicos para se auferir não apenas o lucro, mas a renda de monopólio nos lugares ‘construídos’ como especiais (COSTA, 2011, p.169).

O trato com os bens patrimoniais tem como referência uma série de recomendações de que são exemplos as cartas, compromissos e recomendações, sendo que as Normas de Quito (1967) em conjunto com a Carta de Veneza (1964) atrelam a conservação à utilidade do bem. As primeiras são mais explícitas em relação às diretrizes sugeridas no que se refere à atribuição não de uma simples finalidade, mas, em última instância, de um finalismo econômico a conjuntos arquitetônicos: observa-se que o item V das Normas de Quito pontua sete questões relativas à “valorização econômica dos monumentos”, enquanto o VII traz mais sete recomendações acerca dos “monumentos em função do turismo” (IPHAN, 2000, p.109-115 passim). Costa (2011, p.151) adverte que, esses documentos atrelados a uma listagem do patrimônio em todo o mundo e a atuação de gestores locais para adaptar os “centros históricos” de acordo com tais normativas, acabam servindo como chancela para “o processo simultâneo, relacional

e contraditório de uma ‘preservação’ para a ‘mercantilização’ do patrimônio no Brasil [...], necessária à reprodução do capital nas ‘cidades históricas’ através do turismo”.

Um exemplo pontual dessa grande indústria patrimonial afinada com o turismo e os agentes imobiliários (2011) é o Programa Monumenta, do qual Ouro Preto faz parte. Trata-se de uma ação do governo federal que começa a ser gestada em 1995 no contexto do Plano Avança Brasil, sendo o contrato de financiamento com o BID assinado em 1999. Segundo Costa (2011, p.268) do total de recursos para cada município participante (definidos pelo IPHAN), “70% [são] de aporte federal, aí incluídos os valores referentes ao Contrato de Empréstimo junto ao BID e 30% de contrapartida municipal ou estadual [...]”. A concretização do programa ocorreu pela associação estratégica entre a falta de direcionamentos de recursos do fundo público para o restauro e preservação de bens patrimoniais e pela disponibilidade de financiamento do BID, segundo a lógica de que o mercado constitui-se como o interventor mais apropriado. Deve-se esclarecer que o interesse do referido agente financiador na viabilidade econômica do patrimônio mundial se acentua com o financiamento para a recuperação do centro histórico de Quito, no Equador, após um terremoto em 1988, uma vez que tal conjunto de obras conferiu ao espaço uma nova dinâmica econômica com a participação do mercado imobiliário e de comerciantes voltados, sobretudo, aos fluxos turísticos (POZZER, 2011).

A partir daí, o BID passa a formular mecanismos de contrapartida para a concessão de financiamento que podem ser encontrados no Monumenta, os quais, em termos gerais, constituem-se na formulação de modelos “de políticas públicas que conciliem a conservação do patrimônio, a dinâmica econômica e os interesses imobiliários” (POZZER, 2011, p.53). Nesse sentido, o programa opera visando: 1) a preservação patrimonial necessariamente associada a sua utilidade econômica, sendo que a manutenção do conjunto deve passar a ser auto-sustentada por empreendimentos privados; 2) que se efetive a conscientização do “valor histórico” dos bens atrelada e somente possível pelos novos usos; 3) que as áreas de intervenção constituam-se em unidades harmônicas e de expressivo impacto visual, fomentando a movimentação de turistas. Costa (2011, p.269) aponta, ainda, que essa ação integrada buscada pelo programa com investimentos conjuntos (Estado, investidores privados, BID) e focadas no patrimônio e acessos, “se refere mais à atuação de capitalistas e menos à ‘integração’ popular efetiva [...]”, fato que pode ser observado não somente em Ouro Preto, mas nas outras realidades alcançadas pelo BID.

É o caso do bairro Pelourinho e “centro histórico” de Salvador, também inscrito como patrimônio mundial pela UNESCO (1981) e que passou por uma verdadeira

“limpeza” social chamada de “requalificação” (BARBOSA, 2001, p.90). Por meio da restauração, inicialmente de cerca de 400 casarões, o intuito era viabilizá-los para o comércio mediante desapropriações seguidas de indenizações que mal possibilitaram o acesso dos então habitantes do Pelourinho a um barraco na periferia de Salvador-BA. Citando uma reportagem do jornal Folha de São Paulo, de agosto de 1994, Barbosa (2001, p.90) expõe a quem serve o processo de cenarização com a afirmação da arquiteta Adriana Castro, ex-diretora do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. Segundo ela, o objetivo era “transformar um bairro decadente, habitado por desempregados, prostitutas e traficantes, numa região que conjugasse preservação histórica e valor imobiliário”.

Entende-se que a palavra revitalização, quando proclamada por órgãos como o IPHAN, o BID e agentes estaduais e municipais do patrimônio, geralmente é sinônimo de realidade socioespacial marcante e livre de conflitos sociais, a qual é um dos resultados do jogo de interações contraditórias que a fazem parecer um ambiente autêntico. A racionalidade para e pela questão econômica traduz-se na irracionalidade para com os sujeitos que se tornam empecilhos ou algo insalubre que deve ser eliminado, não importando a patologia dessa condição. E essa é a forma de promover a circulação de turistas e a produção associada a essa dinâmica. Pode-se afirmar, com isso, que o discurso e as ações preservacionistas associadas ao desempenho dos “arquitetos do mundo” (COSTA, 2011) invertem o entendimento dos sujeitos e os confinam nos circuitos valorizados como valores (e não como valores de uso de onde provém a substância que, no capitalismo, somente vale enquanto ente intercambiável), a partir de um referencial empírico que trata a história e a cultura como elementos estanques, ou, conforme colocam Marx e Engels (2007, p.65), “limita-se a nos oferecer a história das ideias, desconectada dos fatos e dos desenvolvimentos práticos que lhe servem de base [...]”. E essa é a contradição: *o turismo histórico-cultural ante a mercadoria “patrimônio” acaba, em termos ideológicos superestruturais ou por uma ideologia no espaço turístico, invertendo e fracionando, podendo ser compreendido como prática que contribui cada vez mais com a alienação reificada na razão direta do desenvolvimento ou evolução de um mercado que firma-se, também, com a beleza dos cenários.*

Tal fato em território mundial advém do que Marx e Engels (2007, p.87) chamam de “a grande indústria”, sendo que essa pode ser metamorfoseada aqui pelo turismo e pela patrimonialização: “[ela], por meio da concorrência universal, obrigou todos os indivíduos ao retesamento extremo de suas energias. Destruiu, onde foi possível, a ideologia, a religião, a moral etc. e, onde logrou fazê-lo, transformou-as em uma mentira palpável”. Os atributos socioespaciais que ela não almejou incluir ou, ao menos, não alcançou a partir de algumas atividades como o turismo, a significação dos sujei-

tos ligada a categoria *valor de uso*, contraditoriamente, pode ter ficado somente na memória. Desligada ou desarticulada a relação *valor de valor de uso* e, daí, *valor-capital* e *rendas*, as belas edificações do século XIX que margeiam a estrada de ferro da Graciosa na Serra do Mar do Paraná ruíram; e o mesmo processo pode ser observado com o conjunto arquitetônico da Central do Brasil entre os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro e muitos outros casos, o que demonstra que a significação (subjetiva) não pode fazer de um *valor de uso*, *valor*. Este fato pode comprometer e compromete uma diversidade de objetividades humanas extremamente marcantes em relação a um tempo histórico e/ou a configuração de um espaço, enquanto requalifica outras.

A “totalidade urbana” de Ouro Preto como “totalidade-mundo” de que fala Costa (2011) significa a preocupação evidente com o patrimônio em escala local sob imperativos de instituições representativas do capital em escala mundial, preocupação essa que serve como mediação entre o turismo e a produção de valor e/ou obtenção de rendas. O segundo propósito não aparece em uma primeira averiguação ou fica difuso nessa ideologia invertida dos grandes projetos e das formas, mas é ele o ente primordial. Com isso, aos responsáveis pela existência do *valor a mais* (a classe trabalhadora) inseridos na dinâmica do patrimônio para e pelo turismo, o próprio posicionamento deles na estrutura de classe dos circuitos produtivos os relega aos morros com as formas de habitação mais precárias que, se não poderiam aparecer no guia do poeta na década de 1930 por questões empiricamente impossíveis de se registrar, hoje não aparecem devido aos holofotes no espetáculo patrimonial¹⁴. Para aqueles que têm condições de controlar tal produção e devem se empenhar na geração de excedentes como princípio básico de acumulação, competitividade e domínio de mercado, fica o “centro histórico” como limite geográfico em que as leis operam visando o cuidado e a proliferação dos negócios, incluindo a história e a cultura como mercadorias situadas nos trajetos turísticos dos mais variados (gastronômico, religioso, cemiterial). Aos turistas ficam os encantos arquitetônicos e o esvaziamento das efetivas relações de produção e consumo em um “autêntico” espaço do século XVIII.

2. A IDEOLOGIA COMO POSICIONAMENTO DE CLASSE

Em “A ideologia alemã”, Marx e Engels apresentam o que se pode considerar como a segunda noção de ideologia: trata-se do conjunto de ideias de classes sociais postos para explicar, fundamentar, defender e justificar suas posições e interesses. Por um lado, e tendo em vista o empenho para se resguardar as relações que fazem de

14 Como exemplo é possível citar o Guia Quatro Rodas publicado pela Editora Abril.

uma classe a classe dominante, Marx e Engels (2007, p.71) explicam que “as ideias dominantes não são outra coisa a não ser a expressão ideal das relações materiais dominantes, as mesmas relações materiais dominantes concebidas como ideias”. No que se refere a essa classe e a teia de interações políticas e econômicas que estão perpassadas por suas conveniências, há de se considerar a atuação das frações de classe, as quais apresentam ou podem apresentar discordâncias e indisposições acerca das ideias gerais em certos momentos, mas essas tendem a arrefecer ou a desaparecer “tão logo surja qualquer colisão prática suscetível de pôr em perigo a classe em si” (MARX, ENGELS, 2007, p.72).

Por outro lado, as ideias que procuram ser esclarecedoras e, ao mesmo tempo, desmistificadoras, conformam uma ideologia que lida com: 1) o combate às expressões da ideologia dominante, o que inclui as verdades parciais e as inversões advindas dos “ideólogos conceptivos ativos da referida classe [...]” (MARX, ENGELS, 2007, p.71); 2) o devido posicionamento de tais ideais em uma estrutura de classes e em uma processualidade histórica e social, uma vez que, sendo as ideias dominantes aquelas que servem a um modo de dominação com especificidades próprias (o capitalismo), elas são postas para que sejam absorvidas por aqueles indivíduos que pertencem a outras classes como um ideal a ser alcançado, o qual poderia ser plenamente realizado pelo esforço pessoal ou pela pura subjetividade apoiada em si. Tal fato, levado a cabo por instrumentos diversos como os meios de comunicação de massa e a quase totalidade da educação formal, colabora para que os sujeitos não tenham consciência da classe à qual pertencem, mas os fazem portadores de um sistema de ideias relacionado à classe que almejam pertencer¹⁵, fomentando a competitividade (para o mercado e não para o desenvolvimento social) como fim último dos indivíduos e de suas objetivações; 3) a reinversão das ideias invertidas que até podem ser combativas frente às ideias dominantes mas, ao se prenderem a projetos pontuais e descolados da forma de produção material e imaterial da sociedade, acabam até mesmo servindo aos interesses das classes que detêm o poder econômico por não tocarem nos aspectos gerais e fundamentais dessa dominação.

É preciso esclarecer que, tal como a classe dominante, as outras classes sociais são compostas por estratificações, como a “classe média superior” e a “classe média inferior” (HOBBSAWM, 2010, p.19) e, daí, existem diferentes e conflitantes posicionamentos políticos e ideológicos a depender de sua condição e da sua consciência em relação a ela própria. Pode-se considerar que as diversas ideologias estabelecem

15 Tal ideologia esconde estrategicamente o fato de que para o capital se perpetuar é necessária a manutenção do trabalhador como trabalhador, ou seja, a apropriação privada e cada vez mais significativa da produção socializada não pode ser abalada.

vínculos mais ou menos aproximativos com as ideologias mais relevantes em termos de poder daqueles que, ou representam o trabalho, ou são representantes do capital; questões essas que acabam evidenciadas e potencializadas naqueles momentos da sociedade em que se intensificam os conflitos e as crises geradas pelas contradições entrelaçadas às tentativas constantes e sempre renovadas de expansão do capital, o que inclui: a minimização do trabalho necessário e a expansão do excedente, a eliminação do trabalho vivo, a necessidade de realização cada vez mais ampliada dos produtos e dos serviços e todos os processos daí decorrentes. Marx e Engels (1997, p.97) apontam que os dois entes constitutivos da dinâmica socioespacial (as relações sociais de produção e as forças produtivas) em seu movimento contraditório levado a cabo pelos pores teleológicos frente às causalidades, geraram uma classe “que está condenada a suportar todas as cargas da sociedade sem gozar de suas vantagens [sendo isso o pressuposto fundamental para o nascimento de] uma consciência que, naturalmente, pode chegar a se formar também entre as outras classes, se algumas delas contemplar a posição que aquela se acha colocada”.

Mas é preciso ponderar quanto a isso, pois em algumas situações da estrutura socioprodutiva e segundo questões que não necessariamente excluem uma e outra, as classes sociais e suas estratificações podem: 1) absorver os ideais dos movimentos contestatórios em relação às ideias e encaminhamentos das classes dominantes e promover movimentações desde a raiz; 2) fazer da concepção ideológica dominante a sua própria percepção de mundo vislumbrando uma situação individual futura; 3) atuar como ente neutro que, por sua própria neutralidade, acaba contribuindo ou revigorando uma determinada estrutura de poder e a sua ideologia; 4) defender posicionamentos que se traduzem em uma ideologia sem bases concretas do ponto de vista contestatório real e, portanto, é impotente em termos práticos para contribuir com transformações qualitativas; 5) se mover segundo uma ideologia da qual não conhece os fundamentos e defender pontos de vista que não conferem com as configurações de sua classe.

Se, conforme aponta Ianni (2004, p.308), “as mais diferentes correntes ideológicas [tais como] o africanismo [...], o ecologismo [...], o neoliberalismo [...], o nazi-fascismo [...] e o socialismo são ideologias mais ou menos abrangentes, umas vigorosas, outras inconsistentes”, o fato a ser enfatizado é que o “aspecto prático e ativo da consciência de classe, sua essência verdadeira, só pode se tornar visível em sua forma autêntica quando o processo histórico exige imperiosamente a sua entrada em vigor, quando uma crise aguda da economia a leva à ação” (LUKÁCS, 2012, p.127). Então, quando se fala em classes sociais, contempla-se o posicionamento dos sujeitos na estrutura produtiva (como representantes, produtores ou marginalizados do

processo de produção e reprodução do capital) e não conforme as suas possibilidades de consumo e/ou categorias profissionais. Por isso e considerando tais momentos críticos citados por Lukács (os quais o próprio capitalismo ainda teve condições de contornar as custas de muito suor, sangue, pão e circo), Marx (2010, p.79) relata nos Manuscritos de Paris “que no fim a diferença entre capitalista e o rentista fundiário desaparece, assim como entre o agricultor e o trabalhador em manufatura, e que, no final das contas, toda a sociedade tem de decompor-se nas duas classes dos proprietários e dos trabalhadores sem propriedade”. Tal exame acerca das classes sociais deve abarcar, portanto, tanto a efetiva posição dos sujeitos no processo produtivo e as desigualdades socioespaciais daí advindas, como questões relacionadas à generidade humana no que se refere a etnia, sexo e expressão cultural.¹⁶

Convém mencionar que a luta de classes não ocorre somente com o embate de ideias ou mesmo o conflito levado às últimas consequências, mas está embutida, por exemplo, na formulação de um contrato de trabalho respaldado juridicamente de forma a resguardar os interesses da uma classe, na fragmentação planejada de um espaço para o trânsito e/ou permanência de turistas, nos conflitos para a criação de uma unidade de conservação, na produção social do conhecimento em universidades, entre outros. O que se pretende enfatizar é que há uma ou mais ideologias no espaço turístico, sendo que, em termos gerais, existe uma relativa a um bloco dominante a depender do desenvolvimento da categoria valor com e no conjunto das atividades características do turismo (ACT's), o qual, por sua vez, poderá gestar, despertar ou enfrentar uma contestatória que se posiciona conforme certos momentos críticos e de acordo com as interações das categorias trabalho, capital, políticas públicas e consciência de classe.

Portanto, não se pode negar o papel das ideologias *nos* espaços alcançados pelo turismo. O receituário da Revista Exame para o Brasil melhorar os índices de circu-

16 Em relação à discussão entre classe e diversidade de gênero (cor, etnia, orientação sexual), as lutas fragmentadas ou dissociadas da concepção de classe social podem cooperar com os ideias e ações das classes dominantes ao renegarem a concepção classista. Por outro lado, a integração de propósitos discutidos a partir da luta pela liberdade tem possibilidades de denunciar e desmistificar a ideologia dominante. Silva (2011, p.56) esclarece a questão: “do ângulo da análise e da luta em torno do reconhecimento da liberdade como valor ético central e das diferenças decorrentes da diversidade de gênero e sexual, sua vinculação à perspectiva classista permitiria o ataque simultâneo de todas as opressões, o que aponta para a radicalização da tomada de consciência da totalidade do processo de alienação e a articulação de todos os sujeitos sociais que resistem e lutam contra os processos de dominação-exploração, negando-se e ultrapassando-se abordagens fragmentárias”. Nesse sentido, se após a abolição da escravidão no Brasil os negros foram deixados à própria sorte e a discriminação racial é um vestígio marcante da subordinação imposta de uma raça sobre outra, o combate ao racismo passa pelo questionamento de uma estrutura social que fez dos escravos e da quase totalidade de suas gerações posteriores um grupo subordinado enquanto classe. Mas é preciso considerar que a discussão em torno dessa questão não é fácil, pois a ideologia dominante trata a liberdade como algo parcial quando desarticula estrategicamente o gênero da classe social e se apresenta como defensora de alguns ideais de grupos específicos como se os debates e propostas em torno somente do gênero representassem a verdadeira emancipação e libertação. Verifica-se isso, por exemplo, em novelas e propagandas ao se tratar de questões raciais descoladas da classe social.

lação e estadia de turistas estrangeiros, elaborado a partir de “bons exemplos” de países e localidades, é emblemático: segundo matéria de Caixeta (2004, p.22-30 passim), a África do Sul traz como “lição para o Brasil” o fato de as “autoridades locais [evitarem] o contato do estrangeiro com a dura realidade local”; já a Austrália seria um bom exemplo para a gestão, pois “a administração do turismo não está entregue aos políticos, [sendo] gerida de forma empresarial, como deve ser”. Cingapura integra a lista devido à ação articulada de empresários, pois esses “lançaram uma campanha de marketing internacional agressiva [...]”, enquanto no México, “sem imposições governamentais, autoridades e iniciativa privada desenvolvem parcerias eficientes para incentivar o turismo”. Tais “lições” refletem o modo de ser da classe dominante, o qual pode e deve ser explicado por outra ideologia que, diferentemente, considera as interações contraditórias advindas da desigual divisão social e espacial dos resultados materiais e imateriais derivados da produção.

Muito embora não seja possível deixar de considerar que ao espaço que se quer turístico o ar de liberdade e de festividade, comentado por Lefebvre (2008), é uma das questões principais a serem incorporadas, alguns podem argumentar que existem duras realidades que acabam servindo como atributos a serviço de uma ideologia contestatória que se apropria do turismo como um instrumento, como seria o caso, por exemplo, das visitas às *townships*¹⁷ na República da África do Sul. Não deixando de ser uma forma de expor a ideologia do *Apartheid* que teve vigência legal por quase quarenta anos naquele país, uma vez absorvido como mercadoria por agências receptivas, o turismo não deixa de ser uma forma de alienação, posto que, enquanto empenha-se em envolver especificidades socioespaciais como valores e quanto mais esses conformam uma dinâmica produtiva, mais se desfaz a relação entre história, cultura, política, patrimônio e suas fundamentações sociais reais, as quais continuam a operar de outras e renovadas formas.

O fato é que a absorção dessas realidades como mercadorias reifica ou coisifica as relações humanas, seja pela inserção de situações onde o componente ideológico contestatório de certas condições adquire posição secundária diante da necessidade de venda de momentos a serem vivenciados por algumas horas ou dias; seja com a criação da falsa noção de que a filantropia do turista-social pode contribuir com mutações socioeconômicas e incitar a minimização de mazelas socioespaciais (posto que o sujeito-turista é um mero espectador e continuará sendo enquanto for “turista”). Mas tal reificação está atrelada, principalmente, pela aceitação de “nichos”, nos dizeres de Coriolano e Almeida (2007), a serem introduzidos como entes

17 Trata-se dos espaços separados para a habitação daqueles trabalhadores que não eram brancos, geralmente situados nas periferias de vilas e cidades.

comercializáveis não importando que eles retratem a miserabilidade e toda a forma de vida que é eticamente inaceitável e, por si mesmos – devido ao tempo da visita ou do trabalho voluntário - não forneçam os elementos necessários a se questionar os seus alicerces ou suas raízes sociais. Trata-se, no fim das contas, de uma ideologia contestatória que presta serviço à ideologia dominante quando a mercadoria passa a mediar tais vivências. Tal exemplificação introduz o assunto acerca da terceira noção de ideologia, mas essa segunda, sintetizada por Ellul (2012, p.260) como sendo “des théories élaborées de façon consciente par des hommes ou des groupes pour justifier leur situation”¹⁸, não pode ser perdida de vista, assim como a primeira.

3. A IDEOLOGIA DO ESPAÇO OU COMPONENTE QUE EMANA DA PRÁTICA PRODUTIVA DO VALOR-CAPITAL

Por fim, a terceira concepção contempla as outras duas, mas não somente isso. Se há uma imbricação delas como é possível verificar, deve-se reputar a primazia ontológica dessa última conforme será verificado, o que não significa atribuir menos importância à ideologia como *inversão*, *parcialidade* e *conjunto de ideias mistificadoras e desmistificadoras* associadas a grupos sociais e blocos de poder. Se analisada a sequência de elaboração acerca da crítica ao idealismo e ao materialismo mecânico efetivada por Marx e Engels em “A ideologia alemã”, ou mesmo algumas questões que foram anteriormente mencionadas - como a tendência de formação de uma consciência de classe em certos momentos e os inevitáveis embates a ela relacionados - chega-se a uma questão central: apontar a ideologia como um conjunto de ideias responsáveis pela manutenção de relações convenientes a uma classe ou, contrariamente, a possibilidade de superação de tais interações por ideias de enfrentamento, seria sobremaneira *idealista*.

Em relação à obra “A ideologia alemã”, convém evidenciar uma questão: nela, verifica-se que Marx e Engels explicam a concepção materialista da história. Uma parte é intitulada “a ideologia em geral, e a alemã em particular”, sendo essa composta por dois sub-itens, um denominado “História” e o outro “Sobre a produção da consciência”, sendo que, de uma maneira geral, a abordagem trata do processo de formação da consciência atrelado à evolução das relações sociais com o fim de esclarecer os limites do idealismo e delimitar o alcance daquele materialismo que visualiza o ser humano como um “‘objeto sensível’ e não como ‘atividade sensível’ [ou seja], sem conceber os homens dentro de sua conexão social dada” (MARX, ENGELS, 2007, p.69).

18 “As teorias elaboradas de forma consciente por homens ou grupos a fim de justificar sua situação”.

Muito embora a ênfase dos autores recaia sobre a pura subjetividade, eles evidenciam que a consciência e, portanto, as ideologias, não determinam a vida prática real, mas o contrário é verdadeiro. Para que a palavra determinação não adquira significado de fatalismo, Marx e Engels (2007, p.70) explicam que o termo significa, dentre outras coisas, “gérmen” ou “influência ativa que a história anterior exerce sobre a que vem depois dela”, demonstrando que se a história é feita pelos grupos humanos, ela também somente pode ser alterada pelas condições estabelecidas, as quais, ao mesmo tempo, são absorvidas pelos sujeitos sociais. Tal colocação é essencial para demonstrar que há uma ideologia *dos* e não somente *nos* espaços alcançados pelo turismo: quando Marx e Engels defendem que “a classe que exerce o poder ‘objetual’ dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, [aquela que exerce o] poder ‘espiritual’ dominante”, eles fazem referência a tal “poder objetual” como a “expressão ideal das relações materiais dominantes, as mesmas relações materiais dominantes concebidas como ideias [...]”. O que se deve reter aqui é o fato de que se não houvesse relações materiais dominantes, tão pouco haveria ideias ou um conjunto de instituições de respaldo a elas, afinal, são as relações materiais dominantes que acabam formatadas como ideias e não o contrário. Nesse mesmo sentido, “[...] as formas valor, capital e mercadoria transbordam, necessariamente, em forma política estatal e forma jurídica” (MASCARO, 2013, p.23).

Eagleton (1997, p.84) entende que, em “A ideologia alemã”, Marx e Engels tratam a ideologia como uma “especulação idealista”, enquanto no O Capital, Marx a situa “nas práticas materiais da sociedade” ao desenvolver sua análise sobre o caráter fetichista da mercadoria. No entanto, compreende-se que, nessa obra de 1845-46 (mas publicada somente em 1932), Marx e Engels já apontam o poder da ideologia na vida social permeada e fluída pela mercadoria. Por isso, os autores colocam que “a eliminação [das] noções [idealistas e/ou materialistas mecânicas] da consciência dos homens, é obra das circunstâncias e não das deduções teóricas” (MARX, ENGELS, 2007, p.64) ou de ideologias. Tais circunstâncias são as condições de vida que precisam ser transformadas, sendo que o próprio conhecimento delas como pressuposto para a mudança passa pelo acirramento de tais condições:

São [as] condições de vida, com as quais as diferentes gerações se encontram ao nascer, que decidem, também, se as transformações revolucionárias que se repetem periodicamente na história serão ou não suficientemente fortes para derrubar a base de tudo aquilo que existe; e se não estão disponíveis estes elementos materiais de uma transformação revolucionária total [...] em nada contribuirá para fazer mudar a marcha ‘prática’ das coisas o fato de que a ideia desta transformação revolucionária já tenha sido proclamada centenas de vezes, conforme aliás demonstra a história do comunismo (MARX, ENGELS, 2007, p.62).

A segunda parte de “A ideologia alemã”, intitulada “A base real da ideologia”, contempla as relações sociais que geravam um “capital natural-primitivo” até aquele que advém da “grande indústria”, sendo esse último somente possível com a ascensão do mercado mundial e da forma de produção e concorrência capitalista nessa mesma escala, muito embora com maneiras de penetração e desdobramentos socioespaciais diferenciados. Mas é das diferentes formas de propriedade que culmina na “propriedade privada pura”, a qual “já se despojou de todo aspecto de essência comunitária e já eliminou toda a influência do Estado sobre o desenvolvimento da propriedade” (MARX, ENGELS, 2007, p.89) e da organização do trabalho vinculada a ela, que surge e adequa-se o Estado moderno, o direito e a propaganda dos atrativos turísticos de um país, por exemplo. Tais entes que ajudam na manutenção da sociedade civil serão metamorfoseados em função das relações estabelecidas para a produção de mercadorias.

Conforme mencionado, a ideologia que combate e é combatida pela ideologia dominante e/ou por ideologias representativas de grupos meramente reformistas que buscam uma coesão sem se aterem à base produtiva dinamizada pela relação capital *versus* trabalho, todas elas, são essenciais no que se refere à consciência e à inconsciência de classe. Ou seja, há de se considerar as ideologias e as condições que alicerçam a sociedade em um dado momento, averiguando o papel tanto daquelas postas para confirmar e resguardar o capital, como daquelas que expõem suas implicações em relação aos sujeitos que devem fazer de suas vidas momentos voltados para o trabalho abstrato e não do trabalho algo para que se possa viver. *Mas a ideologia enquanto poder superestrutural carece sempre de algo essencial, entendido não como a ligação mecânica entre base e superestrutura, mas as “correspondentes relações” em uma determinada forma social, tal como coloca Marx (2011, p.59) na introdução dos Manuscritos de 1857-58 referindo-se a essa dialética como “[...] uma iluminação universal em que todas as demais cores estão imersas e que as modifica em sua particularidade [ou como] um éter particular que determina o peso específico de toda existência que nele se manifesta”. Por isso, Marx e Engels (2007, p.102) declaram que “a transformação dos poderes pessoais (relações) em objetivos através da divisão do trabalho [por e para o valor a mais] não pode ser supra-sumida ao se arrancar da própria cabeça a noção universal sobre elas [como um “tipo do turismo com o território” via planejamento como quer Kanfou], mas sim fazendo com que os indivíduos voltem a subsumir a seu mando estes poderes objetivos [...]”.*

Não é por outro motivo que Eagleton (1997, p.43) denuncia a existência de um “idealismo de esquerda”, o qual “exagera a importância da cultura e da ideologia na manutenção do poder político”. Com isso, pretende-se enfatizar que as tentativas

sempre renovadas de se manter um mínimo de nexos sociais dependem da base produtiva e, também, das possibilidades de acesso a elementos materiais e imateriais que mantenham os “novos proletários”¹⁹ (ABDELNOUR, 2012) em uma situação de certo convívio pacífico ante às desigualdades inerentes à forma social capitalista e às quais estão submetidos enquanto classe. As políticas de bem estar social nos poucos países em que o capital abriu certas concessões estratégicas servem como exemplo da relação firmada a partir dos movimentos da base produtiva, demonstrando que “[...] um telespectador dopado não tardará em participar de um piquete se o seu salário estiver ameaçado, ou em tornar-se politicamente ativo se o governo decidir [...] passar uma rodovia em seu quintal” (EAGLETON, 1997, p.48).

Mas, o que seria o fetiche da mercadoria como ideologia que ludibria os seres sociais em suas reais condições e a partir deles mesmos? E como o poder das coisas pode superar o poder dos sujeitos sociais? É n’O Capital que Marx irá empreender o detalhamento do fetichismo, demonstrando que a ideologia “não é mais primariamente uma questão de consciência, mas está ancorada nas operações econômicas cotidianas do sistema capitalista” (EAGLETON, 1997, p.83). E essa é a terceira noção de ideologia assim colocada por Ellul (2012, p.258): “[...] la production des idées, la représentation du monde extérieur dans un corps social, ne sont pas produites par un mécanisme abstrait ou intellectuel, mais sont liées à l’activité pratique [...]”²⁰.

Uma reflexão a respeito da ideologia *do* espaço tornado turístico e, portanto, enquanto componente da atividade econômica-prática, precisa começar tendo por base referencial a categoria alienação, sobre a qual se fez alusão na exemplificação do turismo nas *townships*: nos Manuscritos de Paris, Marx relata que “a economia nacional” não explica de onde provém a propriedade privada tratando-a como uma forma natural que sempre regulou as relações humanas. Já sabemos que tal forma de propriedade é um componente resultante do domínio do trabalho por um terceiro, ou seja, uma relação entre sujeitos que, não gerando de imediato essa forma tal como se conhece hoje, consiste em uma prática viável desde que exista a produção de excedentes e que a exploração de um indivíduo em relação a outro se amplie

19 Conforme esclarece Abdelnour (2012), “les nouveaux prolétaires” não se restringem mais aos assalariados principalmente da indústria que, a depender do país até a segunda metade da década de 1970, contavam com mais políticas de bem estar social. Os novos proletários continuam sendo os agentes que dependem da venda de suas capacidades laborativas como único meio de sobrevivência, mas “dont l’emploi et les protections qui l’accompagnent sont discontinus et incertains [...]” (ABDELNOUR, 2012, p.121). Antunes (2009, p.103) detalha que tais grupos ou “a classe-que-vive-do-trabalho” inclui os assalariados, os trabalhadores da economia informal, os contratados por meio período, os terceirizados, os trabalhadores precarizados dos setores primário, secundário e terciário e, também, os desempregados. Desses, estão excluídos os proprietários e gestores do capital, bem como aqueles que, “de posse de um capital acumulado, vivem da especulação e dos juros”.

20 “[...] a produção das ideias, a representação do mundo exterior em um corpo social, não são produzidos por um mecanismo abstrato ou intelectual, mas são ligadas à atividade prática [...]”.

em função deles. Portanto, a propriedade privada tem seu gérmen na apropriação dos resultados do trabalho, sendo “ela a expressão mais crassa da submissão do indivíduo à divisão [classista] do trabalho, a uma determinada atividade que lhe é imposta [...]” (MARX, ENGELS, 2007, p.76).

Mas há diferenças substanciais das intenções e, portanto, dos processos sócio-históricos em que um sujeito ou grupo subjuga o outro, tal como o trabalho escravo na Grécia antiga, o qual, diferentemente da economia no capitalismo, tinha como finalidade o tempo livre dos cidadãos e não o lucro. Deve-se considerar, também, que as variadas formas de propriedade (comunal, feudal) coexistiram e culminaram em escala ampliada na forma privada somente com o alargamento da troca e da divisão classista do trabalho. Mas, importa retomar aqui, que o domínio da atividade laborativa ou do que é material e/ou imaterialmente objetivado, faz do elemento resultante algo estranho ao próprio trabalhador ao não lhe pertencer, sendo que esse estranhamento alcança e envolve as relações sociais que posicionam os sujeitos-produtores perante aqueles que usufruem dos resultados dessa produção. O trabalho empreendido para a fruição de outros e, portanto, que não está posto em função do desenvolvimento humano, torna-se somente um “meio [...] da existência individual” (MARX, 2010, p.85) e não um fim em conformidade com as necessidades e possibilidades de desfrute coletivo, ou é meramente um fim para o objeto. Resulta disso “o estranhamento do homem pelo próprio homem” (MARX, 2010, p.86).

Esse estranhamento em relação aos processos, produtos e relações humanas pode ser compreendido como alienação, ou, conforme esclarece Netto (1981, p.74), essa “desenvolve-se quando os agentes sociais particulares não conseguem discernir e reconhecer nas formas sociais o conteúdo e o efeito de sua ação e intervenção; assim, aquelas formas e [...] a sua própria motivação à ação aparecem-lhes como alheias e estranhas”. *Sujeitos alienados são, portanto, indivíduos que não compreendem os alicerces ou as raízes sócio-históricas que determinam o seu papel na sociedade, bem como se movem a partir de referenciais fenomênicos ou sensíveis ao toque.*

Netto (1981, p.75) salienta que a alienação de que Marx trata nos Manuscritos de Paris “tem todas as possibilidades de se afirmar e desenvolver sem colar-se ou cristalizar-se em coisas”, pois as mercadorias, anteriormente à inscrição do capitalismo como “história universal” (MARX, ENGELS, 2007, p.87), não embasavam as relações entre os seres, ou seja, a quase inexistência da diferenciação entre o sujeito-produtor e sua vida pessoal ligada a tradições e costumes pela forma como produziam e comercializavam, ainda não propiciava condições para essa separação.

Na alta e em parte da baixa Idade Média, por exemplo, os trabalhadores estavam submetidos a relações de obediência e subordinação frente a um poder atribuído por Deus à nobres e clérigos, e mesmo aos poderes naturais, sendo que “as relações sociais entre as pessoas na realização de seus trabalhos [revelavam-se] como suas próprias relações pessoais, não se dissimulando em relações entre coisas, entre os produtos do trabalho” (MARX, 2008, v.I, p.99). Mas, havendo domínio ou subordinação, havia alienação.

Já o capitalismo avança “como a [forma] mais pronunciadamente social do desenvolvimento das sociedades de classes [...]” (LUKÁCS, 2010, p.116), no sentido de que as relações fundamentais entre os sujeitos não deixam de ser interações laborativas em prol de outros, mas são movidas agora pela troca ou estão subordinadas ao poder das coisas, momento em que o conhecimento científico passa a revelar as manifestações e dinâmicas da natureza ou aqueles poderes ocultos que nem por isso deixam de habitar e se manifestar na mente dos sujeitos. O fato a ser ressaltado é que esse processo efetiva o rompimento dos vínculos que uniam as individualidades laborativas com as pessoais determinadas pelo nascimento, as quais impediam que um servo se tornasse nobre ou um nobre decaísse à condição de servo. Conforme salienta Marx (2011, p.411), “a apropriação da ‘vontade’ alheia é pressuposto da relação de dominação”: se, no passado, a dominação era pessoal entre, por exemplo, o senhor e o servo, no capitalismo ela é objetual, ou seja, os sujeitos perante o valor. *Dada essa materialidade prática, estão postas todas as condições para que a alienação se acentue, sendo que Marx irá especificá-la no capitalismo como o “fetiche da mercadoria”, sendo essa um ente que se situa na base, ou seja, é inerente à produção de mercadorias.*

Nos Manuscritos de Paris, Marx “não agarra a especificidade dos processos que se desenrolam na sociedade burguesa constituída e [portanto] não distingue ‘reificação’ [...] de alienação ‘tout court’, não discrimina uma espécie do gênero” (NETTO, 1981, p.75). É somente com as análises posteriores acerca da constituição dos sujeitos sociais em conformidade com a organização do trabalho no modo de produção capitalista, bem como pela explicitação das gritantes diferenças dessa forma social em relação às passadas, que Marx terá condições de explicar tal “espécie” de alienação ou o fetichismo que se traduz em relações reificadas. Algumas questões que podem ser percebidas e sentidas no dia a dia por afetar a todos (mas nem por isso são compreendidas em suas operacionalidades reais), precisam ser destacadas ao se focar o “fetiche da mercadoria”, o que envolve: 1) o poder dos produtos sobre os produtores; e 2) o fato de que a forma social vigente advém de um processo histórico-social e, portanto, não é algo natural.

Iniciando pela última apontamos que, para o capitalismo se firmar, não bastava a circulação de mercadorias e de dinheiro, mas era imperativo que existisse o trabalhador livre e desprovido dos meios de produção, sendo esse sujeito mantido por si a partir de uma relação de troca desproporcional entre o que produz e o que ganha. Os resultados do seu trabalho são os meios para a sua reprodução obviamente, mas o acesso a eles somente é possível por meio da compra. Se já havia um capital primitivo advindo das atividades mercantis e usurárias, essas se tornam o pressuposto para o capital emergir com todas as suas forças a partir do trabalhador livre e da propriedade privada, ou seja, é dessa relação social que se conforma o capitalismo:

Se observarmos o dinheiro, verificaremos que pressupõe certo estágio da troca de mercadorias [...]. Com o capital é diferente. Suas condições históricas de existência não se concretizam ainda por haver circulação de mercadorias e de dinheiro. Só aparece o capital quando o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre no mercado vendendo sua força de trabalho, e esta única condição histórica determina um período da História da humanidade. O capital anuncia, desde o início, uma nova época no processo de produção social (MARX, 2008, v.I, p.200).

Importa salientar aqui que tais relações sociais são recentes, tal como pode ser verificado na obra de Hobsbawm (2010) intitulada “A era das revoluções”, a qual cobre o período que vai de 1789 a 1848. Convém somente alguns detalhes: muito embora a agitação de alguns mercados no século XVIII fosse significativa e a acumulação por espoliação já tinha dado os seus frutos para os países europeus de vanguarda, sobretudo a Inglaterra, é nesse momento da sociedade que o capital gerado na atividade laborativa começava a operar com a revolução industrial e com o fenômeno da urbanização. Por meio de um pouco de estudo de história permeada e somente possível de se constituir enquanto história pelas relações sociais de produção ou aquelas bases necessárias para que os sujeitos possam viver, torna-se claro que o capitalismo como forma social dominante é gestado a partir de certas causalidades socioespaciais que constituem o combustível para mudanças desde a raiz, o que envolve “uma política engatada ao lucro” (HOBBSAWM, 2010, p.64), no caso da Inglaterra, e a figura ativa de indivíduos revolucionários, no caso da França.

Ou seja, tais movimentos ocorreram sob influência direta e indireta da dinâmica econômica inglesa, mas também do parasitismo relutante da nobreza francesa ante as ideias liberais que somente encontraram campo prático com a supressão do *Ancien Regime*. Do ponto de vista geográfico é a partir da Europa ocidental e dos Estados Unidos que tal modo de produção toma forma e passa a exercer controle e/ou a desarticular e a verter para a sua lógica territórios pautados por dinâmicas

produtivas diferenciadas²¹. E a mutação de leis, políticas e costumes acompanha o vigor socioprodutivo daquele capital mais desenvolvido que dali surgia: “na Inglaterra, quando deixaram de queimar feiticeiras, começaram a enforcar falsificadores de bilhetes de banco” (MARX, 2001, v.II, p.869).

A primeira questão a ser ressaltada é que somente o capitalismo possui as efetivas condições para que os valores de uso sejam largamente tragados como mercadorias. Obviamente que mercadorias e dinheiro circulavam entre os fenícios, os gregos, os romanos, mas, desconsiderando aqui as díspares características de cada uma dessas sociedades, o fato é que o valor para a troca não penetrava inteiramente as transações e relações sociais. Observa-se, no caso das comunidades escravas, por exemplo, que “o dinheiro e a troca que o condiciona não aparecem ou aparecem muito pouco no interior das comunidades singulares, mas em suas fronteiras, no intercâmbio com outras comunidades [...]” (MARX, 2011, p.56). Se havia aí o papel do dinheiro entre sociedades diferentes, mas não em seu interior, as relações de troca, quando passam a mediar o convívio entre os seus membros, empreendem substantivas mudanças, pois elas requerem uma divisão do trabalho mais desenvolvida e abrem campo para que produtos sejam feitos ou serviços sejam prestados para satisfazer a necessidade de ampliação do dinheiro. *Quando o valor para a troca alcança o valor de uso e o domina, não mais somente pelo dinheiro ampliado na circulação e tão pouco pela necessidade de um bem, mas pelo e para o capital com o trabalho em excesso, está posta a condição essencial para que a mercadoria permeie as relações sociais.* Enquanto valores de uso, nada há de oculto nos produtos do trabalho. Enquanto trabalho qualitativo ou concreto e, portanto, como atividade associada para o bem comum, também não há qualquer mistério no trabalho. Diz Marx (2008, v.I, p.94):

[...] a forma mercadoria e a relação de valor entre os produtos do trabalho, a qual caracteriza essa forma, nada têm a ver com a natureza física desses produtos nem com as relações materiais dela decorrentes. Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Chamo a isso de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. É inseparável da produção de mercadorias.

Feita novamente a menção de que o capitalismo não é algo natural, mas uma construção social facilmente discernível de outros momentos gerais da organização

21 Por exemplo: Marx (2008, v.I, p.274) resalta que “o trabalho dos negros nos estados meridionais da América do Norte preservava certo caráter patriarcal enquanto a produção se destinava principalmente à satisfação direta das necessidades. Na medida, porém, em que a exportação de algodão se tornou interesse vital daqueles estados, o trabalho em excesso dos pretos e o consumo de sua vida em 7 anos (sic) de trabalho tornaram-se partes integrantes de um sistema friamente calculado”.

socioproductiva e, portanto, modificável, a primeira questão relaciona-se ao controle dos produtos sobre os produtores ou a essa imposição fantasmagórica sobre os sujeitos. Do nascimento até a morte, os indivíduos se deparam com os resultados de suas próprias atividades como algo que possui leis próprias, manifestadamente pela necessidade de reprodução das coisas por si mesmas e de relações que propiciem a produção, reprodução e acumulação de capital. A tais interações, todos e todas se enquadram para poder se manter, sendo que os questionamentos que tendem a se levantar contra tais relações estranhas é desqualificado por uma ideologia que o situa como relação eterna e universal: “[...] a propriedade sobre o trabalho objetivado [...] é reconhecida como relação jurídica, como condição universal da produção e [posto] como expressão da vontade universal” (MARX, 2011, p.424), naturalizando algo que é social.

Mesmo que os sujeitos, do ponto de vista individual, venham a conhecer os fundamentos dessa condição e da razão de ser dos produtos do trabalho, por si mesmos ou pelo modo em que estão inseridos como representantes do trabalho ou mesmo do capital, eles não podem alterá-las. O papel *social* e não o *peçoal* referente aos dois representantes citados é o que deve ser considerado aqui: de nada adianta o capitalista ter total consciência de que a falta de equivalência entre o trabalho total e a remuneração do seu empregado é uma injustiça se dela ele depende para continuar a personificar o capital. Em se tratando do produtor-direto, a consciência individual é impotente sem as circunstâncias objetivas e a consciência de classe, mas, mesmo que essa consciência seja concreta, isso não o isenta da relação objetiva de compra e venda em seu cotidiano. De uma forma geral, o trabalhador atrelado à universalização de relações reificadas faz com que a ele seja “permitido ter tanto para que queira viver, e [ao mesmo tempo, seja] permitido querer viver para ter” (MARX, 2010, p.142).

Verifica-se que a inovação tecnológica posta essencialmente pela competitividade entre empresas e nações em um sentido macro e dependente do desenvolvimento científico é um fato que envolve uma questão de manutenção e busca incessante pelo poder econômico e político em variados setores. Mas trata-se de uma concretização somente possível pelo trabalho social. O fato é que, estando as forças produtivas sob o comando do capital, o qual não pode sobreviver se não se empenhar em diminuir a parte do trabalho necessário ou mesmo eliminá-lo em um espaço para se criar em outro sob condições mais vantajosas, são os próprios sujeitos sociais que criam os elementos que irão liquidar suas atividades laborativas e, portanto, conforme coloca Eagleton (1997, p.100), “o capitalismo sobrevive apenas por um desenvolvimento incansável das forças produtivas”. Os serviços e, nesse contexto, o turismo, que desponta como setor econômico ou “indústria mundial” em meados do século XX em

diversas realidades, é uma das consequências do capital para absorver contingentes e aproveitá-los em frentes de trabalho que particularizam o capital daí advindo.

Em relação a esse poder objetar, uma exemplificação pontual: o turismo de eventos e entretenimento não foi apenas o resultado de uma boa ideia que se viu frustrada pouco tempo depois em Flint, Michigan, EUA, mas foi a condição material criada pela General Motors, em meados da década de 1980, ao transladar sua montadora para o México e demitir cerca de trinta mil funcionários em uma única cidade, situação essa efetivada pela imposição de ascensão do capital (ou a sua própria natureza) a partir das condições mais apropriadas para a extração de valor a mais no país vizinho²². Ocorre que a referida montadora jamais poderia ter sido implantada e operacionalizada somente com a presença e atuação de meia dúzia de diretores. O trabalho social que a gerou a partir de uma massa de valor a mais acumulado e que buscava valorizar-se, criou o capital que ali operou enquanto tal atividade produtiva o atendeu, sendo que essa mesma criação foi quem minou a possibilidade de trabalho dos sujeitos sem que eles nada pudessem fazer: o produto volta-se contra o produtor.

Conforme aponta Eagleton (1997, p.82): “os homens e as mulheres fazem produtos que depois escapam a seu controle e determinam suas condições de existência. Uma flutuação na bolsa de valores pode significar desemprego para milhares”. O que toma a frente é a relação entre coisas quando as interações humanas são determinadas e condicionadas pelos produtos do trabalho, sendo que, uma vez que as mercadorias (materiais e imateriais) escapam pelos dedos dos produtores, essa força deixa de ser reconhecida como resultado de circunstâncias atreladas a projetos humanos. Por isso, Marx (2008, v.I, p.102) relata que no capitalismo “o processo de produção domina o homem, e não o homem o processo de produção”. A naturalização das relações sociais capitalistas associada a universalização desse modo de produção que, para a mente reificada, sempre existiu, faz com que os sujeitos penssem e ajam sem conhecer de onde vem e para onde vão. Circunscritos a um poder objetar, têm suas existências primordialmente a ele justificadas, o que gera toda a sorte de incertezas, desigualdades, conflitos e extremismos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma de produção material e imaterial da vida social, por ela mesma e com as devidas e necessárias associações com a ideologia dominante (incluindo aí as pla-

22 Acerca de Flint, ver documentário de Michael Moore intitulado “Roger e Eu” (1989).

nificações possíveis vindas de cima para baixo) é mantenedora das ideias que circulam e se aprofundam “cientificamente” nessas leis possíveis, “naturais” e “eternas”. Tais ideias, ao não se aterem ao fenômeno da reificação, ou seja, de que elas são entrelaçadas, agarradas ou embrenhadas à produção de mercadorias para a ascensão direta e/ou indireta do capital, acabam restritas a uma circularidade descritiva que tem começo nas formas aparentes, alcançam o céu pela subjetividade e retornam à terra acentuando ou deixando as dinâmicas coisificadas em sua livre marcha.

Uma frase popular que é repetida por muitos grupos sociais serve de exemplo da reificação: o dinheiro faz o dinheiro. Ela desconsidera que o trabalho social se impõe entre o dinheiro inicialmente investido para se conseguir mais dinheiro (o dinheiro que é capital) e, quando tal atividade gera acessórios (os quais também podem ser o ponto de partida), como, por exemplo, o dinheiro que produz juros, os ganhos provenientes de rendas ou do capital financeiro, esses são vistos como resultados do empenho individual, mas nunca de interações sociais: “para a economia vulgar, que quer representar o capital como fonte autônoma e de criação do valor, essa forma [D-D⁺] é naturalmente abençoada, pois nela a fonte do juro não é mais reconhecida, nela o resultado do processo capitalista de produção [...] adquire uma existência autônoma” (LUKÁCS, 2012, p.213). Vale aqui ressaltar que tal noção desempenha importante papel para a “praxis fetichizada” (KOSIK, 1976, p.15) do dia a dia.

Sabe-se que o capitalismo somente pode se manter com novas e outras forças produtivas e, no caso do turismo, ele depende de realidades socioespaciais e de seus atributos concretos. O desfrute de uma praia, o terreno aprazível em uma montanha utilizado para um acampamento, os desejos de ir e vir e de se conhecer novos lugares, culturas e histórias, o prazer de uma noite confortável e de um transporte seguro, a significação de uma cidade e do seu patrimônio para os sujeitos que a vivenciaram ou a vivenciam, tudo isso, enquanto valores de uso, nada têm de misterioso. E o trabalho encarado como fim para as necessidades próprias e do outro (e não como fim para o capital), situado, nesse caso, como expressão da hospitalidade que se faz presente no contato que enriquece a experiência humana, também não carrega nenhum elemento que foge à compreensão. Mas, a absorção de particularidades socioespaciais como mercadorias e, essencialmente, o trabalho como tal, tende a impedir essa relação humana direta de uma forma dupla: as objetividades e os recursos da natureza assim compreendidos e os sujeitos que passam a se mover e são movidos por elas associam-se de forma coisificada, onde as primeiras somente são consideradas em sua significação histórica, cultural ou essencial à vida quando se tornam “veículos materiais [e imateriais]” (MARX, 2008, v.I, p.58) para a troca. Paralelamente, os sujeitos que incorporam valor a valores de uso através

do trabalho no turismo movem-se por uma ideologia que se origina de sua própria atividade produtiva reificada.

Ouriques (2005, p.52) aponta que o espetáculo ou a sociedade do *parecer* de que fala Guy Debord (1997) é “o fetichismo da mercadoria potencializado”. Compreendemos que o espetáculo é funcional e essencial ao fetiche enquanto expediente ideológico superestrutural, mas a reificação mesma, conforme apontado, é uma dimensão que está presa às relações sociais de produção enquanto essas forem postas em prol da acumulação privada sem fim, ou seja, da mercadoria (e não de valores de uso que atendem as carências e necessidades humanas). As exemplificações levantadas por Ouriques acerca do turismo em assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Desempregados do Rio Grande do Sul, em comunidades da Índia e nas favelas do Rio de Janeiro, ou mesmo a menção feita em relação ao turismo nas *townships*, significam a tentativa de populações se inserirem de alguma forma na produção com o intuito de serem assimiladas por um mercado turístico, incluindo aí agências, promotores de eventos, alojamentos, empresas de transporte. A possível assimilação de realidades específicas como valores ou como unidades a serviço da “grande indústria do turismo” irá fatalmente posicioná-las como “organização capitalista [a qual] impinge-lhe os seus ritmos [e] introduz com a sua lógica implacável o relógio-de-ponto e os seus padrões [...]” (NETTO, 1981, p.82).

No caso das comunidades do *Apartheid*, conforme ressaltado, havendo controle sobre o que será feito, há alienação. E havendo todo um conjunto de atividades pelo e para o valor se realizar, há reificação. Ouro Preto e as suas especificidades patrimoniais harmônicas, citada como exemplo de expressão de uma ideologia que associa inversão e ilusão, possui toda uma instrumentalização do turismo já reificada em termos gerais, sendo as formas de ideologia superestrutural os apêndices de todo um aparato socialmente operacionalizado para a chamada *hospitalidade produtiva*. Isso porque, tal localidade como patrimônio mundial da humanidade associado não propriamente à preservação, mas esta como componente imprescindível do turismo e do mercado imobiliário, está inserida em uma “[...] forma mercantil como forma universal, [sendo que] mesmo quando considerada por si, exibe uma imagem diferente do que como fenômeno particular, isolado e não dominante” (LUKÁCS, 2012a, p.196, 197).

Haja vista que cada espaço tem a sua configuração, mas o turismo, em termos gerais, é algo universal quando posto como mediação para a produção e reprodução do capital, essa atividade tende a promover relações laborativas-produtivas que se impõem a depender de atributos comercializáveis. É possível que alguém leia Edu-

ardo Galeano e vá passear em Ouro Preto podendo fazer uma análise diferenciada dos guias turísticos ao estabelecer conexões reais. Contudo, o individual somente é parâmetro para a análise socioespacial quando se situa em práticas amplas, as quais jamais podem estar desvinculadas da averiguação acerca da categoria valor em sua forma dominante atual e do fato de que a produção é a produção capitalista e independe, do ponto de vista individual e não coletivo, daqueles consumidores mais conscientes. Eliminar isso do campo analítico é alimentar a ilusão de que pode haver um “turismo com o território” no sentido de compreensão da totalidade por tipos ideais weberianos de turismo e de planificação do espaço (o turismo histórico, ecológico, etc). Esse somente conformaria uma prática social para si mesma quando considerada como valor de uso, o que seria possível em uma realidade social particularizada por não inscrever a riqueza como propriedade privada e, portanto, onde os resultados do trabalho também seriam socializados. Ou seja: um espaço que se corporifica tão somente como esperança, valendo-se das palavras utilizadas por Harvey (2009), por ultrapassar o tempo presente ou a “pré-história” da humanidade (MARX).

Com tais observações, tenta-se apontar uma resposta sempre provisória à questão colocada em relação ao poder da ideologia e de onde ela efetivamente provém: a atividade de trabalho, na qual e perante a qual não se percebe as relações sócio-humanas que operam para que algo possa ser desfrutado, não pelo desfrute, mas pelo objeto, constitui a relação capital versus trabalho. Considerar a ideologia dominante e aquela combativa na dimensão superestrutural é tarefa primordial, mesmo porque essa última pode lançar luz em tal interação, incluindo 1) o “espetáculo” que condiz com a ideologia nos espaços turísticos; e 2) a naturalização do capitalismo universalizado que faz parte da “investida desistorizante” de que fala Eagleton (1997, p.62) e que corresponde àquela ideologia que “congela a história [...] apresentando-a como espontânea, inevitável e, assim, inalterável”. Mas essa compreensão não irá possibilitar um “turismo no território” sem suprimir a relação capital versus trabalho naquelas realidades em que tal interação já dá os seus frutos objetivos. A ideologia que emana do espaço tornado turístico por novas frentes lançadas por capitais em busca de lucros e/ou rendas e a possível desarticulação de lógicas produtivas mais simplificadas (que, aliás, até podem persistir e atender a “grande indústria do turismo”), somente pode ser enfrentada por outra organização socioproductiva. Enquanto isso, o turismo pode ser compreendido como um importante mecanismo de alienação e reificação, tanto pela pelas formas socioespaciais como pela maneira que é produzido.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo Luis Coltro. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2009 (Mundo do Trabalho). 287 p.
- BANDEIRA, Manuel. **Guia de Ouro Preto**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000. 118 p.
- BARBOSA, Ycarim Melgaço. **O despertar do turismo**: um olhar crítico sobre os não-lugares. 2.ed. São Paulo: Aleph, 2001. 101 p. (Série Turismo).
- CORIOLOANO, Luzia Neide M.T.; ALMEIDA, Humberto Marinho de. **O turismo no nordeste brasileiro**: dos *resorts* aos núcleos de economia solidária. In: Colóquio Internacional de Geocrítica, 9, 2007, Porto Alegre, UFRS, p.1-19. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/9porto/luziane.htm>>. Acesso em: 20 out. 2013.
- COSTA, Everaldo Batista da. **Totalidade urbana e totalidade-mundo**: as cidades coloniais barrocas frente a patrimonialização global. 2011. 445 p. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-14032011-104656/pt-br.php>. Acesso em: 26 ago. 2013.
- Direito de resposta de Leonel Brizola à Rede Globo: A verdade seja dita. **Jornal Nacional**, Rio de Janeiro: Rede Globo, 1994. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=C3FqswEuNUc>. Acesso em: 10 fev. 2014.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 237 p.
- EAGLETON, Terry. **Ideologia**. Tradução de Silvana vieira e Luís Carlos Borges. São Paulo: Boitempo, 1997, 203 p.
- ELLUL, Jacques. **La pensée marxiste**. Paris: La Table Ronde, 2012, 346 p.
- HARVEY, David. **Espaços de esperança**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2009. 382 p.
- HOBBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções**: 1789-1848. Tradução de Maria Tereza Teixeira e Marcos Penchel. 25.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010. 535 p.
- IANNI, Octávio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. 381 p.
- IHA, Clara. O desafio da mão de obra. **Anuário Exame**, São Paulo, p.76-77, abril, 2007.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN (Brasil). Cartas Patrimoniais. 2.ed. Organização de Isabelle Cury. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000, 384 p.

KNAFOU, Remy. Turismo e Território: por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, Adyr A.B. **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1996. p.62-74.

KOSIK, Karel. **A dialética do concreto** Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, 176 p.

_____. **Espaço e política**. Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2008. 190 p.

LÉNINE, Vladimir Ilitch. **Materialismo e Empiriocriticismo**: notas críticas sobre uma filosofia reaccionária. Lisboa: Avante, 1892. 339 p.

LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. Tradução de Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010. 414 p.

LUKÁCS, György. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. Tradução de Rodnei Nascimento. 2.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**: crítica da novíssima filosofia alemã... Organização, tradução, prefácio e notas de Marcelo Backes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 643 p.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política, livro I, volume I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 26.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **O Capital**: crítica da economia política, livro III, volume VI. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **O Capital**: crítica da economia política, livro I, volume II. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Supervisão editorial de Mario Duayer; tradução de Mario Duayer e Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010. 191 p.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013, 132 p.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2006. 1102 p.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI.** Tradução de Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007. 396 p.

_____. **O poder da ideologia.** Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2004, 566 p.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e reificação.** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981, 87 p.

OURIQUES, Helton Ricardo. **A produção do turismo: fetichismo e dependência.** Campinas: Alínea, 2005, 159 p.

POZZER, Márcio Rogério Olivato. **Políticas públicas para o patrimônio cultural na América Latina: a experiência brasileira e a equatoriana e o papel do Banco Interamericano de Desenvolvimento.** 2011. 153 p. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina) – Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-09102012-101928/pt-br.php>. Acesso em: 05 maio 2014.

RICHEZ, Jean-Claude; STRAUSS, Léon. Un temps nouveau pour les ouvriers: les congés payés (1930-1960). In: CORBAIN, Alain (Coord.) **L'avènement des loisirs, 1850-1960.** Paris: Aubier, 1995. p.491-543.

Roger e Eu. Michael Moore. Manaus: Warner Bros Entertainment. 1989. 1 DVD (90 min.).

SANTOS FILHO, João dos. **Ontologia do Turismo.** Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2005. 79 p.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 125 p.

SOUZA, Renato Santos de. **Entendendo a questão ambiental: temas de economia, política e gestão do meio ambiente.** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000. 461 p. KROPOTKIN, Piotr Alexeyevich. La conquista del pan. Bilbao/Espanha: Zero, 1973.

LAFARGUE, Paul. O Direito à Preguiça. São Paulo/SP: Kairós Livraria e Editora, 1980.

MARTONI, Rodrigo Meira. Por uma ontologia do espaço turístico: contribuições para uma consciência do real e do possível. Originalmente apresentada como Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2014.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 2003. (volume 3)

_____. O Capital: Crítica da Economia Política. Coleção Os Economistas, São Paulo/SP: Abril Cultural, 1996. (Tomo 1)

McLEAN, Daniel. Kraus' Recreation and leisure in modern society. EUA: Jones & Bartlett learning, 2012.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital. São Paulo/SP: Boitempo Editorial, 2002.

PELLEGRIN, Ana de. Lazer, Corpo e Sociedade: Articulações críticas e resistências política. In: PADILHA, Valquiria. (Org.). Dialética do Lazer. São Paulo/SP: Cortez, 2006. p. 104-125.

SAN SALVADOR DEL VALLE, Roberto. Políticas de ocio. Bilbao/Espanha: Universidade de Deusto, 2000.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo/SP: Edusp, 2005.

SILVEIRA, Shaiane Vargas. Da Política de Instante à Política para o Instante. Uma crítica de políticas públicas de lazer no Brasil. Originalmente apresentada como Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luis/MA, 2015.

VEBLEN, Thorstein. Teoria de La Clase Ociosa. Madrid /Espanha: FCE, 2002.

WORLD LEISURE ORGANIZATION. International Charter for Leisure Education. Cedar Fall/EUA: WLO, 1993



Mercado de Trabalho e Mulheres Deficientes: um estudo exploratório sobre a empregabilidade no setor hoteleiro de Brasília – DF

Job Market and Disabled Women: an exploratory study on employability in the hotel sector of Brasilia – DF

Donária Coelho Duarte¹
Paula Divina da Cunha²

-
- 1 Professora do Programa de Mestrado Profissional em Turismo do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (CET/UnB), Brasília, Brasil. E-mail: donaria@unb.br
 - 2 Graduanda em Gestão do Agronegócio pela Faculdade UNB de Planaltina-FUP, Brasil. E-mail: pauladc2.pc@gmail.com

Resumo

Esta pesquisa objetiva resgatar a história da Praça Pública Almirante Tamandaré em Balneário Camboriú/SC, evidenciando sua importância para a cidade e para o turismo, pela posição privilegiada, por ser um espaço multifuncional e, sobretudo pela sua história impar, descrita por vários atores da gestão pública de Balneário Camboriú. No contexto desta história da Praça Tamandaré, pretende-se explicitar a relação da hospitalidade urbana e o design de espaço público e a sua implicação no turismo da cidade. Com relação à metodologia, a pesquisa será qualitativa, exploratória, com caráter fonomenológico, aliado ao uso da história oral como método para coleta de entrevistas, além de pesquisa documental em arquivos históricos e bibliografia de autores contemporâneos que pesquisam na área de turismo. Entre os resultados revelou-se que a atividade turística prescinde dos espaços públicos das praças da área central de Balneário Camboriú, da forma como se apresentam atualmente.

Palavras-chave: Deficiência. Setor Hoteleiro. Mercado de Trabalho. Mulheres Deficientes.

Abstract

This article aims to analyze the employability of the disabled woman in the hotel sector of Brasilia-DF. Few studies have realize that aim to combine the theme handicapped woman and the labor market. In this sense, this survey took a exploratory aiming to describe the reality of these professionals. To that end, we conducted a bibliographic and documentary research and applied an interview script along to disabled women working in the sector. The information provided identified the low employability of people with disabilities and especially woman, on the other hand it was found that performance of those people who do not see its limitation as a barrier. It was found that the women interviewed are accepted as they are and do not impose barriers and prejudices about themselves. Understand that the disabled person has higher barriers to entry and to consolidate in the labor market.

Keywords: Disabilities. Hotel Sector. Job market. Disabled women.

1.INTRODUÇÃO

A história revela a clara evolução da mulher no mercado de trabalho e na sociedade. Pode-se afirmar que durante muito tempo o sexo feminino foi deixado de lado e visto apenas como um aparato doméstico. Contudo, no século passado as lutas feministas ganharam destaque e aos poucos foram mudando essa realidade e transformando o papel social que até então a mulher vinha desempenhando. A principal mudança foi a inserção da mulher em diversos setores do mercado de trabalho e na sociedade

até então comandado única e exclusivamente pelos homens. Essa inserção favoreceu uma maior conquista na sociedade, sendo que esta não ocorreu de maneira espontânea e sim através de anos de lutas para adquirir o direito de igualdade.

Nos dias atuais as mulheres têm conquistado o seu espaço na sociedade, ocupando cargos importantes até então destinados ao gênero masculino, ou seja, a sua inserção no mercado de trabalho está em constante progresso, mesmo com as lutas femininas e as conquistas feitas ao longo da história. Contudo, atualmente é comum observarmos que ainda existe preconceito e que este aparece principalmente na remuneração. Todos esses fatores de preconceito e de exclusão remetem ao cenário da dificuldade que as mulheres sofrem para entrar no mercado de trabalho e ocupar cargos de chefia e liderança, até então destinados e ocupados por homens.

Neste aspecto de exclusão e preconceito que ainda é vivenciado na sociedade, vale destacar a participação e o papel do deficiente, que nas últimas décadas tem tido uma maior inclusão devido a criação de diversas leis infraconstitucionais voltadas à efetivação da inserção de pessoas deficientes na escola, na família e na sociedade como um todo (SILVA, 2011).

Tais leis se fazem necessárias pois é pertinente salientar a visível dificuldade de inserção da mulher deficiente tanto no ambiente de trabalho como na sociedade, pois a mesma pode não estar preparada estruturalmente para receber e contratar pessoas com deficiência. Entretanto, alguns outros fatores podem ser salientados para justificar a baixa inserção da mulher deficiente, a primeira: a participação tardia da mulher no mercado de trabalho; segundo: a sua preocupação primeiramente com a sua reabilitação, deixando em última estância a sua luta pelo emprego; e terceiro e último: a pouca demanda destas pessoas que acreditam, mesmo sem procurar, que não existam vagas de emprego no setor privado destinado a elas (MELLO; NUERNBERG, 2012).

Assim, exemplos diários remetem ao pensamento de que esse grupo ainda está à margem da sociedade, pois são vistos como os 'fracos', os incapazes, os 'lentos', ou seja, aqueles que não correspondem ao parâmetro de existência/produção tida como 'normal', serão 'naturalmente' desvalorizados por evidenciarem as contradições do sistema, desvendando suas limitações (ARANHA, 2001).

Levando em conta tais aspectos, este artigo tem como propósito verificar se as políticas públicas, sobremaneira a Lei de Cotas (Lei 8.213), tem sido cumprida pelo setor hoteleiro de Brasília e, nesse contexto, se há mulheres deficientes empregadas nesses estabelecimentos, quais as percepções sobre suas funções, sobre o seu ambiente de trabalho, oportunidades e desafios.

Neste contexto, entende-se que o turismo, definido como um fenômeno social que

privilegia as interações e o alinhamento entre os seus diversos tipos de serviços, deve ter atitudes responsáveis, o que perpassa a inclusão de pessoas com deficiência em empresas do setor. Entende-se que esse aspecto pode fortalecer a sua atuação na sociedade como uma área preocupada, de fato, com ações responsáveis.

2. MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO E SOCIEDADE

Tendo como tema principal a mulher deficiente no mercado trabalho, mais especificadamente no setor hoteleiro, é válido destacar primeiramente o seu papel na sociedade. Desta maneira, este tópico discutirá o contexto social e evolutivo da mulher ao longo das últimas décadas, ressaltando a importância que esta vem tendo, principalmente pela mudança que houve no papel da mulher, que antes era restrita somente a cuidar da casa e da família e agora o gênero feminino passa a se destacar na sociedade. Assim, a mulher passa a exercer diversas atividades que antes eram marcadas pela presença e exclusividade do sexo masculino. Porém, esta mulher vive em um dilema, pois muitas vezes tem que conciliar as atividades de cuidar da família e trabalhar fora para que possa conquistar a igualdade perante os homens.

Para Montoro (2009, p.2), “os estudos referentes aos gêneros em cenário brasileiro, se consolidam no final da década de 1970, com o fortalecimento dos Movimentos Feministas que possuíam reivindicações específicas do universo feminino, no que tange o jurídico, cultural e social”.

Segundo Sorj (2004, p. 144),

As mulheres que entram no trabalho remunerado não conseguem se desvencilhar da responsabilidade doméstica. Esse é um contexto de subordinação da mulher, pois a ela é imposta culturalmente essa responsabilidade mesmo que ela assuma como o homem, outras responsabilidades como o rendimento mensal da família. A posição de subordinação da mulher na família é refletida na posição de inferioridade feminina também no mercado de trabalho.

Com base nessas argumentações, infere-se que a inserção da mulher no mercado de trabalho acarretou em mudanças significativas na estrutura social, provocando mudanças tanto no papel exercido pelas mulheres como pelos homens.

Seguindo esta linha de pensamento, sobre ingresso da mulher no mercado de trabalho Castells (2000 apud FONTENELE - MOURÃO; GALINKIN, 2007, p. 144) afirma que “a entrada maciça da mulher no mercado de trabalho remunerado foi em parte possibilitada pelas transformações na estrutura da economia e do trabalho, ou seja, a informatização, a integração em rede e a globalização da economia, como também pela segmentação da estrutura do mercado de trabalho por gênero”.

Já para Aguiar (2007, p.47), “a dificuldade das mulheres de se recolocarem no mercado de trabalho aumentam quando as mulheres têm responsabilidades com a família e com a casa. Por mais moderno que o mundo se torne, o cuidado dos filhos e as tarefas domésticas ainda são atribuídas às mulheres, mesmo quando estas são ativas no mercado de trabalho.”

No entanto, para a mulher se destacar no mercado de trabalho a sociedade tende a exigir um maior esforço e desempenho na realização de suas tarefas para, assim, demonstrar sua capacidade perante o sexo masculino e o senso comum.

Segundo Antunes (1999 p.108),

[...] o trabalho feminino têm sido reservado as áreas de ‘trabalho intensivo’, com níveis ainda mais intensificados de exploração do trabalho, enquanto aquelas áreas caracterizadas como de ‘capital intensivo’, dotadas de maior desenvolvimento tecnológico, permanecem reservadas ao trabalho masculino.

Por sua vez, com a entrada maciça da mulher no mercado de trabalho e a busca constante por um diferencial, as mulheres em grande parte buscaram meios de se destacar e sobressair sobre os demais e, para tanto, elas buscam a sua profissionalização e especialização para uma preparação cada vez melhor.

Segundo Lipovetsky (2000, p. 225),

O que domina a nossa época é o investimento feminino na vida profissional e a rejeição correlativa de uma identidade apoiada exclusivamente nos papéis domésticos. A conclusão se impõe: o trabalho, em nossos dias, constrói mais a identidade social das mulheres do que antigamente, quando apenas os papéis de mãe e esposa eram socialmente legítimos.

Desta maneira, tem-se que, para as mulheres,

o sucesso e o fortalecimento na carreira implicaria, assim, em sacrifícios, desdobrando-se e exercendo uma dupla jornada: primeiro a busca em conciliar tempo para os membros de sua família, em particular os filhos; e segundo a persistência no trabalho, comprovando, continuamente, sua competência para obter reconhecimento e alcançar os objetivos planejados (FONTENELE - MOURÃO; GALINKIN, 2007 p.144).

Tendo como base as argumentações anteriormente apresentadas, infere-se que a procura constante por igualdade entre os gêneros, por parte da mulher tem provocado uma reestruturação crescente no mercado de trabalho: primeiro pela inserção gradativa do gênero feminino; e segundo a procura constante pela capacitação em ambos os gêneros, mas principalmente pela mulher, que tem o compromisso de demonstrar e comprovar constantemente a sua competência.

Embora as mulheres tenham se concentrado em determinados setores no mercado de trabalho, essa realidade tem-se transformado e as mulheres passaram a diversificar mais seu leque de ocupações. Hoje, praticamente invadem todos os campos profissionais e ramos de atividades. Isso graças a sua profissionalização que foi favorecida pelo melhor nível de escolaridade e capacitação (GAZZOLA; AZAMBUJA, 2000).

Percebe-se que as mulheres vêm desempenhando na sociedade um papel significativo, pois elas conquistaram de maneira progressiva seu ingresso no mercado de trabalho, assim como a igualdade cada vez maior entre os gêneros e divisão sexual de tarefas. Ou seja, o fato da mulher abdicar das tarefas até então atribuídas somente ao gênero feminino e ir em busca de empregos taxados somente para o sexo masculino, representa uma conquista que tem como ganho a sua inclusão e igualdade perante todos. Destaca-se que o papel de mulher e de dona casa não foi deixado 100% de lado, pois assim que termina o expediente no trabalho, o segundo turno começa ao chegar em casa e ter serviços domésticos e familiares a fazer.

Tendo como base a forma como a mulher vem evoluindo e desempenhando um papel cada vez mais importante na sociedade, será discutido a seguir e de forma mais específica o papel da mulher deficiente. Um segmento social que está em constante luta pela igualdade e pelos seus direitos perante a lei.

3. A MULHER DEFICIENTE E O MERCADO DE TRABALHO

A pessoa deficiente vem adquirindo constantemente na sociedade um papel cada vez mais notório, uma vez que são exemplo de superação e persistência. Entretanto, mesmo com estas características, estas pessoas ainda não recebem a devida atenção que merecem. Apesar do incentivo e da criação de programas de inclusão direcionados a este público, tais feitos não têm sido suficientes para atender e satisfazer a demanda em sua totalidade. Exemplo disto é a falta de adaptações adequadas em locais públicos como também a escassez de empregos para estas pessoas.

Para compreender a mulher deficiente e o mercado de trabalho, julga-se necessário definir primeiramente o que é deficiência. Segundo o Decreto no. 3298/99 entende-se por deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

Por sua vez, o Decreto no. 5296/04 apresenta a definição de pessoa com mobilidade reduzida - aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, perma-

nente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.

De acordo com parâmetro estabelecido, entende-se por deficiência, qualquer pessoa/indivíduo que possua (de forma permanente) a perda ou redução de suas funções - psicológica, anatômica e fisiológica - que provoca a incapacidade do indivíduo de realizar atividades, que muitos julgam serem normais para o ser humano.

Entende-se que grande parte dos problemas enfrentados pelas pessoas com deficiência são diversos e durante muito tempo tem gerado a exclusão dessas pessoas dentro da nossa sociedade. Historicamente, as pessoas com deficiência foram vítimas de preconceito e barreiras, baseadas na idéia de que não podiam desenvolver certas habilidades, se profissionalizar, trabalhar, estudar em escolas regulares (ALMEIDA, 2010).

Com o intuito de garantir a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, foi criado em 24 de julho de 1991 a chamada Lei de Cotas (Lei 8.213) que define que todas as empresas privadas e públicas com mais de 100 funcionários devem preencher entre 2 e 5% de suas vagas com trabalhadores que tenham algum tipo de deficiência. As empresas que possuem de 100 a 200 funcionários devem reservar, obrigatoriamente, 2% de suas vagas para pessoas com deficiência; entre 201 e 500 funcionários, 3%; entre 501 e 1000 funcionários, 4%; empresas com mais de 1001 funcionários, 5% das suas vagas.

Entende-se que a presente lei é um marco importante na inclusão de pessoas com deficiência e, dentre essas, as mulheres que apresentam limitações na sociedade. Assim, as mesmas poderão exercer suas funções e se sentirem importantes no ambiente em que vivem e trabalham.

De acordo com Almeida (2010, p.9),

Nesta percepção de gênero e deficiência, destaca-se que dentro do grupo das pessoas com deficiência estão também as mulheres, atingidas duplamente pelos estereótipos e práticas discriminatórias em função do gênero e deficiência. Esta combinação gera uma série de barreiras atitudinais, onde são sustentadas idéias de que estas mulheres não podem trabalhar, não podem cuidar de uma casa, são impedidas de vivenciar um relacionamento amoroso e sexual, não podem ter experiência de maternidade, são impossibilitadas de estudar em tempos regulares, principiar um curso superior, não tem condições de gerar um filho, bem como cuidar, educar, etc.

Como pode-se observar, a mulher deficiente é marcada pela sua dupla vulnerabilidade: primeiro por ser mulher e já ter significativas barreiras e preconceitos; e segundo por ser deficiente e ser vista como uma pessoa incapaz. Todo esse cenário de ex-

clusão e preconceito, que muitos se negam a ver, é uma barreira, pois esse segmento tem que lutar e se esforçar mais do que os outros para demonstrar sua capacidade e competência para que, assim, conquistem a igualdade pela qual tanto lutam.

Corroborando especificamente em relação ao gênero, é necessário entender que:

A questão a ser destacada não é o fato de existirem trabalhos ou ações realizados mais comumente por homens ou por mulheres. O que se questiona é a hierarquização dessas ações e desses trabalhos colocando os homens e as mulheres que os realizam em posições sociais desiguais, de dominação e subordinação (CARVALHO; TORTATO, 2009, p. 28).

Segundo a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM, 2013, p. 90),

As mulheres com deficiências enfrentam desafios maiores, com preconceitos e estereótipos, histórias de exclusão e violências que limitam suas vidas, dificultando o acesso ao mercado de trabalho, à saúde e à educação. Para uma efetiva mudança dessa realidade, elas devem ser inseridas no processo democrático, na vida cotidiana, no trabalho, na educação, nos mais variados serviços e equipamentos públicos. A perspectiva de acessibilidade para as mulheres com deficiências é uma das metas perseguidas pelas políticas. Estas políticas devem garantir segurança e autonomia, para que as mulheres com deficiência sejam inseridas em todas as esferas da vida pública e privada, sem serem alijadas de seus direitos e cidadania.

Entende-se que as argumentações apresentadas demonstram que a participação da mulher deficiente na sociedade tem respaldo legal, visto que o reconhecimento para com elas tem se mostrado maior no aspecto de políticas públicas. Pode-se afirmar que o acesso e o ingresso da mulher no mercado de trabalho tem sido gradual a medida que a deficiência passa a não ser vista por elas como um empecilho ou diferencial.

Entretanto, para que ocorra essa transformação no campo das políticas públicas é necessário que se compreenda primeiramente as reais necessidades dessas mulheres, não deixando que a condição da deficiência sobreponha o de ser mulher. Elas devem ser respeitadas como cidadãs que têm direito a uma assistência de qualidade. Como um primeiro passo, “pode-se dar voz a estas mulheres introduzindo suas demandas nas pautas de discussões, com vistas à participação ativa nas políticas públicas direcionadas a mulher deficiente” (SANTOS; BENTO; TELLES, 2013, p. 6).

Tendo em vista essas dificuldades de acessibilidade, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) criou no ano de 2013 um plano de ação que inclui de forma significativa a mulher deficiente. Objetivos e metas foram salientados, são eles:

- Fortalecer ações de promoção da autonomia das mulheres com deficiência, considerando as suas especificidades e diversidades, com especial atenção ao que

se refere à acessibilidade, acesso ao mercado de trabalho, educação especial e enfrentamento à violência;

- Promover a autonomia das mulheres com deficiência, através da garantia do acesso aos equipamentos, serviços e políticas públicas específicas para as suas necessidades;
- Promover ações de formação de mulheres com deficiência, por meio de jornadas de formação e seminários, sobre acesso aos direitos, equipamentos, políticas e serviços públicos, com especial enfoque nas ações previstas nos programas do PNPM (BRASIL, SPM, 2013, p. 91).

Desta forma, pode-se inferir que muitas vezes as mulheres com algum tipo de deficiência são vistas na sociedade como pessoas fracas e dependentes e isso vem se tornando visível a medida que essas pessoas são excluídas dos seus direitos básicos, como educação, saúde e trabalho, pois são vistas como incapazes de realizar tarefas tradicionais como estudar, cuidar de casa, ser mãe e esposa. No entanto, é válido ressaltar a criação da Lei de Cotas como um grande incentivo para alavancar a empregabilidade dos deficientes e, dentro desse grupo, as mulheres que possuem algum tipo de limitação. Consta-se que o índice ainda é baixo, principalmente porque o gênero feminino pode se sentir fragilizado com a sua deficiência e acaba não investindo na sua educação e capacitação.

4. METODOLOGIA

Com vistas a alcançar o objetivo deste artigo, utilizou-se como metodologia a adoção da pesquisa exploratória com abordagem qualitativa. Primeiramente fez-se uma revisão bibliográfica a respeito da literatura acerca do que é deficiência e a mulher deficiente na sociedade. Posteriormente houve a aplicação de um roteiro de entrevista e da observação crítica e sistêmica nos estabelecimentos pesquisados como forma de obter as informações desejadas para a realização do estudo por meio de análise descritiva e analítica das respostas obtidas.

A aplicação do roteiro de entrevista permitiu verificar o ponto de vista das entrevistadas em relação à deficiência e ao ambiente de trabalho. Vale ressaltar que do local em análise (Setor Hoteleiro Norte e Sul) e do levantamento prévio em 33 hotéis, apenas dois possuíam mulheres deficientes no seu quadro de colaboradores, sendo entrevistadas, desta forma, duas funcionárias deficientes (uma de cada hotel). Cabe enfatizar que a pesquisa em questão apontou que grande parte dos hotéis investigados, quando empregam deficientes no seu quadro, na sua maioria empregam homens. Desta forma, tendo em vista a pequena amostra, optou-se pela aplicação

de um roteiro de entrevista privilegiando questões abertas, com a finalidade de investigar percepções das entrevistas sobre o tema em estudo.

Sendo assim, a seguir serão demonstradas as informações obtidas em relação ao ambiente de trabalho da mulher deficiente no setor hoteleiro de Brasília.

5. RESULTADOS DO ESTUDO

O objetivo deste artigo foi verificar a presença de mulheres deficientes no mercado de trabalho, mais especificadamente no setor hoteleiro de Brasília-DF. Buscou-se conhecer como estas mulheres conseguiram o seu emprego, assim como as dificuldades e obstáculos vivenciados. Ao todo, foram pesquisados 33 hotéis e desta amostra apenas dois possuíam funcionárias com deficiência para responder ao roteiro de entrevista.

Neste sentido, a realização da entrevista permitiu verificar o ponto de vista das entrevistas em relação a deficiência e ao ambiente de trabalho. Perante os dados coletados, serão apresentados a seguir as informações obtidas em relação ao ambiente de trabalho da mulher deficiente no setor hoteleiro de Brasília.

Das funcionárias entrevistadas, uma trabalha como telefonista e a outra em serviços gerais. O tempo de trabalho no estabelecimento da entrevistada 1 é de até 1 ano e da entrevistada 2, de 2 a 4 anos. Por sua vez, o grau de escolaridade foi diferente para ambas: a entrevistada 1 possui o segundo grau incompleto; e a entrevistada 2 o terceiro grau concluído.

Entrevista 1: é solteira, tem 23 anos e uma filha de dois anos, é portadora deficiência visual (seu olho esquerdo), deficiência essa que ela apresenta desde que nasceu.

Entrevista 2: é casada, tem 40 anos, não possui filhos, é portadora deficiência motora, ela possui limitação para mover o braço e mão direita. Esta limitação foi adquirida aos seus 21 anos em um acidente de carro.

Uma das questões levantadas foi a importância do emprego em suas vidas. Ambas afirmaram que o seu emprego é muito importante e que é dele que elas retiram o seu sustento. A entrevistada 1 deu ênfase na questão da independência e na forma como a sociedade muitas vezes incapacita as pessoas, colocando obstáculos e barreiras. Por sua vez, a entrevistada 2 relata o bom convívio no ambiente de trabalho, como também as vantagens que este oferece. Seguem os relatos das entrevistadas:

Entrevistada 1: “Pois o trabalho é tudo, ele me dá auto estima, liberdade, gera convivência e me fez apreender a conviver com vários tipos de pessoas.”

Neste aspecto a entrevistada 2 ressalta suas experiências para justificar sua opinião:

Entrevistada 2: “Tem gente que tem limitações e eu não tenho nenhuma. Quando eu tive a minha filha a médica perguntou se eu queria alguma acompanhante. Aí eu disse que dava conta de cuidar dela sozinha, então, assim eu não tenho limitações. Os médicos falam que sou uma pessoa muito determinada. Na minha última consulta o médico perguntou como eu trabalhava, então eu respondi: trabalhando ...rsrsrs”.

Tendo como base esse relato, percebe-se que a visão das pessoas para com os deficientes é um dos fatores determinantes para que esses superem obstáculos, pois uma vez tratadas de maneira diferente e muitas vezes discriminatória, isso pode despertar nelas mesmas uma espécie de preconceito e incapacidade, como ressalta a entrevistada 1:

Entrevistada 1: “Até os médicos vem como uma limitação e isso muitas vezes incapacitam a pessoa, e assim se a pessoa tiver força de vontade ela vai longe. E eu não vejo isso como uma barreira”.

Com base nesse depoimento entende-se que muitas vezes a própria preocupação e proteção, como no caso desse médico, é visto como uma forma de incapacitar as pessoas com limitação física a estarem inseridas no convívio social.

Quando indagou-se a respeito da oportunidade de emprego para pessoas com deficiência, ambas concordaram que há maiores dificuldades para pessoas com limitação física. A entrevistada 1 ressalta que “tem dificuldade pela deficiência.” Por sua vez, a entrevistada 2 também indagou a dificuldade mas realizou outras colocações e observações que são de grande valia como esta: “tem preconceito e muita dificuldade para conseguir emprego, principalmente pela adaptação dos lugares, a maioria dos lugares não tem rampa, a maioria das pessoas não tem paciência para esperar a outra falar ou se locomover.”

Infer-se com esta fala que não basta apenas o estabelecimento empregador ter boa intenção e se acolhedor, é preciso que ele tenha acessibilidade física para que os deficientes se locomovam e se sintam bem recebidos. A entrevistada 2 realizou outra colocação que ressalta a visão das pessoas em relação a escolaridade dos deficientes: “Acho que o preconceito também existe pelo fato de muitas pessoas acharem que porque a pessoa é deficiente ela é burra e incapaz, analfabeta. Acho que falta mais mobilidade no Brasil inteiro não apenas nos locais aonde se trabalha”.

Neste quesito é válido ressaltar que há uma congruência entre teoria e prática quanto ao tratamento recebido pois, de acordo Almeida (2010, p. 10), “muitos dos problemas enfrentados pelas pessoas com deficiência são múltiplos e durante muito tempo tem gerado a exclusão dessas pessoas dentro da nossa sociedade. Historicamente, as pessoas com deficiência foram vítimas de preconceito e barreiras,

baseadas na ideia de que não podiam desenvolver certas habilidades, se profissionalizar, trabalhar, estudar em escolas regulares [...]”. Complementando, a entrevistada 2 relata que: “quando eu me tornei portadora de necessidades especiais, eu fiquei 10 anos fora do mercado de trabalho. Na época eu não me aceitava ainda! Meu primeiro emprego foi como fiscal de loja, eu me senti com um pouco de dificuldade não pelas pessoas mais por mim mesma. Existe sim”.

Diferente da entrevistada 1, a entrevistada 2 adquiriu essa limitação e, como ela, muitas pessoas demoram a se aceitar. A aceitar seu novo corpo e suas limitações, algo que é totalmente compreensível, mas que não deve ser visto como um empecilho e sim deve ser trabalhado de maneira que a pessoa se sinta capacitada a realizar todas as atividades conforme a sua nova realidade.

Quando questionadas se trabalhavam no ambiente externo, ambas responderam que não e que preferiam continuar trabalhando na área interna da empresa. A entrevistada 1 afirma trabalhar com 7 homens e 3 mulheres; já a entrevistada 2 afirma que no seu ambiente de trabalho tem mais mulheres. Entretanto, quando perguntadas a respeito do tratamento recebido, as respostas obtidas foram diversas:

Entrevistada 1: “Tratada normal na minha frente! Já ouvi chacotas, brincadeiras e isso não me afeta eu não ligo, porque pra mim essas pessoas são imaturas”.

A entrevistada 1 se mostrou muito independente e com opinião formada a respeito da sua limitação tanto que não a vê como empecilho e isso ajuda muito na construção de sua personalidade, uma vez que não se deixa abalar por piadinhas e brincadeiras de teor maldoso. Já a entrevistada 2 relata que:

Entrevistada 2: “Tratada normal, na verdade tem pessoas que nem sabem”.

A entrevistada 2 afirma que utiliza todos os direitos, em quaisquer que sejam os lugares, como pode ser observado no seu relato: “Eu uso os meus direitos aonde eu puder, seja no ônibus, seja na loja, aonde eu puder usar meus direitos eu uso”. Constata-se, assim, que a entrevistada demonstra ter conhecimento dos seus direitos e os aplica no dia-a-dia.

Tendo como base os relatos descritos anteriormente, percebe-se que a mulher ao longo das últimas décadas tem conquistado seu espaço no mercado de trabalho, assim como os deficientes tem ganhado mais notoriedade e mais direitos por meio da Lei de Cotas (Lei 8.213 de 24 de julho 1991) que garante que empresas acima de 100 funcionários devem ter obrigatoriamente 2% de funcionários deficientes. Esta lei garante, de certa forma, que pessoas com limitação tenham seu espaço reconheci-

do na sociedade e através dela seus direitos sejam amplamente conhecidos. Neste aspecto, quando perguntadas se a contratação de mulheres com deficiência trouxe alguma vantagem competitiva para o estabelecimento, as duas tiveram respostas diferentes: uma salienta a legislação como forma de garantir este direito e a outra demonstra a igualdade como todos são tratados no hotel em que trabalha. Infere-se nesse último relato a importância de um ambiente sadio, sem preconceitos para a realização efetiva das tarefas designadas a essas mulheres.

Considera-se que as informações obtidas com o levantamento de dados foram de grande valia, uma vez que permitiram verificar a visão e opinião das mulheres deficientes em relação às suas limitações físicas no ambiente de trabalho e na sociedade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mulher tem mostrado à sociedade toda a sua força e garra para conquistar seu espaço. Ao longo dos anos tem demonstrado ser capaz de trabalhar fora, cuidar dos filhos e ainda trabalhar dentro de casa com seus afazeres domésticos, confirmando a dupla vulnerabilidade citada pelos autores.

Nesse contexto, a mulher deficiente em especial tem tentado quebrar as barreiras e obstáculos vivenciados diariamente para a sua inserção na sociedade. Elas mostram que a sua limitação não as impede de exercer atividades rotineiras. Preconceitos existem e, às vezes, são vindos dela mesma e da própria sociedade que muitas vezes as visualiza como um indivíduo incapaz e traça um perfil que a própria pessoa desconhece. Muitas vezes essa aceitação tem que partir primeiramente da própria pessoa, ela tem que se aceitar e se amar do jeito que é, e isso leva tempo e requer paciência, como visto no caso da entrevistada 2 que demorou um tempo até aceitar a sua deficiência.

O levantamento realizado constatou-se que as mulheres entrevistadas se aceitam como são e não impõem barreiras e preconceitos com elas mesmas, mas compreendem que a pessoa deficiente tem maiores dificuldades para entrar e se consolidar no mercado de trabalho, entretanto com esforço e persistência nada é impossível.

De modo geral, as mulheres com deficiência vêm lutando para conquistar seu espaço no mercado de trabalho, mesmo que não existam tantas vagas destinadas às pessoas com deficiência. A pesquisa revelou que no setor hoteleiro encontram-se mais homens deficientes trabalhando do que mulheres. Essa pequena representatividade pode ser justificada também pela baixa aplicação da Lei de Cotas. Conforme relato de alguns gerentes, eles não aumentam o seu quadro de funcionários justa-

mente para não serem obrigados a contratarem deficientes. Lamentavelmente, a pesquisa no setor hoteleiro confirmou que alguns hotéis só contratavam pessoas com deficiência porque a legislação forçava-os a isso.

Por fim, algumas limitações foram encontradas ao longo da pesquisa, dentre elas vale ressaltar o pouco referencial teórico sobre a temática em questão, qual seja, a mulher deficiente no mercado de trabalho; a dificuldade dos responsáveis pelos hotéis em disponibilizar as funcionárias para a pesquisa; e a baixo número de hotéis que tinham em seu quadro de funcionários mulheres deficientes. Entretanto, tal levantamento se mostra válido, na medida em que busca aliar dois temas poucos explorados: a mulher deficiente e o mercado de trabalho, merecendo, portanto, estudos mais aprofundados que discutam a realidade em outras capitais e, por que não, em outros países.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, G. S.; SIQUEIRA, M. V. Diversidade cultural no trabalho: os desafios em ser mulher em uma organização financeira. XXXI ENCONTRO ANUAL DA ANPAD. Rio de Janeiro: Anais EnANPAD, 2007.

ALMEIDA, W. G. A Política Nacional de Educação Inclusiva: um estudo de escolas da Rede Municipal de Gurinhém/PB. Espaço Currículo, v.3, n.2, pp.673-680,2010.

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Bomtempo, 1999.

ARANHA, M. S. Integração Social do Deficiente: Análise Conceitual e Metodológica. Temas em Psicologia, Ribeirão Preto, 2001.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 03 out. 2014.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 03 out. 2014.

BRASIL. Lei de Cotas nº 8.213, de 24 de Julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8213compilado.htm>. Acesso em: 20. out. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114 p.

CARVALHO, M. G.; TORTATO, C. S. B. Gênero: considerações sobre o conceito. In: Nanci Stancki da Luz; Marília Gomes de Carvalho; Lindamir Salete Casagrande. (Org.). Construindo a igualdade na diversidade: gênero e sexualidade na escola. Curitiba: UTFPR, 2009, v. 1, p. 21-32.

FONTENELE - MOURÃO, T.; GALINKIN, A. L. O que pensam as mulheres no topo da carreira? In: ARAÚJO, Adriane R.; Mourão, T. F. (Org.). Trabalho da mulher: mitos, riscos e transformações. São Paulo: EDUSP; 2007. p. 144-155.

GAZZOLA, T.; AZAMBUJA, M. L. F. A Mulher e o Processo Produtivo. Porto Alegre (RS): UEPG. Ciências Humanas. Publicatio, 2000.

LIPOVETSKY, G. A terceira mulher – Permanência e revolução do feminino. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MELLO, A. G.; NUERNBERG, H. Gênero de deficiência: intersecções e perspectivas. Estudos feministas. Florianópolis, p. 635-655, 2012.

MONTORO, T. Velhices e envelhecimentos: dispersas memórias na cinematografia mundial. In: MENDONÇA, M. L. M. (Org.). Mídia e Diversidade Cultural: experiências e reflexões. Brasília: Casa das Musas, 2009. p. 191-205.

SANTOS, L. F. M ; BENTO, P; TELLES, A. C. Mulheres com deficiência: reflexões sobre a trajetória das políticas públicas de saúde. Revista de enfermagem. UFPE Online. Recife, 7(7):4775-81, jul., 2013.

SILVA, L. G. Portadores de deficiência, igualdade e inclusão social. Âmbito Jurídico: o seu portal jurídico na internet. Rio Grande, XIV, n. 95, 2011. Disponível em:<http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10839&revista_caderno=9>. Acesso em 5 maio 2015.

SORJ, B. Trabalho, gênero e família: quais políticas sociais? In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da (Orgs.). Políticas públicas e igualdade de gênero. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 143-148.



Hospitalidade na Festa do Divino: Seu Festejar em Alcântara e São Luís do Maranhão

*Hospitality in the Feast of Divino Espírito Santo: The Celebrate in
Alcantara and São Luís do Maranhão, Brazil*

Cristiane Mesquita Gomes¹

Susana Gastal²

Luzia Neide Coriolano³

-
- 1 Mestre. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS, Brasil. E-mail: crismesquita@ifma.edu.br
 - 2 Doutor. Professor, orientador e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS, Brasil. E-mail: susanagastal@gmail.com
 - 3 Doutor. Professora do Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará. E-mail: luzianeidecoriolano@gmail.com

RESUMO

O presente artigo analisa os diferentes modos de celebração da Festa do Divino Espírito Santo em Alcântara e em São Luís, ambas no Maranhão, destacando nelas, a Hospitalidade. As festas religiosas têm sido importantes no âmbito do Turismo, promovendo e mesmo incentivando o contato direto entre visitantes e visitados e demandando, portanto, acolhimento. Com metodologia qualitativa, os dados foram colhidos entre 2012 e 2014, através de observação participante e entrevistas abertas. A análise dos dados indica que as relações sociais entre os sujeitos se desenham pelo lúdico e pelo sagrado, muitas delas permeadas pela comensalidade em torno de alimentos servidos como parte do ritual religioso. Algumas singularidades, como a fidelidade ao sagrado no espaço católico, se mantêm em Alcântara, enquanto em São Luís a festa se estende aos ambientes de Terreiro de Mina, herança das expressões afro-brasileiras e quilombolas, mas ambas marcadas pela importância dada ao acolhimento dos participantes.

Palavras-chave: Hospitalidade. Festa. Festa do Divino Espírito Santo. São Luís, MA. Alcântara, MA.

Abstract

This article analyses different modes of celebration on Feast of Divino Espírito Santo in Alcantara and São Luís, Maranhã, Brazil, also emphasizing the hospitality on the feast. Religious festivals have been important in the context of tourism as it promotes and even encourages direct contact between visitors and visited. The data were collected between 2012 and 2014, with qualitative methodology through participant observation and interviews. Data analysis indicates that the entertaining and the sacred, many of them permeated by eating together the foods served as part of the ritual, promotes social relations between subjects. Some singularities were observed as the fidelity to the Catholic sacred space in Alcantara, while in San Luis the party are celebrated in space of African Brazilian religions.

Keywords: Hospitality. Feast. Divino Espírito Santo. São Luís, Maranhão, Brazil. Alcântara, Maranhão, Brazil.

1. INTRODUÇÃO

A Hospitalidade ganhou ênfase no âmbito do Turismo, em especial quando este envolver momentos festivos. Considere-se que os rituais e modos de vida locais, expressos no festejar, tanto atraem o visitante como se colocam como desafio à prática hospitaleira, por confrontar pessoas de diferentes origens, em espaços exíguos. Anfitriões e visitantes podem estranhar os modos mútuos de ser, o que desafia tanto a prática do bem receber como a disponibilidade ao outro, por quem é recebido. Tal estranhamento induz a que mesmo aqueles encontros marcados pela

espontaneidade das relações entre pessoas, impliquem um conjunto de rituais. Em outras palavras, e com maior ênfase em situações que envolvam a religiosidade, espera-se que tais encontros, regidos por regras, ritos e leis, facilitem e qualifiquem as relações interpessoais, a exemplo do que se dá com a Hospitalidade comercial (Montandon, 2003).

A religião é construção ordenadora das atividades humanas, não raro uma forma de guarida em relação às mazelas do cotidiano, levando a que a festa religiosa se dê como demonstração de fé, de escape e deliberação de sentimentos, ou ainda como momento de agradecimentos por benesses recebidas. Para Geertz (1958, p.4), a religião é “sistema de símbolos que estabelece sentimentos e motivações poderosos, penetrantes, duradouros, pela formulação de concepções de uma ordem geral de existência”, podendo variar em termos de ritual e modos de adoração, assim como nas particularidades do festejar, em cada sociedade.

A religião, ao estabelecer um cosmo mítico, ordena tanto o sagrado como o profano, não se menosprezando o poder de alienação associado a ela (Berger, 1985). A religião seria, pois, uma apropriação do sagrado de maneira a que o mesmo venha a dar sentido à vida do devoto; utilizam-se para tal, experiências, comportamentos e valores coletivos em termos de manifestações de alegria (a festa) e de seriedade (culto), para expressar fé e adoração. Na devoção estaria “uma relação dialética entre o sujeito (ator da devoção) e os materiais (santo, andor, bandeira, água)” (Silva; Mapurunga, 2015, p.147). Nesse contexto, a Hospitalidade pode significar um desafio teórico e metodológico, para quem se propuser a estudá-la no âmbito das festas religiosas.

Tendo por base tais considerações, o presente artigo aborda o modo de festejar o Divino Espírito Santo nas cidades de São Luís e Alcântara, ambas no Maranhão. A primeira tem por local o Terreiro de Mina; a segunda, uma igreja Católica e ali, com destaque, a participação das Caixeiros do Divino. Tem-se por objetivo demonstrar as diferentes tradições associadas a tal festejar, denotando a importância da festa como forma de louvor e de resistência em espaços de tradição religiosa católica ou afro-brasileira. Procura-se pontuar como a Hospitalidade é praticada nos dois espaços, pois se considera que as festas analisadas marcam-se por uma tradição de acolhimento, que não se reduz à simpatia de quem recebe para com quem é recebido, mas que está presente na fartura da mesa posta e no desejo de servir a quem visita os distintos ambientes do Divino.

Os dados aqui apresentados foram coletados durante as festas ao Divino entre 2012 e 2014, com metodologia de caráter qualitativo, através de observação partici-

pante, o que implicou em acompanhar a manifestação lado a lado com peregrinos e fiéis, em atos públicos e privados. Tal método permitiu contato direto com a realidade social objeto da investigação, atentando às manifestações sociais e culturais, nelas implícitos conflitos e tensões, em “condições privilegiadas para que o processo de observação seja conduzido e dê acesso a uma compreensão que de outro modo não seria alcançável” (Martins 1996, p.270). Os procedimentos metodológicos envolveram, ainda, revisão de literatura e coleta de dados com entrevistas, registros fotográficos e digitais das procissões, missas e casas dos fiéis. O produto do trabalho de campo, portanto, se constrói a partir da relação entre pesquisador e pesquisado, ali estabelecida.

2. FESTA E HOSPITALIDADE

A Festa é, por excelência, um momento de convívio e compartilhamento. Associá-la à Hospitalidade é, portanto, um encaminhamento profícuo, que pode contribuir para o melhor entendimento da manifestação. Iniciando pela Festa, na atualidade esta se inclui entre as mais ricas expressões culturais presentes no cotidiano das comunidades, por denotar modos de vida atuais e experiências passadas, que nela são repassadas às gerações futuras. As festas, segundo Ikeda e Pellegrini (2008, p.207), se dão como momentos cíclicos e especiais na coletividade, apresentando múltiplas funções e significados, como o de ser “espaço da diversão coletiva; do repasto integrador; do exercício da religiosidade; da criação e expressão de realizações artísticas; assim como o momento da confirmação ou da conformação dos laços de identidade e solidariedade grupal”, de forma afirmativa ou crítica.

No dizer de DaMatta (1997, p.110), ao referenciar o Carnaval, as festas significam momentos ímpares, capazes de criar pontes que encurtem caminhos para novos relacionamentos. Para ele, “carnavalizar é formar triângulos, é relacionar pessoas, categorias e ações sociais que normalmente estariam soterradas sob o peso da moralidade sustentada pelo estado”, mas tal valeria para outras expressões festivas, inclusive as religiosas. Independente de sua condição agregadora ou conflituosa é na festa que os grupos sociais apresentam “capacidade de se libertarem de si mesmos e de enfrentarem uma diferença radical no encontro com o universo sem leis e nem forma que é a natureza na sua inocente simplicidade.” (Duvignaud, 1983, p.212). Para Amaral (1993), as festas parecem oscilar entre cerimônia e festividade, a primeira se dando como forma exterior e regular do culto e, a segunda, como demonstração de alegria. Ainda para Amaral, elas se distinguem dos ritos por sua amplitude e, do divertimento gratuito, pela densidade.

O ambiente da festa seria um espaço de comunicação e de criação de novas redes sociais, local em que comungam usos e costumes, revelando facetas culturais e locais:

[...] a festa tem a capacidade de trazer para atualidade, desde longínquas épocas, as experiências culturais vivenciadas por determinada população; outro aspecto refere-se ao fato de que, mesmo contrariando as práticas intencionalmente concebidas no momento da festa, os usos e costumes mais profundos vivenciados pela cotidianidade e entranhados no inconsciente afloram, mostrando a verdadeira face de um povo, moldada através da cultura. Fazer festa significa colocar-se diante do espelho procurando a si mesmo e a sua identidade; é buscar reencontrar as garantias histórico-culturais, reafirmando-as na força da representação, no ato comunicativo e comunitário. (Ferreira, 2005, pp. 26-28).

Propostas para reunir pessoas, mesmo assim as festas locais costumam carecer de estruturas mais formais e sofisticadas de acolhimento e são, normalmente, planejadas, executadas e custeadas pela comunidade. Se repetidas ao longo do tempo, podem ser tratadas como *festas tradicionais*; se organizadas em torno de um tema, Gastal et al (2013) propõem que sejam categorizadas como *festa temática*. Muitas vezes, tornam-se atrativo turístico, podendo, no caso daquelas de caráter religioso, envolver “um processo dialético que se configura a partir de determinado contexto cultural e socioeconômico, no qual religião e turismo assumem sentidos contraditórios e complementares” (Alves, 2012, p. 133). O mesmo autor acrescenta:

Por um lado, ao serem incorporadas em roteiros turísticos, as tradicionais festas religiosas abandonam ou redefinem seus antigos rituais; por outro, o setor turístico, ao mesmo tempo em que provoca mudanças no modo de celebrar os acontecimentos, revigora os rituais de celebrações e possibilita maior participação e visibilidade. (Idem).

No Brasil, as festas acompanharam o processo de colonização; trazidas pelos europeus, aqui, adquirem novos formatos pela miscigenação de culturas. Para Del Priore (2000, p.27), no país a festa é “espaço de múltiplas trocas de olhares, de tantas leituras e de tantas funções políticas e religiosas, a festa e o seu calendário transformaram-se, no período colonial, na ponte simbólica entre o mundo profano e o mundo sagrado”. A autora acrescenta que as relações da sociedade no ambiente eclesial “era uma oportunidade para socializar afetos ou desafetos, interesses ou negócios, poder ou subserviência” (Idem, p.96). Tem-se que as relações sociais estavam para além da fé, tornando o ambiente de igrejas espaço de sociabilidade entre os fiéis.

Amaral (1998) vê nas festas religiosas a imposição da Igreja Católica, obrigando a participação na adoração aos santos, nas danças e procissões, assim como o patrocínio pela população, em dinheiro ou produtos, exigido tanto das elites como dos estratos mais pobres. Conforme a autora, a organização foi aprendida e adaptada

para que todos os segmentos sociais incutissem em si os símbolos religiosos, o que levou a diferentes manifestações, com elementos variados em termos de dança, música e gastronomia a ela associados. Os símbolos religiosos acabaram por se firmar com suas particularidades, em cada local, como se observa em manifestações como o Bumba-meu-boi, o Tambor de Crioula e as festas do Divino, entre outras. As festas religiosas passam a se caracterizar pelo “sincretismo religioso próprio do catolicismo popular, em homenagem aos santos protetores expressam um conjunto de práticas e significados adquiridos pela tradição [...]” (Alves, 2012, p.131). Alves trata de singularidades próprias às festas que se transformam em atrativos turísticos “cuja produção de imagens e sistemas de signos se articulam com a força cultural que perpetua e renova as tradições” (Idem).

A presença do Turismo levanta, portanto, outras questões, como a discussão quanto à Hospitalidade. Para Camargo (2006), no Turismo convencional a Hospitalidade é apenas uma metáfora na qual se associa quem visita e quem recebe, a hóspedes e anfitriões, sem considerar as consequências conceituais decorrentes do uso destes termos. Tratar a questão metaforicamente denotaria interesses ambíguos, na medida em que possa envolver tentativa de qualificar a prática, mas também de mascarar problemas nela imbricados. O mesmo Camargo é quem destaca, em contraposição:

[...] existe um turismo de face humana que reconhece as leis da hospitalidade, não apenas de a população visitada comportar-se como anfitriã, como de a população visitante não se comportar como invasora em terreno conquistado; neste caso, ‘não é escandaloso falar de hospitalidade no turismo, embora, mesmo nesse caso, mais correto seria falar de uma teatralização da hospitalidade’ (Idem, p. 18)

Se a teatralização é um risco, para evitá-la ou ao menos amenizá-la, o mesmo autor salienta a distinção entre gostar de receber (hospitalidade) e saber receber (hospitabilidade), o que “induz a reflexões que terminam por colocar em xeque e inverter a usual concepção linear e finita do processo turístico. Este não se esgota na fruição do espaço visitado e seus habitantes.” (Idem, p.16).

Temos, portanto, um turismo, que poderíamos chamar de predominante, que nasce da hospitalidade doméstica e que preenche um amplo leque de fatos - desde o indivíduo que convida amigos e parentes de outros lugares para sua residência principal ou secundária, o que é um exemplo clássico de hospitalidade, desde os modelos formais e informais de *bed & breakfast*, desde as populações mais tradicionais que se abrem à visitação turística por conta de seus atrativos ou de festas [...]. (Idem, p. 20)

Considere-se que, no discurso religioso, o acolhimento costuma estar associado a expressões de fé, o que nem sempre se traduz em práticas hospitaleiras. Entretanto,

nas práticas das festas do Divino Espírito Santo no Maranhão, a Hospitalidade parece ser condição *sine qua non*, como poderá ser percebido pelo apresentado adiante.

3. A FESTA DO DIVINO

O Divino Espírito Santo é celebrado onde a tradição açoriana se fizer presente, do Arquipélago dos Açores e das ilhas de Cabo Verde à Califórnia, nos Estados Unidos. A devoção teria origem entre os séculos XVI e XVII, em Portugal, remetendo ao sebastianismo⁴ (Megiani, 1995). No contexto sacro “é uma comemoração do catolicismo popular [...], dedicada a terceira pessoa da Santíssima Trindade, o Espírito Santo, geralmente realizada cinquenta dias após a Páscoa, no chamado domingo de Pentecostes” (Pereira, 2005, p. 24). Tradicionalmente, “o período consagrado em Santa Bárbara à realização dos impérios⁵ – o chamado tempo dos impérios – estendia-se a semelhança do que se passa no conjunto do Arquipélago, ao longo das oito semanas que medeiam entre o domingo de Páscoa e o domingo da trindade” (Leal, 1994, p.40). O autor prossegue:

Os festejos, em numero variável de ano para ano, de acordo com as promessas existentes, convergiam preferencialmente para o domingo de Pentecostes – dia em que a igreja comemora a descida do Espírito Santo sobre os apóstolos – para a segunda-feira imediatamente a seguir – a chamada segunda-feira de Pentecostes – e para o domingo da Trindade – uma semana depois do domingo de Pentecostes. Era nessas datas que antecediavam o dia do império, ponto culminante dos festejos. As semanas que antecediavam o dia do Império coincidiam com certo número de cerimônias preparatórias. Enquanto estas se centravam em casa do Imperador, o dia de Império decorria por seu turno na igreja ou ermida para a qual o Império havia sido prometido (Idem).

As primeiras descrições das festas do Divino, no Maranhão, datam do século XIX, apresentadas por Lacroix (2012, p. 222) como festa africana associada ao culto católico, que “reunia os participantes na beira de uma estrada ou num terreiro, com bandeirinhas de papel colorido, uma grande bandeira vermelha com a pomba simbólica do Divino Espírito Santo”. Já ali aparecem “caixeiras rufando tambores ao som de cantigas de improviso em rimário de desafio, numa toada característica e dolente” (Idem) e o desfile “pelas ruas, em tom festivo, o Imperador, a Imperatriz vestidos a

4 Na narrativa, D. Sebastião assume o trono aos 14 anos, imbuído em fervor religioso e militar. Em 1578, participa da batalha e derrota portuguesa em Alcácer-Quibir, desaparecendo no campo de batalha. A morte do rei leva à crise política e ao surgimento do sebastianismo, pelo qual o povo português passou a acreditar que o rei desaparecido, voltaria para salvação do país. Novo Messias, salvaria a todos pela ressurreição.

5 “O Império é uma tradição de origem colonial que no passado tinha por objetivo a legitimação política da nobreza, e hoje perdura, sendo realizada em muitos outros festejos de santos católicos.” (Lima, 2014, pp. 92-93).

caráter, um Pajem carregando uma Coroa numa salva e vários personagens até uma igreja para participarem de uma missa dominical do mês de maio” (Idem).

No mesmo registro de Lacroix (2012, p.222), a participação da comunidade aparece como intensa, pois desde “os preparativos da festa até seu desmonte, voluntários ajudavam na cozinha, geralmente nos fundos da casa da festa ou nos baixos dos sobrados, preparando almoços e jantares”, comensalidade que incluía “boi, capado, capões, galinhas, patos, bolo de macaxeira, bolo de tapioca, pão de ló, doces de espécie com figuras de animais ou corações, cardápios fartos ou modestos, conforme a ajuda de governantes e do comércio, em geral” (Idem). Os festejos envolviam as camadas populares e entravam noite à dentro, “protegidas pelas sombras da fraca iluminação das fumegantes lanternas de óleo de peixe, se juntavam, na maioria, negras e mulatas para certos ‘excessos’ e cantorias, as modas da terra, modinhas e lundus” (Idem). Lima (2014, p.91) faz uma análise qualificada sobre a espacialidade desses festejos:

Interessante perceber como o catolicismo popular opera uma inversão do ponto de vista geográfico: enquanto na religião oficial os fiéis se deslocam até a divindade (como em missas, romarias e outros rituais), na religião popular, a divindade, representada simbolicamente pela bandeira do santo, se desloca até os fiéis, e ‘benze’ toda a espacialidade de suas casas. Na folia, diferente da romaria, o deslocamento ‘ao’ sagrado é substituído pelo deslocamento ‘do’ sagrado – só o grupo de foliões se desloca, enquanto todo o território se sacraliza e orienta uma série de rituais.

Esse festejar, de certa maneira, se mantém. Principal expressão cultural maranhense, a manifestação religiosa dá-se em mais de cem cidades e, na capital, é valorizada em Terreiros de Mina, enquanto em Alcântara, se caracteriza como festa católica, com cerimônias na igreja. A Secretaria de Turismo do Estado acrescenta outros detalhes sobre este festejar, dizendo-o como uma curiosa “mistura de devoção ao Divino com homenagens ao Império. O ‘imperador’ e sua corte, representada em trajes típicos, visitam as casas dos festeiros” (Maranhão, 2011, p.43). O mesmo documento acrescenta que os cortejos populares “percorrem as ruas da cidade entoando cânticos até chegar à casa do Imperador, que recebe as homenagens com uma dança peculiar, entoando cantigas de louvor ao Divino ao toque das caixeiros. Ao final, são servidos bebidas e doces para a população que participa da festa” (Idem).

Os preparativos iniciam no mês de maio⁶, mais precisamente, no domingo de Pentecostes, quando os devotos elevam a Bandeira, também conhecida como *rancho*,

6 Lima (2014, p.96), que estudou festas religiosas em Goiás, explica que “os meses de maio e junho é o período de celebrar a colheita e sua abundância, com a grande festa da fartura, que é a do Divino Espírito Santo [...]”.

em cortejo de exaltação ao poder do Imperador como agente de Deus na Terra. O Cortejo do Império traz consigo alegria e farta distribuição de comida e bebida, com bailados e queima de fogos, em meio a ladainhas e peregrinações para o esmolar em favor ao Divino, recolhimento que garantirá os insumos necessários a montagem da comemoração, em especial, dos alimentos destinados às comensalidades. O rito primeiro dá-se previamente no Sábado de Aleluia, momento em que os festeiros anunciam o grande dia em que o Imperador ou a Imperatriz recepciona os convidados com grande festa, em que é servido almoço com mesa farta de doces, e para a qual todos, comunidade e visitantes, são convidados, sem que haja qualquer retribuição financeira. “Por último a missa solene para os devotos.” (Moura, 2005, p. 44).

No Maranhão, destacaremos as festas do Divino como realizadas em Alcântara e São Luis. Primeiro são apresentadas as características históricas e modos de festejar em ambas para, a seguir, enfatizar a relação com o Turismo e a Hospitalidade.

O Divino em São Luís - Em São Luis, a Festa do Divino Espírito Santo mistura brasilidades e africanidades, cujas raízes remontam às senzalas do período da escravidão colonial, centrada nos Terreiros de Mina. O Divino é parte do grande grupo de religiões afro-brasileiras, conhecidas como ‘Encantarias’⁷, conjunto marcado pela presença de *encantados*, seres espirituais que habitam os *encantes*: alguns encarnam na Terra, outros desaparecem, misteriosamente, sem morrer. Portuguese (2015, p.63) conceitua Terreiro de Mina como sendo parte de religião afro-brasileira encontrada “no Maranhão, Piauí, Pará e Amazonas, assim como outros Estados, sobretudo da Região Norte. Religião fortemente influenciada pela cultura Jeje, pela encantaria, pajelança e por traços da cultura mediterrânea (Europa, Turquia e Terra Santa)”

No Maranhão, o Tambor de Mina é constituído por diferentes culturas africanas, exemplo de resistência em forma religiosa. Na denominação Tambor de Mina, associado ao termo *Tambor* tem-se o grau de importância que o instrumento assume no meio religioso, pois seus sons ritmados e cânticos seriam primordiais para a comunicação entre Terra e Céu, entre pessoas e divindades. O termo *Mina* tem significado variado; os sudaneses traficados para o Brasil seriam os verdadeiros ‘Minas’, ou os escravos procedentes do Golfo do Benin, na África Ocidental. (Lindoso, 2014). Via de regra, independente do significado, o Tambor de Mina é descrito por pesqui-

7 “Diferente da Umbanda, na qual as entidades são espíritos de índios, escravos, etc, que desencarnaram e hoje trabalham individualmente (geralmente usando nomes fictícios), na Encantaria, as entidades não são necessariamente de origem afro-brasileira e não morreram, e sim, se ‘encantaram’, ou seja, desapareceram misteriosamente, tornaram-se invisíveis ou se transformaram em um animal, planta, pedra, ou até mesmo em seres mitológicos e do folclore brasileiro como sereias, botos e curupiras. Na Encantaria, as entidades estão agrupados em famílias e possuem nome, sobrenome e geralmente sabem contar a sua história de quando viveram na terra antes de se encantarem.” Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Encantaria>, acessado em 16 OUT 2015.

sadores como expressão religiosa africana, cultuada em Casas de Mina, espaços de “encantarias, onde os praticantes costumam incorporar entidades espirituais como: caboclo, voduns, orixás e encantados” (Ferretti, 1985, s.d.). Os membros da religião, filhos e filhas-de-santo, apresentam-se em transe ou possessão das entidades por eles invocadas e, então, incorporadas.

As Casas de Mina são espaços ainda chefiados em maioria por mulheres, assim como o é a religião, de domínio matriarcal (Lindoso, 2014). O pesquisador também apresenta a relação dos Terreiros de Mina com festas do catolicismo popular, como o Divino Espírito Santo:

Quase todos os terreiros de Mina que conhecemos fazem pelo menos uma ‘salva’ (rezas, ladainhas, acompanhadas do toque de caixas) para o Divino Espírito Santo em São Luis, sendo uma festa que requer preparo e organização com antecedência, um ano antes, como na Casa das Minas. [...] é importante destacar nas ligações da festa do Divino Espírito Santo no Maranhão, especialmente nos terreiros de Mina de São Luis, a ligação delas com entidades espirituais da própria religião afro. Na casa das Minas essa festa é dedicada a Nochê Sepazim, vodum feminino da família real, uma de suas princesas. Na casa de Nagô a festa é dedicada a Dona Servana (Lindoso 2014, p.154)

As pesquisas de Lindoso indicam que as festas são solicitadas pelas entidades incorporadas, que escolhem as cores predominantes em cada um dos eventos e vários outros detalhes da manifestação, carregada de simbolismo nas suas danças e folias. Normalmente, a abertura da tribuna é comandada por uma Caixeira-mor, assim como a busca do Mastro, que marca o início do festejo. Todos os filhos e filhas-de-santo participam dos preparativos da festividade, partindo do buscamento do Mastro pelos encantados ali incorporados, entre marchinhas de Carnaval, danças e gritos. Após o levantamento do Mastro em Terreiro de Mina, Caixeiros se põem diante deste e entoam hinos em movimentos rítmicos, para frente e para trás. “Durante a celebração do Divino dentro dos terreiros de mina, os tambores silenciam para dar lugar às caixeiros e suas caixas, instrumento musical tocado por mulheres” (Pereira, 2005, p. 29). Após, o império do Divino dá voltas em torno do Mastro e, em seguida, iniciam-se as ladainhas católicas.

Barbosa (2002, pp.303-304) é outro que destaca o papel das Caixeiros no ritual:

O repertório dos versos e cantigas é compreendido como patrimônio da festa, cuja autoria ficou diluída ou perdida pelos lugares por onde ela passa. Compreender a criação não como sua, mas inspirada pelo Espírito Santo. O ritual é coletivo, a performance do grupo é a responsável pelo conjunto da festa, mas a performance individual constitui-se em uma demarcação de espaços de poder das caixeiros.

Em se tratando de canto de louvor ao Divino, Gouveia (2001, p.103) alerta sobre evocação dizendo que “primeiro precisa-se cantar invocando o ‘Espírito Santo’ para que este venha abençoar e proteger os seus festejos, depois se canta para ‘São Pedro’ que, segundo as caixeiros, é quem guarda a chave do tribunal.” É importante lembrar que a tribuna é o local onde ficará sentado o Império (Imperador ou Imperatriz), é também o lugar onde é montado o altar para depositar a Pomba e os símbolos que constituem parte do ritual.

Para a festa em louvor ao Divino, a escolha dos festeiros, assim como a sucessão de Caixeiros, se enraízam na ‘família’. Pereira (2005, p. 38) faz inferência quanto ao papel das famílias no desempenho dos festejos:

[...] a família está presente tanto no aprendizado desta celebração quanto na devoção ao Divino Espírito Santo. A relação de vizinhança é outro fator extremamente importante na festa do Divino. [...]. Podemos pensar como a família é importante dentro desse festejo e em outras celebrações e religiões, tal o candomblé e umbanda. A ‘família’, neste caso, pode ser aquela com laços sanguíneos ou aquela chamada ‘família de santo’.

Lacroix (2012, p.36) sobrepõe aspectos que ambientam manifestação com raízes africanas, remetendo, mais uma vez, às origens da manifestação: “o elemento agregador se fez pelo ajuntamento nas senzalas, com o culto aos orixás, voduns e inkices⁸, de suma importância para guardar a identidade, a lembrança e saudade da mãe África.”

O culto aos deuses africanos comportava festas, tambores, aliando a religião à distração. O nativo centrado no pajé, expressiu sua organização social, hierarquia, imaginário coletivo, na motivação, nos preparativos e no momento das festas. Essas expressões culturais se misturaram, somadas ao elemento religioso europeu, resultando em festas profanas ou profano-religiosas (Lacroix, 2012, p. 36).

Em São Luís, portanto, a manifestação permeia o espaço das religiões afro com festas, costumes, danças, folguedos, histórias orais, dentre outros. Tais práticas atraem visitantes, enquanto a comunidade “consciente do seu potencial, resolve, com organização e parcerias, transformar estas manifestações culturais em atrativo turístico, possibilitando, assim, oportunidades de negócios e empregos além da valorização da arte identitária local” (Macena, 2003, p.64), todos dependentes da Hospitalidade, para que se deem plenamente.

8 Segundo o antropólogo Rafael José dos Santos, em entrevista às autoras: “As três palavras denominam divindades não hierarquizadas (que são ancestrais sagrados e/ou forças naturais antropomorfizadas). A diferença é de região e/ou grupo: Orixás são divindades dos grupos Iorubá; Voduns são divindades dos grupos fanti, ashanti e fon, ambos os grupos localizam-se na costa ocidental da África, majoritariamente na Nigéria e no Benin; Inkices são divindades de origem Banto (costa meridional, Congo e Angola). Devido às trocas interculturais (bélicas ou pacíficas), houve muito hibridismo entre orixás e voduns, mas persistem no Brasil casas Jeje propriamente ditas, como as ‘de Mina’ do Maranhão”.

O Divino em Alcântara – A Festa do Divino Espírito Santo em Alcântara segue à risca uma tradição centenária, o que a torna em patrimônio cultural de alto valor. Nela, está intrínseca a mescla entre culto e festa. No sagrado estão os valores que se definem pelas ‘coisas do além’, do inexplicável e do compromisso religioso dos componentes para com a divindade em questão. No profano está a festa em si. Há compromisso dos devotos em preservar o legado em termos de experiências profanas e sagradas dos ancestrais africanos.

Em Alcântara o Divino também se marca por alvoradas com as Caixeiras e músicos, pelo Mastro do Império, pela missa solene de ascensão na Igreja do Carmo com coroação do Imperador ou Imperatriz, que regerão durante os doze meses seguintes. Dá-se a passeata do cortejo pelas ruas e a visita à casa do Divino. Momento marcante é a prisão do Mordomo pelo Império. Ouvem-se ladainhas diariamente com participação das Caixeiras, também tratadas como Sacerdotisas⁹ do Divino.

No domingo é praxe a missa solene e visitas do Mordomo às casas dos festeiros. Uma semana de ladainhas precede o dia da Subida do Boi¹⁰. No segundo sábado, é o momento da distribuição de esmolas aos idosos. No último domingo, há missa solene, em seguida, cortejo e retorno à Casa do Divino, depois procissão com a Coroa do Divino e retorno à igreja com a leitura do Peloro¹¹, em que constam os nomes dos novos participantes, para o ano vindouro. Na última segunda-feira, faz-se entrega do posto de festeiro aos novos ingressantes. Na resenha da Festa em Alcântara, as Caixeiras ocupam patamar de destaque em período de dias, pelo seu significado na prática cultural, pela singularidade com que fazem ressoar o toque das caixas. A sonoridade é reconhecida por toques pessoais, ditos *pitorescos*, diferentes daqueles de outros lugares.

Nesta cidade ocorrem outras particularidades na Festa. Ali, o Império, constituído de casal de Imperadores – feminino e masculino – passa por alternância: em um ano é regido por uma Imperatriz, e em outro, pelo Imperador. A divindade é representada por pares de Mordomos Régios¹² e Mores¹³ que, posteriormente, substituem os Imperadores¹⁴. Dessa forma, a Imperatriz denota a importância da mulher na constituição de significados culturais da Festa do Divino, no Maranhão, especificamente, em Alcântara. As mulheres

9 As caixeiras de Alcântara são conhecidas como sacerdotisas do Divino por tocarem suas caixas (tambores) e entoarem seus cânticos somente em louvor ao Divino, diferente das demais caixeiras do Estado, que também tocam em Terreiros de Mina.

10 Brincadeira que consiste em acompanhar, em cortejo pelas ruas da cidade, os bois, parte do ritual de morte e esartejamento do boi que será servido como alimento durante a festa; a sequência do ritual é definida pelos cânticos das caixeiras.

11 Documento que anuncia os festeiros do ano seguinte.

12 Membro da corte imperial mais importante, depois do imperador.

13 Segundo/a Mordomo/a em ordem de importância, depois do Mordomo Régio.

14 Principal representante masculino do Império do Divino, responsável pelas despesas da festa.

também representam o poder imortal da Divindade, distinguindo-se do que ocorre em outras regiões do Brasil, onde atuam apenas na condição de esposa de Imperador.

A vida simples e de certo isolamento geográfico dos alcantarenses incentivam as tradições e originalidade de suas expressões culturais, o que induz à reflexão mais profunda sobre o modo de vida e tradições locais. Como aponta Baudrillard (1995, p.67), na economia do dom e da permuta simbólica, “uma quantidade fraca e sempre finita de bens basta para criar a riqueza geral, que eles passam constantemente de uns para os outros. A riqueza não se baseia nos bens, mas na permuta concreta entre pessoas. Por consequência, é ilimitada [...]”. A reflexão de Castro (2012, p.42) talvez complemente essa afirmação, quando coloca que festas celebradas dessa maneira seriam para o grupo celebrante “não como patrimônio em si, mas patrimônio para si”, num reforço da sua capacidade simbólica.

A organização do evento é de responsabilidade do grupo Corte do Império, formado por adultos, representados nos altares festivos e procissões por crianças, em funções de Imperador ou Imperatriz, Mordomos-Régios, Mestre-Sala¹⁵ e Vassalos¹⁶. A Corte se veste com luxuosos trajes, a exemplo do figurino imperial, em alusão à presumida visita de Dom Pedro II à cidade no século XIX, quando Alcântara era uma das mais ricas cidades do país, graças à cana-de-açúcar e ao algodão.

O Divino, embora a mais importante, não é a única festa celebrada na cidade. O alcantarense é conhecido como povo festeiro e o seu calendário de festas religiosas atrai visitante o ano todo, aquecendo a economia local. Comércio, pequenas pousadas, restaurantes e bares prosperam; durante os festejos do Divino e de São Benedito, há ainda a presença do comércio ambulante nas praças das igrejas, que se transformam em pequenos largos de quermesse. A grande presença de turistas, nessas datas, vem acompanhada por problemas de segurança, de infraestrutura hoteleira e de transportes, e de congestionamento de trânsito. Entretanto, o pequeno caos não tem sido impedimento para a presença cada vez maior de visitantes e turistas, que participam dos festejos religiosos e de grandes festas profanas na pequena Alcântara (Gomes; Gastal, 2015).

HOSPITALIDADE: À GUIA DE REFLEXÕES FINAIS...

Unir Festa e Hospitalidade permite aproximá-las e discuti-las nas suas expressões associada à religiosidade, na qual as trocas e múltiplas relações são ressaltadas.

15 Adulto responsável pelo cumprimento das orientações das caixeiras. Em Alcântara, as escolhas do Império são feiras e anunciadas pelo Mestre-Sala, que é denominado Mestre-Sala-Mor.

16 Representam a corte do Imperador.

A relação com a imagem produz trocas sociais, culturais e religiosas, frutifica uma relação de sacralidade entre os materiais simbólicos e o simbolismo dos espaços vividos. E como isso ocorre? Por meio da devoção que é uma relação dialética entre o sujeito (ator da devoção) e os materiais (santo, andor, bandeira, água). (Silva e Mapurunga, 2015, p.150),

As *relações dialéticas* podem ser estendidas para buscar a maior compreensão no que se refere à Hospitalidade e ao acolhimento, como presentes nos hinos das sacerdotisas do Divino em São Luís do Maranhão, quando falam, por exemplo, da mesa posta para que todos se sirvam, pois são ali bem-vindos. Trata-se de um momento de congraçamento por meio da comensalidade, presente em vários versos. O Grupo de Caixeiras da Casa das Minas Solista: Dona Jacy, assim se expressa:

Seu alferes da bandeira / Vós queira me escutar / Vamos levar os império / Já é hora de manjar / Meu Divino Espírito Santo / Que na glória vós está / Protegei todos Império / Que eu vou servir o manjar / [...] / Venha cá seu padre mestre / Com seu livro de oração / Venha me benzer / Vou servir a refeição / [...] Meu Divino Espírito Santo / Meu Bom Jesus da coluna / O terminaram de manjar / Vamos indo pra tribuna ...

Nos versos, misturam-se a convocação para a comensalidade sob a proteção do Espírito Santo e as bênçãos do padre, levando a comida para o âmbito de sagrado. Em outro momento, o mesmo Grupo invoca o Divino para que acolha o povo em procissão: *Receba os seus impérios / Que da missa está chegando / Receba o povo todo Romeiro de Espírito Santo...* As cantigas podem ser, também, dirigidas ao visitante, apelando para que ele seja solidário, acolhendo o outro através do alimento compartilhado. O Grupo entoava que *A banana tu comeu / Não me deu um pedacinho / Eu queria dar a este moço / Para fazer a ele um carinho...* Se a Hospitalidade é invocada no âmbito do sagrado, ela também se faz presente nos momentos profanos da Festa: *Ô dona da casa / Eu sou da fuzarca / Se não tiver copo / Eu bebo mesmo na garrafa...*

Essa é tônica da Festa em vários âmbitos e espaços, onde o cultuar e o bem receber formam ciranda constante, tanto nos aspectos associado às celebrações do Divino Espírito Santo em São Luís, que se destaca pela festividade no espaço das religiões afro-brasileiras, como Alcântara, que se mantém mais fiel ao espaço católico. Significa dizer que em cada um dos espaços, os festeiros, Caixeiras e as demais figuras dos diferentes rituais associados, são *empoderados* em suas funções, no primeiro, por outorga de entidades das africanidades e, no segundo, por entidades do catolicismo.

A Festa, nas duas cidades, acontece tradicionalmente no mês de maio, com encerramento no domingo de Pentecostes, o que reportaria ao momento agrícola da

colheita, em que é necessário agradecer à divindade pelos bons frutos na missa, na louvação na procissão, mas também retribuindo no compartilhamento da refeição, numa prática atualizada do dar-receber-retribuir em seus hibridismos de imaginários sacros e profanos, que podem reportar a ancestralidades que se perdem no tempo e no espaço.

Ao longo dos 15 dias de festa, os rituais envolvem as missas; as procissões; o levantamento do Mastro onde são pendurados exemplares do produto agrícola que a terra produziu; os louvores; e os banquetes, mas também o comércio e o consumo. Nas duas cidades, durante as comemorações do Divino, a fruição do visitante não se limita à participação na Festa em si, mas envolve o desfrute do que é peculiar às localidades. Em Alcântara estão os prazeres da ‘pequena cidade’ e a proximidade com a presença de cotidianos marcados por temporalidades tradicionais, com lazer igualmente associado a uma lógica rural, como já abordamos em outro momento (Gomes; Gastal, 2015). Ali, as trocas hospitalares entre residentes e visitantes são especialmente presentes quando das comensalidades, das procissões e das adorações. Em São Luís, guardadas as proporções de uma cidade muito maior e a facilidade de acesso ao local dos festejos, levando a participação de números muito mais significativos de pessoas, mesmo assim os momentos sagrados e profanos marcam-se por aproximações e trocas entre visitantes e visitados.

A Hospitalidade, nesses cenários e no âmbito das festas religiosas, se reforça no modo de receber praticados pelos festeiros, o que permite trazer à reflexão o colocado por Oliveira e Santos (2010, p.3), quando analisam que tais não são “realizados por indivíduos, mas por pessoas morais, são coletividades que se obrigam mutuamente. Essas trocas não são apenas bens e riquezas [...], mas sim, afabilidades, banquetes, cerimônias, [...], danças, festejos, feiras [...]” Percebeu-se nas práticas de Hospitalidade da Festa ao Divino em Alcântara e São Luís, a presença deste código de ética e moral dos que estão autorizados, por outorga de seus antepassados, a construir a Festa. No dizer de Mauss (2002, p.211), “a finalidade é antes de tudo moral, seu objetivo é produzir um sentimento de amizade entre as duas pessoas envolvidas, e, se a operação não tivesse esse efeito, faltaria tudo...”.

Falar de Festa do Divino Espírito Santo em recônditos nordestinos é tratar de resistência e de fervor religioso, mas principalmente de partilha, prática atual, mas com re[a]presentações que rememoram aos antepassados. O tempo da festa é o da fartura, do conagração no qual os visitantes estão incluídos. Tanto em São Luís quanto em Alcântara, as festividades em favor do Divino Espírito Santo partem de um coletivo e em prol deste, buscando bênçãos carregadas de fartura e outras benesses de que carecem os mais humildes.

Percebe-se, no festejar do Divino, uma forma de repassar costumes às gerações futuras, e nestas se inclui o acolhimento aos convivas. É um momento de valorização e revalidação da cultura, do modo de vida em comunhão, a exemplo dos quilombolas ou dos descendentes destes. As relações sociais entre sujeitos se desenham também na descontração, no que é posto no exterior do ambiente sagrado, pelo lúdico e práticas culturais como a manufatura dos alimentos servidos no ritual, fartamente distribuídos entre os convivas durante os dias de Festa. Em ambas as cidades a presença das Caixeiras é marcante, independente do espaço religioso em que será louvado o Divino. A Festa apresenta um matriarcado atuante, resistente e fiel aos costumes que remonta o passado imperial, mas que também se coloca como um seio acolhedor.

REFERÊNCIA

- ALVES, M. L. B Festas religiosas como atrativos turísticos In: RAMOS, S. P (org) Planejamento de roteiros turísticos. Porto Alegre: Asterisco, 2012.
- AMARAL, Rita de C. O tempo de festa é sempre. In: Travessia - Revista do Migrante, Ano VI, n.15, 1993.
- AMARAL, Rita de C.de M.P. Festa à Brasileira: Significados do festejar, no país que “não é sério”. Tese (Doutorado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- BARBOSA, Marília da G. Umas Mulheres que dão no couro: as caixeiras do Divino no Maranhão. Dissertação [Mestrado em História]. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002.
- BAUDRILLARD, J. A sociedade de consumo. Lisboa: Edições 70, 1995.
- BERGER, Peter L. O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 1985.
- CAMARGO, Luiz O.de L. Hospitalidade sem sacrifício? O caso do receptivo turístico. Revista Hospitalidade, Ano III, n. 2, 2006, pp.11-28.
- DAMATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DEL PRIORE, Mary L. Festa e utopias no Brasil colonial. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- DUVIGNAUD, Jean. Festas e civilizações. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.
- FERREIRA, Maria N. As festas populares na expansão do turismo. São Paulo: Arte & Ciência, 2005.

FERRETTI, S.F. Religiões de ordem africana no Maranhão. In: UNESCO. Cultura africana. Documentos da Reunião de Peritos sobre a “Sobrevivências das Tradições Africanas nas Caraíbas e na América Latina”. São Luis, 24-29 de junho de 1985. São Luis, 1986.

GASTAL, Susana; MACHIAVELLI, M.S.; GUTERRES, L.S. Festa Temática: Da tradição à modernidade. Revista Turismo em Análise, v. 24, p. 432, 2013.

GEERTZ, Clifford. Ethos, world view and the analysis of sacred symbols. Antioch Review (1958).

GOMES, Cristiane M.; GASTAL, Susana. Turismo e Cotidianos: a pequena Alcântara-MA. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL – SEMINTUR, 8. Hospitalidade em Colóquio: Pesquisa e Ensino, 1. 2015, Caxias do Sul, RS. Anais Eletrônico... Caxias do Sul: UCS, 2015. p. 45-49. Disponível em: <http://www.ucs.br/site/midia/arquivos/roda_turismo_cultura_sociedade.pdf>. Acessado em: 25 de set de 2015.

GOUVEIA, Cláudia R.M. As esposas do Divino: poder e prestígio feminino na Festa do Divino Espírito Santo em terreiros de Tambor de Mina de São Luís, Maranhão. Dissertação [Mestrado em Antropologia]. Recife: UFPE, 2001.

IKEDA, Alberto T.; PELLEGRINI FILHO, Américo. Celebrações populares: do sagrado ao profano. In Terra Paulista: Histórias, artes, costumes, v. 3, São Paulo: Imprensa Oficial; CENPEC, 2008, p.207.

LACROIX, Maria de L.L. São Luis do Maranhão: corpo e alma. São Luis: Lithograf, 2012.

LEAL, João. As festas do Espírito Santo nos Açores: um estudo de antropologia social. Lisboa: Dom Quixote, 1994.

LIMA, Luana N.M.de. Festa de padroeiro e rituais festivos no território Kalunga: o sentido da tradição em um sítio patrimonial. CENÁRIO, V.2 (2), 2014, pp. 83

LINDOSO, G. C. P. Ilê Ashê Ogum Sogbô: etnografia de um terreiro de mina em São Luis do Maranhão. São Luis: Café & Lápis: Edufma: Fapema, 2014.

MACENA, L. Festas, danças e folguedos: elementos de identidade local, patrimônio imaterial do nosso povo. In: MARTINS, J. C. O. M (Org.). Turismo, cultura e identidade. São Paulo: Roca, 2003.

MARANHÃO. Secretaria de estado de Turismo. Maranhão único. São Luís: Governo do Estado, 2011.

MARTINS, J.B. Observação participante: uma abordagem metodológica para a psicologia escolar. Semina: Ci. Sociais/Humanas, V.17(3), 1996, pp. 266-273.

MAUSS, Marcel. Sociologia e antropologia. O ensaio sobre a dádiva. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

MEGIANI, Ana P.T. O jovem rei encantado - aspectos da construção e personificação do mito messiânico português. Dissertação [Mestrado em História Social]. Faculdade de História da USP, São Paulo, 1995.

MONTANDON, A. Hospitalidade ontem e hoje. In: DENCKER, A.F.M. e BUENO, M.S. (Orgs.) Hospitalidade: cenários e oportunidades. São Paulo: Pioneira- Thomson, 2003.

MOURA, Antonio de P. Turismo e festa folclórica no Brasil. In: FUNARI, Pedro P.; PINSKY, J. (Orgs.). Turismo e patrimônio cultural. São Paulo: Contexto, 2005.

OLIVEIRA, A, C; SANTOS, M, M, C. Hospitalidade e Turismo: a busca por novos aportes teóricos. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 7. 2010, São Paulo, SP. Anais eletrônico... Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo/SP. Disponível em: < http://anptur.org.br/novo_portal/anais_anptur/anais_2010/arquivos/hospitalidade_e_turismo_a_busca_por_novos_aportes_teoricos.pdf>. Acessado em: 20 de set de 2015.

PEREIRA, Carla R. Devoção e identidade: a festa do Divino Espírito Santo da Colônia Maranhense no Rio de Janeiro. Dissertação [Mestrado em Sociologia e Antropologia]. UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

PORTUGUEZ, A. P. Espaço e cultura na religiosidade afro-brasileira. Ituiutaba: Barlavento, 2015.

ROCHA, M. de F. S. A festa do Divino Espírito Santo no Maranhão: uma proposta de glossário. Dissertação [Mestrado em Linguística]. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

SILVA I.L.O.; MAPURUNGA, G.M.P. A Imagética das Devoções Populares e os Espaços Sagrados no Semiárido Cearense. Cenário, V.3(4), 2015, pp.147-163.



A identidade territorial enogastronômica como elemento de sustentação turística regional: A experiência do Tirol e *Südtirol*

Territorial enogastronomy identity as a point of regional touristic development: Tyrol and Soul Tyrol Experience

Roberto do Nascimento e Silva¹

¹ Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Docente na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: rsilva@unisc.br

RESUMO

No que diz respeito ao turismo, percebe-se que, espaços antes isolados, ou então com relações restritas em escala regional, tornam-se partes de um sistema de abrangência global que acaba por sofrer influências da padronização de produtos e da redefinição de territórios. Todavia a enogastronomia busca oportunizar a reação regional através do oferecimento de produtos particulares, impregnados de cultura, em que sociedades reconhecem suas identidades e atraem visitantes para a localidade, fazendo com que estas sejam destaque em experiências de promoção e desenvolvimento do turismo regional. Neste sentido, o artigo tem por objetivo analisar a identidade territorial enogastronômica como alicerce do turismo regional no território tirolês e, utilizando para isso, o materialismo histórico dialético como marco teórico metodológico. Se entende por enogastronomia, a união de segmentos de alimentos e bebidas sustentada por um tripé que compreende o produtor rural, as empresas (vinícolas e restaurantes) e o território.

Palavras-chave: Cultura. Enogastronomia. Identidade territorial. Turismo. Tirol e *SüdTirol*.

ABSTRACT

With regard to tourism, it is clear that areas previously isolated, or with restricted relations on a regional scale, become parts of an overall comprehensive system that turns out to be influenced standardization of products and the redefinition of territories. However the enogastronomy create opportunities for regional reaction by offering particular products, impregnated with culture, where societies recognize their identities and attracting visitors to the region, standing out in the promotion of experiences and development of the regional tourism. The article aims to analyze the Territorial enogastronomy identity as a point of regional touristic development in Tyrolean territory and, making use of the dialectical historical materialism as a methodological theoretical framework. It is understood by enogastronomy, the union between food and wine company sustained for a tripod comprising the farmers, companies (wineries and restaurants) and the territory.

Keywords: Enogastronomy. Territorial identity. Tourism. Tyrol and *South Tyrol*.

1. INTRODUÇÃO

O território abriga possibilidades e simultaneidades, trata-se de um organismo em transformação, onde não há somente um ponto de partida puro e original. Relações de poder, delimitações geográficas, funções administrativas e elementos simbólicos coexistem espacialmente e partem do pressuposto de que os territórios são produzidos por meio da ação de sujeitos na produção de valores mais ou menos hierárquicos no espaço.

Nesse sentido, a noção de território privilegia diversas abordagens, dentre os quais, se destacam as definições de Raffestin (1993), quando destaca o poder exercido por pessoas ou grupos como base para a definição de território. Em outras palavras, poder e território devem ser relacionados conjuntamente para que o conceito se consolide.

As relações de poder são multidimensionais e exercidas em todas as escalas, dentro e fora do território. “O poder é a chave e em toda a relação circula o poder que não é nem possuído nem adquirido, mas simplesmente exercido” (RAFFESTIN, 1993, p.7).

Para Flores (2007) o conceito de território incorpora um jogo de poder entre os atores que atuam num espaço. Como resultado desse jogo de poder, se define uma identidade relacionada a limites geográficos, ou ao espaço determinado. O território surge, portanto, como resultado de uma ação social que, de forma concreta e abstrata, se apropria de um espaço (tanto física como simbolicamente), e por isso é um processo de construção social (FLORES, 2007, p. 4).

Neste contexto, percebe-se que o território e suas dinâmicas territoriais emergem territórios turísticos que associados a outros atributos da materialização do espaço como a enologia e a alimentação, proporcionam o desenvolvimento do fenômeno turístico em nível regional.

Assim, verifica-se que estes espaços se tornam campos privilegiados para estudos, como o caso do território do Tirol na Áustria e do *Südtirol* na Itália. Apesar de serem territórios geográfica, administrativa, política e economicamente separados, seus aspectos territoriais e culturais os aproximam, configurando-os como uma única região, alicerçada na identidade do povo, na sua história nos seus hábitos e costumes, na sua enogastronomia e no seu estilo de vida.

O Tirol e o *Südtirol* podem ser considerados objeto de estudos, pois, estes passaram por diversas transformações no curso do último século a partir de características culturais (idioma, folclore, costumes, turismo e gastronomia), políticas (guerras e jogos de poder), geográficas (perdas de fronteira) e administrativas que foram se modificando através dos tempos.

Diversos autores analisaram as transformações neste território a partir de distintas visões, todavia, sob o contexto da enogastronomia, este território apresenta lacunas de interpretação.

Neste sentido, o artigo tem por objetivo analisar a identidade territorial enogastronômica como alicerce ao desenvolvimento do turismo regional no território tirolês. A metodologia aplicada neste estudo, se sustenta no materialismo histórico dialético, pois esta, interpreta a realidade através de um caminho epistemológico

dinâmico, provisório e em constante transformação. Buscou-se também conhecer *in loco* o caso tirolês, o que possibilitou gerar um conhecimento mais contextualizado, voltado para a interpretação e baseado em populações de referência, determinadas pelo pesquisador (André 2005).

Como populações ou universo da pesquisa, optou-se por visitantes da região tirolesa, produtores rurais que fornecem matéria prima para o setor enogastronômico e proprietários das empresas ligadas ao setor. Não se definiu um número de entrevistados, mas a repetição das respostas destes, a partir da aplicação de um questionário qualitativo relacionando as perguntas ao tema geral.

Os dados levantados nesta pesquisa serviram para conhecer o arranjo regional atual, além de compreender como a identidade enogastronômica tirolesa contribui para o desenvolvimento do fenômeno turístico no território em questão.

Na sequência deste artigo, apresenta-se a uma síntese das relações entre o território, o turismo e o saber fazer enogastronômico, bem como o caso tirolês e que culminam a *posteriori* numa análise reflexiva acerca da identidade territorial enogastronômica como elemento de sustentação turística do território regional

2. O TURISMO E A IDENTIDADE TERRITORIAL ENOGASTRONÔMICA

No que diz respeito ao turismo e a identidade enogastronômica de um território, percebe-se atualmente que, espaços antes isolados, ou então com relações restritas em escala regional e/ou nacional, tornam-se partes de um sistema de abrangência global.

Apesar deste sistema atingir, praticamente toda a economia mundial, há uma série de ações e reações existentes na dinâmica entre o global e o regional nos territórios que acaba por particularizar os territórios.

O setor enogastronômico, como um promotor da valorização dos espaços regionais, da tradição e da prática produtiva regional, acaba também por sofrer influências externas, pois sofre com a disseminação de empresas globais dentro de seus territórios.

A enogastronomia tem papel de destaque em algumas experiências de desenvolvimento do turismo regional. Através dela, as regiões e as sociedades criam suas identidades, fortalecem seus hábitos e costumes, resgatam suas crenças, preservam seu folclore, além de transmitirem tais valores para as futuras gerações. Isto significa estar impregnada de cultura, identidade, expressões, marcas e de um modo particular de agir.

É possível identificar costumes e tradições que não se revelam de forma palpável, ligados ao imaginário de cada pessoa, no despertar dos sentidos (visão, audição, paladar, tato e olfato), no expressar das diferenças, das semelhanças, das crenças e do sentimento de pertencimento.

Neste sentido, apresenta-se a enogastronomia como a união de segmentos de alimentos e bebidas sustentada por um tripé que compreende o produtor rural, as empresas (vinícolas e restaurantes) e o território, onde são desenvolvidos e aplicados conhecimentos teóricos, técnicos e práticos no oferecimento de produtos particulares e de qualidade aos consumidores finais (SILVA, 2015, p. 14).

Pecqueur (2009) cita a qualificação do produto como estratégia de mercado, pois o valor agregado ao produto regional o torna único e exclusivo. Neste caso, sua valorização se dá pela diferenciação (na forma de produção e vinculação territorial), independentemente de preço ou custo de produção, diferenciando-o assim dos demais produtos oferecidos pelo processo global.

Conceber o território como um espaço que possui forte relação com a história e as particularidades produtivas advindas deste, também é uma necessidade.

Assim como outros setores da economia, o turismo e a alimentação também são influenciados pela relação dialética entre a dimensão global e a dimensão regional, não apenas da valorização e formação de uma identidade territorial, mas também no desenvolvimento dos indivíduos atuantes no contexto regional.

Todavia, para compreender a enogastronomia como elemento de sustentação turística regional, faz-se necessário discutir o entendimento sobre *terroir*, pois deste partem todos os pressupostos que irão a correlacionar com a identidade territorial.

Para Tonietto (2007), o termo *terroir* veio a ganhar conotação positiva nos últimos 60 anos, quando a valorização da delimitação dos vinhedos nas denominações de origem de vinhos na França veio a balizar critérios associados à qualidade de um vinho, incluindo o solo e a variedade, dentre outros.

A palavra *terroir* passou a exprimir a interação entre o meio natural e os fatores humanos. E esse é um dos aspectos essenciais do conceito, de não abranger somente aspectos do meio natural (clima, solo, relevo), mas também, de forma simultânea, os fatores humanos da produção, de escolha de variedades, aspectos agrônômicos e aspectos de elaboração dos produtos. (TONNIETO, 2007, P.3)

Para Valduga e Valduga (2007), este processo de produção regional está relacionado às características geográficas concretas (condições de clima, solo); as características das matérias primas agrícolas (as vinhas, o leite, o café, a carne); as técnicas

de produção específicas na produção de produtos regionais, (o vinho, o queijo, os embutidos, o café), e ao modo de vida e aos costumes da sociedade que, em última análise, dá vida ao *terroir*.

O termo é dotado de uma capacidade de gerar produtos particulares que lhe conferem originalidade e características próprias, seja através de características físicas e biológicas ou de características históricas e socioeconômicas que conferem um produto acabado percebido como autêntico e identificável pela sua tipicidade.

No caso da enogastronomia, verifica-se a contribuição para o desenvolvimento do território turístico, pois, recupera e valoriza tradições territoriais, certifica e divulga os produtos e serviços regionais, valoriza os produtores rurais, identifica a produção através de selos regionais, destaca o processo histórico social, expõe as particularidades do território e apresenta um modo de vida regional, diferenciado e original, que torna-se reconhecido por sociedades e mercados que atuam em escalas globais, além de atrair visitantes para a localidade.

Com relação às identidades territoriais, no caso dos territórios, pode-se salientar que estas são constituídas a partir de fronteiras que os grupos determinam, através de fronteiras sociais simbólicas que adquirem limites territoriais, com base nas relações histórico-culturais destes grupos sociais.

A identidade territorial se constrói no tempo, nutrindo-se de elementos sócio culturais, políticos e históricos necessários para alicerçar e fortalecer um sentimento de pertencimento capaz de marcar, identificar e diferenciar a sociedade regional dos demais territórios, dados ou construídos.

Albagli (2004) salienta que o sentimento de pertencimento é um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico, que significa a caracterização de uma noção de territorialidade, onde as relações sociais e a localidade estão interligadas, fortalecendo assim o sentido de identidade, e refletindo num sentimento de pertencimento.

Entretanto, para fortalecer os territórios, através de laços identitários, é necessário valorizar aquilo que um dado território tem de seu, suas particularidades, enquanto patrimônio sócio cultural, econômico e ambiental.

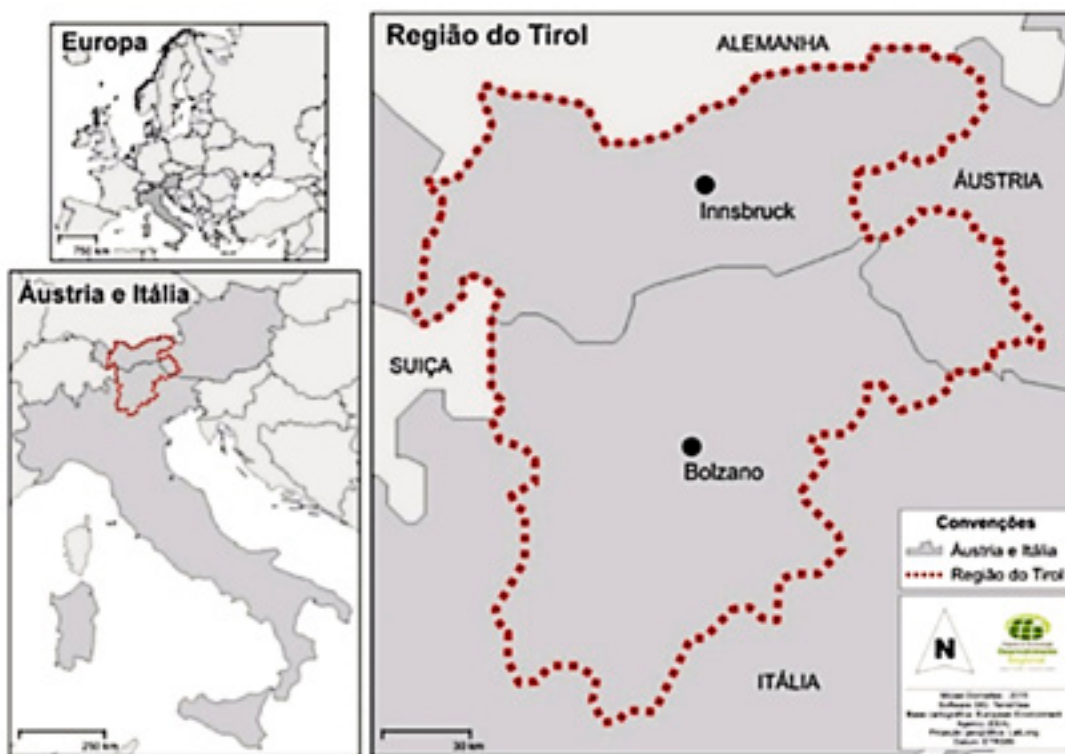
Portanto, desta forma, pode-se afirmar que a identidade territorial é o resultado do processo de produção de cada território, construída por múltiplas relações (sócio culturais, políticas, econômicas e ambientais) que se renovam todos os dias nos territórios, configurando o que se conhece por região.

3. O TERRITÓRIO TIROLÊS: UM ESTUDO DE CASO

Para analisar a identidade territorial enogastronômica como elemento de sustentação turística no território tirolês, além de interpretar os dados resultantes da pesquisa, foi necessário realizar um estágio in loco na região tirolesa entre os meses de julho de 2013 e março de 2014.

Região esta que está localizada a oeste do território austríaco e ao norte do território italiano, fazendo fronteira, ao norte com o território da Baviera, na Alemanha, ao sul com os territórios da Lombardia e Trentino, na Itália, a oeste com o território de Voralberg, na Áustria e com os Alpes na Suíça e, a leste, com o território de Salzburgo e Kärnten, na Áustria. (GEOGRAPHIE ATLAS, 2013), conforme apresenta a figura 1.

Figura 1 - Delimitação da área do Tirol



Fonte: Base cartográfica European Environment Agency, adaptado por Dornelles, 2015

Na região encontram-se empreendimentos enogastronômicos, rotas vitivinícolas, como à *estrada del vino* e às vinícolas na região de Bolzano (Itália), à *Käse Strasse* e às queijarias das proximidades da região de Innsbruck (Áustria), pequenos produto-

res de *speck* (tipo de presunto) e *schnapz* (tipo de aguardente de frutas ou flores), de produtos enoalimentares regionais nos supermercados e casas especializadas, além de festivais gastronômicos e feiras rurais.

Essas atividades viabilizaram o aprofundamento sobre a produção agropecuária do território tirolês e o modo de vida de seus produtores, principalmente nas zonas periféricas aos polos de Innsbruck e Bolzano, o que contribuiu para uma melhor análise e compreensão das particularidades regionais no processo de formação da identidade enogastronômica destes territórios.

De acordo com o *Statistik Austria* (2010) e o *Istituto Provinciale di Statistica* (2010), a região do *Tirol* (Austriaco e Italiano) possui uma área total de 20.047,71 km², com uma população de 1.207.239 habitantes. O PIB per capita anual da região é de aproximadamente €29.824,00 e sua economia é composta pela produção agropecuária (6,6%), por indústrias (24,1%) e pelo setor de serviços (69,3%).

Na produção agropecuária, a região é fortemente identificada com a produção de leite, queijos e seus derivados, representando quase 50% da produção agrícola total (*TIROL UNSER LAND*, 2013). O segmento leiteiro do *Tirol* é valorizado e reconhecido através dos derivados (queijos de montanha) com indicação geográfica reconhecidos pela União Europeia, produtos lácteos com selos de certificação regional, produtos orgânicos, além de uma rota do queijo (*Käsestrasse*), que proporciona aos visitantes o contato com os costumes dos produtores rurais, o manejo das vacas e os processos de fabricação dos queijos, degustações e compras no atacado e varejo destes produtos nas próprias indústrias (queijarias) ou em casas especializadas da região.

Conforme *Daugstad e Kirchengast* (2013) a rota dos queijos e as certificações proporcionam a toda a cadeia produtiva do leite tirolês, vantagens competitivas em prol da região que fortalecem suas particularidades e conseqüentemente valorizam seus produtos.

Além de produtos derivados do leite, a produção agropecuária tiroleza se destaca também pela produção de charcuteria (*speck*, embutidos, linguiças, salsichas), *schnapz*, uvas, vinhos e derivados, maçã e pera, além da grande produção de hortifruti-granjeiros orgânicos (linhaça, centeio, trigo, girassol, mel, geleias, compotas, sucos, frutas, verduras, entre outros). A União Europeia (2013) destaca que a Áustria é o país com maior produção de orgânicos no mundo, cerca de 19,7% de suas áreas cultivadas são orgânicas.

O turismo no *Tirol* está fortemente ligado à gastronomia regional e a prática de esportes de inverno (montanha), o que movimenta uma série de empresas pres-

tadoras de serviços, como meios de hospedagem, escolas de esqui, lojas de artesanato, bares, restaurantes, guias de turismo, locadoras de veículos, comércio de equipamentos esportivos, entre outros.

O que chama a atenção no turismo tirolês são as fazendas próximas a Bolzano, voltadas ao agroturismo. Estas fazendas desenvolvem atividades complementares às cotidianamente realizadas na propriedade, sendo executadas pela própria família e estão associadas às práticas familiares agrícolas, mas que também agregam serviços turísticos à produção agropecuária, e que, ao mesmo tempo despertam a atenção e encantam os visitantes destes empreendimentos.

De acordo com a Associação Italiana de Agroturismo (2013), na região o turismo é compreendido como “o lazer ao ar livre rodeado pela natureza em um ambiente rural, é rico em cultura, tradições autênticas e produtos agrícolas de alta qualidade”.

Estas propriedades proporcionam aos visitantes a experiência de vivenciar a vida típica e cotidiana de uma família rural tiroleza, conhecer sua cultura, seus costumes, pois os turistas têm a oportunidade de: a) observar *in loco* e saborear a gastronomia local através de degustações enogastrômicas oferecidas nos menus com produtos agrícolas produzidos nas propriedades (queijos, uvas e vinhos, salames e salsichas, pães, mel, azeitonas, geleias, sucos naturais, pratos à base de carne de porco, ovelha, coelho e vaca); b) de conhecer a história da região através de contos e conversas com os proprietários do local; c) de praticar esportes, como a pesca esportiva, a equitação, as caminhadas e os esportes de montanha (esqui, *snowboard*, escaladas), além usufruir do contato direto com o meio rural.

Ainda de acordo com o *Tirol Unser Land*, (2013) ao mesmo tempo em que se busca a geração de renda e o sustento familiar com a comercialização dos produtos regionais, há uma grande preocupação com a “marca regional” no oferecimento destes produtos ao mercado, isto é, os produtores têm consciência de que o produto tirolês deve ser reconhecido e diferenciado dos demais produtos oferecidos no comércio, seja pelo reconhecimento dos consumidores (história, cultura e traços de identidade do território no produto), pelas suas características organolépticas (cor e aroma, sabor, textura) ou por suas características de produção (método, *know how* dos produtores, certificações da União Europeia ou certificações regionais).

O “saber fazer” local dos produtores tirolezes e sua interação com o meio natural é notoriamente reconhecido pela sociedade regional, não apenas como fonte de geração de alimentos, mas também como paisagem cultural e identitária da região.

Neste sentido, é válido salientar que os proprietários rurais tirolezes criaram uma

paisagem cultural única, que atrai um grande número de turistas que vêm ao *Tirol* para conhecer estas formas de produção agropecuárias e se reconhecer através dos produtos e pratos oferecidos em restaurantes típicos e casas especializadas em gastronomia nas cidades tirolezas.

Com relação à gastronomia tiroleza, a mesma deriva do império Austro-Húngaro e recebe forte influência da cozinha Alemã (Baviera), da cozinha Tcheca, da cozinha Italiana e da cozinha Húngara, cozinhas estas que se destacam por trabalharem com os alimentos assados e cozidos como se apresenta no quadro a seguir.

Conforme Duràn (2011), traços marcantes que identificam a cozinha regional tiroleza estão apresentados nos pratos à base de carne suína, (*speck, Wiener Schnitzel*), gado bovino (*Gekochtes, Rindfleisch e Gulasch*), massa (*Käsespätzle, spatzl e gröstl*) e batatas. Isto é, uma cozinha calórica, rica em proteína animal, gordura e carboidratos, podendo popularmente ser reconhecida também como uma cozinha “pesada”.

Para o autor, essas características estão relacionadas a duas condições básicas: às condições geográficas (clima, temperatura e relevo) da região e à herança deixada pelo Império Áustro Húngaro e pelos povos que habitavam o *Tirol* durante o período de guerras, bem como de suas reorganizações territoriais.

O autor destaca ainda que estes aspectos contribuíram para o fortalecimento da identidade da cozinha tiroleza, pois nestas trocas territoriais foram se mesclando os sentimentos de pertencimento, junto a ingredientes e formas de preparo, com diferentes sabores e aromas, auxiliando desta maneira, na formação da identidade territorial enogastronômica do *Tirol*.

A cozinha tiroleza não possui grande diversidade de pratos e ingredientes, como a gastronomia italiana e brasileira, por exemplo, mas ela conserva traços culturais, modos de preparo tradicionais e serviços de mesa originais que “andam” meio que na contramão dos processos de padronização dos serviços de restauração mundo a fora. E, é justamente esse processo contrário, esse passado contra o presente, esse clássico contra moderno e esse “velho” contra o novo que a fortalece e a torna tão encantadora e atrativa aos visitantes.

Um exemplo deste particular é encontrado nos restaurantes típicos tirolezes que possuem um estilo arquitetônico que resgata a vida e o modo de ser dos moradores da região, facilmente identificados através dos detalhes e dos objetos de decoração nas paredes, na apresentação dos pratos, das vestimentas dos garçons e no modo de atender aos clientes.

Outro exemplo deste particular são os *Würstwagen* (espécie de *food truck*) espe-

cializados em lanches típicos regionais à base de diferentes tipos de linguiças e salsichas como o *St. Johaner*, o *Frankfurter*, o *Currywurst*, o *Burenwurst*, o *Käsekrainer*, o *Bosna* (tipo de cachorro quente com salsicha *Bratwurst*, cebola, e uma mistura de mostarda, ketchup e curry), e os *Kaminwurzten* e o *Fleischkäse-Semmel* (pães de carne de porco, acompanhados de mostarda, chucrute e pão).

Mesmo que de forma tímida e incipiente, esta parte do segmento gastronômico tirolês assume também o papel de identificação do território e valorização da cozinha típica, pois oferece a possibilidade de se conservar os hábitos alimentares em todos os tipos de refeições oferecidas.

A gastronomia tirolesa se destaca ainda pelo oferecimento de sobremesas como o: a) *Apfelstrudel* (torta de massa folhada recheada com maçãs e canela, servida quente ou fria); b) o *Palatschinken* (crepe guarnecido de calda de *nutella* com açúcar de confeito); e c) a *Sachertorte* (espécie de torta com massa de pão de ló, recheada com damascos e coberta com creme duro de chocolate) e pela grande produção de pães orgânicos, facilmente encontrados em *Backereis* (padarias da região), regionalmente certificadas.

Com relação à região sul do território tirolês (*SüdTirol*), pode-se afirmar que o mesmo está cercado por montanhas de grandes altitudes, como os *dolomites* (montanhas de rochas ricas em carbonato de cálcio e magnésio, de coloração acinzentada), o que dificulta a produção agrícola. Conforme o *Istituto Provinciale di Statistica* (2006) somente quinze por cento (15%) desta parte do território tirolês possui áreas agricultáveis.

De acordo com o *Tirol Atlas* (2000), a produção agrícola na região está voltada às seguintes atividades: a) pastagens para o gado e produção leiteira com 18.908 ha, o que representa 57,1% de toda área cultivada na região; b) a produção de fruticultura com 8.823 ha, o que representa 26,6%; c) a produção vitícola com de 4.810 ha, o que representa 14,5% da área e d) outros plantios com (1,8%).

A Associação de Vinhos do *SüdTirol* (2013) salienta que apesar da vitivinicultura sul tirolesa produzir somente um por cento (1%) da produção vitícola italiana, 98% destes vinhos produzidos possuem certificação de indicação geográfica – Denominação de Origem Controlada – reconhecidos pelo sistema internacional de certificação de produtos agrícolas e vinhos da União Europeia.

Os vinhedos do *SüdTirol* são considerados de montanha, pois, suas vinhas se encontram em locais que variam de trezentos (300) metros a mil (1.000) metros de altitude (ASSOCIAÇÃO DE VINHOS DO ALTO ADIGE, 2013).

A Associação destaca também que a região possui sete zonas vitivinícolas, trinta e

seis produtores rurais cadastrados, quarenta e oito vinícolas produtoras de vinhos branco, tinto e *rose* (finos e de sobremesa), dezessete vinícolas produtoras de espumantes e vinte e sete enólogos atuantes na região.

A produção vitícola tiroleza está localizada próxima ao polo de Bolzano e encontra-se em uma posição geográfica privilegiada para o cultivo de uvas de montanha, pois possui um solo vermelho e de rápida absorção de água) com proteção dos alpes tirolezes, com ventos quentes oriundos do mediterrâneo, umidade favorável, com intensidade de luz solar em média de trezentos dias no ano e grandes variações de temperatura propícias para o plantio de uvas que, aliadas aos fatores humanos de modo de preparo e de manuseio da terra influenciam favoravelmente à produção da vitivinicultura e proporcionam um *terroir* único, cheio de características e particularidades (ASSOCIAÇÃO DE VINHOS DO ALTO ADIGE, 2013).

Os vinhos do *Tirol* do Sul são o resultado da combinação perfeita de três fatores: a dedicação do viticultor, arte do enólogo e as condições climáticas e de solo.

E, a soma total destes fatores constitui a singularidade da área vitícola tiroleza e a torna reconhecida internacionalmente pela qualidade dos vinhos oferecidos elaborados a partir de uvas brancas como a *Pinot bianco*, *Chardonnay*, *Pinot grigio*, *Gewürztraminer*, *Müller Thurgau*, *Sauvignon*, *Sylvaner*, *Moscatto Giallo*, *Riesling*, *Kerner*, *Veltliner*, *Riesling Itálico* e uvas tintas como a *Schiava*, *Lagrein*, *Pinot Nero*, *Merlot*, *Cabernet*, *Rosenmuskateller* e *Malvasier* que produzem vinhos de coloração brilhante, com taninos suaves, aromas e sabores delicados, finos e equilibrados que lembram frutas, flores e ervas de montanha.

No território, encontra-se ainda uma rota de vinho denominada *Strada del Vino*, que proporciona aos visitantes inúmeras atividades relacionadas ao lazer, a cultura da uva e a enologia da região, verificadas através das observações de campo através da visita ao museu do vinho e conhecimento sobre a história da uva e dos produtores da região (sua chegada, plantios, ferramentas, primeiros agricultores, formas de condução das videiras e sua evolução, primeiros vinhos, entre outros) e das visitas guiadas, denominadas *wine safaris*, onde se teve a possibilidade de visitar as vinícolas da região e realizar degustações dos vinhos produzidos ao longo da rota, bem como obter informações sobre a cultura local e de seus produtores.

É interessante destacar ainda, que a rota dos vinhos pode ser feita de bicicleta, incentivando desta forma a sustentabilidade local.

Outra particularidade da rota *Strada del Vini*, diz respeito a um serviço denominado Academia do Vinho, onde enólogos e *sommeliers* da região oferecem cursos

sobre o estudo da uva para grupos de estudantes, apreciadores ou especialistas em vinho, realizados nas próprias vinícolas ou meios de hospedagem da região, harmonizados com a cozinha típica tiroleza.

É importante ressaltar ainda que outras particularidades regionais também estão impregnadas em diversos elementos que caracterizam a enogastronomia tiroleza, como: a) apresentações de grupos folclóricos nos restaurantes e em diversas atividades e eventos na região; b) nas especificações de pratos elaborados a partir de produtos regionais tiroleses nos cardápios dos restaurantes; c) na divulgação de produtos regionais tiroleses em casas especializadas e supermercados, bem como do destaque nas notas fiscais destes estabelecimentos relacionados aos produtos regionais; d) na valorização dos vinhos tiroleses em casas especializadas; e) nas feiras rurais diárias e semanais da região formadas exclusivamente por produtos regionais; f) na sinalização turística dos roteiros enogastronômicos nas rotas do queijo e dos vinhos; g) nos postos de informações turísticas e sites especializados; h) e principalmente no orgulho dos moradores, dos trabalhadores e de produtores da região em dizer que são tiroleses e ou sul tiroleses, independentemente da divisão territorial e geográfica existente, verificadas através de observações de campo.

O setor se utiliza ainda de campanhas de marketing organizadas em conjunto com o governo para reforçar a interação econômica da região e sensibilizar os consumidores para utilizar produtos regionais, pois estes são sinônimos de produtos superiores e de qualidade e que conseqüentemente imprimem qualidade aos pratos e produtos oferecidos nos estabelecimentos da região.

A participação do Estado nas ações em prol do desenvolvimento da enogastronomia tiroleza não se limitam somente a campanhas de marketing ou auxílio no fomento de associações, mas também: a) na criação de faculdades agrícolas, onde os alunos aprendem sobre todo o manejo e atividades agrícolas; b) no controle veterinário regional, para descartar problemas de saúde relacionados ao consumo de produtos de origem animal; c) no pagamento de salários e benefícios para os agricultores de montanha, como forma de compensação devido aos problemas estruturais e desvantagens deste tipo de produção; e d) no suporte para os agricultores que desenvolvem medidas favoráveis a gestão do ambiente e do território, afim de, garantir que as florestas sejam manejadas como um espaço de lazer e de proteção para as gerações futuras. (*TIROL UNSER LAND*, 2013).

Cabe destacar ainda outra importante particularidade do território tirolês. Ela diz respeito aos produtos com certificações de indicações geográficas reconhecidos pela União Europeia (UE) e aos produtos com certificações de qualidade regional

que auferem destaque internacional relacionado à produção agropecuária.

A maçã gala, as uvas brancas e tintas, o *speck*, o *schanapz*, e os queijos de montanha são exemplos de produtos que fortalecem a identidade do território tirolês, pois estes representam um saber fazer local e um *terroir* único que confere aos produtores da região, a exclusividade da produção e desperta para o turismo regional.

Neste sentido, percebe-se o *Tirol* como uma região desenvolvida, que entende a enogastronomia como um elemento de sustentação turística da região, pois esta associa sua paisagem turística regional ao típico, ao original, ao autóctone e, por isso mesmo, imprime significado e desperta a curiosidade dos visitantes tirolezes.

4. RESULTADOS DA PESQUISA

A partir da coleta das informações realizadas através das entrevistas, percebeu-se a interferência da enogastronomia no processo de desenvolvimento do turismo na região tirolesa.

Verificou-se que, além do conhecimento sobre o processo histórico de formação do território, a enogastronomia proporciona um atrativo particular aos visitantes da região e impulsiona o turismo regional, seja através de seus produtos reconhecidos (indicações geográficas), de sua cozinha tradicional, de seus *food trucks* (*würstwagen*) especializados, de seus vinhos, de seu povo, ou de seus saber fazer que identificam e particularizam territorialmente a região.

Esta cultura proporciona a entrada de divisas, também gera emprego e renda para os trabalhadores, cria subprodutos enoturísticos e fortalece a imagem do território, pois este se torna exclusivo e particular frente a demais territórios mundo a fora.

Para Silva (2015), os próprios agricultores reconhecem que a atividade possibilita a descoberta de toda região e o “discurso turístico” é recorrente no destino, isto é, de algum modo, todos os entrevistados tiveram ou tem contato com a atividade turística.

Para o autor, esta dimensão social e cultural em incorporar processos enoalimentares que fomentem o desenvolvimento das sociedades, contribui também para a formação da identidade social, que levam consigo a expressão de seus estilos de vida. Através da enogastronomia, se expressam marcas do passado, da história, da sociedade e da região a qual se pertence.

Neste sentido, pode-se destacar que os hábitos da sociedade estão além das sensações relacionadas a cores e sabores dos alimentos, eles diferenciam valores sociais e culturais como a religião, a etnia e a história social.

Desta forma, pode-se dizer que a maneira de preparar os alimentos e os ritos cotidianos estão territorialmente impregnados e enraizados no modo de ser regional, o que atrai visitantes e faz parte do patrimônio cultural da localidade.

Faz-se necessário compreender ainda que a enogastronomia é um importante atrativo turístico e cultural para o território, principalmente quando através dela pode-se entender o valor e a maneira como se desenvolve. O que remete a ideia de traços e expressões culturais do Tirol, independentemente da situação geográfica ou política demarcada. Conhecer o território enoalimentar tirolês, é valorizar sua sociedade, seus hábitos e costumes e garantir a continuidade das tradições e da história para as futuras gerações.

Sob o ponto de vista do regional, se percebe também que a valorização da enogastronomia é necessária para a manutenção das tradições e das particularidades regionais.

Assim, o território torna-se atração de fluxos turísticos, pois, além da condição básica de se alimentar, a enoalimentação constitui um dos eixos do turismo cultural, o que viabiliza e universaliza as trocas humanas e o convívio entre as culturas, costumes e hábitos.

Percebe-se também que o uso da enogastronomia como ingrediente na exploração turística é interessante para os visitantes, pois, oferece o acesso ao patrimônio cultural e possibilita conhecer a história, a cultura e ao modo de viver da comunidade, isto é, quando esta perpassa por uma simbologia relacionada aos costumes sociais, é valorizada enquanto cultura e desperta nas pessoas a curiosidade em conhecê-la.

Dessa forma, verifica-se que a cultura alimentar tirolesa também é uma ferramenta mercadológica para os empresários da região, isto é, as cantinas e os restaurantes têm a consciência de que é necessário explorar a figura do típico (representada no vinho e na comida típica) para atrair os visitantes, afim de manter a viabilidade econômica da região.

Todavia, para Silva (2015) deve-se entender que a enogastronomia por si só não é capaz de se tornar um atrativo turístico cultural, ela deve sempre estar acompanhada de autenticidade da produção dos alimentos, pois desta forma, há a possibilidade de favorecer e valorizar a ideia de cultura imaterial, uma vez que para o turista não é apenas a degustação dos vinhos ou dos pratos típicos que o atrai para o destino, mas, também, a possibilidade de conhecer o modo de vida e o saber fazer local.

É necessário compreender que a enogastronomia tirolesa se torna uma importante ferramenta de desenvolvimento do turismo regional e de fortalecimento territorial, principalmente porque se caracteriza pelo sentimento de pertencimento ao território destacado.

Nesta perspectiva, o autor destaca que se percebe um conjunto de elementos referenciados na tradição e articulados com o presente (através do processo histórico) para constituir algo particular e característico que é capaz de exacerbar o processo de identificação e diferenciação dos moradores do *Tirol*, fazendo com que estes se reconheçam e sejam reconhecidos diante de toda a diversidade cultural.

E esse é o fator determinante para sua autoafirmação e o reconhecimento tirolês, pois é o território que desperta o interesse turístico, favorece a estruturação e a organização produtiva local.

Desta forma, a identidade territorial tirolesa “cria uma corrente” que vai na contramão de processos globalizantes, pois nela, encontram-se elementos culturais que reafirmam o sentido de pertencimento por meio das relações simbólicas de representação, isto é, seus indivíduos.

Isto significa que o *Tirol* pode transformar seu patrimônio sócio cultural em âncora para o fortalecimento do processo de desenvolvimento do turismo regional.

Para Silva (2015), se verifica através das falas dos entrevistados, que a afirmação da identidade territorial é algo que não está planejado e sim, construído historicamente, através de traços culturais herdados, do imaginário dos moradores da região bem como de sua valorização.

Estes traços culturais criam uma atmosfera de identificação da sociedade tirolesa, que acaba por transcender aspectos relacionados à produção vitivinícola da região, assim como da atividade do enoturismo e do crescimento econômico.

Nesta direção, percebe-se no Tirol, assim como em outras regiões, o território se sustenta e apropria-se do sentido de lugar. Isso acontece porque as identidades para se realizarem precisam encontrar um referencial concreto, uma base de sustentação com características espaciais, geográfica e ou culturais.

Vale salientar ainda que o processo cultural que demarca a identidade territorial enogastronômica, pode ser construído por quaisquer grupos que persistam na afirmação ou na valorização de seu “lugar” como atributo de sua legitimação ou de sua diferenciação. Como é o caso do território tirolês.

Por fim, após essa reflexão pode-se verificar que as questões relacionadas à identidade territorial no *Tirol*, incorporam uma representação territorial de legitimação e diferenciação social que caracteriza o território para além da vitivinicultura, do enoturismo e da cozinha típica e que possibilita na região, a oportunidade de se degustar as tradições locais, a história da sociedade e os traços culturais deixados pelos imigrantes.

Portanto, neste sentido, percebe-se que a enogastronomia também contribui para a formação de identidade territorial no próprio território tirolês, além de compreendê-la como promotora do turismo regional, tendo em vista que seus vinhos, sua gastronomia típica, seu território, seus atores sociais e o modelo produtivo da região, são objetos de interesse a serem conhecidos, estudados e observados por pesquisadores, estudantes, visitantes que têm interesses pela região. E, que desta forma, torna-se base para a reação regional, frente aos processos hegemônicos e globalizantes na atualidade.

REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, S. Território e territorialidade. In: LAGES, V., BRAGA, C., MORELLI, G. (orgs). Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção Competitiva. Brasília: Sebrae, 2004.
- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Estudo de Caso em Pesquisa e avaliação educacional. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.
- ASSOCIAÇÃO DE AGROTURISMO ALTO ADIGE. Bolzano. Disponível em: <<http://www.agriturismo.it/de/bauernhof/trentino-sudtirol>>. Acesso em: set. 2013.
- ASSOCIAÇÃO DE VINHOS DO ALTO ADIGE. Alto Adige Terra di Vini. Disponível em: <<http://www.altoadigewinesusa.com/>>. Acesso em: jan. 2014.
- ASSOCIAÇÃO KÄSESTRASSE. Disponível em: <www.kaesestrasse.at>. Acesso em: out. 2013.
- DAUGSTAD, Karoline. KIRCHENGAST, Christoph. Authenticity and the Pseudobackstage of Agritourism. *Annals of Tourism Research*, v. 43, pp. 170–191, Region Vorderland-Feldkirch and University of Innsbruck, 2013.
- DURÁN, Xavier. I Saperi dell’Austria. Editorial Fisa Escudo de Oro: Escudo de Oro, 2011.
- FLORES, Murilo. Da solidariedade social ao individualismo: Um estudo sobre o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos na Serra Gaúcha. Santa Catarina: Tese de Doutorado/UFSC, 2007.
- GEOGRAPHIE ATLAS. Atlas de Geografia do Instituto de Geografia da Innsbruck Universität. Innsbruck, 2013.
- ISTITUTO PROVINCIALE DI STATISTICA. Provincia Autonoma di Bolzano Alto Adige. Disponível em: <<http://www.provinz.bz.it/astat/it/default.asp>>. Acesso em: out. 2013.
- KÄSESTRASSE. Cheese Route. Disponível em: <http://www.kaesestrasse.at/>. Acesso em: ago. 2013.

KÖFLER, Werner. Zeittafel zur Geschichte Tirols. Disponível em: <<http://www.tirol.gv.at/fileadmin/www.tirol.gv.at/themen/kultur/landesarchiv/downloads/zeittafel.PDF>>. Acesso em: out. 2013.

PECQUEUR, Bernard. A guinada territorial da economia global. Política & Sociedade – Revista de Sociologia Política, PPSP UFSC, 2009.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

SILVA, R. do N. A enogastronomia no processo de formação de identidade territorial do Vale dos Vinhedos/RS. Tese de Doutorado, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz, RS, Brasil, 2015.

STATISTIK AUSTRIA. Centro de Estatísticas da Áustria. Disponível em: <www.statistik.at/web_en/statistics/population/index.html>. Acesso em: set. 2013.

THE ATALS AUS TIROL. Disponível em: <http://www.svgopen.org/2002/papers/foerster_winter__atlas_of_tyrol/>. Acesso em: nov. 2013.

TIROL UNSER LAND. Tirol Nosso País. Disponível em: <www.tirol.gv.at/statistik-budget/>. Acesso em: set. 2013.

TONIETTO, Jorge. Afinal, o que é Terroir? Bon Vivant, v. 8, n. 98. Flores da Cunha, 2007.

UNIÃO EUROPEIA. Regulamento (CEE) nº 2081/92 do Conselho, de 14 de Julho de 1992. Relativo à Protecção das Indicações Geográficas e Denominações de Origem dos Produtos Agrícolas e dos Gêneros Alimentícios. Certificações Geográficas. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/agriculture/quality/door/list.html>>. Acesso em: ago. 2013.

VALDUGA, Gustavo. VALDUGA, Vander. Região, Vinho E Identidade: Uma Visão Sobre o Vale dos Vinhedos. Artigo. Bento Gonçalves, 2007.



Estudo exploratório sobre sazonalidade e dependência turística em locais receptores: reflexões sobre Santa Catarina e as relações com o fluxo turístico da Argentina

Primary study on seasonality and dependence on inbound tourist locals: Reflections on Santa Catarina and relations with the flow of tourists from Argentina

Lisandro Fin Nishi¹
Giancarlo Moser²

-
- 1 Professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade do Estado de Santa Catarina. Economista, Mestre em Economia e Coordenador do Projeto de Extensão de Análise da Conjuntura Econômica Catarinense da UDESC/Esag.
 - 2 Professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade do Estado de Santa Catarina. Historiador, Mestre em Turismo e Doutor em Gestão do Ensino Superior e Pós Doutor pela FGV. Também é Doutorando em Turismo na UNIVALI.

Resumo

O turismo, pelas suas características, é uma atividade econômica particularmente atrelada às economias externas. Embora atraia divisas e, quando bem planejado, gera emprego e renda, esta relação de dependência enseja cautela. Este perigo aumenta ainda mais quando as regiões emissoras de turistas para a região são poucas, como é o caso de Santa Catarina. Este artigo mostra que o turismo catarinense é altamente dependente de seu país vizinho, a Argentina, fato que pode prejudicar sua economia. Sabe-se que o turismo na região é sazonal, com maior entrada de turistas nos meses de janeiro e fevereiro, período chamado de alta temporada, em que a entrada de turistas proveniente da Argentina representa a maioria dos turistas estrangeiros no estado. Ainda que seja inerente a dependência externa em se tratando de turismo, o que se pretende mostrar, através de revisão bibliográfica, é que no caso específico de Santa Catarina esta dependência é pode causar efeitos danosos. Conclui-se que Santa Catarina necessita diversificar as regiões emissoras de turistas, com objetivo de diminuir tal dependência e fortalecer seu desenvolvimento econômico.

Palavras-chave: Turismo em Santa Catarina; Dependência Externa; Argentina.

Abstract

Tourism, by its characteristics, is an economic activity particularly tied to external economies. Although attract foreign and, when well planned, generates jobs and income, this dependent relationship entails caution. This danger increases even more when the regions stations of tourists to the region are few, as in the case of Santa Catarina. This article shows that Santa Catarina tourism is highly dependent on its neighbor, Argentina, which could hurt its economy. It is known that tourism in the region is seasonal, with higher input tourists in January and February period called the high season, where the input from Argentina tourists represents the majority of foreign tourists in the state. Although it is inherent external dependency when it comes to tourism, which is intended to show, through literature review, it is that in the specific case of Santa Catarina is this dependence can cause harmful effects. The conclusion is that Santa Catarina need to diversify the regions stations of tourists, aiming to reduce such dependence and strengthen economic development.

Keywords: Tourism in Santa Catarina; External dependence ; Tourists from Argentina.

1. INTRODUÇÃO

Para Lins (2008)³, “O desenvolvimento do turismo é um dos traços marcantes do século XX”. Porém, na conceituação do turismo, há que se diferenciar o “velho turismo”, aquele sintetizado pelo binômio “sol e mar”, do novo turismo, mais abrangente e complexo, donde não se pode reduzir o turismo a um fetiche, voltado simplesmente para o lazer. Ainda, segundo Lins (2008), há um “perfil pós-moderno no realce do caráter plural das experiências turísticas, especialmente nos seus significados e motivações.” Segundo Martins e Sicsú (2005), “as atividades turísticas envolvem diversos tipos de empresas que atuam em hospedagem, alimentação, transporte, organização, entretenimento, ensino, gestão pública, e outros”, evidenciando a complexidade do tema atualmente.

Se houver cooperação entre as empresas que participam do turismo, pode-se ter a configuração de um *cluster*, que é benéfica a todos na região, uma vez que, para Martins e Sicsú (2005)⁴, “criará uma marca para essa região, identificando-a como um local muito favorável para bons negócios na sua área de atuação”. Porém, o desenvolvimento de uma região, seja ela baseada no turismo ou não, nas economias modernas, não pode prescindir do planejamento socioeconômico e ambiental. Batista Filho (2003) afirma categoricamente que “o *planejamento governamental* deve estar vinculado à execução de ações para a viabilização do turismo como atividade produtiva, capaz de gerar empregos e promover o desenvolvimento economicamente viável, ecologicamente correto e socialmente justo”.

Por este motivo, sendo Santa Catarina uma região com ímpar potencial turístico, o planejamento sustentado do turismo na região torna-se imprescindível. Ainda, conforme Batista Filho (2003), não basta que a região seja atraente em termos de fatores primários, tais como os recursos naturais, infraestrutura e recursos humanos, posto que “um crescimento desordenado, via de regra, apresenta-se como fonte de problemas deturpadores dos benefícios sociais decorrentes de qualquer atividade econômica”. Seu pensamento sobre a necessidade de planejamento pode ser traduzido na sua frase: “O seu sucesso torna-se improvável a partir de um desenvolvimento espontâneo”.

Avila, Moreno e Gândara (2004)⁵ afirmam que esta atividade - o turismo -, “(...) pode não ser tão benéfica para as sociedades receptoras como possa parecer”. A título exemplificativo, a capital catarinense, Florianópolis, “é uma cidade na qual o turismo surgiu com salvação econômica e recentemente começam a aparecer os

3 Disponível em: http://www.apec.unesc.net/II%20EEC/sessoes_tematicas/Regional/Artigo7.pdf

4 Disponível em: http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_12/anais_12.php

5 Disponível em: www.uesc.br/dcec/marco1.doc

problemas mais graves ocasionados por ele”, resultado de “(...) uma visível falta de planejamento”. Além disso, Santa Catarina apresenta pouca diversidade de emissores de turistas, dentro os quais a maioria dos estrangeiros são provenientes da Argentina, fato que revela uma fragilidade do setor, posto que tal **dependência** deixa a região particularmente vulnerável das condições econômicas de seu país vizinho.

O presente estudo justifica-se, ainda, devido à conjuntura econômica recente. O trabalho de Meurer (2008) sobre a relação turística entre Brasil e Argentina mostrou que há correlação entre a taxa de câmbio real, a receita gerada pelos argentinos em Santa Catarina e o número de turistas argentinos em Santa Catarina. Em um determinado momento em que a economia argentina encontra-se fragilizada, uma deterioração das condições econômicas no país vizinho, somada de uma tendência desfavorável da taxa real de câmbio entre os dois países, pode ser extremamente prejudicial à economia catarinense.

Este artigo aponta que o turismo catarinense é altamente dependente do turista argentino, o que torna sua economia também dependente da economia do país vizinho, pois entende-se que Santa Catarina é um dos estados federativos com uma das melhores capacidades de recepção e de atrativos para os turistas nacionais ou estrangeiros - sejam provenientes do Cone Sul ou de países mais distantes -, e o turismo, nesse estado federativo, representa em torno de 12,5% do PIB do Estado.⁶

É inegável que a atividade turística é um poderoso gerador de receitas no mundo inteiro e a sua capilaridade e as suas distintas modalidades (praias, turismo rural, turismo de aventura, turismo de negócios, feiras, shows entre outros) criam diversos postos de trabalho, tanto através do emprego direto na indústria do turismo ou indiretamente em setores como varejo e transporte. Quando os turistas gastam em bens e serviços ocorre o que é conhecido como o “efeito multiplicador”, criando mais empregos diretos e indiretos nos locais visitados.

A indústria do turismo também oferece oportunidades para as empresas de pequena escala, o que é especialmente importante em comunidades rurais, e gera receitas fiscais adicionais, como os impostos em aeroportos e hotéis e que podem ser revertidos nos serviços públicos das comunidades receptoras.

1.1 Objetivos

Objetiva-se com este estudo demonstrar a necessidade de alguma redução da dependência econômica do turismo de Santa Catarina perante a Argentina, bem como

6 Conforme dados do Floripa Convention & Visitors Bureau, em 2014.

apresentar que: a) atualmente existe uma divisão internacional do trabalho, onde alguns países se especializaram economicamente no Turismo; b) Apresentar estatísticas do turismo em Santa Catarina, no Brasil e no Mundo; c) Mostrar que Santa Catarina recebe em sua maioria turistas provenientes da Argentina e esclarecer que a economia do turismo catarinense é, em grande parte, atrelada à economia argentina.

2. DIVISÃO DO TRABALHO E DEPENDÊNCIA EXTERNA

Segundo Brasseul (2010), no Paleolítico, já se encontrava uma divisão do trabalho: homens na caça, mulheres na colheita. Porém, segundo ele, “as grandes civilizações da Antiguidade surgiram depois da Revolução Neolítica que, a cerca de 10000 anos, assistiu ao nascimento e à extensão da agricultura até cerca de 3500 antes da nossa era”. Nessa época, na região onde situa-se atualmente o Iraque, as condições geoclimáticas foram propícias para o surgimento das cidades, e as comunidades sedentarizaram-se. Como consequência, a existência de um excedente da produção levou a uma divisão do trabalho mais avançada: surgem as ocupações como artesãos, atividades de serviços como sacerdotes e administradores. Em meados do IV milênio a.C, surgem os grandes centros urbanos, a escrita e uma organização social mais complexa.

No desenvolvimento desta maior complexidade, povos passam a efetuar intercâmbios comerciais: o Egito, por exemplo, importa madeira a partir da costa libanesa. Os Fenícios inventam o comércio marítimo e vivem mais das trocas do que da produção, comercializando inclusive com tribos desconhecidas: vendem tecidos, perfume e joias em troca de matérias-primas; buscam ferro, prata e chumbo da Espanha, bem como ouro, marfim e madeira da África. As trocas entre povos foram tornando-se mais constantes, porque havia falta de matérias-primas, e a necessidade de importar e exportar acarretou no surgimento de entrepostos comerciais, das casas de comércio, e da moeda (BRASSEUL, 2010).

Sem sobra de dúvida, antes, e ainda hoje, este intercâmbio comercial entre povos tem como objetivo beneficiar ambas as partes envolvidas na transação. Porém, nos dias atuais, a questão tem se tornado cada vez mais complexa, chegando ao ponto em que se pode argumentar que nem sempre, em uma relação comercial, ambos os lados são beneficiados.

Neste contexto, o mesmo raciocínio vale para o turismo, uma vez que o turismo envolve diversos povos, que vão muito além de uma simples viagem de lazer: há também intercâmbio de culturas, de conhecimentos. Alguns países especializaram-se no turismo, por exemplo. Desta forma, em havendo uma divisão do trabalho (internacional), suas economias tornam-se dependentes desta atividade.

Mannheim (1962) afirmou que quanto mais industrializada é uma sociedade, mais avançada sua divisão do trabalho e sua organização, e maior será o número de esferas de atividade humana funcionalmente racionais e, portanto, também previsíveis. Cabe lembrar ainda que garantir a previsibilidade de comportamentos e situações sempre foi uma aspiração dos administradores e até mesmo uma necessidade da organização formal.

Então, enquanto nas sociedades antigas, apenas ocasionalmente e em esferas limitadas, o indivíduo agia de uma maneira funcionalmente racional, na sociedade contemporânea ele é obrigado a agir dessa forma em um número de dimensões da vida cada vez maior.

A modernização, na verdade, implica absolutamente na racionalidade objetiva funcional, isto é, na organização das atividades humanas para finalidades estritamente objetivas. Não promove, nas mesmas proporções, a racionalidade substantiva, ou a capacidade de agir com inteligência plena numa determinada situação, com base na percepção própria da inter-relação e interdependência dos acontecimentos.

O economista clássico David Ricardo, ao publicar a obra “Princípios de Economia Política e Tributação”, em 1817, disse que os países deveriam se especializar na produção de certos bens, onde possuíam vantagens comparativas. Muito embora o célebre economista escocês Adam Smith já houvesse mostrado as vantagens da especialização na produção, em sua obra “A Riqueza das Nações”, de 1776, o livro de Ricardo foi extremamente importante na medida em que serve como base teórica para justificar a divisão internacional na produção de bens, enquanto o exemplo da Smith aplicava-se à especialização produtiva em âmbito microeconômico. Smith inicia sua obra escrevendo sobre a divisão do trabalho:

“O maior aprimoramento das forças produtivas do trabalho, e a maior parte da habilidade, destreza e bom senso com os quais o trabalho é em toda parte dirigido ou executado, parecem ter sido resultados da divisão do trabalho”. Em seu exemplo, ao descrever uma fábrica de alfinetes, afirmava que um operário não treinado para a atividade (fabricar alfinetes), dificilmente conseguiria fabricar vinte. Porém, no momento em que a fabricação de alfinetes passa a ser dividida em várias atividades “Um operário desenrola o arame, um outro o endireita, um terceiro o corta, um quarto faz as pontas, um quinto o afia nas pontas...”, descreve que em uma pequena manufatura em que dez operários executavam aproximadamente duas ou três operações distintas, no que produziam mais de 48000 alfinetes por dia. Em uma economia contemporânea, não há dúvidas de que no âmbito microeconômico a divisão do trabalho incrementa a produtividade. Porém, neste trabalho se levanta a

discussão em torno desta divisão no âmbito macroeconômico, e mais precisamente ainda, em termos de turismo. Para tal, vejamos um trecho do livro de Ricardo:

Num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países. Estimulando a dedicação ao trabalho, recompensando a engenhosidade e propiciando o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui-se o trabalho de modo mais eficiente e mais econômico, enquanto, pelo aumento geral do volume de produtos, difunde-se o benefício de modo geral e une-se a sociedade universal de todas as nações do mundo civilizado por laços comuns de interesse e de intercâmbio. Este é o princípio que determina que o vinho seja produzido na França e em Portugal, que o trigo seja cultivado na América e na Polônia, e que as ferramentas e outros bens sejam manufaturados na Inglaterra.

Nesta citação, claramente se percebe a defesa de Ricardo em relação ao intercâmbio comercial entre países, uma vez que a troca elevaria o bem-estar conjunto. Porém, a explicação de qual item cada país deveria se especializar está presente em seu livro, a partir de um exemplo:

A Inglaterra pode estar em tal situação que, necessitando do trabalho de 100 homens por ano para fabricar tecidos, poderia, no entanto, precisar do trabalho de 120 durante o mesmo período, se tentasse produzir vinho. Portanto, a Inglaterra teria interesse em importar vinho, comprando-o mediante a exportação de tecidos.

Em Portugal, a produção de vinho pode requerer somente o trabalho de 80 homens por ano, enquanto a fabricação de tecido necessita do emprego de 90 homens durante o mesmo tempo. Será, portanto, vantajoso para Portugal exportar vinho em troca de tecidos. Essa troca poderia ocorrer mesmo que a mercadoria importada pelos portugueses fosse produzida em seu país com menor quantidade de trabalho que na Inglaterra. Embora Portugal pudesse fabricar tecidos com o trabalho de 90 homens, deveria ainda assim importá-los de um país onde fosse necessário o emprego de 100 homens, porque lhe seria mais vantajoso aplicar seu capital na produção de vinho, pelo qual poderia obter mais tecido da Inglaterra do que se desviasse parte de seu capital do cultivo da uva para a manufatura daquele produto” (RICARDO, 1996, p.98)

Na história do Brasil, não há dúvidas de que por centenas de anos fomos grandes especialistas na produção de produtos minerais e agrícolas: Em Lacerda *et al* (2005, p.16) encontramos menção aos ciclos econômicos brasileiros do pau-brasil, borraça, cana-de-açúcar, cacau, café e do ouro. O fato de o país ter, durante certo período de tempo, se especializado na produção destes bens é perfeitamente explicável segundo a ótica de Ricardo.

Segundo Lacerda *et al* (2005, p.16), a produção açucareira foi o eixo da economia colonial no século XVI até quase o final do XVIII, uma vez que o açúcar era um produto nobre para exportação, com destaque no plano internacional. Já o ciclo do ouro ocorreu durante dois séculos de exploração (XVII e XVIII), acarretando movimentos migratórios em direção a Minas Gerais, e o desenvolvimento da agricultura e da pecuária, como atividades acessórias à produção mineradora. FURTADO (2006, p. 67) diz que “o último quartel do século XVIII veria a decadência da mineração do ouro no Brasil”, ao passo em que nessa época “A Inglaterra já havia, sem embargo, entrado na Revolução Industrial”. Assim, no século XVIII a agricultura volta a ser a principal atividade econômica brasileira.

Com facilidade pode-se perceber que o ciclo do ouro não foi favorável ao desenvolvimento econômico brasileiro, posto que desestimulava qualquer avanço fabril. O fato é que, durante a fase dos ciclos econômicos, nosso país teve dificuldades para desenvolver o mercado interno. A produção manufatureira não se desenvolveu, enquanto o país mantinha-se voltado para a exportação.

Por diversas razões, como vimos, o Brasil não foi capaz de adentrar o século XIX com uma ampla e dinâmica economia de mercado. Inserido desde o início na periferia do sistema capitalista, não pôde converter as imensas riquezas que tinha produzido durante três séculos de sua história em desenvolvimento econômico e social. Sua passagem de uma era para outra – de colônia para estado – nação – seria carimbada pela permanência do atraso estrutural vivido pelo maior país do continente sul-americano. Na primeira metade do século XIX, após o fim do período colonial, na época do renascimento agrícola, não se registravam alterações substantivas nessa estrutura brasileira arcaica. (LACERDA *et. al*, 2005, p.25)

Para Lacerda *et al* (2005, p. 49), a formação da indústria começou no Brasil somente no último quartel do século XIX, no momento em que as condições para tal encontravam-se presentes: com a abolição da escravatura, a mão de obra assalariada era suprida pela imigração em massa, e a deterioração das estruturas pré-capitalistas. Para Furtado (2006, p. 71), “É das tensões internas da economia cafeeira, em sua etapa de crise que surgirão os elementos de um sistema econômico autônomo, capaz de gerar o seu próprio impulso de crescimento, concluindo-se então definitivamente a etapa colonial da economia brasileira”. A crise da economia cafeeira deveu-se a um encadeamento de fatores, em resumo: o excesso de oferta, estimulado inclusive por políticas de proteção ao produtor (desvalorizações da moeda doméstica, compra de excedentes de produção), e por fim a Grande Depressão de 1929, que restringiu o crédito do governo.

Com o início da industrialização brasileira, ainda que tardia (MELLO, 2009), o Bra-

sil passa a modificar-se estruturalmente, fato que irá contribuir para reduzir sua dependência econômica externa. Até aqui, o que se viu foi um país essencialmente agrário, voltado para a exportação, especializado, “enquadrado” na divisão internacional do trabalho. Tal situação está claramente descrita a seguir.

A propagação desigual do progresso técnico (que é visto como a essência do desenvolvimento econômico) se traduz, portanto, na conformação de uma determinada estrutura da economia mundial, de uma certa divisão internacional do trabalho: de um lado, o centro, que compreende o conjunto das economias industrializadas, estruturas produtivas diversificadas e tecnicamente homogêneas; de outro, a periferia, integrada por economias exportadoras de produtos primários, alimentos e matérias-primas, aos países centrais, estruturas produtivas altamente especializadas e duais. (MELLO, 2009, p.16)

A raiz do problema, conforme explanação da CEPAL (1949), reside na baixa dinâmica dos setores primários, os quais não possuem o poder de estimular a atividade industrial. Soma-se a isso o fato de que as economias periféricas, enquanto exportadoras de produtos primários, dependerem do vigor da demanda externa.

Uma importante crítica a esta especialização produtiva, a esta divisão internacional do trabalho, é que o desenvolvimento entre os países centrais (industrializados) e periféricos passa a ser desigual: enquanto os países centrais incrementam sua produtividade, os países periféricos caracterizam-se por apresentar baixo dinamismo e progresso técnico, mecanismo que a CEPAL (1949) chamou atenção por levar a uma deterioração dos termos de troca. Batista Filho (2003), em raciocínio semelhante, diz que “o desequilíbrio nas relações de troca de diversos bens e serviços entre países ricos e pobres, portanto, se repete com o produto turístico...” Szmrecsanyi e Coelho (2007) explicam como ocorre a deterioração dos termos de troca.

O ritmo de incorporação do progresso técnico e de aumento da produtividade seria significativamente maior nas economias industriais (centro) do que nas economias especializadas (periferia), o que levaria por si só a uma diferenciação secular da renda favorável às primeiras. Além disso, os preços de exportação dos produtos primários tenderiam a apresentar uma evolução desfavorável face aos dos bens manufaturados produzidos pelos países industrializados. Como resultado, haveria uma tendência à deterioração dos termos de troca que afetaria negativamente os países latino-americanos através da transferência dos ganhos de produtividade no setor primário-exportador para os países industrializados. (SZMRECSÁNYI e COELHO, 2007).

Deve-se ainda considerar outros fatores e que demonstram que existem alguns custos ocultos provenientes do turismo e que podem ter efeitos econômicos e sociais desfavoráveis sobre as comunidades receptoras. Muitas vezes, os países desen-

volvidos são mais capazes de lucrar com o turismo do que os em desenvolvimento. Considerando-se que os países menos desenvolvidos têm a necessidade mais urgente de renda, emprego e aumento geral do nível de vida por meio do turismo, eles são menos capazes de obter esses benefícios em um curto espaço de tempo. Entre as razões para isso são a transferência em grande escala de receitas do turismo para fora do país de acolhimento e a exclusão de empresas e produtos locais.

A renda direta transferida para uma área é o montante das despesas do turista que permanece no local após os impostos, os lucros e os salários pagos fora da área. Na maioria dos pacotes turísticos com tudo incluído, cerca de 80% dos viajantes internacionais atuais, as despesas são com as companhias aéreas, hotéis e outras empresas internacionais - que muitas vezes têm a sua sede nos países de origem -, e não com empresas, serviços ou trabalhadores no local do turismo receptivo.

Da mesma forma, o comportamento do visitante pode ter um efeito nocivo sobre a qualidade de vida da comunidade de acolhimento. Podem ocorrer, por exemplo: congestionamentos, problemas com drogas e alcoolismo, prostituição e aumento dos níveis de criminalidade. O turismo pode até mesmo infringir os direitos humanos, com os moradores locais sendo deslocados das suas áreas para abrir caminho para novos empreendimentos turísticos e a interação dos locais com os turistas também pode levar a uma erosão de culturas e valores tradicionais.

Sair desta situação, após tal diagnóstico, seria possível via industrialização, via independência econômica, estimulando o mercado interno, criando uma dinâmica interna, a qual não ocorria devido à estrutura econômica vigente, agroexportadora. Neste sentido, o planejamento econômico é imperativo para modificar as condições estruturais de uma economia. Entretanto, nosso objetivo, nesta seção, foi mostrar que a dependência externa, no passado brasileiro, pode ter sido responsável pelo atraso no desenvolvimento econômico brasileiro.

Em se tratando do turismo, por sua natureza dependente, o perigo está em atrelar o dinamismo econômico da região à do resto do mundo, perigo que se amplia quando poucos são os países emissores, como é o caso de Santa Catarina, conforme será mostrado no capítulo seguinte.

3. TURISMO

3.1 Origens do Turismo

Para Castelli (2006), o desenvolvimento do turismo nos dias atuais provém do ato de acolher e da hospitalidade, o que já era praticado nos primórdios da civi-

lização humana. Enquanto eram nômades, necessitavam de cooperação na caça de grandes presas, e acabavam por dividir o produto da caça, nascendo assim, a hospitalidade à mesa. Essa cooperação, associada ao ato de comer junto geravam momentos de sociabilidade. Tais comportamentos sempre estiveram presentes nas diversas civilizações: na Grécia antiga, por volta de 450 a.C, ao receber um hóspede, dispensavam atenção sem reservas, uma vez que acreditavam poder estar recebendo, nesse hóspede, a própria divindade (Zeus) disfarçado de visitante.

Na China, no tempo da Dinastia Chou, o ato de comer junto “representava um momento importante para a prática da hospitalidade, da sociabilidade e da convivibilidade.” (CASTELLI, 2006, p. 46). Em se tratando da Civilização Romana (cujo apogeu se deu por volta de 100 d.C.), os romanos ofereciam a seus hóspedes toda a proteção, pois eram responsáveis por eles. Merecem destaque os banquetes, marcados por um luxo exuberante, um acontecimento marcante da vida social romana, e os meios de hospedagem; estes haviam de diversos tipos, para hospedar viajantes de diversas categorias: militares, funcionários, comerciantes e *turistas*. Enquanto no período Feudal a liberdade de locomoção ficou restrita, ainda assim surgiram meios de hospedagem de ordens religiosas para receber peregrinos, as quais contribuíram para a troca de ideias e aquisição de conhecimentos, o que perdurou durante o Cristianismo: a título exemplificativo, “A Regra de São Bento” trata de como receber hóspedes. (CASTELLI, 2006)

Na Idade Contemporânea (do século XVIII aos dias atuais), o ato de viajar é uma das atividades mais apreciadas. Mais do que acolher, receber, o turismo atualmente defronta-se com um caráter multifacetado. Para Swarbrooke e Horner (2002), “o turismo é definido como uma movimentação, de curto prazo, de pessoas para lugares algo distantes do local em que residem regularmente, com a finalidade de usufruir atividades prazerosas.” Também incluem como turismo as viagens de negócios, o turismo educacional, o turismo hedonista, entre outros.

A história do Turismo é tratada por Lage e Milone (1998) como sendo desde os primeiros movimentos de viagens e representa um dos elementos componentes da vida econômica e social dos homens no decorrer de cada época e para cada civilização. Fazendo uma abordagem histórica, os autores demonstram que o turismo se desenvolveu diferentemente nas várias civilizações, mas sempre esteve atrelado a importantes componentes econômicos na sua evolução.

O turismo pode ser focalizado como um fenômeno que se refere ao movimento de pessoas dentro de seu próprio país (turismo doméstico) ou cruzando as fronteiras nacionais (turismo internacional). Este movimento revela elementos tais como

interações e relacionamentos individuais e grupais, compreensão humana, sentimentos, percepções, motivações, pressões, satisfação, a noção de prazer, etc.

De acordo com Castelli (1992), a compreensão do fenômeno turístico atual deve necessariamente passar por uma análise sobre o significado das viagens no decorrer da história. Estas quase sempre foram movidas por interesses econômicos, políticos e militares. Viagens com estes mesmos objetivos continuam hoje a movimentar pessoas de uma região para outra.

No entanto, ao longo da história, paralelamente às viagens realizadas com os objetivos anteriormente mencionados, registram-se também aquelas movidas por outros interesses tais como: curiosidade, saúde, cultura, religião, descanso entre outros.

A viagem turística tornou-se, na era moderna, uma realidade econômica, social, cultural e política incontestável. O aparecimento, no séc. XX, das inúmeras organizações de turismo, decorre do surgimento e prática das viagens em grande escala. Tais viagens são uma consequência das necessidades geradas pela sociedade industrial.

A viagem é uma ação decorrente de todo um contexto dentro do qual está inserida a sociedade em um determinado momento da história. A viagem sempre foi um dos elementos componentes da vida econômica e social e, sobretudo do mundo dentro do qual está inserida. A cada tipo de civilização ou sociedade corresponde uma maneira de se viajar ou acolher o viajante.

3.1.1. Conceitos de Turismo

Os vários conceitos de turismo se perdem em uma infinidade de autores que presos à areia movediça da multiplicidade de aspectos que cercam a atividade turística o definem baseados, por sua vez, em outros autores, e um consenso entre os estudiosos está longe de ser avistado. Contudo, existe uma tendência em se considerar qualquer movimento de viagem para fora da área de habitação natural de um indivíduo, ou seja, sua casa, como uma viagem de turismo. É óbvio que esta definição não encerra em si todos os movimentos de um cidadão no sentido de deixar o seu lar cotidianamente, como por exemplo: ir ao trabalho, às compras, à cultos religiosos etc. Discute-se aqui as viagens motivadas por fatores lazer, ou compras, negócios e convenções em cidades diversas da de origem do indivíduo.

Uma das primeiras definições consistentes dada ao termo turismo foi estabelecida, possivelmente, pelo economista austríaco Herman Von Schullard em 1910 (*apud* LAGE e MILONE, 1998, p. 76), sendo “a soma das operações, principalmente de natureza econômica, que estão diretamente relacionadas com a entrada, perma-

nência e deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região”. Este conceito contempla duas ideias básicas: de que o turismo se caracteriza por várias operações, principalmente, de natureza econômica e que está relacionado ao movimento de estrangeiros.

A Comissão Econômica da Liga das Nações (1937) definiu o turista para fins de estatísticas internacionais de viagens como: “qualquer pessoa que viaje por um período de 24 horas ou mais em um país que não seja o de sua residência”. Por volta de 1942, os professores suíços Hunziker e Kraper (apud IGNARRA, 1998, p. 42) completaram conceituações anteriores sobre o turismo como “o complexo de relações e fenômenos relacionados com a permanência de estrangeiros em uma localidade, pressupondo-se que estes não exerçam uma atividade principal, permanente, ou temporária remunerada”. Pela própria estrutura da atividade, pode-se definir o turismo como o conjunto de serviços que tem por objetivo o planejamento, a promoção e a execução de viagens, e os serviços de recepção, hospedagem e atendimento aos indivíduos e aos grupos, fora de suas residências habituais.

O turismo pode ser focalizado como um fenômeno que se refere ao movimento de pessoas dentro de seu próprio país (turismo doméstico) ou cruzando as fronteiras nacionais (turismo internacional). Este movimento revela elementos tais como interações e relacionamentos individuais e grupais, compreensão humana, sentimentos, percepções, motivações, pressões, satisfação, a noção de prazer, etc.

Alguns conceitos econômicos que influenciam o estudo do turismo como indústria são: bem econômico, utilidade, agentes econômicos, produto turístico, demanda e oferta turística. Conforme Lage e Milone (1998), tudo o que é raro e existe em menor quantidade do que a necessidade é um bem econômico. Assim, em virtude dessa carência, necessitam ser produzidos, tomando a forma de bens (materiais) ou de serviços (imateriais).

Produzir, no sentido econômico, diz respeito a criar utilidade ou aumentar a utilidade dos bens econômicos. Utilidade é então definida como a qualidade que possuem os bens econômicos de satisfazer as necessidades humanas. Ela é também considerada como o grau de satisfação que os consumidores atribuem aos bens e serviços. Como o consumidor não pode obter tudo o que deseja, é obrigado a fazer escolhas. Portanto, se preferir mais de um determinado bem e serviço, deve aceitar uma quantidade menor de outro. No entanto, em qualquer situação, o consumidor age racionalmente no sentido de obter a máxima satisfação de seus gastos.

Os principais agentes econômicos são os consumidores e as empresas. Sendo os primeiros responsáveis pelo consumo, e tendo como objetivo a maximização

de suas satisfações, e os segundos responsáveis pela produção de bens e serviços procurando atingir lucros máximos.

No que tange ao turismo, alguns grupos que participam e afetam diretamente a produção e o consumo turístico de qualquer país são:

1. TURISTAS: grupo que procura experiências psíquicas e físicas tentando maximizar a utilidade (satisfação) de suas viagens;
2. EMPRESAS TURÍSTICAS: grupo que tem no turismo a oportunidade de aumentar seus lucros, através da oferta de vários tipos de bens e serviços demandados pelo mercado turístico;
3. PODER PÚBLICO: grupo que assume o turismo como fator econômico. Relaciona-se com as entradas de receita que os cidadãos obtêm desta indústria, com as divisas geradas pelo turismo internacional e com o aumento de arrecadação de impostos devido aos gastos turísticos na área e
4. COMUNIDADE RECEPTORA: grupo representado pelas pessoas nativas da região turística.

Cabe ressaltar que os objetivos e esforços combinados destes quatro grupos de agentes influenciam na determinação das atividades turísticas.

3.2 Características do turismo brasileiro

O Brasil não se encontra entre os primeiros no *ranking* dos principais destinos turísticos mundiais, conforme pode-se observar na Tabela 1. Curiosamente, apesar das grandes dimensões, da peculiar natureza e do clima ameno, condições efetivamente atrativas, ficamos atrás, em número de chegadas de turistas, de muitos países.

Esses dados revelam que o Brasil ainda não é um país totalmente bem preparado para receber o turista. Em véspera de Olimpíadas, apesar deste evento ajudar a elevar o fluxo de entrada de turistas e de divisas para o país no ano de sua realização, há também o perigo de não estarmos preparados para receber, de uma só vez, tantos turistas, o que pode ser bom apenas no curto prazo, com efeito contrário a longo prazo.

Esta assertiva pode ser tomada na comparação com o turismo que é desenvolvido em países como Itália, França e Espanha, antigas potências militares e colonialistas, que conseguiram estabilizar suas balanças de pagamento no após II guerra graças ao turismo, chegando ao ponto dessa atividade se constituir verdadeira indústria, com ministério próprio, legislação específica, que visa regulamentar os diversos aspectos sociais, econômicos, comerciais e culturais do Turismo, sempre objetivando

melhor rendimento e maior expansão da indústria da paz.

O turismo no Brasil consolidou-se nas últimas décadas como setor importante na economia nacional e vem apresentando, até hoje, altas taxas de crescimento, e ao que tudo indica continuará em expansão. Além dos crescentes benefícios econômicos, o turismo traz benefícios sociais, ampliando o mercado de trabalho e melhorando a infra-estrutura de lazer. Por este último, são beneficiadas crescentes faixas da sociedade brasileira que participam do turismo, como também os moradores das regiões turísticas. Ao contrário da indústria, o produto turístico não vai ao consumidor, mas o consumidor vai ao produto, e este consiste de um conjunto de serviços cuja qualidade é altamente dependente de fatores externos, como da qualidade de infra-estrutura urbana e do meio ambiente.

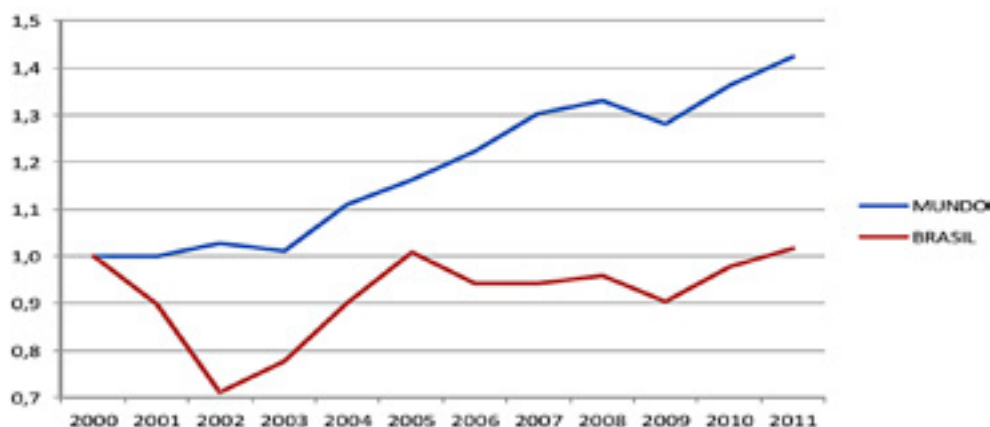
Tabela 1: Turistas (milhões de chegadas)

PAÍSES DE RESIDÊNCIA PERMANENTE	CHEGADAS
Mundo	982
França	79,5
Estados Unidos	62,3
China	57,6
Espanha	56,7
Itália	46,1
Turquia	29,3
Reino Unido	29,2
Alemanha	28,4
Malásia	24,7
México	23,4
Áustria	23,0
Rússia	22,7
Hong Kong (China)	22,3
Ucrânia	21,4
Tailândia	19,1
Brasil	5,4
Outros	430,9

Fonte: Ministério do Turismo. Estatísticas Básicas do Turismo, 2011

No ano de 2011, por exemplo, o Brasil recebeu apenas 5,4 milhões de chegadas do total de 982 milhões do mundo, com uma taxa de crescimento médio, de 2000 a 2011, de apenas 0,15% ao ano. Tal crescimento mostra que estamos ficando para trás relativamente ao mundo, o que pode ser visto no gráfico 2, que mostra o número de chegadas no mundo e no Brasil, em índice com base no ano 2000.

Gráfico 1: Chegadas de Turistas Internacionais no Mundo (base 2000=1)



Fonte: dos autores

Através deste gráfico facilmente se visualiza que há 11 anos nosso país encontra-se praticamente estagnado em termos de atratividade ao turista internacional, enquanto que o mundo cresceu, neste período, em média 3,85% ao ano. Com crescimento abaixo da média mundial, o Brasil, que detinha 0,77% da participação percentual de turistas no mundo, no ano 2000, em 2011 deteve 0,55%.

Ressalta-se que, além da dificuldade para atrair o turista estrangeiro, o brasileiro gosta de viajar, o que se reflete na Balança de Serviços, cuja conta de turismo costuma ser deficitária, déficit este que tem crescido nos últimos anos, conforme dados da Tabela 2.

Tabela 2: Conta viagens internacionais (us\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
VIAGENS INTERNACIONAIS	-5177	-5594	-10718	-14709	-15588
RECEITA	5785	5305	5702	6555	6645
Fins educacionais, culturais ou esportivos	11	9	48	63	64
Funcionários de governo	26	22	39	22	42
Negócios	59	47	51	55	46
Por motivos de saúde	36	35	42	48	43
Turismo	2855	2016	1207	1425	1449
Cartões de crédito	2799	3175	4316	4943	5002
DESPESA	-10962	-10898	-16420	-21264	-22233
Fins educacionais, culturais ou esportivos	-42	-49	-297	-348	-377
Funcionários de governo	-37	-55	-69	-37	-78
Negócios	-471	-320	-444	-465	-400
Por motivos de saúde	-17	-18	-23	-25	-32
Turismo	-3902	-3870	-5421	-7720	-9031
Cartões de crédito	-6493	-6587	-10166	-12670	-12314

Fonte: Banco Central do Brasil. Série Temporal do Balanço de Pagamentos.

Vale a pena observar que na conta de viagens internacionais, as despesas referentes a “negócios” têm reduzido seu déficit, indicando que nosso país tem logrado êxito ao menos a atrair pessoas de negócios, o que pode significar um ambiente empresarial mais próspero. Também é importante ressaltar que há iniciativas para fomentar o turismo no Brasil: a Tabela 3 mostra que o desembolso dos Bancos Federais cresceu significativamente de 2003 a 2011, e recentemente, em 2012, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) lançou programa para fomentar o turismo nos estados que compõem o Conselho de Desenvolvimento e Integração do Sul, o qual inclui Santa Catarina.

Tabela 3: Desembolso para Financiamento do Turismo

BANCO	DESEMBOLSO (R\$ MIL)	
	2003	2011
BANCO DO BRASIL	738.504	2.924.648
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	244.399	4.281.118
BNDES	57.259	997.415
BANCO DO NORDESTE	48.416	288.455
BANCO DA AMAZÔNIA	5.746	117.629

Fonte: Ministério do Turismo. Estatísticas Básicas do Turismo, 2011

3.3 Características do turismo em Santa Catarina

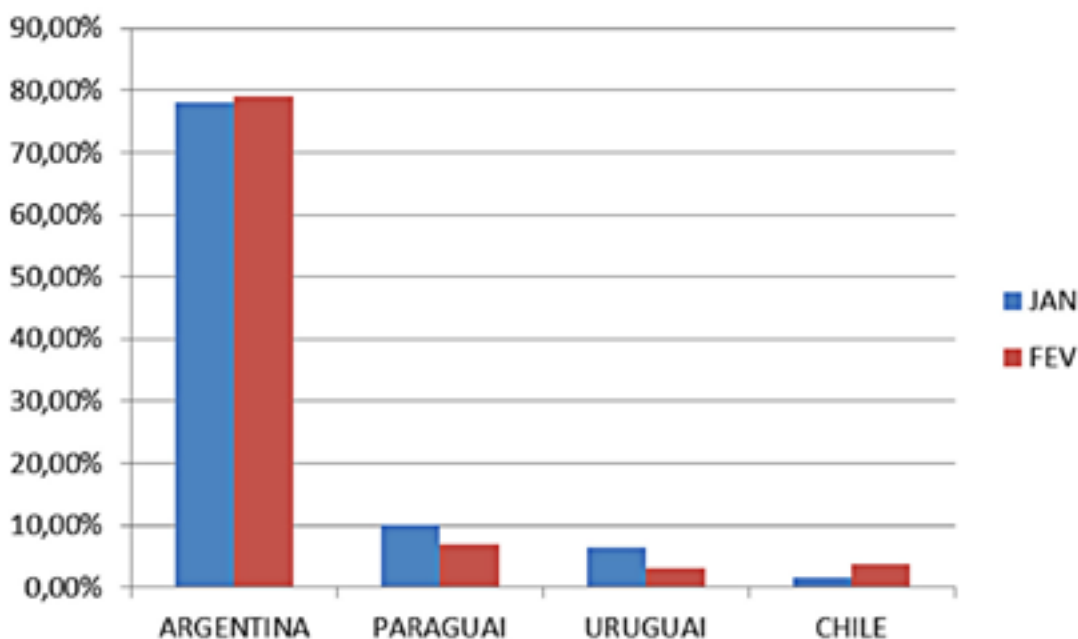
Nesta seção específica, mostraremos dados sobre o turismo em diversas regiões de Santa Catarina, a saber: Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Garopaba, Joinville, Laguna, São Bento do Sul, Treze Tílias e Urubici, pois são as regiões que foram objeto de Pesquisa da Santur em 2013, excluindo-se Piratuba, pois não apresentou dados para o mês de janeiro de 2013. Para Florianópolis a pesquisa utilizada foi do ano de 2012, uma vez que não havia pesquisa publicada para o ano de 2013, da capital catarinense. Inicialmente, serão mostrados dados consolidados de Santa Catarina.

Pesquisa da Santur (2013) mostra que os estrangeiros representaram 6% dos turistas em Santa Catarina no ano de 2013, considerando o período da alta estação (janeiro e fevereiro). Embora o percentual possa parecer pequeno, a receita gerada pelos estrangeiros no mesmo período representou 11% do total, uma vez que o turista estrangeiro gasta em média mais em relação ao brasileiro.

O que é notório é que dos turistas estrangeiros que adentram o Estado de Santa Catarina, os argentinos são a maioria absoluta. Tais números mostram que, em termos de turistas estrangeiros, há uma básica dependência do turista argentino. O gráfico a

seguir mostra claramente a liderança, como país emissor de turistas para Santa Catarina, da Argentina.

Gráfico 2: Participação dos países emissores de turistas para Santa Catarina



Fonte: Santur (2013)

A importância do turista estrangeiro é percebida tanto pela permanência média quanto pelo gasto médio, conforme é possível ver nas tabelas que seguem.

Tabela 4: Permanência média em todos os meios de hospedagem

	Jan 2013	Fev 2013
Nacionais	8,00 dias	6,56 dias
Internacionais	11,34 dias	10,60 dias

Fonte: Santur (2013)

Nos dois primeiros meses de 2013, o turista estrangeiro permaneceu em média 51% mais tempo que o turista brasileiro, e seu gasto médio superou o gasto do turista brasileiro em 28%.

Tabela 5: Gasto médio diário estimado por turista

	Jan 2013	Fev 2013
Nacionais	R\$ 93,63	R\$ 95,57
Internacionais	R\$ 112,56	R\$ 128,91

Fonte: Santur (2013)

Tais dados inicialmente evidenciam inequivocadamente a influência do turista estrangeiro para a economia catarinense. Ao considerarmos que os argentinos são a grande maioria neste contexto, uma preocupação torna-se iminente: uma parcela significativa do turismo em Santa Catarina encontra-se à mercê da economia argentina, em uma íntima relação de dependência externa, pois conforme Theis e Jacomossi (2008), “Algumas cidades hospedam apenas um *cluster* que as tornam vulneráveis às intempéries econômicas”.

Para Martins e Sicsú (2000), há um *cluster* turístico quando há a cooperação entre diversas empresas do mesmo ramo, indicando que no setor do turismo tal cooperação costuma ser fraca. Theis e Jacomossi (2008) enfatizam a importância dos *clusters*, ao identificarem que os municípios catarinenses de maior PIB apresentavam não somente a existência, mas também diversidade de *clusters*. Porém, Avila, Moreno e Gândara (2004) ao construírem uma matriz de avaliação estratégica para integração do lazer ativo à atividade turística em Florianópolis, identificaram como ameaças as “Incertezas econômicas no Brasil e nos países que compõem o MERCOSUL”, e a “Pouca diversidade de emissores”, fatos que conjuntamente vem a reforçar a importância do presente estudo. No quesito “pouca diversidade de emissores”, comentam acerca da necessidade de avaliar a busca de novos mercados emissores, de forma a diminuir a dependência dos mercados tradicionais, dentre os quais citam: a Argentina, em especial, e os “fortes polos emissores”, que são os estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná. Por fim, o “Inadequado planejamento turístico” é também considerado uma ameaça presente.

A seguir, mostraremos dados a respeito da entrada de turistas argentinos para diversas regiões de Santa Catarina, objetivando evidenciar a liderança da Argentina como país emissor de turistas estrangeiros para Santa Catarina.

Tabela 6: Percentual de argentinos entre os estrangeiros

REGIÃO	ARGENTINOS (% EM JAN/2013)
Balneário Camboriú	76,69
Garopaba	87,09
Joinville	55,55
Laguna	50,00

Fonte: Santur (2013)

Com base na Tabela 3 percebe-se que o percentual de argentinos é grande nas cidades do litoral catarinense, com destaque para as cidades de Balneário Camboriú,

Garopaba e Florianópolis, onde em 2012, no mês de fevereiro (não há dados para janeiro de 2012), o percentual de argentinos entre os estrangeiros foi de 74,16%.

Vale a pena destacar qual veículo de propaganda que influenciou na viagem, uma vez que esta informação é de grande valia para o planejamento de futuras ações de publicidade. Os dados da tabela referem-se ao mês de janeiro de 2013.

Facilmente pode-se observar que somente estes dois veículos – amigos/parentes ou internet - de propaganda somam quase 100%. Em todas as cidades, a liderança está no veículo “amigos/parentes”, mostrando que o turista leva em consideração principalmente os comentários de pessoas próximas, que provavelmente já estiveram no local. Isso mostra o quanto é importante que o turista leve consigo boas lembranças, pois além de retornar, pode ainda indicar o lugar e trazer consigo mais pessoas.

Tabela 7: Veículo de propaganda que influenciou na viagem

CIDADE	AMIGOS / PARENTES	INTERNET
Balneário Camboriú	65,63%	21,04%
Balneário Piçarras	78,25%	12,99%
Garopaba	75,44%	20,12%
Joinville	70,98%	18,97%
Laguna	73,56%	21,84%
São Bento do Sul	39,28%	29,76%
Treze Tílias	50%	39,58%
Urubici	60,56%	33,80%

Fonte: Santur (2013)

Em segundo lugar vem a internet, evidenciando a necessidade de o setor turístico preparar-se para as novas tecnologias, não somente para a rapidez e confiabilidade na transmissão de dados, bem como saber atrair o turista com base na publicidade via internet, ou seja, ser profissional na área digital. Outra informação relevante diz respeito à taxa de ocupação da rede hoteleira nos meses de janeiro e fevereiro.

Tabela 8: Taxa de ocupação da rede hoteleira (%)

CIDADE	JAN	FEV
Balneário Camboriú	84,00	78,00
Balneário Piçarras	74,37	48,20
Garopaba	74,23	63,40
Joinville	45,73	50,27
Laguna	68,86	65,27
São Bento do Sul	45,34	48,56
Treze Tílias	46,68	40,51
Urubici	74,17	35,33

Fonte: Santur (2013)

Os dados da taxa de ocupação da rede hoteleira revelam que nas cidades litorâneas a taxa de ocupação é maior relativamente às das cidades interioranas, mostrando que o turista busca principalmente as belezas naturais das praias catarinenses. Porém, a ocupação cai no mês de fevereiro, e ainda mais nos meses de baixa temporada. Em cidades como São Bento do Sul e Treze Tílias, por exemplo, a taxa de ocupação não chega a 50%. Esses dados mostram que há necessidade de se levantar maneiras de atrair turistas fora do período da alta temporada. É inegável que fora do período de férias há uma dificuldade para viajar. Porém, com planejamento, também é possível que existam várias possibilidades de se gerar infraestrutura de Santa Catarina para receber turistas, cadastradas no Ministério do Turismo, posicionando o estado relativamente aos demais estados brasileiros (27 no total).

Tabela 9: Infraestrutura turística

ANO DE 2011	SANTA CATARINA	POSIÇÃO
Agências de turismo	657	6°
Meios de hospedagem	257	9°
Acampamentos turísticos	1	7°
Restaurantes, bares e similares	286	2°
Parques temáticos	2	9°
Transportadoras turísticas	260	6°
Locadoras de veículos	6	13°
Organizadoras de eventos	69	6°
Prestadoras de serviços p/ eventos	27	5°
Guias de turismo	130	14°

Fonte: Ministério do Turismo. Estatísticas Básicas do Turismo, 2011

Esta tabela deixa claro que Santa Catarina, comparativamente aos demais estados do Brasil, possui uma das melhores infraestruturas para receber o turista, o que não se confunde com uma ótima infraestrutura.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A diversificação em uma economia é um sinal de saúde, no entanto, se um país ou região se torna dependente para sua sobrevivência econômica somente de um setor, esta comunidade pode gerar uma grande pressão sobre esta indústria, bem como sobre as pessoas envolvidas para um bom desempenho. Muitos países, especialmente os países em desenvolvimento com pouca capacidade para explorar outros recursos, abraçaram o turismo como uma maneira de impulsionar a economia.

A ascensão da atividade turística verificada nas últimas décadas e as excelentes perspectivas para o contínuo crescimento da mesma para este início do século XXI elevam as possibilidades de inserção de vários países e localidades nesta atividade altamente rentável e que, segundo a OMT (2011), já movimento US\$ 4,5 trilhões ao redor do planeta, colocando-a como uma das principais atividades econômicas de vários países.

Enquanto nações como a França atraem quase 70 milhões de turistas ao ano (OMT 2012), o Brasil, apesar de um intenso fluxo interno de turistas, representado principalmente pelo turismo doméstico, se coloca em uma posição modesta em relação ao mercado mundial, com um fluxo interno de, aproximadamente, 50 mi-

lhões de turistas e com um número quase que inexpressivo no Turismo Receptivo mundial, recebendo 4,5 milhões de turistas, sendo que a maioria expressiva deste contingente é de turistas provenientes do Cone Sul, principalmente da Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile. (EMBRATUR, 2013).

O excesso de confiança no turismo, especialmente o turismo de massa, traz riscos significativos para as economias dependentes do turismo, se não houver um planejamento consciente e sustentado, pois uma turbulência econômica no país destino e os impactos dos desastres naturais, como tempestades e ciclones tropicais, bem como mudanças nos padrões de turismo, podem ter um efeito devastador sobre o setor do turismo local.

Desta forma, vimos que o turismo é uma atividade econômica intrinsecamente atrelada às economias externas. Embora atraia divisas e, quando bem planejado, gere emprego e renda, uma economia baseada no turismo deixa a região à mercê das economias externas. Este perigo aumenta ainda mais quando as regiões emissoras de turistas para a região são poucas, como é o caso de Santa Catarina. A dependência externa em se tratando de turismo é fator inerente no desenvolvimento da atividade; porém, o que foi mostrado é que no caso específico de Santa Catarina, esta dependência gera riscos maiores no seu desenvolvimento, pois a entrada de turistas proveniente da Argentina representa a maioria dos turistas estrangeiros que adentram o estado. A fim de minimizar esta dependência, conclui-se que, por uma intensa política de planejamento público e privado, com ações distintas, tanto de marketing como de atrativos diferenciados, é necessário diversificar as regiões emissoras de turistas para Santa Catarina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVILA, Marco Aurelio; MORENO, José Hernandez; GÂNDARA, José Manoel Gonçalves. O Lazer Ativo Como Fator de Atração Turística na Cidade de Florianópolis. Revista Turismo & Desenvolvimento. V3, N1, 2004. Disponível em: www.uesc.br/dcec/marco1.doc. Acesso em: 29 de novembro de 2015.

BATISTA FILHO, Ernesto Luiz. Aspectos de planejamento, gestão e competitividade para o turismo sustentável no Brasil. Cadernos de Economia. Chapecó: Argos. Ano 7, n.12, 2003

CASTELLI, Geraldo. Hospitalidade. Na Perspectiva da Gastronomia e da Hotelaria. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____, Geraldo. Administração hoteleira. 5ª ed. Caxias do Sul: EDUCS, 1992

àCEPAL: Economic Survey of Latin America – 1949. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/bibliotecadigital/view/singlepage/index.php?pubcod=10011659&parte=1>> Acesso em 21/05/2013

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2006

IGNARRA, Luiz Renato. Fundamentos do turismo. São Paulo: Pioneira, 1998.

LAGE, B.; MILONE, P. Economia do Turismo. Campinas: Papirus, 1998.

LACERDA, Antônio Corrêa de. et al. Economia Brasileira. São Paulo: Saraiva, 2005.

LINS, Hoyedo Nunes. Estilização do Turismo: Ensaio com Foco na Serra Catarinense. Anais do II Encontro de Economia Catarinense, 2008. Disponível em: http://www.apec.unesc.net/II%20EEC/sessoes_tematicas/Regional/Artigo7.pdf. Acesso em: 29 de novembro de 2015.

MANNHEIM, Karl. O Homem e a sociedade: estudos sobre a estrutura social moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

MARTINS, Harley dos Santos; SICSÚ, Abraham Benzaquém. Modelo de Identificação de Clusters Turísticos. Bauru: Anais do XII SIMPEP, 2005. Disponível em: http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_12/anais_12.php. Acesso em: 29 de novembro de 2015.

MELLO, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo Tardio. São Paulo: Editora UNESP, 2009

MEURER, Roberto; LINS, Hoyedo Nunes. Macroeconomia do Turismo Argentino em Santa Catarina. Revista Turismo em Análise, V.19, N.2, Ago / 2008.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Estatísticas Básicas do Turismo – Brasil. 2011. Disponível em: http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/estatisticas_indicadores/estatisticas_basicas_turismo/

PETROCCHI, Mario. Turismo, Planejamento e Gestão. São Paulo: Futura, 1998

RICARDO, Davi. Princípios de Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

SANTUR. Pesquisa de Demanda Turística. Balneário Camboriú, 2013.

_____. Pesquisa de Demanda Turística. Balneário Piçarras, 2013.

_____. Pesquisa de Demanda Turística. Florianópolis, 2012.

_____. Pesquisa de Demanda Turística. Garopaba, 2013.

_____. Pesquisa de Demanda Turística. Joinville, 2013.

- _____. Pesquisa de Demanda Turística. Laguna, 2013.
- _____. Pesquisa de Demanda Turística. Piratuba, 2013.
- _____. Pesquisa de Demanda Turística. Santa Catarina, 2013.
- _____. Pesquisa de Demanda Turística. São Bento do Sul, 2013.
- _____. Pesquisa de Demanda Turística. Treze Tílias, 2013.
- _____. Pesquisa de Demanda Turística. Urubici, 2013.
- SMITH, Adam. A Riqueza das Nações. São Paulo: Abril Cultural, 1996.
- SWARBROOKE, John; HORNER, Susan. O Comportamento do Consumidor no Turismo. São Paulo: Aleph, 2002
- SZMRECSÁNYI, Tamás, COELHO, Francisco da Silva. Ensaios de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Atlas, 2007
- TEIXEIRA, Elder Lins. Gestão da Qualidade em Destinos Turísticos. Rio de Janeiro: Quailty Mark Editora, 1999.
- THEIS, Ivo Marcos; JACOMOSSO, Rafael Ricardo. Clusters: Uma Perspectiva de Desenvolvimento Para os Municípios Catarinenses. Anais do II Encontro de Economia Catarinense. 2008.



A Gastronomia Regional e o Turismo como Elementos Fortalecedores da Identidade Cultural Frente à Tensão entre o Global e o Regional

The Regional Gastronomy and Tourism as Strengtheners Elements of Cultural Identity Facing the Tension Between Global and Regional

Everton Luiz Simon¹
Virginia Elisabeta Etges²
Sarah Marroni Minasi³

-
- 1 Doutorando em História na Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Professor do departamento de História e Geografia; vinculado aos cursos Superiores de Tecnologia em Gastronomia e Gestão de Eventos da UNISC.
 - 2 Doutora em Geografia, Docente e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – UNISC.
 - 3 Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Turismóloga. Professora da Faculdade de Administração e de Turismo da Universidade Federal de Pelotas - UFPEL

RESUMO

Este artigo tem por finalidade refletir sobre a importância e a influência da cultura, voltada à análise da gastronomia regional, considerando a tensão atual verificada entre o global e o regional e sua relação com a alimentação, a gastronomia e o turismo. Nas transformações promovidas pelo desenvolvimento do capitalismo, entendemos que existem forças homogeneizantes que atuam nos mais distintos territórios. Estas forças provocam uma série de transformações nos territórios em que se inserem, produzindo tendências à padronização, seja nas formas de processamento de atividades produtivas e econômicas, seja nos costumes e hábitos cotidianos das pessoas. Procuramos, desse modo, debater a relação entre alimentação, culinária típica e turismo, enquanto elementos potenciais para o fortalecimento das identidades territoriais, constituintes do patrimônio cultural regional; enquanto elementos importantes para a conformação do aspecto regional, como uma força contra-homogeneizante. Portanto, ao preservar o patrimônio cultural e valorizar a identidade, o lugar estabelece conexão com a dinâmica global, através da atividade turística, fortalece, localmente, seus laços com a sua cultura.

Palavras-chave: Gastronomia regional. Turismo. Desenvolvimento regional.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the importance and the reflection the influence of culture, dedicated to the analysis of the regional cuisine, which considers the current tension between the global and the regional and their relationship with alimentation, gastronomy and tourism. In the transformations promoted by the development of capitalism, we understand that there are homogenizing forces that act in more distinct territories. These forces cause series of transformations to the territories in which, producing the standardization trends, whether in the forms of productive activities and economic processing in customs and daily habits of the people. We seek, therefore, to discuss the relationship between alimentation, typical cuisine and tourism, as potential elements for the strengthening of territorial identities, constituents of the regional cultural heritage. And while important elements for the conformation of the regional aspect, as a contra homogenizing force. Therefore, by preserving cultural heritage and valuing the identity the place connects to the global dynamics, through tourism, and strengthens locally their ties with their culture.

Keywords: Regional cuisine. Tourism. Regional development.

1. INTRODUÇÃO

A reflexão sobre cultura, voltada à análise da culinária tradicional, considerando a tensão atual verificada entre o global e o regional, parece-nos, cada vez mais, uma

atividade importante e complexa. Com uma grande diversidade de conceitos e entendimentos, o aspecto cultural sempre foi um marco peculiar de cada sociedade e tem caracterizado distintos momentos da história da humanidade. Contudo, através do uso de novos recursos tecnológicos e meios de comunicação, da conformação do padrão econômico produtivo, amplificado no período técnico-científico-informacional, são produzidos novos hábitos, os quais são expandidos e assimilados com extrema rapidez.

No contexto das transformações promovidas pelo desenvolvimento do capitalismo, entendemos que existem forças homogeneizantes que atuam nos mais distintos territórios. Estas forças provocam uma série de transformações nos territórios em que se inserem, produzindo tendências à padronização, seja nas formas de processamento de atividades produtivas e econômicas, seja nos costumes ou hábitos cotidianos das pessoas.

Nessa conjuntura, a cultura tradicional, aquela que possui raízes históricas, acaba sendo modificada pela cultura de massa produzida e vendida pela sociedade globalizada. São produzidas séries de mecanismos com apelo para novos hábitos, geralmente indutores do consumo e, principalmente, novos padrões de comportamento. Toda esta produção tem uma intencionalidade e se materializa na modificação dos hábitos cotidianos destas, e, por conseguinte, na alteração da própria identidade cultural.

A influência na formação das identidades acontece por meio de transformações aceleradas da indústria e dos padrões de consumo, alimentados pela presença aguçada do modo de produção capitalista. Isto é, os processos de globalização repercutem diretamente na sociedade, resultando em alterações desde o curto prazo, movidas pela consolidação dos processos de “modernização”.

Nascem ações de resistência, caminhos que procuram a afirmação das identidades culturais frente à tensão entre o global e o regional como resultantes do processo de globalização. Esta torna-se uma forma de integração diferenciada e desigual.

O turismo, como fenômeno social, oportuniza aproximação entre culturas diferentes e não pode ser isolado das discussões sobre os processos de formação das identidades. O fato da atividade turística estabelecer contato entre diferentes culturas, em um espaço geograficamente delimitado, influencia e confere pluralidade ao processo de formação das identidades.

Reconhecer a presença de ordens dialéticas provenientes do fenômeno da globalização é fundamental para abordar uma outra globalização. A transformação das ações centradas no capital para ações focadas no homem permitem o melhor desempenho destinado à preservação do patrimônio e das identidades culturais.

Dessa forma, o turismo cultural, em seu turno, prioriza as particularidades das expressões da cultura, buscando sempre a qualidade dos atrativos em detrimento da quantidade e padronização. Entende-se essa modalidade como a utilização de aspectos da identidade cultural presente em uma região vocacionada para o turismo.

Assim, nesse contexto, propomos realizar, nesse artigo, uma contextualização, buscando revelar elementos que proporcionam entendimento acerca da importância e da necessidade de valorização de determinadas atividades produtivas; refletindo sobre esses elementos, frente às transformações promovidas pelo modelo econômico capitalista e suas tensões decorrentes no respectivo território. Procuramos, desse modo, debater a relação entre a alimentação, a gastronomia típica e o turismo, enquanto elementos potenciais para o fortalecimento das identidades territoriais, constituintes do patrimônio cultural regional; enquanto elementos importantes para a conformação do aspecto regional, como uma força contra-homogeneizante.

Para tanto, os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento do estudo expresso no artigo se configuram em uma combinação entre procedimentos interpretativos e descritivos, de modo a buscarmos a compreensão crítica das informações coletadas, de caráter qualitativo. Para isso, nos valem de pesquisa bibliográfica, buscando sistematizar, através da reflexão de vários autores e da análise da realidade vivida no contexto atual, a importância da culinária típica regional como fator de preservação da identidade regional e como potencialidade para o desenvolvimento do turismo regional.

Dessa forma, constatamos que o desenvolvimento do capitalismo, em escala mundial, pode ser considerado como um condutor de tensões nos territórios regionais, visto que a ordem capitalista global segue uma lei única, enquanto a ordem regional é constituída pela associação entre pessoas e objetos no território e, como território, é regido pela interação. Enquanto lei única, o desenvolvimento e expansão do capitalismo se realizam por meio da ação das empresas que transcendem territórios em busca de aspectos mais vantajosos aos seus interesses. Está presente a realização de ações que asseguram a existência de um mercado global, que se sobrepõe aos territórios apropriados pelas sociedades, ou seja, realizam-se, portanto, através da territorialização dos interesses dos segmentos hegemônicos.

Nesse contexto, modificações significativas são notadas nos modos de produção de alimentos, o que provoca uma série de transformações, tanto nas formas de organização dos sistemas produtivos no meio rural, quanto nas formas de processamento e oferta de alimentos nos centros urbanos; e, conseqüentemente, essas transformações também refletem no processo de formação das identidades.

Posteriormente, considerando a produção agropecuária e buscando contextualizar a tensão existente entre o global e o regional, elementos importantes desse processo podem ser identificados: na gastronomia, como expressão da valorização e respeito com as tradições e hábitos das comunidades regionais; no turismo, como elemento que preserva e valoriza as raízes e identidades culturais. Apresentamos, ainda, a lógica do turismo como alternativa que permite abordar a influência dos fluxos, neste caso de turistas, de maneira positiva. Esta intenção pode conciliar os interesses econômicos com os interesses ligados à preservação patrimonial e fortalecimento das identidades culturais.

Por fim, concluímos que a culinária, nesse contexto, apresenta-se muito além do que apenas um conjunto de ingredientes e técnicas de transformação e preparação dos alimentos. Ela fortalece as raízes culturais e desenvolve os segmentos comerciais inter-relacionados ao meio rural e à gastronomia. Esse conjunto de fatores fornece atributos culturais que reforçam as bases territoriais para o desenvolvimento das regiões. No âmbito do patrimônio imaterial, o turismo pode contribuir para o revigoramento dos saberes e fazeres por intermédio do aumento da visibilidade dada pelo turismo. Tudo isso contribui para o fortalecimento das identidades culturais e de práticas socioculturais que, em alguns casos, poderiam estar sofrendo um processo de esquecimento. Logo, o turismo pode, por meio dos bens culturais, promover a valorização da cultura e da região com suas particularidades.

2. DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO E AS TENSÕES REGIONAIS

O grande impulso promovido pelas modificações nos processos de produção desencadeados pelos conceitos de Henry Ford, em 1914, acabou revolucionando as técnicas de produção, gerando importantes transformações no sistema industrial; isto é, a divisão do trabalho na qual cada trabalhador era o responsável por uma determinada etapa do sistema produtivo, a criação de controles de trabalho e a implantação de tecnologias. Ford também implantou a jornada de trabalho de oito horas diárias, bem como o pagamento de cinco dólares, em recompensa ao trabalho realizado pelo período (Harvey, 1992).

Estas importantes transformações acabaram fortalecendo a economia e fomentando o consumo, fazendo surgir a sociedade de consumo e a acumulação de capital. Naquele período, o desenvolvimento era entendido a partir do processo de industrialização, ou seja, quanto mais indústrias em uma determinada região, mais desenvolvida seria esta região. Nessa concepção, tendo a industrialização como sinônimo de desenvolvimento, tem-se o meio rural, julgado como um espaço atrasado e retrógrado.

A partir das últimas décadas do século XX, quando o processo de produção/ acumulação fordista entra em crise, surge um novo regime de acumulação, contrapondo-se justamente à característica mais marcante daquele, que é denominado acumulação flexível. Desta forma, de acordo com Harvey (1992), a acumulação flexível origina-se na década de 1970, e tem como suporte obter certa flexibilidade nos processos de trabalho, nos padrões de consumo e nos produtos, confrontando diretamente a rigidez imposta pelo sistema fordista. Portanto, leva-se em consideração que o sistema fordista possuía um determinado grau de rigidez, exposto nos investimentos de capital fixo em sistemas de produção em massa, excluindo, assim, vários países do terceiro mundo, que não tinham condições de se inserir por completo neste sistema.

Na produção fordista e na acumulação flexível, embora distintas entre si, em parte a visão de desenvolvimento continuava relacionada à industrialização, e o espaço rural não teve sua avaliação alterada. Desta forma, Harvey (1992) considera que a crescente expansão do capitalismo no mundo amplia o espaço, podendo surgir assim o problema da superacumulação. Em decorrência disto, o resultado que se tem é o do deslocamento espacial do capitalismo, com um significativo aumento da competição inter-regional e internacional, gerando graves consequências nos territórios.

Essas tensões, por sua vez, acabaram por gerar grandes impactos nas regiões, dividindo o globo em regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas. O fato é que enquadrar os territórios em modelos “padrões” de desenvolvimento, trouxe sérios problemas em todas as dimensões, promovendo uma perda significativa de suas diversidades.

A partir desta premissa, de acordo com Sachs (2000, p.16), “é impossível falar de desenvolvimento sem se referir a conceitos tais como pobreza, produção, noção do estado ou igualdade”. A promoção do desenvolvimento, sem estar atrelada ao processo industrial, ganhou significativas contribuições, principalmente a partir da segunda Guerra Mundial, em que o estudo sobre o desenvolvimento passa a ter um novo olhar, com a atenção para as dimensões sociais, culturais, políticas e ambientais. Assim, pode-se considerar que as últimas décadas foram importantes para a discussão acerca do significado do termo desenvolvimento e compreensões.

Sachs (1986) acrescenta que é preciso entender as formas de promover o desenvolvimento, sem focar apenas no crescimento, pois o crescimento, em si mesmo, não promove o desenvolvimento. O entendimento de que o crescimento econômico deve ser repensado de forma adequada, com vistas a reduzir os impactos ambientais e sociais negativos no território, valorizando as características do espaço e

dos atores regionais, continua sendo uma condição necessária para o desenvolvimento em todas as suas dimensões, completa Sachs (2000).

O desenvolvimento pode ser entendido como um processo dinâmico, presente no território, com dimensões que a cada momento são construídas e reconstruídas, através das relações sociais, econômicas e ambientais. Portanto, a globalização econômica é apresentada como um subproduto, a reação gerada pelo regional diante do global. De acordo com Santos (2002, p. 338 - 339):

A ordem global funda as escalas superiores ou externas à escala do cotidiano. Seus parâmetros são a razão técnica e operacional, o cálculo de função, a linguagem matemática. A ordem local funda a escala do cotidiano, e seus parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contiguidade.

As transformações decorrentes desse processo possuem dimensões de ordem econômica, política, cultural, social e ambiental, que podem se transformar para satisfazer as mais diversas necessidades, até mesmo no que tange à alimentação dos grupos de atores de uma região ou àqueles que estão no território para explorar.

Nesse sentido, a promoção do desenvolvimento regional exige dos agentes diretamente envolvidos no processo, e da sociedade como um todo, a definição de um projeto político que aponte o caminho a ser trilhado (ETGES, 2001). Por desenvolvimento regional, Etges (2003, p. 67) entende “todo um processo de construção amparado na potencialização de capacidades endógenas”.

O desenvolvimento, de acordo com Brandão (2009, p. 154),

é um processo multifacetado de intensa transformação estrutural resultado de variadas e complexas interações sociais que buscam o alargamento do horizonte de possibilidades de determinada sociedade. Deve promover a ativação de recursos materiais e simbólicos e a mobilização de sujeitos sociais e políticos, buscando ampliar o campo de ação a coletividade, aumentando sua autodeterminação e liberdade de decisão.

Em Benko (1999), encontramos a afirmação de que o desenvolvimento regional volta-se aos problemas da integração regional, e não possui apenas implicações econômicas, mas tem consequências políticas e culturais, tornando a região um produto social, construído pela sociedade nos espaços de vida.

A proposta neste sentido é promover um desenvolvimento de caráter econômico e social contínuo, harmonizado com a gestão racional do ambiente, estimulando, dessa forma, uma reestruturação de todos os objetivos e modalidades de ação.

3. GLOBALIZAÇÃO, INDUSTRIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS E OS IMPACTOS NA CULINÁRIA REGIONAL

Nas últimas décadas, as regiões estão passando por grandes mudanças socioeconômicas e culturais, devido à globalização. Discorrendo sobre o tema, Azevedo (2001, p.27) afirma que essas mudanças são

decorrentes das ações que asseguram a emergência de um mercado dito global, que se sobrepõe aos espaços, como consequência de uma nova fase do sistema capitalista de produção, denominada de período técnico-científico-informacional ou de capitalismo tecnológico.

Destacamos que a influência da globalização nas culturas e valores, portanto, nas identidades, acontece por meio de transformações aceleradas da indústria e dos padrões de consumo, alimentados pela presença aguçada do modo de produção capitalista. Isto é, os processos de globalização repercutem diretamente na sociedade, resultando em alterações, desde o curto prazo, movidas pela consolidação dos processos de “modernização”.

Nesse contexto, é crescente o aparecimento de discursos que abordam a homogeneização dos territórios e culturas, pois a compressão tempo-espaço está acelerada. As informações são pulverizadas, os transportes encurtam distâncias, e o capital não encontra mais barreiras, levando a ideia de que as culturas de consumo estão padronizadas e isso incide no território, fala-se em “aldeia global”.

A globalização modifica fronteiras e sociedades, cria novos mapas, novos arranjos políticos e novas sociabilidades. O capitalismo global redimensiona os conceitos de espaço e tempo, produz uma quantidade enorme de vínculos assimétricos que mexem com estados inteiros e, por conseguinte, com o seu ordenamento social vigente e as suas identidades. (IICA, 2002, P. 12).

Para Santos (2002), a globalização constitui-se na fase mais avançada do processo de internacionalização do mundo capitalista. Etges (2005, p. 51) complementa, afirmando que

o processo de globalização está reordenando os territórios e que apresenta pelo menos duas faces: a da perversidade do processo em si, expressa na territorialização dos interesses dos segmentos hegemônicos, e a da oportunidade, que se apresenta aos atores regionais quando se apropriam de conhecimentos que lhes permitem reagir, superar a passividade.

Para Azambuja (1999, p. 15), o mundo contemporâneo está cada vez mais global, “e nos distanciamos a passos largos de nossas particularidades, de nossas raízes”. As transformações decorrentes do modo de produção capitalista expressam-se, desde o século XVIII. Essas transformações também foram significativas na agricultura e

no modo de produzir alimentos. Hernández (2005, p. 130) descreve que o processo de globalização promoveu o desaparecimento de muitas manifestações ou produções de caráter local e regional, “desde as variedades vegetais, animais, línguas, tecnologias e qualquer tipo de costumes e de instituições socioculturais. Enquanto umas desaparecem, outras se expandem e se generalizam”.

Santos (1996) expõe a influência do Meio-Técnico-Científico-Informacional através da velocidade das informações e da compressão do espaço e do tempo, em que tudo se torna passageiro. É no contraponto a essa compressão que a cultura de uma sociedade, apropriada de suas memórias e identidades, deve procurar se destacar na luta de resistência à padronização global.

A esses entendimentos sobre as manifestações de caráter local e regional, Mintz (2001, p. 33) acrescenta que “a comida foi então um capítulo vital na história do capitalismo, muito antes dos dias de hoje: como alimentar as pessoas, e como fazer dinheiro alimentando-as”. O autor afirma ainda que, a partir destas grandes mudanças, principalmente nas últimas décadas, as regiões assistiram à disseminação de alimentos e de novos sistemas de distribuição em todo o globo. E, através desses novos fatores, a chamada industrialização da alimentação está promovendo significativas transformações, não somente no modo das pessoas se alimentarem, mas principalmente nos sistemas de produção no meio rural, modificando as bases culturais e sociais.

Essas transformações no modo de produzir alimentos e nos hábitos alimentares fez surgir, segundo Pedroco (1998), uma nova fase no segmento da produção de alimentos em massa, fruto das inovações aplicadas à indústria de alimentos. Nesse processo, a produção de alimentos industrializados em massa acabou utilizando as inovações de conservação para disponibilizar aos consumidores produtos com uma vida útil maior, aumentando, dessa forma, a oferta de alimentos.

Maciel (2004) afirma que as grandes transformações tecnológicas facilitaram o consumo de alimentos industrializados e produzidos em massa, que hoje se tornam cada vez mais populares entre os consumidores; e essa expansão representa um fenômeno mundial. Tais alimentos, frequentes nas mesas das famílias, acabaram modificando a estrutura alimentar e as tradições culinárias, elementos que emolduram e diferenciam as culturas. Além disso, causaram uma importante perda de saberes em termos gastronômicos.

Mintz (2001) é categórico ao afirmar que é cada vez mais comum a busca pelo consumo de alimentos congelados ou pré-preparados, encontrados em qualquer supermercado ou casa comercial. Essa realidade não promove somente o empobre-

cimento do conhecimento sobre as técnicas e habilidades culinárias, mas também o enfraquecimento do caráter simbólico, social e histórico que a alimentação carrega entre os indivíduos.

Essa grande disponibilidade de alimentos industrializados, segundo Silva e Etges (2012), se deve à modernização dos sistemas de produção agrícola, neste caso, o agronegócio, que tem por objetivo somente a produtividade em grande escala e a busca por excelentes resultados econômicos e financeiros em curto prazo. Para os autores, o sistema de plantio em grande escala promove a produção das chamadas monoculturas, que são plantações especializadas na alta produtividade de grãos, como a soja, o milho e o arroz, baseada na utilização de aditivos químicos e com a sua produção destinada ao mercado externo. Igualmente, a modernidade agrícola e alimentar visa, conforme afirma Hernández (2005, p. 134), “a superespecialização do espaço, a busca constante dos aumentos dos lucros nas produções agrárias, o crescimento expressivo das cidades e as “desertificações” das zonas rurais”.

O meio rural, nesse sentido, e de acordo com Silva e Etges (2012), deve ser considerado um espaço destinado às práticas agrícolas, e não apenas um local de produção de mercadorias; mas, principalmente, deve ser entendido como um meio no qual ocorre a produção da vida, que se dá através das relações de cooperação, reciprocidade e comprometimento do proprietário com a terra.

O alimento moderno, como nos aponta Poulain (2004), está deslocado, desconectado do seu enraizamento geográfico, que lhe foi tradicionalmente associado, durante muito tempo. Novo da Silva, Schwartz e Menasche (2013, p. 96) descrevem que, a partir do processo de globalização e de homogeneização, as regiões e os territórios se organizam de forma a reverter as consequências causadas e buscam “uma espécie de (re) afirmação do local, de especificidades, uma (re) valorização de características locais, de processos endógenos”.

É na busca pela particularidade, pelo desenvolvimento de regiões, pelo espaço da diferença que nascem processos de resistência, caminhos que procuram a afirmação das identidades culturais frente à globalização. Esta que é um processo de integração diferenciado e desigual. Ainda assim, promove a integração, e nesse contexto as identidades se afirmam em contraposição a esse movimento integrador.

As transformações no sistema de alimentação moderna e produção de alimentos em massa, de acordo com Carneiro (2003), sob a hegemonia das grandes redes de supermercados, dos estabelecimentos de fast foods e dos restaurantes, acabaram suprimindo os espaços das cozinhas regionais e domésticas e todos os saberes que permeavam esses lugares. De acordo com Santos (2009), os hábitos alimentares

globalizados atuais têm avançado fortemente em diversos lugares do mundo, ainda que tal inovação esteja fundamentada, na maioria das vezes, nos discursos sobre a saúde e bem estar e, principalmente, no aspecto comercial.

Assim, percebe-se que o sistema culinário atual expressa, em sua complexidade, essa nova dinâmica; e os resultados e oportunidades que derivam desse processo atuam fortemente no território como movimentos de resistência e afirmação de sua tradição e história. O saber fazer local, conforme descreve Santos (2002), é uma forma de expressão cultural realizada pelas relações dos indivíduos e de seus grupos, que tem por objetivo promover a valorização da identidade da cultura regional. Neste sentido, para Flores (2006, p. 10),

as sociedades podem ser estimuladas a explorar seu potencial territorial e o saber fazer local, através de um processo de construção coletiva através da cooperação, cujo resultado poderia ser a diferenciação de produtos com qualidade para o mercado.

A culinária regional, nesse contexto, pode ser compreendida, segundo Atala & Dória (2008), como “um espaço de pertencimento”, no qual há de se considerar que essas raízes de pertencimento fazem parte da história do povo, que usa o território e nele produz uma infinidade de sabores, desenvolvendo um conjunto de técnicas de conservação e de preparo dos alimentos. Essas características são saberes que integram a riqueza e o patrimônio cultural gastronômico regional.

Bell e Valentine (1997) complementam, esclarecendo que este tipo de cozinha é construída a partir da herança cultural que dialoga com as fronteiras e identidades territoriais solidificadas no imaginário popular; submetidas, no entanto, a novos arranjos. Atala & Dória (2008) afirmam ainda que determinados territórios atribuem propriedades específicas aos seus produtos e, por isso, merecem uma evidência e uma atenção especial, por parte da gastronomia, e também de todos os atores regionais. Nessa mesma linha, Azevedo (2011, p.50) destaca que

fica clara a importância das culinárias locais no contexto atual. Essa discussão não se limita em falar de prazeres gustativos, mas de representações simbólicas que envolvem a estruturação de uma identidade territorial a partir da culinária. Isso porque acreditamos que ela é um elemento de demarcação cultural, consequentemente, territorial.

Petrini (2009) acrescenta que a culinária de determinada região é tanto produto da natureza como da cultura, é um poderoso meio de pensar quem somos. O deslocamento até a região e a degustação *in loco* da comida daquele local, é parte dessa nova experiência. Território e especificidade culinária passam a dominar a ideia de cozinha regional e se transformam em estímulo aos viajantes, que saem da cidade em busca da verdadeira comida.

Menasche et al. (2008, p.147) complementam, ao afirmarem que

a comida pode, então, ser tomada como linguagem, como texto cultural que fala do corpo, da família, do trabalho, de relações sociais, de visões de mundo, agindo diretamente na relação de pertencimento de seus atores locais, e faz com que estes expressem sua identidade a partir das relações presentes no ato da alimentação.

Nesse contexto, a valorização dos saberes e práticas alimentares estão diretamente relacionadas à construção de uma identidade cultural. O ato de comer um prato típico, local ou regional, carregado de tradição, cada vez mais traduz a crescente valorização das particularidades regionais, principalmente levando em consideração quem o produziu e como foi produzido. Isto faz com que “em tempos de globalização, como certo paradoxo, temos a volta do frango e dos ovos caipira, a busca de alimentos orgânicos, a valorização da broa preta, a reutilização e a revalorização da panela de ferro, e outros” (SANTOS, 2009, s/r).

Assim, a culinária regional, além de ser importante instrumento de valorização e preservação de saberes e sabores, tem por objetivo contribuir economicamente, através da produção e comercialização de produtos agrícolas sem a adição de produtos químicos. Os alimentos típicos, nesse sentido, fornecem atributos culturais que fortalecem as bases territoriais para o desenvolvimento de uma região, que vai repercutir também na promoção das atividades turísticas e na comercialização de produtos típicos regionais.

Ao preservar os saberes e fazeres e o patrimônio cultural e ao valorizar a identidade, não só estabelece conexão com a dinâmica global, através da atividade turística; mas, ao mesmo tempo, fortalece seus laços regionais como atitude contrária à primeira ordem padronizadora da globalização.

Diante destas considerações, pode-se afirmar que a culinária regional é carregada de saberes, práticas, características culturais e sociais que acabam transformando e valorizando o território. Desta forma, a culinária passa a ser considerada patrimônio imaterial que, conforme Vogt (2008), tem por objetivo conservar a história e a memória de um povo, assegurando a preservação de sua identidade. A culinária regional deixa marcas no imaginário dos indivíduos que a provam e compartilham.

Portanto, rico em significados e importante para a sociedade, o patrimônio cultural apresenta grande potencial para a prática do turismo. O turismo, como atividade econômica importante na conjuntura mundial, possui implicações sociológicas, econômicas e geográficas que marcam a sua complexidade, uma vez que essa atividade também é considerada como um dos principais vetores de aproximação de culturas e identidades.

4. A GASTRONOMIA REGIONAL E O TURISMO COMO ELEMENTOS FORTALECEDORES DA IDENTIDADE CULTURAL FRENTE À TENSÃO ENTRE O GLOBAL E O REGIONAL

De uma perspectiva mais ampla, cultura envolve o meio natural, no qual o homem vive e se relaciona; o saber fazer, elementar à existência e perpetuação do homem; e os bens culturais, feitos a partir das ações humanas.

De acordo com Laraia (1997), cultura é um conjunto de valores, crenças, costumes, hábitos e fatores históricos materiais e imateriais que permeiam, de forma dinâmica, a vida social. Ou seja, a cultura é construída ao longo de processos históricos e materiais de um povo, através de suas relações e modos de vida, vistos de uma concepção antropológica de cultura.

Na relação entre cultura e identidade, é preciso evidenciar o papel do patrimônio cultural como suporte da história e memória dos grupos sociais. Dessa forma, o patrimônio torna-se elemento essencial na construção da identidade cultural, seja coletiva ou individual. E, igualmente, é possível considerá-lo como a materialização das identidades.

Hall (2003) descreve que a identidade é marcada por meio de símbolos e significações. A prática de significação produz um sentido de relações e disputas de poder para definir o que é incluído e quem é excluído. A construção da identidade ocorre também através das relações estabelecidas com o território.

Para Montanari (2009, p.12),

as identidades culturais não estão inscritas no patrimônio genético de uma sociedade, mas incessantemente se modificam e são redefinidas, adaptando-se a situações sempre novas, determinadas pelo contato com culturas e identidades diversas.

O autor complementa ainda que as identidades não existem sem trocas culturais e que elas se conectam através dos movimentos de proteção. De acordo com Vendruscolo e Froehlich (2007), a formação de identidades se configura a partir das relações sociais estabelecidas nos espaços de sociabilidade, sendo assim, construídas a partir de um processo de afirmação e de diferença.

Woodward (2000) acrescenta que a identidade é relacional, bem como é marcada pela diferença e, por vezes, envolve a negação pela falta de similaridade. Nesse sentido, a identidade acaba estabelecendo limites simbólicos, e se manifesta nas relações entre grupos. O indivíduo se torna sujeito a partir das relações que mantém com o outro, ou seja, através da troca existente entre o que eu sou e o que o outro é. Logo, pode-se considerar que as identidades surgem a partir das relações de pertencimento.

A importância da preservação do patrimônio surge justamente da sua contribuição para manter e preservar a identidade de uma sociedade, um grupo, comunidade, família e outros. É a herança do passado que, vivenciada pelas gerações atuais, será propagada às próximas gerações.

Uma comunidade local, como já se indicou, tende a atribuir um valor simbólico a alguns elementos da paisagem, reconhecendo-os como expressão tangível da própria identidade territorial. A atribuição destes valores simbólicos se funda quase sempre sobre a imagem que a comunidade local (*insiders*) possui de si mesma e da própria especificidade territorial e, por consequência, nem sempre encontra uma correspondência na percepção dos *outsiders* (POLLICE, 2010, p. 13).

Entretanto, o patrimônio é uma construção social e, frequentemente, o que está preservado e é mais difundido, é apenas uma versão do conjunto de ações humanas de um determinado período. Nesse caso, observando a relação direta entre identidade e patrimônio, a construção da identidade coletiva é um processo seletivo e fragmentado. Barretto (2001, p.13) explica que determinar o que é digno de preservação é uma decisão político-ideológica, que reflete valores e opiniões sobre as quais são os símbolos que devem permanecer para retratar determinada sociedade ou momento.

Assim sendo, independentemente dessa discussão, a sociedade constrói e reproduz a sua identidade, através do apego constante ao seu passado, ou seja, os bens do patrimônio cultural.

A identidade é dinâmica, muda no tempo à semelhança de todas as outras componentes territoriais e do território no seu complexo. A identidade apresenta uma variabilidade elevada em termos tanto temporais quanto espaciais; antes, tal variabilidade tende a ser maior na dimensão temporal do que aquela espacial (POLLICE, 2010, p.11).

Assim, podemos considerar que conceito de patrimônio tem vários significados. O mais comum é conjunto de bens que uma pessoa ou uma entidade possuem. De acordo com Barretto (2001), o patrimônio pode ser classificado em duas grandes divisões de natureza e cultura. Patrimônio natural pode ser conceituado como o montante de riquezas que estão presentes no solo e no subsolo, enquanto o patrimônio cultural são os bens culturais, resultantes das ações humanas e que se agregam à natureza. É também uma forma de ser, pensar e atuar em uma sociedade.

Barretto (2000, p.11) ainda afirma que “a noção de patrimônio cultural é muito mais ampla, e que não inclui apenas os bens tangíveis como também os intangíveis e todo o legado cultural, o saber fazer humano, que representa a cultura de um território”. Vogt (2008, p.14) descreve que:

o patrimônio cultural é definido como conjunto de todos os bens materiais ou imateriais, que, pelo seu valor intrínseco, são considerados de interesse e de relevância para a permanência e a identificação da cultura da humanidade, de uma nação, de um grupo étnico ou de um grupo social específico.

O patrimônio imaterial é relatado por Vogt (2008, p.14) como um conjunto de costumes como, por exemplo:

as maneiras de vestir, hábitos alimentares, instrumentos musicais, obras de arte, técnicas construtivas, monumentos, máquinas e equipamentos, móveis, moedas e outros bens de uma sociedade. O patrimônio imaterial é constituído por canções, crenças, celebrações, ritos, lendas; por saberes que passam de uma geração para outra, como as formas de cultivar e as maneiras de produzir, a linguagem para se comunicar; por manifestações cênicas, lúdicas e plásticas; por lugares e espaços de encanto e de convívio e encontro de uma sociedade.

Neste sentido, a culinária regional é carregada de características culturais e sociais, não obstante ela possa ser considerada um patrimônio imaterial, pois, de acordo com Azevedo (2001), ela deixa marcas no imaginário dos indivíduos que a provam e compartilham. Nesse sentido, a gastronomia se torna um importante elemento de ligação do comensal com o território e o espaço regional, e faz, ainda que por um momento, esse indivíduo se tornar parte daquele território.

Nesse sentido, para Barretto (2007), turismo cultural é todo turismo no qual o principal atrativo não é a natureza, mas um aspecto da cultura, qualquer um dos aspectos abrangidos pelo conceito de cultura. Portanto, a atividade turística pode se tornar um elemento potencial para promover a manutenção e preservação de tradições culturais.

A partir da perspectiva cultural do turismo, o patrimônio cultural, o qual era visto apenas como representação do passado, adquire novas proporções. O patrimônio pode ser visto como elo entre memória e identidade, como motor fundamental para desencadear o processo de identificação do cidadão com a sua história e sua cultura, despertando o interesse pelo compartilhamento de experiências com visitantes. Igualmente, o patrimônio promove a ampliação de conhecimentos e o respeito entre as sociedades (BARRETTO, 2001).

Nesse contexto, surgem duas possibilidades: a promoção e utilização com vistas à preservação do bem ou, por outro lado, à padronização e distorção do bem para satisfazer a indústria do consumo de massa. A segunda possibilidade mostra o lado perverso da atividade turística, caracterizada por impactos negativos e falta de planejamento adequado.

O planejamento turístico torna-se imprescindível para que os atrativos culturais não sejam vistos como meras mercadorias, simples fonte de exploração e renda,

mas sim como o legado cultural das gerações passadas para as futuras. O turismo deve valer-se dos bens culturais, promovendo a valorização destes através das suas particularidades.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fluxos promovidos pela globalização nem sempre são harmoniosos; de fato, em sua maioria, são permeados por tensões e forças originadas pela lógica do modelo de econômico hegemônico, o qual fundamenta-se apenas no aspecto econômico. Esses processos produzem transformações na autenticidade e identidade cultural das sociedades em todo o mundo.

As grandes transformações do mundo atual, favorecidas pela globalização, causaram importantes transformações que influenciaram as dimensões espaciais, sociais, e culturais nas regiões, atingindo também a agricultura e o modo de produzir alimentos, causando uma onda de transformações no meio rural. Não obstante a globalização, a partir da abertura dos mercados e da industrialização da alimentação, permitiu que todos os objetos de consumo, inclusive os alimentos, passassem a ser distribuídos por todas as partes do globo, possibilitando ao consumidor adquirir bens de consumo dos quais não sabe a procedência, nem as condições sociais e ambientais em que foram produzidos.

Assim, pode-se destacar que, paradoxalmente, essa dominação econômica, na atualidade, não está preocupada com o desenvolvimento econômico, social e cultural de uma região, muito embora ela influencie os territórios, alterando atitudes, valores, modificando e miscigenando culturas, padronizando gostos, saberes, que são características da identidade sociocultural de uma região. Dessa forma, modifica as regiões, implicando na perda de suas características históricas e culturais.

Neste sentido, o desenvolvimento regional, além de produzir transformações de ordem econômica, social e cultural nos territórios, procura também valorizar e resgatar os traços culturais das identidades de determinada região.

Portanto, ao preservar o patrimônio cultural e valorizar a identidade, o lugar estabelece conexão com a dinâmica global, através da atividade turística, e fortalece, localmente, seus laços com a sua cultura. Por fim, o patrimônio cultural é o elo do homem com a prática social, uma vez que, como mediador entre o passado e o presente, ancora a construção da identidade cultural. Assim, rico em significados e importante para a sociedade, o patrimônio cultural se traduz como diferencial dos lugares e das regiões para o desenvolvimento do turismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATALA, Alex; DÓRIA, Carlos Alberto. Com unhas, dentes e cuca: prática culinária e papo-cabeça ao alcance de todos. São Paulo: Ed Senac, 2008.
- AZAMBUJA, Lissi Bender (Org.). Forno e fogão: como no tempo de nossos avós = Kochen und Backen : Wie Unsere Grosseltern. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.
- AZAMBUJA, Lissi Bender (Org.). Forno e fogão: para dias festivos = Kochen und backen für feierliche tage. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. 153 p.
- AZEVEDO, Jucicléa M. de. Culinária do Seridó: um elemento da identidade territorial /Jucicléa Medeiros de Azevedo. – 2011.
- BARRETTO, Margarita. Cultura e turismo. Campinas: Papirus, 2007.
- BARRETTO, Margarita. Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento. 2. ed. Campinas: Papirus, 2001.
- BELL, David; VALENTINE, Gill. Cosuming geographies. London: Routledge, 1997.
- BENKO, G. Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI. 2ªed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BRANDÃO, C. Desenvolvimento, territórios escalas espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. In: Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar / Maria Teresa Franco Ribeiro, Carlos Roberto Sanchez Milani (Organizadores). - Salvador : EDUFBA, 2009.
- CARNEIRO, Henrique S. Comida e sociedade. Uma história da alimentação. Rio de Janeiro-RJ: Campus, 2003.
- ETGES, V. E. Desenvolvimento Regional sustentável: o território como paradigma. In: REDES. Santa Cruz do Sul, v. 10, n. 3, p. 47-55, set./dez. 2005.
- ETGES, Virginia E. A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, O.; SILVEIRA, R. Vale do Rio Pardo: reconhecendo a região. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.
- FLORES, Murilo. A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento - Uma visão do estado da arte. Santiago-Chile: RIMISP, 2006. Disponível em: <<http://www.rimisp.org/getdoc.php?docid=3702>>. Acesso em: 05 jan. 2014.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 7. ed. Rio de Janeiro: DPA, 2003.

HARVEY, David. A transformação político-econômica do capitalismo do final do sec. XX. Condição pós-moderna. São Paulo, 1992.

HERNÁNDEZ, J. C. Patrimônio e Globalização: o caso das culturas alimentares. CANESQUI, Ana Maria (Org.) Antropologia e nutrição: um diálogo possível. Organizado por Ana Maria Canesqui e Rosa Wanda Diez Garcia. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Documento de síntese do seminário internacional. Realizado em 24, 25 e 26 de setembro de 2002. São Luiz-Maranhão.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 11. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

MACIEL, Maria Eunice. Churrasco à Gaúcha. In: MONTEBELLO, N. de P.; COLLAÇO, J. H. L. Cortes e Recortes. 2. ed. Brasília: Editora SENAC-DF, 2009.

MACIEL, Maria Eunice. Cultura e alimentação ou o que tem a ver os macaquinhos de koshima com Brillat-Savarin? In: Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 7, n.16, p.145-156, 2001.

MACIEL, Maria Eunice. Uma cozinha à Brasileira. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n° 33, jan.-jun. 2004, p. 25-39.

MENASCHE, R.; MARQUES, F. C.; ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. Rev. Nutrição. Campinas, 21 (Suplemento), jul./ago., 2008, p. 145-158.

MINTZ, Sidney W. Comida e antropologia: uma breve revisão. Revista brasileira de Ciências sociais. Soc. [online]. 2001, vol.16, n.47, pp. 31-42. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092001000300002&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 29 mai. 2013.

MONTANARI, M. A cozinha, lugar da identidade e das trocas. In: MONTANARI, M. O mundo na cozinha: história, identidade, trocas. Tradução Valéria Pereira da Silva. São Paulo-Estação Liberdade: Senac, 2009.

NOVO DA SILVA, F.; SCHWARTZ, L. H.; MENASCHE, R. O tradicional e o moderno na alimentação de famílias rurais pomeranas. Revista de la Facultad de Agronomía (La Plata). v. 112, p. 93-102, 2013.

PEDROCO, G.; A Indústria alimentar e as novas técnicas de conservação. In: FLANDRIN, J. L, MONTANARI, M. História da Alimentação. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

PETRINI, Carlo. Slow Food: princípios da nova gastronomia. Tradução de Renata Lucia Botini. São Paulo: Editora Senac, 2009.

POLLICE, Fabio. O papel da identidade nos processos de desenvolvimento local. In: Espaço e Cultura. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 27, p. 7-23, jan./jun. de 2010.

POULAIN, J. P. Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar. Florianópolis: UFSC, 2004.

SACHS, I. Ecodesenvolvimento: Crescer sem destruir. São Paulo: Ed. Vértice, 1986.

SACHS, Wolfgang. Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Tradução Vera Lúcia M. Joscelyne, Susana de Gylokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SANTOS, C.R.A. O Império Mcdonald e a Mcdonalização da Sociedade: Alimentação, Cultura e Poder. Seminário facetas do império na história. 2006. Disponível em: <http://people.ufpr.br/~andreadore/antunes.pdf>. Acesso em: 04 de junho de 2013.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS. C. R. A. dos. Prefácio. In: Cortes e Recortes/ Nancy de Pilla Montebello, Janine Helfst Leicht Collaço. 2. ed. Brasília: Editora SENAC-DF, 2009.

SILVA, R. do N.; ETGES, V. E. Do campo à mesa: reflexões sobre agricultura familiar e gastronomia. In: REDES - Revista do Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul, v.17, n. 3, p. 142-153, set./dez. 2012.

VENDRUSCOLO, R.; FROEHLICH, J. M. A construção social da identidade territorial da Quarta Colônia – tramas e sentidos da narrativa . In: FROEHLICH, José Marcos (Org.). Desenvolvimento Territorial – Produção, Identidade e Consumo. Ijuí: Editora Unijuí, 2007

VOGT, Olgário P. Patrimônio cultural: um conceito em construção. MÉTIS: história e cultura, v. 7, n. 13, p. 13-31, jan./jun. 2008.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Identidade e diferença – A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.



café A Bañica

Heineken

Heineken

★ Heineken

Cooperação e Sustentabilidade no Setor Turístico: estudo sobre Micro e Pequenas Empresas de Cavalcante (GO, Brasil)

Cooperation, Competitiveness and Sustainability in the tourism sector: a study about micro and small enterprises in Cavalcante (Goiás, Brazil)

Nathália Garay¹
Leandro Santana²
Helena Costa³

1 Mestranda em Turismo, Bacharel em Administração. Email: nathgaray@hotmail.com

2 Professor Colaborador da Universidade de Brasília (UnB), Mestre em Estratégia e Inovação organizacional e Bacharel em Administração. Assessor da Universidade Corporativa Banco do Brasil (UnIBB). Email: santana.leandro2@gmail.com

3 Professora Adjunta III da Universidade de Brasília. Doutora em Desenvolvimento Sustentável, Mestre em Turismo e Hotelaria, Bacharel em Administração. Coordenadora do LETS UnB (Laboratório de Estudos de Turismo e Sustentabilidade. Email: helenacosta@unb.br

Resumo

A cooperação entre organizações do turismo a fim de atingir objetivos comuns pode trazer benefícios e vantagem competitiva aos envolvidos, especialmente quando se tratam de micro e pequenas empresas (MPE). Assim, o objetivo do estudo consistiu em verificar as relações de cooperação e possíveis vantagens para os empreendimentos turísticos e para a cidade de Cavalcante/GO, no que diz respeito à competitividade dos negócios e da sustentabilidade do destino. Para tanto, realizou-se uma pesquisa com abordagem qualitativa com utilização de um roteiro de entrevista semiestruturado junto a 21 empresas ligadas ao turismo em Cavalcante/GO. Os dados foram analisados conforme a técnica de análise de conteúdo e revelaram que o próprio turismo, as estruturas da cidade e as relações cooperativas são incipientes. Na ótica dos entrevistados, a ausência de suporte público e a falta de interesse dos envolvidos são os dois principais fatores que dificultam a criação e o funcionamento das redes de cooperação. De forma geral, verificou-se uma inclinação positiva dos representantes para cooperarem, mas que pouco se reflete em ações concretas no dia a dia. Por isso, não foi possível relacionar a cooperação diretamente com a competitividade e com o desenvolvimento sustentável das empresas e da região como um todo.

Palavras Chave: Desenvolvimento local sustentável. MPE. Redes. Cooperação. Turismo.

Abstract

Cooperation between tourist organizations in order to achieve common goals can bring benefits and competitive advantage to those involved, especially when dealing with micro and small enterprises (MSEs). The objective of the study was to examine relationships of cooperation and possible benefits for tourism developments and the city of Cavalcante / GO, with regard to the competitiveness of business and the destination sustainability. To this end, we carried out a research with qualitative approach which applied a semi-structured interview guide with 21 tourist companies Cavalcante / GO. Data were analyzed according to the technique of content analysis. The results revealed that tourism itself, city structures and cooperative relations are incipient. In the view of respondents, the lack of public support and the lack of interest of those involved are the two main factors that hinder the establishment and operation of cooperation networks. Overall, there was a positive slope of the representatives to cooperate, but that is not reflected in concrete action on a daily basis. So it was not possible to relate the cooperation directly with the competitiveness and sustainable development of enterprises and the region as a whole.

Keywords: Sustainable local development. MPE. Networks. Cooperation. Tourism.

1. INTRODUÇÃO

As empresas estão inseridas num ambiente bastante dinâmico, caracterizado por mudanças sociais, econômicas, culturais e políticas cada vez mais rápidas, além da atual preocupação com a preservação ambiental e desenvolvimento sustentável, que também estão influenciando as mudanças organizacionais (SOUZA; CÂNDIDO, 2009). Essas questões têm levantado estudos relacionados à competitividade e a novas estratégias sustentáveis empresariais voltadas não só para a própria empresa como também para as localidades em que estão inseridas.

O estabelecimento de redes de cooperação é uma solução que tem sido cada vez mais abordada na literatura e adotada nas organizações, solução essa que difere das estratégias tradicionais, pois visa reunir atributos que permitam uma adequação ao ambiente competitivo em uma única estrutura, sustentada por ações uniformizadas, porém descentralizadas, que viabilizem ganhos competitivos pelas empresas associadas, trazendo consigo o fortalecimento recíproco dos participantes. Assim, é uma conexão entre empresas com vistas às relações estruturadas, social e economicamente, no sentido de atender objetivos individuais e coletivos (HÅKANSSON; SNEHOTA, 1989).

Na literatura o tema da cooperação tem sido muito apontado como fonte de competitividade ou vantagem competitiva. Esse artigo visa, então, mencionar as vertentes dessa vantagem aliadas ao desenvolvimento sustentável local que a cooperação tem trazido potencialmente às regiões, principalmente destinações turísticas com áreas naturais. Segundo Denicolai, Cioccarelli e Zucchella (2010), o estudo da cooperação como recurso estratégico de destinos turísticos é muito apropriado, uma vez que o sistema turístico de uma região, com frequência, é formado por diversos agentes autônomos que guardam forte interdependência entre si, e por turistas que, habitualmente, enxergam o valor gerado por um destino como sendo um sistema único. Afinal, parte-se da premissa de Ritchie e Crouch (2007) de que competitividade e sustentabilidade dos destinos turísticos são inseparáveis.

Assim, procurando entender melhor o estabelecimento de redes de cooperação no setor turístico e como essas relações podem impactar a comunidade local, o artigo tem como objetivo verificar a existência de cooperação entre as organizações de Cavalcante (GO) e suas contribuições para a competitividade e sustentabilidade do destino turístico. Para tanto, o artigo está organizado em 3 partes: referencial teórico, que discute o conceito de redes de cooperação entre MPE atrelado às noções de competitividade e sustentabilidade; os métodos da pesquisa e os resultados, seguidos por suas considerações finais.

2. COOPERAÇÃO ENTRE MPE NO TURISMO, COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE

O setor turístico é diretamente ligado à utilização de espaço físico, isto é, a região em que está inserido. A literatura aponta que o produto turístico interage com a base local (espaço físico e atores sociais), levando à geração de atividades conjuntas de empresas relacionadas entre si, com grande poder de criação de aglomerados, e, por conseguinte, também de redes (CUNHA; CUNHA, 2005). E também está diretamente ligado ao meio ambiente que está inserido, causando impactos positivos e negativos, consequências locais e globais.

O conceito de redes vem sendo discutido desde as décadas de 1980 e 1990, o mercado tem dado mais importância à necessidade de eficiência coletiva proporcionada por diferentes tipos de arranjos empresariais. Esses arranjos têm buscado mais efetividade coletiva em diversas formas de atuação, com suas funções voltadas não só para o mercado, mas também para a sua posição dentro das redes de inter-relações. Assim, as redes podem ser entendidas como um modo de organização utilizado para garantir às empresas sustentação e longevidade (JARILLO, 1988).

Nakano (2004) afirma que redes de cooperação têm sido apontadas como uma fonte de inovação, pois dispõem de ambientes onde os conhecimentos podem ser gerados de forma mais eficiente e rápida. O setor turístico tem características destacadas que facilitam a cooperação: a) necessidades de integração da cultura, economia e natureza que resultam em ações e intervenientes que se tornam viáveis a partir de uma atuação sistêmica; b) o poder de atração da região depende do potencial de diferenciação do produto turístico e dos serviços de suporte. (CUNHA; CUNHA, 2005)

Outra especificidade do setor, afirmam Cunha e Cunha (2005), é a sua dependência geográfica. As destinações turísticas são aglomerações territoriais em quase sua totalidade, considerando o fato de as empresas e instituições se localizarem próximas aos atrativos (ANDRIGHI; HOFFMANN, 2008, p. 89). Ainda assim, conclusões empíricas apontam que aglomerações territoriais são tão somente condição facilitadora e não suficiente para impulsionar práticas de cooperação e estabelecimento de redes (CURTIS; HOFFMANN, 2009; COSTA; HOFFMANN, 2014).

Diversas são as nomenclaturas que dizem respeito às aglomerações territoriais, tais como: distritos industriais (DI), clusters, arranjos produtivos locais (APL) e outras. Os distritos industriais (DI) são de origem italiana, especificamente da Terceira Itália, na década de 1980 (COSTA, 2005). São redes de longo prazo desprovidas de relações hierárquicas entre seus integrantes, que são predominantemente de pequeno porte (KNORRINGA; MEYER-STAMER, 1998). Os distritos industriais cons-

tituem uma entidade socioterritorial, caracterizada pela presença de uma comunidade de pessoas e de uma população de empresas que atuam de forma integrada e independente em um dado espaço geográfico e histórico (COCCO et al., 1999). Posteriormente, na década de 1990, as atenções voltaram-se para os clusters, que se tornaram uma nova maneira de encarar a localização das empresas, a contribuição das universidades para o sucesso delas e como o papel do governo na promoção do local (PORTER, 1998). Cluster não constitui uma organização formalizada de empresas, mas sim, de acordo com o autor, concentrações geográficas atreladas à cadeia de valor que podem impulsionar tanto a cooperação quanto a competição. Por fim, os arranjos produtivos locais (APL), outra denominação bastante utilizada e originada no Brasil, se referem ao tipo de aglomeração geográfica de pequenas e médias empresas, com especialização em determinado produto, sendo ele agrícola, tecnológico ou um serviço (BARBOZA, 2004). Neste contexto, Amato Neto (2007) e Silva e Teixeira (2008) veem nas redes de cooperação, favorecidas pela aglomeração territorial, uma solução para as MPEs alcançarem mais competitividade e estimular o desenvolvimento local.

Nesse sentido, vale destacar outra característica do setor turístico, de acordo com IBGE (2007), a quantidade de MPEs que compõem o setor é expressiva, aproximando-se de 97% das empresas de turismo no Brasil. As MPEs têm características peculiares, empresas de menor porte apresentam controle individual do proprietário, nesses tipos de empresas se possui um contato bastante próximo com o mercado consumidor, com isso pode-se flexibilizar às necessidades do cliente, ser mais eficiente e rápido às adaptações em inovações do setor de acordo com seus costumes e tradições da região na qual está inserida (AMATO NETO, 2005). Essas Micro e Pequenas Empresas são tomadas como dinamizadoras de economias locais e como potenciais geradoras de crescimento e desenvolvimento endógeno (AMATO NETO, 2000; COSTA, 2001).

Percebe-se então que as alianças entre empresas de micro e pequeno porte são enfatizados como estratégia de ganho de competitividade e desenvolvimento econômico em níveis locais e regionais, em virtude de vantagens coletivas que os relacionamentos entre elas podem originar (JARILLO, 1988; BESSANT; FRANCIS, 1999; CASAROTTO FILHO; PIRES, 1999).

A ênfase dos estudos atuais ligados à cooperação entre MPE está mais voltada às vertentes da competitividade, seja ela como fenômeno isolado ou como fenômeno sistêmico. No conceito sistêmico, vários fatores afetam a competitividade de cada ator do sistema, neste modelo se engloba a complexidade de interações dinâmicas entre diferentes atores sociais. A complexidade sistêmica pressupõe não só avanços econômicos, mas também desenvolvimento social, surgindo a necessidade de

avaliar regiões como um todo, não apenas as empresas que a compõem (ESSER et al., 1996). Os autores propõem quatro níveis que se deve levar em consideração ao tratarem planos para aumento da competitividade. Esse níveis são: micro, vem da competitividade das empresas; macro, referente às políticas econômicas; meso, contam com as medidas específicas de governo e ONG; e o quarto e último nível, meta, onde está a capacidade de articular os níveis meso e macro.

De acordo com Meyer-Stamer (2001, p. 21): “o conceito de competitividade sistêmica tem a vantagem de ser suficientemente aberto para abranger os principais pontos fortes e fracos que determinam o potencial de desenvolvimento local ou regional”. O modelo sistêmico foi base dos estudos de Dwyer e Kim (2003) que o conceituou em três correntes: a) vantagem comparativa ou perspectiva de competitividade de preços, foco nas características econômicas; b) perspectiva estratégica e gerencial, foco nas características da firma e; c) perspectiva histórica e sociocultural, com foco nos pontos culturais, sociais e políticos da competitividade.

A análise da competitividade de destinos turísticos difere da análise de firmas e indústrias em um ponto relevante dos modelos apresentados. Até o momento, a competitividade esteve essencialmente relacionada à perspectiva do mercado (PORTER, 1989). A competitividade turística foi definida por Hassan (2000) como sendo a capacidade de um destino de manter sua posição no mercado e melhorá-los através do tempo. Ao longo do tempo os conceitos sobre o tema vem evoluindo e se agregou novos fundamentos como, sustentabilidade, satisfação e prosperidade econômica da população local (BUHALIS, 2000; RITCHIE; CROUCH, 2000).

No modelo de Dwyer e Kim (2003), propõe-se que para uma destinação ser competitiva não basta ser apenas ecológica e economicamente sustentável, ela também deve ser social, cultural e politicamente sustentável. Assim, fica refletido que a competitividade do destino é um antecedente da economia do bem-estar e da prosperidade da população local. Nessa linha de benefícios das redes de cooperação, o artigo visa destacar ainda mais o turismo como impulsor do desenvolvimento sustentável local. A sustentabilidade é um dos padrões possíveis de desenvolvimento, caracterizado pela eficiência econômica, conservação ambiental e equidade social simultaneamente (BUARQUE, 2004).

Brundtland (1991, p. 53) conceitua o desenvolvimento sustentável como um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas. Esta concepção pressupõe uma estratégia de de-

envolvimento que não se baseia em uso predatório da natureza, e é refletida por uma variedade de fatores sociais, econômicos e ambientais interconectados e com dimensões temporais de longo prazo, necessitando de constantes revisões e monitoramento, por se tratar de um processo dinâmico (CALLENS; TYTECA, 1998).

Fundamentalmente, o desenvolvimento sustentável tem como questão inerente a conciliação do desenvolvimento econômico com as necessidades de preservar o ambiente, distribuir riquezas e utilizar os fluxos e fundos naturais a longo prazo (BINSWANGER, 1999). Saarinem (2006, p. 1124) argumenta ainda que, apesar das limitações, a noção de sustentabilidade oferece uma plataforma comum para os atores sociais do turismo “interagirem, negociarem e refletirem sobre os resultados de suas ações frente aos limites de crescimento do meio ambiente”.

Assim, tendo em vista que o local estudado é em sua grande área geográfica de proteção ambiental e de grande dependência do setor turístico, vale destacar que o ecoturismo é uma alternativa construtiva, desde que gere empregos e cuide do meio ambiente e da cultura local (CAVALCANTI, 1999). Por fim, Davies (2001, apud THOMAS, 2007) diz que pequenas empresas com raízes na localidade onde operam possuem maior senso de responsabilidade, e por isso, maior tendência ao envolvimento com parcerias em prol do local.

3. METODOLOGIA

A pesquisa classifica-se como um estudo de caso (YIN, 2010) descritivo com abordagem qualitativa. Para a coleta dos dados foi utilizado um roteiro semiestruturado, próprio e aberto, para realização de entrevistas com representantes das empresas turísticas de Cavalcante/GO. O roteiro de pesquisa foi dividido em duas partes: a primeira parte com entrevista, que consistiu em um roteiro fechado que busca entender o perfil das empresas da cidade. A segunda parte do roteiro de coleta consistiu em uma entrevista com 12 perguntas abertas que foram trabalhadas no decorrer da entrevista. Foram considerados como representante da empresa, o proprietário, o gestor administrativo, o gerente, e variações do título. Representantes esses que conforme Bardin (1977) sugere-se que sejam representativos, adequados, homogêneos e pertinentes, como foram os participantes do estudo.

A aplicação das entrevistas foi realizada diretamente com os representantes de cada organização em outubro de 2014, totalizando 21 respondentes. Utilizou-se também de observação, tentando levantar o maior número de informações e opiniões, atitudes e comportamentos dos proprietários ou do principal administrador.

Para os procedimentos de análise, utilizou-se do método de análise de conteúdo de Bardin, que é recomendado para pesquisa qualitativa (TRIVIÑOS, 1987). Esse método é para o estudo das motivações, atitudes, valores, crenças e tendências, e que à simples vista, não se apresentam com devida clareza, e ainda que a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

Cavalcante é um município brasileiro do estado de Goiás, que está localizado ao norte da Chapada dos Veadeiros, a cidade foi originada em 1736. Cavalcante é uma das porta de entrada da Chapada dos Veadeiros e cerca de 70% do parque nacional que protege a região está dentro do município, possui mais de 100 cachoeiras catalogadas, e quase toda sua riqueza ambiental e natural pode ser visitada e apreciada. O município abriga parte da comunidade Kalunga, originalmente formada por descendentes dos primeiros quilombolas. Evidencia-se ainda que em Cavalcante se destaca pelo turismo ecológico, por suas áreas de cerrado, as inúmeras cachoeiras e grutas existentes, como também formações rochosas. Faz parte de uma região com rica biodiversidade e por isso criaram dois parques para proteger este bioma, o Parque Nacional das Emas e o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, que é parte do lócus do estudo. (PREFEITURA DE CAVALCANTE, 2014).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. Atores do setor turístico de Cavalcante/GO

Empresários, acadêmicos, autoridades e servidores públicos são atores sociais fundamentais para a competitividade de dado setor ou local (COUTINHO, FERRAZ, 1995). O perfil dos atores do setor turístico de Cavalcante/GO foi levantado através de dados coletados na pesquisa de campo mediante instrumento de pesquisa. Participaram da pesquisa 21 organizações, sendo vinte empresas privadas e uma associação. Não foi possível identificar a quantidade exata de empresas formalizadas do setor turístico de Cavalcante, uma vez que não há disponibilidade destas informações.

Os empreendimentos foram classificados em hotéis, pousadas, restaurantes, receptivos turísticos, associações e entretenimento. Observou-se uma predominância de pousadas e restaurantes, treze no total. Mais dois hotéis, cinco receptivos turísticos, uma associação ativa e nenhum entretenimento. A literatura aponta que quanto mais diversificados os atores sociais que participam das relações de rede, mais pode ser favorecida a cooperação entre as empresas e organizações (CASSAROTTO FILHO, PIRES, 1999).

Atualmente, de acordo com informações advindas da entrevista, há apenas uma associação em atividade na região, a Associação Quilombo Kalunga, que é responsável por representar as comunidades Kalungas. Na percepção dos empresários entrevistados, as associações são de grande importância, o que contrasta com a realidade encontrada. Três dos entrevistados (B, D e O) citaram a Associação Chapada Sustentável e a Associação dos Artesãos como organizações que já foram ativas e importantes para o turismo na região, mas atualmente não estão em funcionamento.

Confirmando o que a literatura aponta acerca do porte das empresas do setor turístico, em Cavalcante, predominam empresas com até 10 funcionários. O que, segundo o Sebrae (2014), as caracteriza como MPEs. Foi verificado catorze empresas com até cinco funcionários, seis empresas com até dez funcionários e apenas uma com mais de dez funcionários, sendo a associação.

Apesar de Cavalcante ser uma cidade antiga (fundada em 1736), apenas nas últimas décadas o turismo tornou-se uma atividade economicamente relevante. Isso coaduna com os resultados encontrados, pois a maior parte das empresas possui menos de 10 anos de existência e nenhuma tem mais de 15 anos. Comparando com estudos recentes realizados em Pirenópolis e Alto Paraíso, percebe-se que a realidade de Cavalcante difere do resultado encontrado nessas cidades, nos dois casos os empreendimentos turísticos começaram a aflorar a partir da segunda década de 1980 e desde então a abertura de empresas continua aumentando ano a ano, levando a crer que o turismo nessas regiões ainda está em desenvolvimento (SANTANA et al, 2013). Cenário oposto ao encontrado em Cavalcante, pois, de acordo com alguns entrevistados, muitas empresas turísticas fecharam as portas nos últimos anos, por diversos problemas, tanto de cunho político e gestão pública como por parte da população que tem uma certa resistência ao turismo e empresários que estão pouco entusiasmados em relação às atividades turísticas.

De acordo com dois entrevistados (B e D) cerca de 60% da população trabalha no setor público ou recebe algum benefício do governo, o que diminui o mercado interno de consumo, reforçando o papel do turismo na economia do município. Para comprovar tal fato, dados disponibilizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) mostram que 1250 famílias são beneficiárias do Bolsa Família no município de Cavalcante.

Cavalcante é rodeada por cachoeiras e belezas naturais, de acordo com o entrevistado P, quase 100% da demanda turística recebida busca os atrativos culturais, turismo de natureza e ecoturismo. Mesmo assim, parte dos entrevistados, F, B e O citou que a cidade não tem um portal de entrada para o parque, o que, na visão da maioria dos representantes, dificulta o turismo e não se dá a devida atenção

e importância que o município merece. O único portal de entrada para o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros fica em São Jorge, o que rivaliza na atração de turistas com Cavalcante. São Jorge é atualmente, um dos dois polos de turismo de Alto Paraíso (IBGE, 2010), e ficou famosa por sua posição privilegiada onde se localiza a entrada para o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, que de acordo com Campos e Valente (2010), foi quando houve a inauguração do parque, na década de 1960, que o turismo passou a se desenvolver até se tornar o principal gerador de renda da região.

Identificou-se que a maioria dos proprietários possui escolaridade maior que a da população nativa. Pode-se confirmar esse dado, pois o Censo de 2010 apresenta que 33,5% da população de Cavalcante ainda é analfabeta. O questionário mostrou que nove tem segundo grau, nove tem terceiro grau, 2 representantes tem o primeiro grau e apenas um com pós-graduação. O fato de a maior parte dos empresários não ser nativo da região também pode contribuir para esse fenômeno. De acordo com alguns entrevistados, B e D, e dados encontrados no site do IBGE, referente a 2010, o IDH da cidade é o pior da região de Goiás, com 0,584, enquanto no Brasil o IDH é de 0,727. E para efeito de comparação com outras cidades da mesma região, tem-se Alto Paraíso e Pirenópolis, com o IDH de 0,713 e 0,693, respectivamente.

O estudo também identificou o perfil de gestão das organizações turísticas, onde seis das empresas possuem uma administração mista (família e funcionários), cinco possuem uma gestão profissional e dez das empresas possuem gestão familiar. É importante destacar que as empresas classificadas como profissionais são de pessoas que vieram de outras regiões do país, e têm uma visão empreendedora e mais experiências em negócios. Foi possível observar que estas empresas possuem infraestrutura mais requintada e se posicionam em um patamar de maior sofisticação do que as demais. Por fim, de vinte organizações privadas, quinze afirmaram que aumentam em pelo menos um funcionário na alta temporada.

3.2. Cooperação e Ações Cooperativas

Na literatura, a cooperação entre empresas normalmente envolve três aspectos: relacionamento com base em confiança, troca de informações e as ações coletivas reais (KNORRINGA, MEYER-STAMER, 1998). Neste contexto, verificou-se que existe pouca ou nenhuma confiança entre as organizações estudadas, e que há poucas conversas sobre o próprio negócio ou troca de informações sobre o mercado e clientes. O representante da empresa B afirmou que “já esteve pior, (mas que) hoje está tendo um pouco mais de conscientização (por parte dos empresários) de que

isso precisa mudar...”. Já o representante da empresa L indicou que essa conversa existe com os amigos e colegas, mas não é uma regra para todos. Essa opinião é corroborada por outros entrevistados. Por outro lado, o representante da empresa N queixou-se de que “aqui (Cavalcante) é um pouco cada um por si.”, demonstrando uma opinião negativa sobre as relações de confiança na região.

Ainda assim, a maioria dos entrevistados afirmou que não existe concorrência ou que as empresas não se enxergam como concorrentes, corroborando, assim, o estudo feito por Werger e Padula (2012) que diz que mesmo havendo inexistência de rivalidade o estabelecimento espontâneo e eficiente de cooperação não está assegurado. Esta situação fica explícita em Cavalcante já que não foram identificadas relações formais de cooperação ou realização de ações coletivas, ainda que não seja revelada uma forte noção de concorrência.

Mesmo nesse cenário, quando perguntados sobre a importância da cooperação, todos afirmaram que a cooperação tem grande importância para o turismo e, de maneira geral, prefeririam resolver os problemas em conjunto ou aceitariam mais ações coletivas. Essas dificuldades de estabelecer relações coletivas aparecem na literatura diversas vezes, Rodrigues (1998) destaca que alguns fatores impedem as alianças estratégicas: o bairrismo, receio de perda de poder, o personalismo, a competição e a falta de percepção do ambiente competitivo por líderes empresariais. Evidencia-se na fala de alguns entrevistados: Empresa D - “Trabalhar em conjunto é imprescindível.”; Empresa I - “Já traz muitos benefícios, o pouco que tem já é muito bom.”; Empresa M - “Melhora a competitividade”.

A indicação de outro estabelecimento foi a ação de cooperação mais recorrente na fala dos entrevistados, alguns afirmaram que isso é algo que traz confiança para o cliente em relação ao turismo da cidade, isto é, ao indicar um estabelecimento concorrente ou de outro segmento do turismo, o cliente percebe que a empresa não está interessada apenas no seu benefício, mas que se preocupa com as necessidades do seu cliente. O representante da empresa P, por exemplo, afirmou que “não tem cooperação, mas tem muita indicação”.

Quando questionados se existe uma inclinação a fazer mais ações coletivas, percebeu-se que de forma geral os entrevistados estavam abertos para esse tipo de relação. Fato expresso pela entrevistada da empresa G que citou como exemplo as compras e treinamento de funcionários como possíveis ações conjuntas que trariam benefícios para empresa.

Os canais de comunicação entre as organizações consistem em uma característica das redes que pode gerar vantagem competitiva (POWELL, 1990). Nesse sentido,

percebeu-se que os canais de comunicação de Cavalcante são pouco utilizados, não existe interação ou reuniões para discutir estratégias para o desenvolvimento do turismo. Uma entrevistada, K, citou que “não temos reuniões há algum tempo para discutir essas coisas...”. Muitos dos entrevistados citaram que o maior impulsor desse tipo de reunião é o Sebrae, que algumas vezes promoveu programas de turismo/treinamentos, palestras e reuniões que ajudaram na propagação do turismo entre os empresários da região. Porém, são ações isoladas e sem periodicidade definida caracterizam uma atitude passiva por parte dos empresários em relação a esse tipo de iniciativa, ainda que percebam valor em sua realização

A cidade conta com um Centro de Atendimento ao Turismo (CAT), que por muitas vezes se tentou contato, mas sem sucesso. Conta também com uma Secretaria de Turismo que em nenhum dia de pesquisa estava aberta e com o Conselho de Turismo (CONTUR) que também está desativado. Esse cenário reforça a opinião de todos os empresários entrevistados, que citaram o não funcionamento desses órgãos como sendo um grande atraso para o desenvolvimento do turismo na cidade. Tendo em vista que são órgãos de grande importância para o estabelecimento de comunicação entre a cidade e as empresas, assim como entre os representantes de todas as empresas.

O estudo de Santana et al. (2013) apresentou um cenário diferente, mostrando a importância dos órgãos públicos para o desenvolvimento do turismo. O estudo feito em Pirenópolis contrasta com a realidade de Cavalcante, mostrou um alto grau de centralidade dos órgãos de administração pública, isso indica uma baixa articulação entre as empresas privadas da região, dependendo, em grande parte, do setor público para implantação de ações conjuntas. No entanto, segundo os autores da pesquisa, privilégios de uma posição central dentro da rede, como a da Secretaria de Turismo, vêm acompanhados de maior responsabilidade com o todo. (SANTANA et al., 2013). Por isso, o fato dos órgãos públicos não exercerem seu papel plenamente por si só já seria um prejuízo para a cidade, pois isso causa um atraso para as atividades empresariais. Visto que, atores centrais são responsáveis por colocar boa parte dos atores em contato com os demais.

3.3. Cooperação para o desenvolvimento sustentável da localidade

A ação em conjunto de pequenas empresas pode ir além do seu próprio crescimento, estendendo-se ao desenvolvimento local através da geração de empregos e receita para o município (SOUZA; BACIC, 2002). Quando perguntados sobre o impacto da cooperação para o desenvolvimento da cidade, grande parte dos entrevistados

afirmou que acredita no desenvolvimento local em consequência da cooperação entre as empresas. Para exemplificar esse fato, foi citado por uma entrevistada G que “com certeza, através da cooperação há desenvolvimento”. E outro, da empresa M citou que “ações (de cooperação) trazem desenvolvimento local, o que atrai o turista, e quanto mais turistas mais benefícios a cidade recebe”. Em contraponto, uma minoria acredita que não há relação direta do envolvimento entre as empresas e o crescimento local, conforme relato da entrevistada da empresa N “ações conjuntas não trazem impacto para a cidade”.

Na percepção dos entrevistados, para haver desenvolvimento teria que haver mais incentivo do governo. Para eles, as políticas públicas são falhas, falta manutenção, acompanhamento e melhoria na infraestrutura, são afirmações feitas pelas empresas D, H, P e I. Outro representante da empresa F, também afirmou que uma das causas para o turismo não funcionar é a falta de gestão pública para divulgar o local. Por outro lado, uma entrevistada acredita que “depende do governo somente atrasa o turismo da região, que na verdade deveria existir mais proatividade”. Compartilhando com a opinião da representante da empresa N que também acredita que “o povo sempre espera muito da prefeitura”. Essa opinião corrobora com o estudo de Costa e Miranda Junior (2013), que constatou que dentre as dificuldades de se estabelecer cooperação entre os hotéis de Brasília, a ausência de suporte de entidades governamentais como a explicação mais frequente entre os entrevistados.

Foi citada também uma forte resistência da população nativa ao acolher o turismo como uma fonte de desenvolvimento econômico para a cidade. Um entrevistado (empresa O) cita que “há um grande conservadorismo por parte da população local”, pois eles avaliam o turismo como uma atividade predatória para a natureza local e para sociedade nativa como um todo. O fato de as empresas do setor turístico serem gerenciadas majoritariamente por profissionais que vieram de fora de Cavalcante contribui para essa percepção negativa por parte da população. Além disso, há um temor na população nativa de que os “estrangeiros”, que já dominaram o comércio, também os exclua das melhores oportunidades de emprego e descaracterize a cultura local, que tem valor histórico. Isso ficou claro na entrevista com o representante da associação U, que é composta unicamente por representantes Kalungas (nativos da região).

Essa resistência da população, de acordo com alguns entrevistados, não se justifica, pois, segundo o entrevistado B “temos 96% de área preservada” e foi possível identificar nas entrevistas que as ações de preservação são valorizadas pelos empresários. Muitas ações em prol da preservação do meio ambiente foram citadas

por todos os participantes das entrevistas. Segundo eles, essas ações sempre aconteceram na história de Cavalcante, destacando-se o Mutirão de lixo e a Campanha contra o fogo, mas muitos relataram que atualmente elas não ocorrem com a mesma frequência.

Esse é um fato importante, pois o turismo na região é predominantemente de aventura e natureza, o que depende da boa conservação do meio ambiente. Mas, segundo o entrevistado D há um grau de conscientização maior nos turistas do que nos próprios empresários. Houve ações na tentativa da abertura de um Jardim Botânico na cidade, e mais ações e reuniões para abrir um portal para o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Mas também são iniciativas que não obtiveram respostas, foram embargadas e estão paralisadas.

Por fim, o último tópico abordado na entrevista, foi sobre os planos e metas das empresas para manter ou aumentar a competitividade individual e local. Das vinte empresas privadas, sete tem o objetivo de melhorar ou aumentar o empreendimento visando mais competitividade, nove empresas pensam em manter a organização como está, mantendo a qualidade já alcançada e quatro empresas pensam em vender ou fechar o empreendimento. Essa visão de futuro é interessante de ser apurada, tendo em vista que o conceito de sustentabilidade apenas faz sentido em uma visão de longo prazo (COSTA, 2013).

4. CONCLUSÕES

O artigo teve como objetivo verificar, na ótica dos atores envolvidos, a existência de cooperação entre as organizações de Cavalcante (GO) e suas eventuais contribuições para a competitividade e a sustentabilidade do destino turístico. Para tanto, foi necessário descrever os atores do setor turístico de Cavalcante/GO; verificar a existência de ações cooperativas entre as organizações do setor turístico de Cavalcante/GO; identificar os resultados das ações de cooperação na percepção dos atores envolvidos e, por fim, verificar as ações de cooperação favoráveis ao desenvolvimento do destino estudado.

Na revisão teórica, abordou-se a temática das redes de cooperação, repassando conceitos e autores da área e foi feita uma diferenciação das nomenclaturas utilizadas na literatura para redes. Também se revisou sobre a cooperação em micro e pequenas empresas, evidenciando suas peculiaridades e mostrando seus lados positivos e vantagens para o relacionamento de redes, principalmente no turismo. Em seguida foi revisado o desenvolvimento local, tentando entender os principais

conceitos do assunto e definindo os impactos positivos e negativos locais advindos das atividades cooperativas no turismo de uma região.

Percebeu-se que as parcerias entre empresas ou associações da cidade revelaram-se simplistas e informais e dentre as possíveis ações de cooperação, a indicação de outro estabelecimento quando o do respondente está sem vaga ou quando não estava de acordo com as reais necessidades do cliente foi a que obteve unanimidade, indicando indícios de conversa entre eles, e uma prática aparentemente consolidada entre os empreendimentos. Práticas mais complexas, como a realização de compras e contratação de serviços ou treinamentos em conjunto, ou a promoção do turismo por meio de ações coletivas constituem uma realidade ainda distante para as empresas de Cavalcante. Ainda assim, os entrevistados parecem compreender as vantagens que podem ser obtidas com as redes de cooperação. Em geral, os representantes se disseram inclinados a cooperar, o que de fato contrasta com a realidade. Por isso, vale ressaltar o que diz respeito às dificuldades em cooperar, um motivo bastante apontado foi a falta de interesse e compromisso dos empresários da cidade e envolvidos do setor turístico.

Notou-se também que as vantagens competitivas para a cidade e para as empresas do setor advindas das ações cooperativas são bem compreendidas pelos atores envolvidos, há uma consciência unânime dos benefícios trazidos em prol do desenvolvimento sustentável local por meio do comportamento de redes. No entanto, a prática difere do pensamento geral, pois as ações de preservação não estão acontecendo com periodicidade, e os benefícios não foram expressamente apresentados.

Portanto, de acordo com a literatura e os dados identificados no roteiro, conclui-se que em Cavalcante as redes de cooperação entre os empresários do setor turístico ainda são incipientes, assim como as estratégias do estado e da Prefeitura para com as empresas do setor. Assim, a cidade pode ser caracterizada por baixa taxa de cooperação e competição, tendendo a acordos informais e oferecimento de barreiras a novos entrantes no turismo local.

A pesquisa encontrou algumas limitações, como a dificuldade em se obter dados oficiais sobre as empresas turísticas da cidade, poucos estudos acadêmicos sobre o tema, especialmente com foco nos possíveis impactos que as redes podem ter no desenvolvimento sustentável de qualquer região, tendo em vista que a maior parte das publicações aborda a relação entre cooperação e competitividade. São sugeridas, então, abordagens complementares, bem como outras pesquisas qualitativas com maior profundidade.

5. REFERÊNCIAS

- AMATO NETO, J. Redes de cooperação produtiva e cluster regionais: oportunidades para pequenas e médias empresas. São Paulo: Atlas, 2000.
- AMATO NETO, J. Redes dinâmicas de cooperação e organizações virtuais. Redes entre organizações. p. 68-93. São Paulo: Atlas, 2005.
- AMATO NETO, J.; SANTOS, I. C. Gestão do conhecimento: origem, conceitos e aplicações nas organizações. In: CHAMON, E. M. Q. O. (org.). Gestão e comportamento humano nas organizações. Rio de Janeiro: Brasport, 2007.
- ANDRIGHI, F.; HOFFMANN, V. E. Aglomeração Territorial no Turismo: Uma Avaliação dos Atores Sociais na Destinação Turística de Urubici/SC. Revista Cultura de Turismo, ano 02, n° 2, jul. 2008.
- BARBOZA, L. C. Arranjos Produtivos Locais: uma estratégia de política industrial. In CAPORALI, R.; VOLKER, P. Metodologia de Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais: projeto PROMOS – SEBRAE – BID versão 2.0. Brasília, Sebrae, 2004.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.
- BESSANT, J.; FRANCIS, D. Using Learning Networks to Help Manufacturing Competitiveness. In **Technovation**, v.19, n., 1999.
- BUHALIS, D. Marketing the competitive destination of the future. In **Tourism Management**, v. 21, n., 2000.
- BRUNDTLAND, G. R. **Nosso futuro comum**: comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia de planejamento. 2ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- BINSWANGER, H. C. Fazendo sustentabilidade funcionar. In: CAVALCANTI, C. O. (org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**, 1999
- CALLENS, I.; TYTECA, D. **Towards indicators of sustainable development for firms**: a productive efficiency perspective. Ecological Economics, v. 28, p. 41-53, 1998.
- CAMPOS, J. I.; VALENTE, A. L. E. F. A construção do mercado para o café em Alto Paraíso de Goiás. **RESR – Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 48, n. 1, p. 23-40, jan./mar., 2010.
- CAVALCANTI, C. Políticas de Governo para o Desenvolvimento Sustentável. In Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas, v., n., 1999.
- CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. Redes de pequenas e médias empresas e o desenvolvimento local. São Paulo: Atlas, 1999.

COCCO, G. A nova qualidade do trabalho na era da informação. In: LASTRES, Helena, M. M.; ALBAGLI, S. (orgs). Informação e Globalização na Era do Conhecimento. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

COSTA, H. A. Destinos do turismo: percursos para a sustentabilidade. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

COSTA, H. A.; HOFFMANN, Valmir Emil. A cooperação entre micro e pequenas empresas aglomeradas como recurso estratégico em destinos turísticos. In: Costa, Carlos; Brandão, Felipa; Costa, Rui; Breda, Zelia. (Org.). Produtos e Competitividade do Turismo na Lusofonia: vol II. 1ed.Lisboa: Escolar Editora, 2014, v. II, p. 39-50

COSTA, H. A.; MIRANDA, N. Dificuldades para a cooperação entre hotéis sediados em Brasília, Distrito Federal. In: III Congreso Internacional 'Ciencias tecnologias y culturas. Dialogos entre las disciplinas del conocimiento, 2013, Santiago.

COSTA, H. A. Contribuição das redes de pequenas e médias empresas para a competitividade de destinações turísticas: estudo comparativo entre Laguna e São Francisco do Sul-SC. Dissertação de Mestrado, Departamento de Turismo e Hotelaria, Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, SC, Brasil, 2005.

COSTA, M. T. As pequenas e médias empresas no desenvolvimento local: conceitos e experiências. In: GUIMARÃES, N. A.; MARTIN, S.; Orgs. Trabalho e sociedade – competitividade e desenvolvimento: atores e instituições locais. São Paulo: Editora Senac, 2001.

COUTINHO, L.; FERRAZ, J. C. Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira. 3ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.

CUNHA, S. K.; CUNHA, J. C. Tourism cluster competitiveness and sustainability: proposal for a systemic model to measure the impact of tourism on local development, BAR – Brazilian Administration Review, vol. 2, n. 2, p. 47-62, jul./dec. 2005.

CURTIS, L.; HOFFMANN, V. E. Relacionamentos Interorganizacionais, em Contexto de Aglomeração Territorial: um estudo no setor hoteleiro das destinações turísticas de Gramado e Canela (RS). XXXIII Encontro da Anpad. Rio de Janeiro 2009.

DENICOLAI, S.; CIOCCRELLI, G.; ZUCHELLA, A.; Resource-based local development and networked core-competencies for tourism excellence. Tourism Management, vol. 31, p. 260-266, 2010.

DWYER, L.; KIM, C. Destination competitiveness: determinants and indicators, Current Issues in Tourism, vol. 6, n. 5, 2003.

ESSER, K.; HILLEBRAND, W.; MESSNER, D.; MEYER-STAMER, J. Competitividad sistémica: Nuevo desafío a las empresas y a la política. *Revista de la CEPAL*, n. 59, 1996.

HÅKANSSON, H.; SNEHOTA, I. No business is an island: the network concept of business strategy. *Scandinavian Journal of Management*, v. 5, n° 3, p. 187-200, 1989.

HASSAN, S. S. Determinants of market competitiveness in environmentally sustainable tourism industry. In: *Journal of Tourism Research*. [S.I.], v. 38, p. 230-245, feb. 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. *Economia do Turismo: análise das atividades características do turismo 2003*, Rio de Janeiro: 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Populacional*. Brasília: IBGE, 2010.

JARILLO, J. C. On Strategic Networks. *Strategic Management Journal*, vol. 9, p. 31 – 41, 1988.

JUNIOR, N. S. M. Dificuldades para estabelecer ações de cooperação: estudo dos hotéis em Brasília. Monografia de graduação. Departamento de Administração da Universidade de Brasília, 2013.

KNORRINGA, P.; MEYER-STAMER, J. New dimensions in local enterprise cooperation and development: from clusters to industrial districts. In: UNCTAD (org.). *New approaches to science and technology co-operation and capacity building*. (ATAS Bulletin XI). New York, Geneve: United Nations, nov, 1998.

MALHOTRA, N. *Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada*. Porto Alegre: Bookman, 2011.

MEYER-STAMER, J. *Estratégias de Desenvolvimento Local e Regional: Clusters, Política de Localização e Competitividade Sistêmica*. Policy Paper, n. 28, setembro, 2001.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Pesquisa bolsa família*, 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2014/novembro/bolsa-familia-atende-mais-de-14-milhoes-de-familias-em-novembro>. Acesso em 17 de novembro de 2014.

NAKANO. «A economia solidária no Estado de São Paulo». In: L.I. Gaiger (org.). *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 139-171, 2004.

PORTER, M. E. *Vantagem competitiva: Criando e sustentando um desempenho superior*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

_____. Clusters and the New Economics of Competition. In *Harvard Business Review*, nov/dec. 1998.

POWELL, W. W. Neither market nor hierarchy: Network forms of organization. *Research in organizational behavior*, vol.12, p.116-145, 1990.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAVALCANTE. História da Cidade, 2014. Disponível em:<http://www.cavalcante.go.gov.br/historia-da-cidade>. Acesso em 13 de setembro de 2014.

RITCHIE J. R. B., CROUCH G. I. The competitive destination: A sustainability perspective. *Tourism Management*, v.21, p.1-7, 2000.

RODRIGUES, R. Aprender a surfar. *Revista Agroanalysis*. São Paulo, v. 18, n. 12, dez, 1998.

SAARINEN, J. Traditions of sustainability in tourism studies. In *Annals of Tourism Research*, v. 33, n. 4, p. 1121-1140, 2006.

SANTANA, L.; HOFFMANN, V. E.; COSTA, H. A. Cooperação como fonte de Competitividade: Um Estudo Comparativo entre os Destinos Turísticos de Alto Paraíso e Pirenópolis (GO). In: 3 Es - Anpad, 2013, Bento Gonçalves. *Anais do 3Es*, 2013.

SEBRAE. Consulta Micro e Pequenas Empresas Nacionais. Disponível em:<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/>. Acesso em 30 outubro de 2014.

SILVA, A. J. H.; TEIXEIRA, R. M. Em busca de uma abordagem integradora para analisar vantagem competitiva no setor hoteleiro. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, p. 172-192, 2008.

SOUZA, M. C. A. F.; BACIC, M. J. Restrições ao desenvolvimento de alianças e práticas inovadoras em arranjos produtivos locais: o caso do setor de plásticos do ABC Paulista. In: *Anais do ENANPAD*. Salvador: setembro de 2002.

SOUZA, S. M. A.; CÂNDIDO, G. A. Relações entre as formas de arranjos produtivos com a competitividade e o desenvolvimento local sustentável. *Revista Gestão Industrial*, vol.05, n.01, p.161-187, 2009.

THOMAS, R. Tourism partnerships and small firms: power, participation and partition. In *Entrepreneurship and Innovation*, v. 8, n. 1, 2007.

TRIVIÑOS, A.N.S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas, 1987.

WEGNER, D.; PÁDULA, A. D. Quando a cooperação falha: um estudo de caso sobre o fracasso de uma rede interorganizacional. *Revista de Administração Mackenzie*, v. 13, p. 145-171, 2012.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2010.



A educação e a geografia na arqueologia urbana: os desafios da experiência de olhar dialeticamente Brasília

Education and geography in urban archeology :the challenges of the experience of looking Brasilia dialectically

Edemir Jose Pulita¹

1 Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade de Brasília. E-mail: edemirjose@hotmail.com.

Resumo

O artigo analisa as interfaces entre a hipertextualidade e a totalidade urbana, ambas enquanto conceito, paradigma e método. Tal articulação se mostra coerente diante das novas possibilidades de pesquisas, tendo em vista a diversidade das mídias, as diferentes linguagens e a aceleração das velocidades e dos diferentes modos de acessar e socializar conhecimentos que o digital proporciona. Os limiares entre tais categorias se mostram coerentes e neles vislumbram-se um vasto campo de investigação teórica e metodológica, segundo o qual pretendemos olhar dialeticamente as possibilidades de experiências em Brasília, patrimônio da humanidade. Tal reflexão, somada aos conceitos de narrativa e de experiência, promove um diálogo entre a educação, a geografia e o turismo e permitem a construção de um mosaico, esboçando uma experiência urbana vista em sua totalidade.

Palavras Chave: Educação. Experiência urbana. Patrimonialização global. Totalidade urbana. Turismo.

Abstract

The article analyzes the interfaces between hypertextuality and urban totality, as a concept, paradigm and method. Such coordination is consistent because shows the new possibilities of research, given the diversity of media, different languages and on the acceleration of speeds and different ways to access and socialize knowledge that digital provides. The thresholds between these categories are coherent and envision them up a vast field of theoretical and methodological research, whereby we intend to look dialectically the experiences of possibilities in Brasília, heritage of humanity. This reflection added to the concepts of narrative and experience promote a dialogue between education, geography and tourism and allow the construction of a mosaic, outlining an urban experience seen in its totality.

Keywords: Education. Urban experience. Global heritagisation. Urban totality. Tourism.

1. PROBLEMATIZANDO CONCEITOS E INTERFACES

Ao propor o desafio da realização de uma arqueologia de Brasília, estamos conscientes da ousadia e dos perigos que tal trabalho nos impõe. Em primeiro lugar a ousadia teórico-conceitual de construir/desconstruir o trabalho arqueológico enquanto tarefa de buscar vestígios, fósseis e artefatos, porém numa visão ampliada, onde as experiências, as memórias e os relatos são elementos singulares constitutivos de uma realidade total mais ampla. Sublinhamos com isso novas formas de demarcação científica das pesquisas, onde a delimitação a qualquer preço se estabelece em detrimento a novos olhares e a novas dinâmicas frutos das possibilidades de

romper com fronteiras pré-estabelecidas e fixas entre saberes. Em segundo lugar, o desafio metodológico-prático de implementar de modo coerente tais verificações provenientes dos sítios, arqueológicos ou não. A imagem formada na atualidade - que se modifica ininterruptamente, pois o atual se reformula constantemente -, não dissociada das demais temporalidades, como resultado dessa reconstrução, deve buscar ser a mais próxima possível da realidade. Desta forma, pretendemos avançar nas possibilidades de construção de conhecimentos sobre um lugar, no caso Brasília, no qual se perceba a coerência entre a temática proposta, a opção pelo enfoque reflexivo e a construção de um método que dê conta desta dinâmica.

Ao objetivarmos diante de nós, como em uma tela, alguém que olha Brasília, temos um fenômeno complexo, ou seja, um objeto de análise que não se encaixa nos parâmetros tradicionais de pesquisa e, portanto, necessita de um tratamento diferenciado. Para além da discussão (trans-multi-pluri-inter) disciplinar, nossa compreensão de paradigma vê-se claramente configurado na maneira como se (re)configura a construção e socialização dos conhecimentos na ciência denominada pós-moderna, exemplarmente descrita na fábula de George Landow (2002, p. 9-10), O Guardião das Fronteiras. Tal fábula descreve territórios do conhecimento, perfeitamente demarcados por fronteiras e protegidas por guardiões que controlam objetivamente as possibilidades de trânsito. Ocorre que as objetividades e neutralidades são suspensas por uma reação em cadeia provocada por uma rebelião de áreas do conhecimento. Entre outros saberes, o olhar geográfico para o espaço dialeticamente construído nos dá pistas para a hipertextualidade em potência desta tela brasiliense, tendo como premissa a busca pela/da totalidade derrubando muros e reterritorializando espaços.

Nossa proposta é de uma arqueologia dentro de uma dialética do tempo, onde passado, presente e futuro e, ainda, todas as temporalidades que permeiam estes tempos estejam atualizadas e relacionadas. Esta noção é determinante diante do desafio da busca arqueológica, uma vez que Brasília não tem sequer um século de existência. Por outro lado, temos consciência de que, apesar de nova, a Capital Federal representa o resultado de cinco séculos de construção de um Estado Nacional, onde se amalgamam elementos provenientes de políticas, economias, culturas, sociedades, explorações, marginalizações e lutas que, se fôssemos avaliar profundamente, nos remeteriam a temporalidades muito anteriores, inclusive, à descoberta do Brasil.

Tais discussões nos remetem a problematização acerca das cidades em termos de quais possibilidades de apropriação se darão com as definições de suas políticas de desenvolvimento, tanto em termos democráticos e de cidadania, quanto das possibilidades econômicas e comerciais como, por exemplo, as atividades turísticas. Essa cidade que é permanentemente reconstruída e recolonizada, com movimentos de re-

qualificação, renovação e refuncionalização situa-se, segundo Costa (2013, p. 91), em um claro paradigma de intervenção nas áreas urbanas posto em marcha pelas governanças urbanas e “atendem à nova onda de terceirização e estetização de cidades”.

A requalificação urbana, então, representa um dos paradigmas da sociedade do consumo, atrelada à promoção de recriados desejos e à difusão generalizada de necessidades novas ante um quadro de hibridação socioespacial, que negam as cidades como totalidades urbanas, para tratá-las de forma setorizada e menos compromissada com as maiorias.(COSTA, 2013, p. 97)

Segundo Costa e Steinke (2014, p. 10), Brasília foi concebida para ser a capital, tanto geográfica quanto estrategicamente, “segundo interesses do Estado, em sua estrutura político-econômica”. A construção de Brasília representa um caso emblemático, o qual constituiu-se em uma “meta-síntese da convergência entre o ideal nacionalista e o desígnio econômico do Brasil” (COSTA; STEINKE, 2014, p. 24). Tal ideal, ao invés de promover uma “liberdade integradora”, por vezes “aprisiona ou imobiliza o povo no território que se diz e que se quer articulado e fluído” (COSTA; STEINKE, 2014, p. 25). Com uma crítica contundente a esse processo, Costa e Steinke (2014, p. 25), afirmam que “Brasília é expressão material-simbólica dessa essência de poder, no Brasil, que nega as escalas espaciais do acontecer social horizontal e protagoniza ações escalares potencializadoras do grande capital”.

Nesta perspectiva, questionamos os limiares definidos entre os saberes e pretensões neutralidades e objetividades em favor de espaços para interfaces e interferências e de uma visão hipertextual da construção e socialização de conhecimentos. Tal reformulação se dá frente à constatação da complexidade e multidimensionalidade dos fenômenos que, se estudados de modo unilinear e isoladamente, deixariam muito a desejar frente à totalidade aqui proposta e o desejo de construir novas epistemologias para avançar no conhecimento.

Para Giddens (1991, p. 50), o “conhecimento reflexivamente aplicado” é aquele que “não podemos nunca estar seguros de que qualquer elemento dado deste conhecimento não será revisado”. Por sua vez, Boaventura de Sousa Santos (2008) descreve sobre a ruptura com o paradigma dominante, que teve início com a revolução científica do século XVI e que tanto fundamentou quanto alçou à ordem de hegemônico o domínio do modelo (imposto) das ciências naturais. Esta “parcelização e disciplinarização do saber científico”, características do paradigma dominante, prejudicam a construção do conhecimento e transformam o pesquisador num “ignorante especializado” (SANTOS, 2008, p. 74), contrapondo a isso a visão de que “o conhecimento é total, tendo como horizonte a totalidade universal” (SANTOS, 2008, p. 76).

O conhecimento além de total é também local, pois valoriza a exemplaridade dos projetos cognitivos locais, e, além disso, é tradutora uma vez que “incentiva os conceitos e as teorias desenvolvidas localmente a emigrarem para outros lugares cognitivos, de modo a poderem ser utilizados fora do seu contexto de origem” (SANTOS, 2008, p. 77). Anthony Giddens (1991, p. 30), em uma reflexão paralela afirma que “as organizações modernas são capazes de conectar o local e o global de formas que seriam impensáveis em sociedades mais tradicionais, e, assim fazendo, afetam rotineiramente a vida de milhões de pessoas”. Estas ideias sugerem algo que está intrinsecamente imbricado em nossa reflexão que são as consequências do fenômeno midiático moderno, tendo como seu expoente principal, porém não único, a rede mundial de computadores. A Internet consegue conectar o local e o global numa velocidade nunca antes imaginada, fazendo links até então impensáveis entre diversos espaços e diferentes tempos.

Estas reflexões, além de levar em consideração as diferentes escalas que este estudo sobre Brasília pretende observar e remetem igualmente a disposição de se pensar um método eficaz e eficiente na busca da concretude² e da totalidade da nossa cidade-objeto. Segundo Costa (2011, p. 39), “o espaço é entendido como a totalidade em movimento, em que símbolos, matéria, a subjetividade e a concretude histórica são pensadas relacionalmente, o que acaba por consubstanciar numa dialética espacial”. Nesses termos, potencializa-se tanto o acesso aos espaços e a apropriação aos bens materiais e imateriais do urbano em termos, por exemplo, de lazer quanto um acesso, produção e socialização democrático de conhecimentos sobre/com a cidade. Verifica-se que a forma de abordagem de tais questões poderá definir uma realidade diferente, tanto no campo da educação, quanto na geografia e no turismo. Diante disso, também Santos (2008, p. 77-78) aponta a necessidade de se repensar a “língua” segundo a qual indagamos a realidade.

O conhecimento pós-moderno, sendo total, não é determinístico, sendo local, não é descritivista. É um conhecimento sobre as condições de possibilidade. As condições de possibilidade da acção humana projectada no mundo a partir de um espaço-tempo local. Um conhecimento deste tipo é relativamente imetódico, constitui-se a partir de uma pluralidade metodológica. Cada método é uma linguagem e a realidade responde na língua em que é perguntada. Só uma constelação de métodos pode captar o silêncio que persiste entre cada língua que pergunta. Numa fase de revolução científica como a que atravessamos, essa pluralidade de métodos só é possível mediante transgressão metodológica.

2 “Devem sim, ser entendidos (o espaço, o território, o lugar, as paisagens) como constituintes de múltiplas relações nas quais se imbricam homens, produtos, coisas que se destacam diante de nossos olhos e que ainda guardam seu espírito enquanto ‘concretude’ do fenômeno” (COSTA, 2010, p. 45).

A transgressão metodológica proposta por Boaventura de Sousa Santos (2008) tem como princípio um questionamento aos métodos e escritas científicas tradicionais, seus objetos e demarcações, seu estilo unidimensional, a postura do cientista e a proposta de criação de contextos reflexivos que possibilitem a aplicação de métodos diferentes diante de novos cenários que se nos apresentam. Como exemplo desta transgressão, o autor especula a possibilidade de uma “análise filológica de um traçado urbano”(SANTOS, 2008, p. 78), para além da simples descrição do espaço urbanizado.

Tais fatos impactarão nos modos de acesso, produção e socialização de conhecimentos e demarcarão novas formas de legitimação do saber. Dentro da perspectiva aqui proposta, estas reflexões se traduzem na dinâmica como pretendemos abordar a temática e a metodologia de nossa cidade-objeto. Essa visão remete aos conceitos escolhidos, quais sejam, de hipertextualidade, de totalidade urbana, de experiência e de experiência urbana. No próximo tópico, aprofundaremos a temática e a metodologia na perspectiva de analisar as interfaces com os pressupostos apresentados e as relações pretendidas com os conceitos provenientes da Educação e da Geografia.

2. BRASÍLIA E A TOTALIDADE URBANA

duas asas partidas
dois eixos fora dos eixos
dois traços invisíveis
duas pistas falsas
(BEHR, 2010, p. 77).

Tanto no poema acima quanto nos diversos novos trilhos criados constantemente nos jardins que entrecruzam as calçadas dos espaços públicos ou no interior das entrequadras, Brasília se expressa paradoxal e transgressora. Uma *urbe* paradoxal, pois imaginada num afã histórico de dar ao país uma Capital em seu seio geográfico, por um lado para unir pontos tão distantes e, por outro, distanciando-se territorialmente. Uma *civitas* contraditória, pois na tentativa de sintetizar um projeto de Estado-nação, cria uma Capital com a incumbência hercúlea de representar um país heterogêneo e plural e que, ao fim e ao cabo, se não o representa, reproduz as suas diversas e abissais diferenças. Uma cidade transgressora, pois projetada para representar um futuro utópico, no qual a esperança falava mais alto do que a preocupação com o passado ou com as consequências vindouras. Uma capital arrancada do litoral e plantada no coração do território nacional e que se tornará um Patrimônio Cultural da Humanidade.

Esta cidade, recém-nascida, já se enraizou na alma dos brasileiros; já elevou o prestígio nacional em todos os continentes; já vem sendo apontada como demonstração pujante da nossa vontade de progresso, como índice do alto grau de nossa civilização; já a envolve a certeza de uma época de maior dinamismo, de maior dedicação ao trabalho e à Pátria, despertada, enfim, para o seu irresistível destino de criação e de força construtiva. (KUBITSCHKE apud BRASÍLIA, 2012).

Diante disso verifica-se que Brasília, desde sua gênese, vista em sua totalidade, possui uma vocação para a hipertextualidade. Milton Santos (2012, p. 130-131) apresenta uma leitura integrada sobre a constituição da nova capital:

A construção de Brasília é a ocasião para que aconteça um novo pacto territorial. Não se dirá que a obra monumental animada pela vontade férrea de Juscelino Kubitschek tenha sido encomendada para, deliberadamente, obter esse fim. Ela se inscreve em um movimento bem mais amplo, o da modernização de um país, cujo território devia se equipar de um modo adequado à enorme mudança programada. [...] Brasília justifica os grande investimento em infra-estrutura, que encurtam o tempo das informações e das viagens, e avantajam as atividades mais famintas de espaço.

Ao analisar as categorias de totalidade, sujeito, forma, estrutura social, linguagem, contradições, crescimento e desenvolviment, Lefebvre (1991, p. 81), afirma que “o problema, tanto para a sociedade quanto a Cidade, é evitar as metáforas organicistas sem perder de vista o conjunto e, ainda, sem esquecer as distorções, lacunas, rachaduras e buracos”. Segundo este autor, é a cotidianidade, principal vínculo entre o essencial e o global, o produto da sociedade atual e é nela que “o consumo de espetáculo torna-se espetáculo de consumo” (LEFEBVRE, 1991, p. 94). Tal descompasso, afirma Lefebvre (1991, p. 82), somente no futuro saberemos se, através de tal categorização e análise, conseguiremos “reencontrar a unidade entre a linguagem e a vida real, entre a ação que muda a vida e o conhecimento”.

Ao discutir a noção de totalidade, Milton Santos (2006, p. 116) a considera tanto algo que extrapola a soma das partes, quanto categoria que explica as partes, bem como realidade em sua integridade e, ainda, como “o conjunto de todas as coisas e de todos os homens, em sua realidade, isto é, em suas relações e em seu movimento). O autor ainda aponta para o fato de que “toda totalidade é incompleta, porque está sempre buscando totalizar-se”³ (2006, p. 119).

Tais ideias percebem-se expressas em termos da constituição de um “mosaico ur-

3 “Essa visão renovada da dialética concreta abre novos caminhos para o entendimento do espaço, já que, desse modo, estaremos atribuindo um novo estatuto aos objetos geográficos, às paisagens, às configurações geográficas, à materialidade. Fica mais claro, desse modo, porque o espaço não é apenas um receptáculo da história, mas condição de sua realização qualificada. Essa dialética concreta também inclui, em nossos dias, a ideologia e os símbolos” (SANTOS, 2006, p. 126).

bano” (CARRERAS, 2005, p. 22) e da formação de uma cidade “palimpsesto” (CARRERAS, 2005, p. 26). Os movimentos expressos por essas expressões se dão “no plano corporal, estético e político, o estatuto do urbano é marcado pelo ritmo, por oscilações permanentes entre interior e exterior, entre dentro e fora” (MONGIN, 2009, p. 256). Ainda segundo Mongin (2009, p. 256), a captura da matéria se dá em uma “arte do entremeio” entre a acolhida e a instituição de limites, entre o dentro e o fora, ou seja, buscando-se “a abertura, a saída, o vão, a brecha, o espaçamento, apoderar-se da luz em sua aparição”.

Na proposta de integrar na análise a hipertextualidade e a totalidade urbana de Brasília, o espaço é visto como um texto social.

Pode-se elaborar uma semântica dos discursos sobre o espaço. Poder-se-ia conceber também uma semiologia do espaço, parte de uma semiótica geral. Todo espaço é signifiante? Em caso positivo, de quê? Mais precisamente todo espaço ou fragmento de espaço não seria um texto social, ele próprio contexto de textos específicos, isto é, escritos: inscrições, anúncios etc.? De sorte, que é preciso ou reencontrar, ou construir os códigos dessas diversas mensagens para decifrá-las (LEFEBVRE, 2008, p. 37).

Ainda segundo Lefebvre (2008, p. 38), é “no seio do espaço percebido e concebido já se encontra o espaço teórico e a teoria do espaço”. Para a compreensão da totalidade urbana é necessário olhar a cidade dentro de um espaço, porém, em suas diversas acepções. Enquanto o espaço vivido está ligado à prática social, o espaço social é um produto da sociedade sujeito a descrição empírica. “Com efeito, o espaço da sociedade capitalista pretende-se racional quando, na prática, é comercializado, despedaçado, vendido em parcelas. Assim, ele é simultaneamente global e pulverizado” (LEFEBVRE, 2008, p. 57).

Tais reflexões apontam a necessidade de se ultrapassar tanto os discursos oficiais quanto as imagens apenas turísticas construídas sobre qualquer cidade para que se construam possibilidades de uma experiência real, com um sujeito contextualizado e em um espaço urbano concreto. Na próxima sessão apresentaremos a hipertextualidade de Brasília e as possibilidades de experiência urbana em seus diversos e diferentes espaços.

2. HIPERTEXTUALIDADE E EXPERIÊNCIA NA CIDADE: OLHANDO BRASÍLIA

Vislumbramos ao menos três elementos que nos apontam a hipertextualidade de Brasília e a sua vocação enquanto cidade promotora da possibilidade de experiências singulares, reais e concretas. Em primeiro lugar, Brasília como discurso de *Patrimônio*

Cultural da Humanidade e com sua história, cultura, arquitetura e contradições. Em seguida, nas diversas linguagens veiculadas acerca dela e que podem ser identificadas enquanto narrativas, fotografias, publicidade e *marketing* nas diferentes mídias, principalmente por ser a capital política nacional, enfatizado, principalmente, pelo discurso turístico. Finalmente, em diferentes possibilidades de realização de processos de aprendizagens, enquanto informação, formação, comunicação, conhecimento e experiência, elementos essenciais para compreensão da totalidade urbana que a Capital Federal possibilita sob um olhar dialeticamente hipertextual.

O conceito de hipertexto, fundamentado nas categorias bakhtinianas de dialogismo, polifonia, intertextualidade e não-linearidade, bem como a metáfora do rizo-*ma*, se mostra como um suporte teórico-metodológico fundamental para a arqueologia de Brasília, na dimensão aqui pretendida.

Trata-se assim de compreender a emergência de cibercidades (cidade e espaço de fluxo), as novas práticas comunicacionais no ciberespaço (e-mail, listas, weblogs, jornalismo online), as novas relações sociais eletrônicas e as práticas comunicacionais pessoais (weblogs, webcams, chats, icq, listas), as questões artísticas (arte eletrônica) e políticas (cibercidadania, ciberativismo, hackers), as transformações culturais e éticas (softwares livres, “napsterização”, privacidade) e a nova configuração comunicacional (liberação do pólo da emissão) da cibercultura (LEMOS, 2003, p. 11).

Partindo de uma concepção bakhtiniana de linguagem, de seus pressupostos histórico-sociológicos, de sua influência sócio-cultural, de suas transformações na/prática e em uma abordagem na qual o dialogismo e a polifonia são categorias fundantes para todas estas práticas, aponta-se novas perspectivas para a reflexão proposta. Este posicionamento reflete um modo de acesso, construção e socialização do saber que, como produtos das novas linguagens introduzidas tanto pelas novas mídias e suas formas de gerar e transmitir informações, quanto por uma nova maneira de encarar as formas anteriores de linguagem, ultrapassa o monologismo, a linearidade e a sequencialidade. Este paradigma visa um novo horizonte e novas perspectivas nas quais sejam valorizadas categorias como a construção coletiva, o dialogismo e a polifonia, sujeitos sociais construtores e autônomos do seu conhecimento, convergência de linguagens, a valorização do saber proveniente da experiência e das narrativas para construção do conhecimento, superando –se, assim, formas hierarquizadas, monofônicas, lineares e distantes da realidade concreta em que foram produzidas e para a qual deveriam ser direcionadas.

Ao refletir a respeito disso, Kenski (1999, p. 47) chama esta configuração de “*uma nova lógica, uma nova cultura, uma nova sensibilidade, uma nova percepção*”, sendo que, essa “*outra lógica*” permite “*variadas possibilidades de encaminhamento das*

reflexões” e que “*se estimule a possibilidade de outras relações entre áreas do conhecimento aparentemente distintas*”. Esta discussão nos remete à afirmação de Souza e Gamba Jr. (2002, p. 107) quando indicam “que as transformações da narrativa no mundo contemporâneo não podem ser analisadas fora do contexto mais amplo das relações de produção da sociedade, a cada momento histórico”. Esse fato nos leva a identificar, concordando com os autores citados, quanto a visão da “linguagem como instrumento técnico” de nossa época e, ainda, que “o pensamento, com ajuda da tecnologia, revela-se como um imenso hipertexto” (SOUZA; GAMBA JR., 2002, p. 108).

Esta concepção de linguagem, diante de suas novas configurações com a era digital, nos remete ao conceito de narrativa e experiência, que serão descritas a seguir. Tanto a narrativa quanto a experiência se mostram categorias produtoras para análise de uma busca da totalidade de/em Brasília.

O pensador Walter Benjamin (1994) apontou tanto o camponês sedentário quanto o marinheiro comerciante como dois arquétipos de narradores. O autor afirma que o homem que viaja e também aquele “que nunca saiu do seu país, mas conhece suas histórias e tradições tem o que contar” (BENJAMIN, 1994, p. 198). Estas narrativas são produzidas por um saber que provém diretamente de suas experiências. Desta forma, o narrador é visto como alguém que valoriza e reconhece a experiência pessoal e alheia. Porém, aprofundando a análise, Benjamin (1994, p. 200) aponta que “as experiências estão deixando de ser comunicáveis” e a consequência disso é que “a sabedoria - o lado épico da verdade - está em extinção”. Para o autor, as novas formas de comunicação, baseadas na informação, são a causa do declínio da narrativa.

Cada manhã recebemos notícias de todo o mundo. E, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes. A razão é que os fatos já nos chegam acompanhados de explicações. Em outras palavras: quase nada do que acontece está a serviço da narrativa, e quase tudo está a serviço da informação. Metade da arte narrativa está em evitar explicações (BENJAMIN, 1994, p. 203).

Fazendo uma crítica da informação como uma forma de comunicação, Benjamin (1994, p. 205) chama a narrativa de “uma forma artesanal de comunicação”. Assim, a narrativa “mergulha a coisa na vida do narrador para depois retirá-la dela” e “imprime (...) a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso” (BENJAMIN, 1994, p. 205), ou seja, o narrador não transmite somente informações parciais e fragmentadas, mas deixa marcas em sua narrativa que remetem à sua memória, sua história e às suas experiências reais e concretas.

Afirmando que o moderno é representado pela sociedade do espetáculo, a presença da multidão e o fenômeno do consumo, Matos (2001) concorda com Benjamin ao afirmar que a síntese da modernidade, nestes termos, é a cidade de Paris. A autora afirma que “cada fragmento de história é o hieróglifo de um texto original que confere à narrativa uma qualidade arqueológica, numismática e misteriosa” (MATOS, 2001, p. 10). Diante disso, percebe-se a desconexão atual entre a experiência (vista como um fenômeno tanto particular quanto coletivo), em face da informação (entendida como um dado neutro, isolado, momentâneo o passageiro), para a comunicação e construção do conhecimento. Enquanto a informação limita e condiciona, “a narração cria, assim, espaços de liberdade, é força hermenêutica e transformadora” (MATOS, 2001, p. 15).

O narrador, como o flâneur, ao contrário da luta entre as classes e do pathos revolucionário, não luta nem levanta barricadas, mas desprivatiza o tempo imposto pela mercadoria, pelo consumo de massa, pela lógica da dominação, pelo princípio da indiferença que regem a troca mercantil e a livre circulação do capital. O flâneur e o narrador, ao contrário do déspota totalitário e de seus cúmplices – que renunciam a qualquer juízo pessoal –, captam instantâneos fotográficos do presente pelos quais realizam uma ‘viagem interior’. A viagem é como a narrativa poética: ‘iniciação à suprema arte de viver’. Ato mágico e místico de apropriação do passado, esse outro tempo é o mesmo desdobrável, bem como sua narrativa requer a busca de um sentido que permanece em aberto e é, assim, fonte de nossa liberdade. Por isso Benjamin escreveu: ‘eu viajo para conhecer minha geografia’ (MATOS, 2001, p. 23).

Seguindo estas reflexões, Bondía (2002, p. 21) insiste que “a informação não deixa lugar para a experiência, ela é quase o contrário da experiência, quase uma antiexperiência”. O autor critica o fato de que, atualmente, é praticamente uma obrigação estar informado e um imperativo emitir uma opinião sobre qualquer assunto. A experiência é, antes de qualquer coisa, “o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca” (BONDÍA, 2002, p. 21). Como o objetivo da informação é apenas impactar momentaneamente, sem deixar marcas por conta da necessidade do ineditismo, atualmente o fenômeno que se observa é que “ao sujeito do estímulo, da vivência pontual, tudo o atravessa, tudo o excita, tudo o agita, tudo o choca, mas nada lhe acontece” (BONDÍA, 2002, p. 23). Bondía (2002, p. 23) aponta ainda em sua crítica que “a velocidade e o que ela provoca, a falta de silêncio e de memória, são também inimigas mortais da experiência”.

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e

escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (BONDÍA, 2002, p. 24).

O saber que provém da experiência constitui tanto uma ética, ou seja um modo de conduta, quanto uma estética, ou seja, um estilo e, se relaciona “com a existência, com a vida singular e concreta de um existente singular e concreto” (BONDÍA, 2002, p. 27). A lógica do saber da experiência produz “diferença, heterogeneidade e pluralidade” e seu compartilhamento se dá como “uma dialogia que funciona heterologicamente” e, portanto, “é irrepetível” (BONDÍA, 2002, p. 28).

Nestes termos, Hissa (2002, p. 81) aponta para a mobilidade das fronteiras fazendo uma crítica à crença na objetividade científica ao afirmar que há um dogma que prega que “não há ciência sem objeto exclusivo, existem objetos e métodos exclusivos, existem saberes exclusivos e monopolizados, ciência é limite interdisciplinar e especialização”. Apontando em direção de uma abertura à transdisciplinaridade, Hissa (2002, p. 291) afirma que deve se criar interpenetrações entre a Geografia e o conhecimento socioespacial e tal conhecimento deve ser “destituído da arrogância, da prepotência da supremacia: destituído da presunção de se constituir em verdade, única, em explicação derradeira do mundo” (grifos do autor). Comentando uma frase de Gonçalo M. Tavares (apud HISSA, 2013, p. 127) quando este autor afirma que “tu não usas uma metodologia. Tu és a metodologia que usas”, Hissa (2013, p. 127) escreve que “a pesquisa diz a vida do sujeito. A metodologia anuncia o sujeito e a sua compreensão de mundo; a sua inserção no mundo”. Concluindo, Hissa (2013, p. 176) afirma a necessidade de mudanças, nas quais, “a ciência redesenhada, perpassada pelo sujeito que, presente no seu texto, assina o manifesto da presença de sua própria reinvenção”.

O contato entre o pesquisador e o pesquisado, principalmente nas ciências humanas, é inevitável e as consequências são inquestionáveis. Nas palavras de Bakhtin (2010 p. 395-396), “(...) *o ser da expressão é bilateral: só se realiza na interação de duas consciências (a do eu e a do outro); a penetração mútua com manutenção da distância; é o campo de encontro de duas consciências, a zona do contato interior entre elas*”. Segundo Amorim (2007, p. 14), “meu olhar sobre o outro não coincide nunca com o olhar que ele tem de si mesmo” e diante disso, “minha tarefa é tentar captar algo do modo como ele se vê, para depois assumir plenamente meu lugar exterior e dali configurar o que vejo do que ele vê”.

Uma das maneiras de superar a clássica ontologia, que preconiza a identidade, o ser e o uno como únicos critérios de verdade, segundo Ferreira (2008, p. 33), é a compreensão da metáfora do rizoma, de Deleuze e Guattari, que valoriza o *“movimento das diferenças que agem no interior e no exterior das multiplicidades”*. Tal metáfora, conforme Deleuze e Guattari (1980, p. 9 - 37) apresenta seis princípios: de conexão, de heterogeneidade, de multiplicidade, de ruptura a-significante, de cartografia e de decalque. Tal modelo é defendido por Ferreira (2008),, como um método para pesquisa, devido as suas similaridades com a configuração das redes na era digital. Para fins de análise, os princípios da cartografia e do decalque serão aqui priorizados pelas confluências e convergências possíveis com a reflexão proposta.

Mesmo no texto de Deleuze e Guattari (1980) a cartografia e o decalque são explicados conjuntamente, pelas correlações apresentadas. Tal como o crescimento do rizoma, o ato de cartografar também é um procedimento que segue o devir, ou seja, é fruto um processo criador. *“Mapear significa acompanhar os movimentos e as retrações, os processos de invenção e de captura que se expandem e se desdobram, desterritorializando-se e reterritorializando-se no momento em que o mapa é projetado”* (FERREIRA, 2008, p. 36). Vista dessa forma, a cartografia poderia questionar a mobilidade das fronteiras da ciência, talvez criando, como proposto por Hissa (2002) cartografias borgianas.

Naquele império, a arte da cartografia alcançou tal perfeição que o mapa duma província ocupava uma cidade inteira, e o mapa do império uma província inteira. Com o tempo esses mapas desmedidos não bastaram e os Colégios de Cartógrafos levantaram um Mapa do Império, que tinha o Tamanho do Império e coincidia com ele ponto por ponto (BORGES apud HISSA, 2002, p. 26)

Para Deleuze e Guattari (1980) o mapa possui características de abertura, conexão em qualquer ponto, reversível e sujeito de ser modificado constantemente. O decalque, por sua vez, é um substrato da cartografia e necessita ser visto com atenção. A partir do momento em que ele é uma fotografia do mapa, ele não deve ser concebido como um produto rizomático, mas, antes, de um momento circunstancial do rizoma. Sobre isso, Ferreira (2008), aponta que para o decalque enquanto imagem circunstancial ser coerente, necessita ser constantemente refeito e projetado sobre o mapa que está em permanente construção.

A luz dessa reflexão, consideramos que a capital federal brasileira é, desde sua concepção, construção e composição, uma cidade heterogênea e multi-cultural. Brasília é conhecida como uma cidade-monumento e um museu a céu aberto diante de sua arquitetura, história e simbolismo de seus espaços. Nestas constatações vislumbramos enormes possibilidades de produção de conhecimentos diferentes, tanto na área da

educação, quanto na área da geografia e do turismo e, quiçá, nas interfaces interdisciplinares entre elas. Tal utopia poderia ser realizada por meio de ligações hipertextuais das informações e experiências realizadas nestas terras candangas porém, para isso, é necessário ultrapassar tanto discursos oficiais hegemônicos quanto cartilhas didáticas monofônicas, bem como imagens de cartões postais e pacotes turísticos pré-estabelecidos e fechados. Esta análise se tornará mais fértil quanto mais enfocada e direcionada à cidade em sua totalidade, priorizando uma real experiência urbana.

OS DESAFIOS E OS DIÁLOGO POSSÍVEIS E NECESSÁRIOS

Concordamos com Milton Santos (1985, p. 82), quando afirma que a urbanização requer novas definições, pois no “período da tecnologia atual”, se impõe “a difusão de novas tecnologias de produção, a difusão de novos modelos de informação e consumo, os papéis novos do Estado”. A reflexão apresentada aponta para a necessidade de se ultrapassar uma mera análise e descrição da realidade urbana construída de maneira impessoal, neutra e objetiva. Um sujeito concreto, com uma situação e uma posição reais e contextualizadas, que realiza uma experiência consciente e crítica de inserção socioespacial será o pano de fundo para a busca da compreensão da totalidade urbana em que se inserem os elementos por nós eleitos para este estudo. Assim se alcançaria o que Santos (2007, p. 199) preconiza ao afirmar que “o estudo da totalidade conduz a uma escolha de categorias analíticas que devem refletir o movimento real da totalidade”. Olhando dessa forma para a cidade, justificaria-se o que Santos (2007, p. 199) afirma ao escrever que “trata-se aqui de uma forma com um conteúdo, de uma forma-conteúdo, de uma realidade, em oposição à forma vazia e consiste quer numa expectativa quer numa ilusão”.

Ao propormos uma arqueologia viva em uma cidade real, na qual sujeitos reais tenham condições de realizar uma experiência urbana, aponta para um prisma que Costa (2013, p. 103), descreve ao afirmar que “os fenômenos urbanos e de produção das cidades, em todas as possíveis escalas e tipologias de análise, devem ser, portanto, interpretados sob um ponto de vista de globalidade, de totalidade e em seu movimento processual”. Continuando, o autor afirma que “as intervenções em áreas especiais de cidades devem ser analisadas na perspectiva de um espaço existencial não material” (COSTA, 2013, p. 113) e “a prevalência não pode ser a da estética em detrimento da ética” (COSTA, 2013, p. 114).

As cidades-globais, as cidades-patrimônio, o Patrimônio Mundial consagrado pela UNESCO, os centros industriais, os centros de serviços, os centros políticos administrativos ou qualquer cidade capturada pelos agentes hegemônicos do capital não podem, portanto,

ser pensados apenas pelas áreas de intervenção ou de atuação do capital – seja pelo paradigma da requalificação, da renovação ou da revitalização – que, convergentemente, redundam, aos poucos, na terceirização, na tecnicização e na mercantilização do território e da arquitetura (e assim, da paisagem), que sintetizam o desígnio da geografia histórica das cidades. (COSTA, 2013, p. 110)

Nesse mesmo diapasão, no turismo percebem-se elementos de ressignificação possíveis e necessários partindo-se, por exemplo, do que Moesch (2012, p. 7) afirma ao apontar que “o real do Turismo é uma amálgama na qual tempo, espaço, diversão, economia, tecnologia, imaginário, comunicação, diversão e ideologia” e que tais elementos devem ressaltar que “o protagonista é o sujeito, seja como produtor ou consumidor da prática social turística”.

Avançar sobre o saber-fazer direciona uma nova agenda para os estudos turísticos, em temas como a motivação, as necessidades, o prazer, as diferenças suportáveis, as trocas culturais, a aprendizagem, as territorializações e a desterritorialização, a homogeneização e a diversidade, a destruição ambiental e sua preservação, o impacto cultural e social, a comunicação intercultural e a hibridização cultural, o tempo atemporal e o espaço virtual, a construção de não-lugares e os ecoslugares, a hospitalidade e a inospitalidade, os localismos e regionalismos, a globalização e a turistificação, a cidadania e o terrorismo o que permite uma posição de relevância, juntamente aos demais temas da pesquisa acadêmica contemporânea (MOESCH, 2012, p. 15).

Nesse sentido, é sintomática a preocupação e a produção de pesquisas como as organizadas por Alexandre Panosso Netto e Cecília Gaeta (2010, p. 14) em *Turismo de Experiência*, sob a justificativa de que os sujeitos do turismo, atualmente, buscam, na atividade turística, elementos que oportunizem experiências, o que deve levar pensadores e gestores dessa área à preocupação com a autenticidade dos produtos e serviços ofertados. A experiência urbana traduz-se, desta maneira, em uma resposta concreta, teórica, prática, ética e estética ao desafio de olhar dialeticamente Brasília, na medida em que possui um enfoque multiescalar do urbano, pois situa o sujeito, tanto como cidadão, turista ou aprendiz, e as suas ações no tempo e no espaço.

A própria experiência urbana se globalizou, e cada um que arque com os dois sentidos da condição urbana! Com o urbano que se estende sob nossos olhos e a cartografia de um mundo em pleno transtorno, nós entramos num mundo onde o cosmopolitismo quase não tem mais sentido, uma vez que não há mais uma única e exclusiva civilização. [...] A despeito de um urbano generalizado que não cria uma civilização comum, a experiência urbana permanece nossa no sentido de que ela tem como papel favorecer e ativar a *vita activa*, ou seja, tornar possível uma ‘libertação’ que passa simultaneamente por um lugarejo, por um espaço de habitação, mas também por uma mobilidade que entrelaça o individual e o coletivo. (MONGIN, 2009, p. 314-315).

Percebemos que sob este enfoque, a experiência e a totalidade urbanas se contrapõem com a noção de patrimonialização global, entendida “no brusco movimento universal de espetacularização e banalização pela cenarização progressiva dos lugares promovido pela dialética entre Estado-mercado sobre a base das técnicas, da ciência e da informação” (COSTA, 2011, p. 31). Isso se mostra, ainda, na perspectiva da “dialética da construção destrutiva”, vista como o predomínio da contradição “entre a ‘preservação’ e a mercantilização, a busca da democratização e da ‘elitização’ do patrimônio urbano, de forma ampla, e das destinações turísticas, particularmente – com a regência da ideologia capitalista” (COSTA; SCARLATO, 2012, p. 104). A mudança ocorrerá quando, na teoria e na prática, revermos as experiências e as formas de olhar para o urbano, realizando novas e diferentes arqueologias, mais geográficas e talvez mais humanas.

Reconhecendo que a cidade pode ser vista como “educadora”, Gadotti (2006), afirma que teremos uma escola realmente cidadã e uma cidade verdadeiramente educadora na medida em que existir um diálogo entre a escola e a cidade. A escola pode contribuir, segundo o autor, para que os sujeitos da cidade se sintam, de fato, cidadãos com sentimento de pertencimento, pois participam da sua construção e reconstrução permanentemente. Para tanto, afirma Gadotti (2006, p. 139), “precisamos de uma pedagogia da cidade para nos ensinar a olhar, a descobrir a cidade, para poder aprender com ela, dela, aprender a conviver com ela”.

Levando em consideração as reflexões da geógrafa Maria Adélia de Souza (2009), apontamos que não há pesquisa sem uma preocupação com os conceitos de linguagem, de comunicação, de conhecimento, de cultura, de mundo, de espaço, de tempo, de homem e de método. Um método rigoroso não é aquele que apenas reflete perfeitamente o passado dado, mas aquele que busca refratar o melhor possível o presente, pois “o mundo é uma complexidade e é ela que deve ser tocada por nossas metodologias para tentar chegar bem perto da inatingível realidade” (SOUZA, 2009, p. 107). São necessários novos olhares para a cidade e para os fenômenos urbanos para se avançar, respondendo aos desafios da experiência de olhar dialeticamente uma cidade, como no caso apresentado de Brasília. Além disso, ao invés de ampliarmos as barreiras e as fronteiras, é de se esperar que na era das conexões em rede se invista mais em diálogos e interações, possibilitando momentos de encontros possíveis, necessários e urgentes, entre áreas, como por exemplo, a educação, o turismo e a geografia. Pontes e redes não faltam, basta, talvez, reconstruí-las e/ou reconectá-las.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Marília. A contribuição de Mikhail Bakhtin: a tripla articulação ética, estética e epistemológica. In: FREITAS, Maria Teresa et al (Orgs.). Ciências humanas e pesquisa: leitura de Mikhail Bakhtin. São Paulo: Cortez, 2007.

BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. São Paulo: M Fontes, 2010.

BEHR, Nicholas. Poesília: poesia pau Brasília. Brasília: Sigel Capital, 2010.

BENJAMIN, Walter. 1994. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, p. 197-221, 1994.

BONDÍA, Jorge Larosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Revista Brasileira de Educação. Jan/Fev/Mar/Abr 2002, n. 19, p.20-28. (Tradução de João Vanderley Geraldi).

BRASÍLIA. Do concreto ao papel: o nascimento de Brasília na imprensa mundial. Santafé Idéias e comunicação. Brasília: Santafé Idéias e Comunicação, 2012.

CARRERAS, Carles. Da cidade industrial à cidade dos consumidores: reflexões teóricas para debater. In: CAROLS, Ana Fani (Org.); CARRERAS, Carles. (Org.). Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto., 2005.

COSTA, Everaldo Batista da. A Concretude do Fenômeno Turismo e as Cidades-Patrimônio-Mercadoria: Uma Abordagem Geográfica. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2010.

_____. Totalidade urbana e totalidade-mundo: as cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global. 445 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Programa de pós-graduação em Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

_____. Intervenções em centros urbanos no período da globalização. Cidades. Presidente Prudente, v.9, n. 16 p. 86-117, 2013. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/viewFile/2374/2118>. Acesso em 15 out. 2015.

COSTA, Everaldo Batista da; SCARLATO, Francisco Capuano. Patrimônio da Humanidade: universalismo de um apoderamento territorial soberano. In: COSTA, Everaldo Batista et al. Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder. São Paulo: Outras Expressões, 2012, p. 103-136.

COSTA, Everaldo Batista da; STEINKE, Valdir Adilson. Brasília meta-síntese do poder no controle e articulação do território nacional. Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Vol. XVIII, núm. 493 (44), nov. 2014. Disponível em : < <http://www.ub.edu/geocrit//sn/sn-493/493-44.pdf>>. Acesso em 15 out. 2015.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Capitalisme et schizophrénie 2: Mille Platôs. Paris: Les éditions de minuit, 1980.

FERREIRA, F. T. Rizoma: um método para as redes? Liinc em Revista. Rio de Janeiro, Vol. 04, n. 01, p. 28 – 40, 2008. Disponível em: < <http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/251/142>>. Acesso em 15 out. 2015.

GADOTTI, Moacir. A escola na cidade que educa. Cadernos Cenpec. São Paulo, Vol. 01, n. 01, 2006, p. 133-139. Disponível em: <http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/160/189>. Acesso em: 15 out. 2015.

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. Trad. Raul Fiker. - SP: UNESP, 1991.

HISSA, Cássio Viana. A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

_____. Entrenotas: compreensões de pesquisa. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2013.

SOUZA, Solange Jobim; GAMBA JR, Nilton. Novos suportes, antigos temores: tecnologia e confronto de gerações nas práticas de leitura e escrita. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, n. 21, Dez. 2002 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 out. 2015.

KENSKI, Vani Moreira. Novas Tecnologias, o redimensionamento do espaço e do tempo e os impactos no trabalho docente. Informática Educativa. UNIANDS - LIDI. Vol.12, n. 01, pp. 35 – 52, 1999.

LANDOW, George. 2002. O guardião das fronteiras. In: RAMAL, Andrea Cecília. Educação na cibercultura : hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002

LEFEBVRE, Henri. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Ática, 1991.

_____. Espaço e Política. Belo Horizonte: EdUFMG, 2008

LEMOS, André. Cibercultura: alguns pontos para compreender nossa época. In: LEMOS, André (Org.); CUNHA, Paulo. (Org.). Olhares sobre a Cibercultura. Porto Alegre: Sulina, 2003, p. 11-23.

MATOS, Olgária Chain Féres. A narrativa: metáfora e liberdade. Revista História Oral. Vol. 4, 2001, p. 09-24. Disponível em: <http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=32>>. Acesso em: 15 set. 2015.

MOESCH, Marutschka. A origem do conhecimento, o lugar da experiência e da razão na gênese do conhecimento do turismo. ANAIS... 5º Congresso Latino-Ameri-

cano de Investigação Turística. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://gtci.com.br/congressos/congresso/2012/pdf/eixo7/Moesch.pdf>. Acesso em 15 out. 2015.

MONGIN, Olivier. A condição urbana: a cidade na era da globalização. Trad. Letícia Martins de Andrade. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RAMAL, Andrea Cecília. Educação na cibercultura: hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. 5. Ed. – São Paulo: Cortês, 2008.

SANTOS, Milton. 1985. A caminho de uma teorização substantiva da urbanização. São Paulo: Separata, 1985.

_____. O natureza do espaço. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. Economia espacial. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

_____. O espaço do cidadão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SOUZA, Maria Adélia. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável. As metáforas do capitalismo. Cronos. Natal-RN, Vol. 9, N. 2, 2009. Disponível em: < <http://www.periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3289>>. Acesso em 15 out. 2015.



AMERICAN PHOTOGRAPHY
APPO
2010 FEDERAL

RESENHA

O mundo moderno em Hegel, Marx e Nietzsche à luz de Henri Lefebvre: crítica espacial

The modern world in Hegel, Marx and Nietzsche in the light of Henri Lefebvre: space critical

Everaldo Batista da Costa¹
Luana Nunes Martins de Lima²
Rafael Fabrício de Oliveira³
Rúbia de Paula Rúbio⁴
Wallace Rodrigues Pantoja⁵

-
- 1 Professor doutor do Departamento de Geografia e do Centro de Excelência em Turismo da UnB. Coordenador do Grupo de Pesquisa CNPq Cidades e Patrimonialização (GECIPA). Contato: everaldocosta@unb.br
 - 2 Professora Assistente do Depto. de Geografia da UEG, Doutoranda em Geografia pelo PPGG-UnB. Integrante do Grupo de Pesquisa CNPq Cidades e Patrimonialização (GECIPA). Contato: luanunes_7@hotmail.com
 - 3 Professor Assistente do Instituto Federal de São Paulo. Doutorando em Geografia pelo PPGG-UnB. Integrante do Grupo de Pesquisa CNPq Cidades e Patrimonialização (GECIPA). Contato: rafabricio@gmail.com
 - 4 Mestre em Geografia pelo PPGG-UnB. Integrante do Grupo de Pesquisa CNPq Cidades e Patrimonialização (GECIPA). Contato: georubiarubio@gmail.com
 - 5 Professor de Geografia e Estudos Amazônicos da SEDUC – Pará. Doutorando em Geografia pelo PPGG-UnB. Integrante do Grupo de Pesquisa CNPq Cidades e Patrimonialização (GECIPA). Contato: demithri@gmail.com

Nota aos leitores:

Esta resenha da obra Hegel, Marx, Nietzsche o el reino de las sombras (do filósofo francês Henri Lefebvre) aproxima-se, em verdade, de um ensaio, pelo escopo que tomou, para além de uma sintética resenha. Tem-se por objetivo debater e sustentar a complexidade e a continuidade do mundo moderno, que se mantém pelas sombras de duras e paradoxais contradições do passado, via constituição do Estado, o discurso do social e da Sociedade e o ideal civilizacional ou de Civilização. Dimensões modernas que são avaliadas a partir de Hegel, Marx e Nietzsche, autores que dão aporte à ideia de uma geografia do mundo de existências, na qual o novo e a novidade (no viés das técnicas e das ideias) nunca abandonam totalmente o passado, ou seja, não há ruptura completa com a história, sempre renovada pelo espaço enquanto reflexo da interação permanente sociedade-natureza. Aparecem como temários: a concreticidade de práticas radicais revolucionárias entendidas no bojo da História (Marx), a subjetividade inerente ao corpo e às artes, responsáveis por resguardarem a ideia de uma nova Civilização (Nietzsche), e a vitória de um edifício estatal que a tudo e a todos controla (Hegel). Acredita-se na importância deste debate para o pensamento do mundo do presente, no viés dos questionamentos sistematizados favorecedores do repensar criticamente o espaço.

PRÊAMBULO

Uma vasta bibliografia atual, no campo das ciências humanas e da filosofia, sugere-nos a era do “pós”, ou seja, a emergência de um momento cujo prefixo indica lógicas inteiramente novas: “pós-capitalismo”, “pós-fordismo”, “pós-industrial”, “pós-urbano”, “pós-moderno” etc. Essa teoria tenta representar as mudanças frequentes do real, que no seio do capitalismo, em sua sequência evolutiva, se faz mais por reestruturações parciais e seletivas e menos por grandes reviravoltas, segundo Edward Soja. Quais dados mais precisos asseguram o absoluto fim do mundo moderno, para acreditar em algo totalmente novo categorizado como mundo pós-moderno? Nesse aspecto e a concordar com Soja (1993), não há justificativa para uma corrida ingênua e simplista ao “pós”, que insista no derradeiro fim de uma era, como se o passado pudesse ser descascado e jogado fora.

Voltar à filosofia e aos clássicos, nesse sentido, possibilita justificar este ensaio, que objetiva tratar a ideia de que a história da sociedade é a própria geografia de existências em movimento, expressa em práticas espaciais retrato da interação permanente sociedade-natureza. Essa geografia do mundo de existências perpetua-se em choques e contradições sociais, onde o novo e a novidade (no viés das técnicas

e das ideias) nunca abandonam (completamente) o passado, o que permite advogar pela não ruptura com o mundo moderno.

Logo, à luz do filósofo Henri Lefebvre, firme defensor do espaço na teoria social crítica, serão avaliadas três ideologias⁶ sobre as práticas sociais e políticas do mundo moderno, através de Hegel, Marx e Nietzsche. O pensamento hegeliano se concentra no conceito de Estado; a reflexão marxista foca no social e na sociedade; o ideário nietzschiano volta-se à civilização e seus valores. Os três autores suscitam o debate, ao seu modo, sobre as relações com o real, com a prática, para analisar a modernidade; prática esta avaliada por Henri Lefebvre em seu livro *Hegel, Marx, Nietzsche o el reino de las sombras*.⁷

Metodologicamente, para o alcance do objetivo do ensaio, fundamenta-se, notoriamente, na citada obra de Henri Lefebvre, bem como em trabalhos originais de Hegel, Marx e Nietzsche. Para a transposição da ideia, respectivamente, de Estado, Sociedade e Civilização, a partir destes autores, para a Geografia, buscam-se fundamentos nessa disciplina, bem como na História e na Sociologia, para caracterizar um ensaio.

Antes de passar à discussão introdutória do mundo moderno, a partir de Hegel, Marx e Nietzsche, cabe breve alusão ao título da obra de Lefebvre, o qual invoca os três autores e remete a um reino das sombras. O propósito desse chamado, em Hegel, está na própria composição do Sombrio Edifício do Estado. No caso de Marx, ao tomar como ponto de partida não o real, como o fez Hegel, mas o possível, penetrou o real com a ideia de sua transformação; porém, em Marx, a sombra se realiza quando as superestruturas estatais se desmoronam, como o queria, mas se reconstruíram, o que levou à decepção pela sombra de uma proposta revolucionária. Já Nietzsche, pretendeu deixar pistas para a metamorfose do real, buscando-o junto ao mais próximo, o corpo, detentor da razão; vislumbrou a morte do mundo moderno, com a transmutação de seus valores, até sua autodestruição; esboçou o demasiado humano para julgar o fim de uma consciência e de uma cultura, sempre acompanhado por sua própria sombra.

Em síntese, o ensaio vale-se de argumentos filosóficos e outros para provocar o

6 A noção de ideologia aqui empregada dialoga com a concepção do filósofo francês Gérard Fourez, para quem o discurso ideológico é uma representação adequada do mundo, mais com um caráter de legitimação do que unicamente descritivo. Henri Lefebvre, cuja obra orienta este ensaio, também reconhece os discursos dos três filósofos como ideológicos, e mais, expressam ideologias críticas das ideologias modernas ou suas expressões por meio do comunismo, do anticomunismo, do fascismo, do saber, do conhecimento etc.

7 O Grupo de Pesquisa Cidades e Patrimonialização, sediado no Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, debate, anualmente, obras referenciais de métodos filosóficos emprestados à Geografia (voltadas à dialética, à fenomenologia e ao existencialismo). Por mais de um ano, o grupo se dedicou à citada obra de Henri Lefebvre.

debate geográfico da complexidade terrível do mundo moderno que está aí e não cessou, mantém-se pelas sombras de duras e paradoxais contradições do passado, via constituição do Estado, o discurso do social e da Sociedade e o ideal civilizacional ou de Civilização. Seguem as possíveis contribuições desses filósofos ao debate geográfico da formatação de existências espaciais históricas no mundo moderno.

O ESTADO, A AÇÃO POLÍTICA E O TERRITÓRIO EM HEGEL

No Dossiê Hegel, Henri Lefebvre indica a essência do pensamento do filósofo no contexto de uma teoria política do Estado. Teoria esta pautada na racionalização de um Estado autorregulador e autogestor, que concentra e interliga saber e poder. Lefebvre explica que a teoria hegeliana baseia-se na formação do Estado-nação francês, a partir do século XVII. Ao correlacionar burguesia, saber, Estado-nação, a Revolução Francesa faz emergir novas contradições no cerne do indivíduo, do cidadão, do direito individual, dos conflitos do próprio Estado; o conhecimento passa a profano, racional e laico (logo, poder do Estado). Conforme o próprio Hegel ([1820] 1997, p. 225), “é o Estado a realidade em ato da liberdade concreta”.

Henri Lefebvre esclarece que Hegel não discute apenas a filosofia, a ciência e sua história, antes disso, apresenta um discurso de alto grau, estratégico e definidor de ação política, de uma política absoluta destinada a absolutos políticos, que se mantém com o saber. Saber este que é o próprio Estado (saber puro e absoluto). Coincidem-se Saber e Estado, ou seja, o primeiro fundamenta e se subordina, simultaneamente, ao segundo. A teoria hegeliana do “edifício perfeito” do Estado, então, se faz a partir da relação estabelecida entre poder, saber e razão, a tríade de seu pensamento. Estado enquanto Ideia, unidade suprema, verdade, a própria realidade que se absolutiza por meio da razão. A tríade poder, saber e razão é o Estado hegeliano, que detém a realidade e está além da totalidade filosófica-histórica, das Ideologias. Estado que é criado a partir dele mesmo e para ele mesmo. O poder (como o saber) subordinado e inerente ao Estado hegeliano reúne na ordem política o trabalho, a família e os ofícios, os quais pareciam espontâneos. Nesse sentido, a violência coaduna-se à eficácia organizativa (expressas em leis coercitivas e ordenativas), fazendo-se legítima e justificada porque participa da vida política do Estado (conduzem à razão). Razão que, em Hegel, condiz com uma “fortuna universal” que permite, simultaneamente, a satisfação geral das necessidades, a mecanização do trabalho (da produção) e a autorregulação do conjunto social (ideia de equilíbrio e segurança a partir da ação do Estado); é um automatismo perfeito do conjunto no seio da abstração, em um edifício coerente horizontalmente (os elementos comple-

mentares) e verticalmente (da base, a produção, acima, o chefe político) (Lefebvre, [1976] 2010). Em Hegel, o Estado aparece como produtor do indivíduo; é sabedor de si e de sua potência, de maneira a pouco importar o real destino deste indivíduo no seio do trabalho.

O Estado é a realidade em ato da Ideia moral objetiva, o espírito como vontade substancial revelada, clara para si mesma, que se conhece e se pensa, e realiza o que sabe e porque sabe. No costume tem o Estado a sua existência imediata; na consciência de si, no saber e na atividade do indivíduo, tem a sua existência mediata, enquanto o indivíduo obtém a sua liberdade substancial ligando-se ao Estado como à sua essência, como ao fim e ao produto da sua atividade. (Hegel, [1820] 1997, p. 216)

Hegel desconsidera que a divisão do trabalho mutila o indivíduo, além de esconder a essência do processo de produção e o conhecimento do conjunto sociopolítico; passa ao largo sobre a destinação dos territórios dominados política ou estrategicamente. A máquina política – o conjunto automático – se converte em realidade com a substituição do trabalho por máquinas; a máquina política gira sem fim sobre si mesma, com todas suas rodas e engrenagens; nisso, o Estado se autogera e regula, permanece estável no consumo dos objetos e no esfacelamento dos sujeitos (Lefebvre, [1976] 2010).

O Estado hegeliano é constitucional e fundado na consciência e cultura da classe média, explica Henri Lefebvre; nem camponeses nem trabalhadores, classes trabalhadoras produtivas são pilares do Estado. Os funcionários do Estado, por meio de concursos ou coação, estão no Estado (sua base social e substância). Em Hegel, essas classes sociais estão em luta e contradições: classe natural (arraigada no solo, camponeses); classe ativa (artesão, trabalhadores habilidosos); classe pensante (maneira o conjunto social dentro do marco Estatal). São três classes que constituem a sociedade civil e o conflito dessas classes faz emergir a classe política, diretamente vinculada ao Estado como seu aparato. Essa classe política, uma classe de benefícios, reconhece as contradições sociais, o que favorece a manutenção do próprio Estado como totalidade coerente, dadas as estratégias criadas. Essa classe política representa a “vida do todo”, a produção constante da sociedade, do Estado, da constituição, do ato político mesmo que consiste em governar (Lefebvre, [1976] 2010).

Em resumo, essas três classes convivem de forma conflituosa ao ponto de nutrir o surgimento da classe política diretamente ligada ao Estado, “substância da vida do todo” e por isso não é subordinada à divisão do trabalho; a força desses conflitos, bem como o absoluto que rege o Estado fundamenta-se na ideia de Religião (e não seria a Igreja, com a doutrina religiosa e detentora do conhecimento fundamental,

pilar do Estado moderno? Não seria a instituição a balizar o controle socioterritorial, em países de continentes colonizados da América Latina, África e Ásia, por meio da difusão de consciências ou saberes?).

Só com os conceitos de Religião e de Estado é que se pode obter a determinação essencial das suas relações. O conteúdo da religião é a verdade absoluta e, portanto, ao seu domínio pertence o grau mais elevado do sentimento. Como intuição, como sentimento, princípio e causa infinita de que tudo depende, a que tudo se refere, a religião exige que tudo se conceba do seu ponto de vista e nela tenha a confirmação, a justificação e a certeza. O Estado e as leis, bem como os deveres, nesta dependência, obtêm a soberana garantia e a mais elevada obrigação para a consciência. Com efeito, o Estado, as leis e os deveres são, em realidade, algo de definido que se liga a uma esfera mais elevada como ao seu princípio. Assim se explica que a religião contenha aquele ponto que, na alteração universal e na evanescência dos fins, dos interesses e das propriedades reais, garante a consciência do imutável, da liberdade e da soberana satisfação [...] O Estado é a vontade divina como espírito presente ou atual que se desenvolve na formação e organização de um mundo [...] A Religião é a relação com o absoluto na forma do sentimento, da imaginação e da crença, e no centro dela, que contém tudo o que é, tudo o que existe torna-se um acidente que se evanesce [...] É o conhecimento filosófico que sabe que o Estado e a Igreja não se opõem quanto ao conteúdo da verdade e da razão, mas apenas quanto à forma. Quando, portanto, a Igreja transita para o ensino (houve e há igrejas que se limitam ao culto, outras em que o culto é o essencial e em que o ensino e a cultura da consciência é acessório) e o seu ensino se ocupa dos princípios objetivos e da reflexão sobre a moral objetiva e a razão, a Igreja interfere no que é domínio do Estado. Ora, diante da crença e da autoridade que ela invoca e apresenta a propósito da moral, do direito, das leis e das instituições, diante da sua opinião subjetiva, é o Estado que representa o saber; do seu princípio provém, com efeito, que o conteúdo não se encerra na forma do sentimento e da crença, mas se liga ao pensamento definido. (Hegel, [1820] 1997, p. 233-34, 240-41)

O espírito absoluto do Estado, pautado, então, na Religião, também se conserva pela importância da classe política que, para Hegel, está em sua capacidade de manter a unidade do Estado. Decorre daí que, ao invés da resolução dos conflitos, se dá a diluição destes; busca-se reestabelecer definitivamente a coesão por meio do autoritarismo (coerção), que para Hegel é justificado em nome da ordem política. A classe política “assegura o funcionamento da sociedade [...] conhece o conjunto social e, portanto, o faz funcionar [...] A classe política, o saber, sustentam o Estado e o fazem resistir” (Lefebvre, [1976] 2010, p. 86).

O debate hegeliano do Estado é herança dos acontecimentos-chaves ou princípios

da subjetividade moderna, que são a Reforma, a Ilustração e a Revolução Francesa, a denotar uma visão eurocêntrica da modernidade via fenômenos intraeuropeus, de forma que parece não se precisar mais que a Europa para se explicar o processo da modernidade (Dussel, 2000). Do ponto de vista geográfico político, verifica-se a centralidade da Europa latina na ideia de história mundial, que é a determinação fundamental da modernidade inaugurada juntamente com o mercantilismo e o bu-lionismo mundiais; entenda-se que nunca houve, empiricamente, história mundial, até fins do século XV.

La Modernidad, como nuevo ‘paradigma’ de vida cotidiana, de comprensión de la historia, de la ciencia, de la religión, surge al final del siglo XV y con el dominio del Atlántico. El siglo XVII es ya fruto del siglo XVI; Holanda, Francia, Inglaterra, son ya desarrollo posterior en el horizonte abierto por Portugal y España. América Latina entra en la modernidad como la ‘otra cara’ dominada, explotada, encubierta (Dussel, 2000, p. 48).

Nesse viés geográfico político, deve-se reconhecer que a teoria hegeliana do Estado enaltece uma autoconsciência europeia em torno da modernidade. Ao mesmo tempo que parece negar, fundamenta a latência do contraste essencial da conformação colonial do mundo entre ocidental ou europeu (entendido como o moderno, o avançado) e os outros, o resto dos povos e culturas do planeta (Lander, 2000). Para Edgardo Lander, a conquista ibérica do continente americano é o momento fundante dos dois processos que articuladamente conformam a história posterior: a modernidade e a organização colonial do mundo – movimento que ainda está em voga, em novas roupagens. O que se pretende defender é o cuidado na interpretação do debate do Estado hegeliano, para alcançar a essência que regeu (e ainda rege) o colonialismo mundial, que inicia não só a organização colonial do mundo, mas, junto a isso, a forja de todas as culturas, povos e territórios do planeta, passados e presentes, “uma grande narrativa universal” (Lander, 2000, p. 16). No ceio da ação política debatida por Hegel, no que tange a expansão territorial de nações, de forma eurocêntrica, reducionista e até simplista em que, por exemplo, o tráfico aparece como “elemento de cultura”, o filósofo entende que:

[...] a sociedade civil é impelida para além dela mesma; é obrigada a procurar fora de si os consumidores e, portanto, os meios de subsistir, recorrendo a outros povos que lhe são inferiores nos recursos que ela possui em excesso, em geral na indústria. Assim como o princípio da vida da família tem por condição a terra e o solo, assim o elemento natural que exteriormente anima a indústria é o mar. A procura do ganho, na medida em que implica um risco, eleva-se acima do seu próprio fim e substitui o apego a terra e ao círculo limitado da vida civil, por prazeres e desejos particulares inerentes à fluidez, ao

perigo e ao naufrágio possível. Estabelece, além disso, relações de tráfico entre os países mais afastados e através do mais vasto meio de ligação. O tráfico promove uma atividade jurídica que produz o contrato; constitui, ao mesmo tempo, um poderoso instrumento de cultura e nele encontra o comércio a sua significação histórica [...] Para ver os meios de cultura que há no contato com o mar, apenas basta comparar a atitude das nações onde a indústria prosperou com a daquelas que se negaram à navegação, como os egípcios e os hindus, todos voltados para si mesmos e mergulhados nas mais horrorosas e desprezíveis superstições. Pelo contrário, todas as grandes nações, as que fazem um esforço sobre si mesmas, procuram o mar. Este alargamento das relações oferece também um instrumento de colonização, para a qual é impelida, numa forma sistemática ou esporádica, toda a sociedade civil completa. É a colonização que permite a uma parte da população regressar, num novo território, ao princípio familiar e de, ao mesmo tempo, obter novas aplicações para o seu trabalho (Hegel, [1820] 1997, p. 209-11).

A “leveza” presente no debate de Hegel, que negligencia o espaço e o território enquanto reflexos de um Estado absoluto, sugere que as instâncias políticas são capazes de conhecer (por deter o saber) e de resolver (graças ao poder coercitivo) todas as contradições de níveis subalternos relativos ao “edifício do Estado”; as contradições aparecem em Hegel como momentos passageiros de um todo coerente, onde vigora uma harmonia. Porém, como destaca Henri Lefebvre, escapa à Hegel o espaço, demasiado complexo, com demasiadas gentes, lugares e coisas; demasiadas relações difíceis de dominar entre os centros e as periferias. “Ao perder de vista o espaço, o Estado perde de vista as fissuras sociais” (Lefebvre, [1976] 2010, p. 120).

Henri Lefebvre elucida, portanto, para cada um dos três autores escolhidos, o porquê de trazê-los numa tríade que dispõe sobre o Reino das Sombras. No que concerne a Hegel, o Reino das Sombras é a sua construção política acerca do edifício do Estado Absoluto. Argumenta Lefebvre que há uma leitura em termos de “onipresença” e “onipotência” deste Estado, que é liberal e é autoritário, regido por um sistema lógico pautado na razão, que o totaliza como autogestor e autorregulador. “Descreveu inclusive o aborrecimento moral que dele resulta: a sombra sobre a terra do Sol da Ideia e o sombrio edifício do Estado” (Lefebvre, [1976] 2010, p. 64).

Em síntese, o Estado Moderno reproduz, incorpora e faz perpetuar, nos territórios, a trindade trabalho, ação e pensamento, por mais que Hegel negligencie a fragmentação dialética dos territórios potencializados no trabalho. Na classe média emergente – que tem uma ilusória importância política, pois é a camada mais elevada da classe média quem domina, a chamada classe política – o gigante demasiado humano é o Estado, afirma Henri Lefebvre. Hegel ilumina o Estado, todo o Estado

atado às suas próprias presas; burocrático e da força bruta (suas duas vertentes potenciais), graças ao saber a ele subordinado.

Na geografia histórica do mundo moderno, com foco na constituição estatal, o “edifício social” nunca deixou de ser regido pelos aparatos que mantêm esse Estado, que assegura e define a civilização através do saber, da religião e da cultura de uma parcela da classe média e da alta, tudo a arrasar ou a abstrair o vivido e o cotidiano, o que o caracteriza como hegeliano. Por outro lado, hoje, o Estado perde verve hegeliana, dada a repartição político-territorial do poder. Impossível falar em um poder unitário, face às múltiplas resistências de nações espalhadas pela Terra e à tentativa de constituição de poderes hegemônicos, além do poder triádico (executivo, legislativo e judiciário). Essas duas dimensões reforçam a ideia de permanências modernas absolutas no fazer social de um debatido Estado “pós-moderno”, caracterizado por fissuras políticas e territoriais.

A SOCIEDADE, O ESTADO E A REVOLUÇÃO EM MARX

O pensamento de Marx tem uma relação dialética com o pensamento de Hegel. Isso equivale a dizer que ocorre uma relação de unidade e de conflitos entre as duas abordagens, que implica um lastro essencial, traduzido por importante legado de Hegel a Marx, o que significa ideias tomadas do primeiro pelo último: o papel do trabalho, a lógica da produção e a importância das classes sociais na apreensão dos fenômenos sociais. Todavia, Marx trata estas noções em uma base material, dinâmica e totalizante.

Conforme Lefebvre ([1976] 2010, p. 19), a história, acabada segundo Hegel, prossegue segundo Marx, ou seja, Marx tomou de Hegel o essencial de seu pensamento ‘essencialista’: importância do trabalho e da produção, autoprodução da espécie humana (do homem), racionalidade imanente na prática, na consciência e no saber, tanto como nas lutas políticas, quer dizer, no sentido da história. Nesse movimento do pensar (o qual segue o curso da vida concreta), a realidade prática precede a ideia, onde o meio e as relações têm papéis centrais no decurso social, ao operarem a história e a possibilidade do devir.

Marx atua na transferência da dialética idealista hegeliana para uma dialética materialista. Mais que uma ruptura filosófica (do idealismo ao materialismo) ou epistemológica (da ideologia à ciência), Marx promove um corte político, quando busca dismantlar a construção hegeliana de Estado e outros conceitos, os quais ganham, em Marx, status social e científico, como a alienação, pela razão da tríade exploração-opressão-humilhação, com o potencial dos conceitos de mais-valia, valor, de valor-

-de-uso e de valor-de-troca. Se em Hegel o Estado é a estrutura da sociedade, em Marx, o Estado é, sobretudo, a Superestrutura construída historicamente, pelas relações sociais de produção, forças produtivas, políticos, homens do Estado (Lefebvre, [1976] 2010). Ganha originalidade, em Marx, a dialética hegeliana, na qual a racionalidade se revela inerente à prática social e redundante na prática industrial, que transforma, junto com as relações sociais, o cotidiano. Para Marx, o Estado (burguês e instável) administra a sociedade conforme as estratégias da classe dominante (de saúde, educação, conhecimento, serviços sociais diversos). Mesmo no interior dessa classe, há o domínio que controla, inclusive, a classe econômica dominante, privando-a de sua hegemonia (o Estado surge de uma operação militar – fascismo, bonapartismo, etc), lembra Henri Lefebvre.

Conforme Marx, em Manuscritos econômicos, a materialidade do mundo, o imediatamente perceptível, é a expressão material e sensível da vida humana alienada. O grande movimento desta vida – a produção e o consumo – representa a manifestação sensível do movimento de toda a produção anterior, quer dizer, a realização ou realidade do homem em seu decurso histórico. A religião, a família, o Estado, o Direito, a moral, a ciência, a arte, etc., constituem apenas modos particulares da produção e submetem-se à sua lei geral.

Se a tríade hegeliana centra-se em necessidades, trabalhos e gozo, a tríade marxista constitui-se, autenticamente, na opressão, exploração e humilhação, ou ainda, ideologia, violência, saber, em uma terminologia atual, políticos, militares, tecnocratas, afirma Lefebvre. Por isso, as transformações do Estado moderno o “hegelianizaram”, quando aparece dividido em dois polos: oficina de estudos ou banco de dados a serviço das organizações econômicas e das empresas; aparato opressor e repressor, policiaisco e militar, que domina a sociedade civil e tende a escravizá-la para explorá-la por sua própria conta (Lefebvre, [1976] 2010). Nesse aspecto, por meio da burocracia, a classe econômica dominante exerce sua hegemonia e modela, inclusive, as necessidades, o saber, o espaço social. A sociedade é dominada ou controlada e não administrada ou atendida.

Nessa lógica, Marx indaga se o “dinheiro é o vínculo que me liga à vida humana, que liga a sociedade a mim, que me une à natureza e ao homem, não será ele o laço de todos os laços? Não poderá ele soltar e unir todos os vínculos? Não será ele, portanto, o meio universal de separação? Constitui o verdadeiro meio de separação e união, a força galvano-química da sociedade”; e prossegue:

Shakespeare enfatiza duas propriedades do dinheiro: 1) ele é a divindade visível, a transformação de todas as qualidades humanas e naturais no seu oposto, a universal confusão e inversão das coisas;

estabelece a fraternidade entre o que é incompatível; 2) ele é a prostituta universal, a universal alcoviteira dos homens e dos povos. O poder de perversão e de inversão de todas as qualidades humanas e naturais, a capacidade de entre coisas incompatíveis estabelecer a fraternidade. A força divina do dinheiro reside no seu caráter como ser genérico alienado e auto-alienante do homem. Ele é o poder alienado da humanidade. (Marx [1844] 2003, p. 169).

A proposta marxiana é a de uma revolução a ser feita contra o Estado, potencializada e plenamente realizada no contexto de uma práxis integradora, capaz de exterminar os privilégios institucionais. Esta perspectiva subsidia uma profunda reflexão e consequente crítica à ideia hegeliana de um Estado harmonioso e racional, inspirado no contexto europeu bismarckiano e bonapartista, mas também crítica ao paradigma positivista. Henri Lefebvre lembra que, para Marx, a classe trabalhadora deveria atuar segundo suas análises teóricas, segundo as indicações do conhecimento, ao invés de proceder, por vezes, especulativamente (como os filósofos) e outras empiricamente (como os políticos profissionais), por isso poderiam ir mais longe que a burguesia. “Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras, o que importa é transformá-lo” (Marx [1848] 2003, p. 113). Porém, o marxismo tornou-se ideologia e o projeto de uma sociedade comunista, retórica. A crítica radical do Estado, para Marx, Engels, Lenin se transformou em doutrina do Estado, mais que metáfora, uma metamorfose; o pensamento de Marx, que elaborou o conceito de ideologia e quis eliminar toda ideologia, se converte em ideologia; seu próprio pensamento cai no reino das sombras (Lefebvre, [1976] 2010).

Nesse aspecto, pode-se entender a atualidade do debate marxiano e marxista para a Geografia. Enquanto ciência humana que busca desvendar ou lançar luz sobre as contradições socioespaciais advindas de interações com a natureza, a obra de Marx auxilia a entender a história social como a própria geografia de existências em conflitos expressos por práticas espaciais, que envolvem a metamorfose de ações, de objetos e de técnicas, sem nunca abandonar (completamente) a herança pretérita de diferentes grupos, classes e indivíduos.

A atividade e o espírito são sociais tanto no conteúdo como na origem; são atividade social e espírito social. O significado humano da natureza só existe para o homem social, porque só neste caso é que a natureza surge como laço com o homem, como existência de si para os outros e dos outros para si, e ainda como componente vital da realidade humana: só aqui se revela como *fundamento* da própria experiência *humana*. Só nesse caso é que a existência natural do homem se tornou a sua existência humana e a característica se tornou, para ele, humana. Assim, a sociedade constitui a união perfeita do homem com a natureza, a verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo integral do homem e o humanismo integral da natureza. (Marx [1844] 2003, p. 139-40).

Assim, hoje pode tudo estar morto, a não ser o Estado e, com isso, a atualidade de Marx, do marxismo e da crítica hegeliana, que continua plena, afirma Henri Lefebvre. A proposta comunista e revolucionária de Marx, levada a cabo por Lenin e Engels, é sintetizada por um esquema no qual, num primeiro plano, haveria: (i) mudança concreta do Estado, depois (ii) construção de outro modelo sob comando do trabalhador e, mais além, (iii) pôr fim ao Estado e à política decadente, convertendo a economia e a política em qualidades do social. Nesta proposta, a classe trabalhadora deveria elevar o Estado ao ponto de sua extinção, dando um salto qualitativo, sem especulações, ao assumir as contradições por uma análise científica e pela concretização do social. De outra forma, a emergência do trabalhador gera, também, uma grande contradição, que é a tomada do poder e sua própria destruição. Simultaneamente, afirma, reestrutura e destrói o Estado; desenvolve o social e a necessidade do Estado desaparece, por decadência.

A ideia de revolução em Marx, Engels, Lenin é total: ascensão do social em detrimento do político e do econômico. Todavia, até mesmo a lógica formal foi convertida em ferramenta de Estado, o que é característico do poder político e tecnocrático. De fato, ao resgatar a essencialidade da proposta de Marx, vê-se que o mundo atual nada tem de marxista, pois hoje o saber institucionalizado/oficializado tornou-se uma monstruosidade, dado pelo controle e direcionamento do saber; a lógica (formal) está presente no ordenamento do modo de produção, no Estado (o qual, vinculado ao administrativo “equilibrado”, mimetiza as contradições reais); quem não se vale de uma “logicidade” em seu projeto que visa à coerência rigorosa? As lógicas devem ser avaliadas como estratégias, objetivos, agentes; apesar da atualidade de Marx, a lógica dialética parece vencida, eliminada (Lefebvre, [1976] 2010), especialmente no seio acadêmico, o qual se faz, cada vez mais, promíscuo, quantitativo, superficial e pervertido, do ponto de vista da produção do conhecimento.

No contexto do pensamento de Marx, destituído o Estado, resta ao trabalhador e à sociedade viver em liberdade, utopia necessária e emergência de uma esperança, na fase do capitalismo avançado. Marx não apenas constata, mas projeta, propõe e anuncia o potencial das transformações revolucionárias, nas quais o ser humano pode buscar, em meio a uma consciência complexa e preditiva, o compasso entre crescimento e desenvolvimento, a realização do social e da liberdade, dados por saltos qualitativos.

Entretanto, reafirma-se, o mundo atual não tem nada de marxista. As antigas alienações catalisaram-se e surgiram novas: alienação dos trabalhadores, das mulheres, das crianças, dos colonizados, que se superpõem à alienação política (pelo Estado todo

poderoso), à alienação tecnológica, à alienação mediante o espaço, assegura Henri Lefebvre. Ao confundir crescimento e desenvolvimento (com a vitória do crescimento), sem separá-los e operacionalizá-los em uma simultaneidade, o mundo atual não indica a estratégia (que seria positiva) da transformação política antes do crescimento; estimula é o obscurecimento quase que completo do desenvolvimento em prol do crescimento e do poder de controle e de dominação socioespacial (no campo e nas cidades). O desafio é, inclusive, direcionar a produção do conhecimento acadêmico a benefícios reais sociais coletivos, de maneira a retirar as ciências humanas (caso da Geografia) das garras do poder político, que força sua razão instrumental, fechada em si por meio do cálculo e de sua tecnificação (favorável à demência epistêmica), via financiamentos específicos em prol do confinamento territorial do capital.

Nessa lógica é que Henri Lefebvre sugere o amadurecimento em relação ao pensamento de Marx, em consonância com Hegel e Nietzsche, em nome de uma estratégia de futuro, para ressurgência de uma possibilidade social-política, pela via prática-revolucionária da classe trabalhadora; o que pode levar ao efetivo caminho de realização da vida e de abandono do “reino das sombras”, em nome do vivido e do cotidiano, de fato. A universidade deveria assumir a dianteira dessa transformação, via debate, esclarecimento e prática sociais extensivas.

Na geografia histórica do mundo moderno, com foco na formação espacial de uma sociedade técnica de conflitos perenes (refletida no que se denomina, universalmente, campo e cidade), há o vigor de um Estado que pesa sobre a classe trabalhadora, para organizar a produção e o consumo, vigiar para proteger o melhor percurso do modo de produção (a todo custo e por mecanismos os mais opressores ou punitivos) e garantir a mais valia. Uma nova discussão geográfica crítica deve propor, a partir de Marx e na atualidade, mais que a metamorfose de um Estado enquanto órgão acima da sociedade para órgão decididamente subordinado a ela; deve estimular práxis que conduzam ao esfacelamento real das perversidades espaciais evidentes (no campo e nas cidades), por meio da dialética espacial, ou seja, através do espaço agido, pois é reflexo de todas as estratégias sociais existentes.

Para Marx, a racionalidade nova, superior qualitativamente à racionalidade filosófica, nasceria a partir de um momento da prática social (da indústria e do trabalho, diz Henri Lefebvre). A classe trabalhadora ou operária se colocaria, de forma revolucionária, como sujeito da ação política, no lugar do próprio Estado, para a transformação real do mundo concreto (e porque não dizer do cotidiano e do vivido enquanto totalidades dinâmicas de uma vida ativa e de existências orgânicas, lógicas, materiais harmônico-desarmônicas e, inclusive, imaginárias).

A transformação social almejada por Marx fixa no reino das sombras, é obscurecida pela força e o império de um Estado de tipo hegeliano (absoluto, doutrinador, vitorioso); o vivido continua entre parênteses e perambula à sombra deste Estado. Apesar disso, não há entre o espaço-tempo moderno de Marx e o espaço-tempo presente uma ruptura total, uma descontinuidade absoluta. Como diz Braudel (1985), as experiências do passado não param de se prolongar na vida presente, devido a uma espécie de razão de ser da história.

A POESIA, O VIVIDO E O PROGRESSO EM NIETZSCHE

Lefebvre introduz o Dossiê Nietzsche com o mote de seu pensamento, a caracterizar para o mesmo o mundo moderno: a vontade de poder (poder para dominar). Para Nietzsche, o recurso adotado pelo poder é a linguagem, o que o faz rechaçar toda filosofia sistematizada até então, a qual se fundamentava nas representações dos mitos de origens, do início do mundo, do homem, da consciência e do pensamento (Deus, a Transcendência, a Ideia), na dualidade bem e mal, pensamento e matéria. Percurso no qual, para Nietzsche, a filosofia se perdeu “no vão retorno ao original” e “na contemplação de si mesma” (Lefebvre, [1976] 2010, 188). Filosofia que teria fracassado na busca de um sistema de ensino atinente a representações e a ideologias que conceberiam o saber. Sobre o lugar da linguagem em seu pensamento, o próprio autor considera,

A linguagem como suposta ciência. – A importância da linguagem para o desenvolvimento da cultura está em que nela o homem estabeleceu um mundo próprio ao lado do outro, um lugar que ele considerou firme o bastante para, a partir dele, tirar dos eixos o mundo restante e se tornar seu senhor (...) O criador da linguagem não foi modesto a ponto de crer que dava às coisas apenas denominações, ele imaginou, isto sim, exprimir com as palavras o supremo saber sobre as coisas; de fato, a linguagem é a primeira etapa no esforço da ciência. (Nietzsche, [1878] 2005, p. 20-21).

A interpretação de Nietzsche sobre o mundo ocidental foi implacável, ao considerar o pensamento europeu, sobretudo greco-romano. Nietzsche obscurece o concebido e o percebido para lançar luz sobre o *vivido*, argumenta Lefebvre. Em nome de um interesse geral, de ordem política, econômica ou religiosa, o sofrimento e a humilhação em que muitos vivem são moralmente justificados, o que legitima a humildade mediante o *saber* (caso de uma Europa dominada pelos homens de religião, “uma espécie diminuída”). As condições de vida, tanto do que sofre, quanto daquele que detêm o poder são ideologicamente determinadas. Em Nietzsche, a

história emerge como um caos de *azares, vontades e determinismos*.⁸ Essa tríade sintetiza sua crítica não ao Estado, como em Marx, mas à ideia e à concepção de uma *Civilização “moderna”* face à toda “moral cristã-europeia”. Em relação ao sofrimento e à humilhação que parecem justificados perante a vida individual, Nietzsche ([1878] 2005, p. 62-63) esclarece,

Enganos do sofredor e do perpetrador. – Quando um homem rico toma um bem ao pobre (por exemplo, um príncipe rouba a amada ao plebeu), produz-se um engano no pobre; ele acha que o outro deve ser um infame, para tomar-lhe o pouco que tem. Mas o outro não percebe tão profundamente o valor de *um* determinado bem, pois está acostumado a ter muitos; por isso não é capaz de se pôr no lugar do pobre, e de modo algum lhe faz tanta injustiça como ele crê. Cada um tem do outro uma ideia falsa. A injustiça do poderoso, o que mais causa revolta na história, de modo algum é tão grande como parece (...) Não há sinal de maldade em Xerxes (...) quando ele toma a um pai seu filho e o faz esquartejar, porque havia manifestado desconfiança medrosa e agourenta quanto à expedição militar: nesse caso o indivíduo é eliminado como um inseto irritante, ele se encontra baixo demais para que lhe seja permitido provocar, num conquistador do mundo, sentimentos que o aflijam por muito tempo. Sim, nenhum homem cruel é cruel *como* acredita o homem maltratado; a ideia da dor não é a mesma coisa que o sofrimento dela. O mesmo se dá com o juiz injusto, ou com o jornalista que engana a opinião pública mediante pequenas desonestidades. Em todos esses casos, causa e efeito estão envoltos em grupos de ideias e sentimentos muito distintos; enquanto inadvertidamente se pressupõe que o perpetrador e o sofredor pensam e sentem do mesmo modo, e conforme esse pressuposto se mede a culpa de um pela dor do outro.

O mundo e o ser humano resultam do *azar*, ou seja, da combinação de contingências e acasos, menos de um progresso coerente e factual. Frente ao pensamento racional que busca apreender a realidade, ergue-se o vivido que deveria ter primazia para o entendimento do real. Em Nietzsche, a trajetória humana não tem sentido imanente à razão, ao historicismo, à lógica ou à causalidade progressiva; para o filósofo, esse pensamento é superficial, tenta salvar a civilização da sua decadência, nega a conjuntura e o acidente (azar) como fundamentos do surgimento do homem. O próprio evolucionismo exprime isso, o desenvolvimento da vida a partir de acasos, contingências e adaptações, sem qualquer sentido oculto para ser descoberto, afinal o sentido é criado. O progresso, o fortalecimento do homem ou

8 A apologia do azar presta uma nova dimensão à liberdade, ao romper com a servidão da finalidade. “O azar oferece ocasiões, conjuntura favoráveis, organizam nossas necessidades mais pessoais”, pois emerge ante a análise como o desejo ou a vontade na vida, não apenas o desejo de dizer ‘quero’, mas a vontade de poder, poder para dominar. Sobre o terceiro elemento da tríada de Nietzsche, o determinismo, o mesmo enquanto necessidade não é um determinismo exclusivo, mas há múltiplos determinismos que nascem e se esgotam, crescem e desaparecem (Lefebvre, [1974] 2010, p. 31)

de uma raça não se centra apenas na famosa luta pela sobrevivência. De acordo com Nietzsche ([1878] 2005, p. 143), tem relevo a “união dos espíritos na crença e no sentido comunitário”, a enfrentar “lesões parciais da força estável; justamente a natureza mais fraca, sendo a mais delicada e mais livre, torna possível todo progresso”, de maneira a incorporar o novo como benefício.

O que move o ser humano na civilização é, explicitamente, a vontade de poder! Dominação pela dominação, sem justificação elaborada como no passado: em nome de Deus e da Fé. Para Nietzsche, Deus está morto e a civilização moderna europeia, em suas guerras repetitivas, não possui nenhuma justificativa, a não ser a vontade de dominar. Todas as camadas sociais, todos os seres humanos autodenominados “civilizados” expressam esta vontade de poder - por isso, condenar a classe burguesa em favor do proletariado, como faz Marx, pretensa justiça proletária, não seria realizar um projeto melhor, já que a questão central, para Nietzsche, não é a condenação de um grupo, mas da civilização como um todo, como indica a passagem seguinte,

Palavras de má reputação. – Fora com as palavras ‘otimismo’ e ‘pessimismo’, utilizadas até a saciedade! Pois cada vez mais faltam motivos para empregá-las: apenas os tagarelas ainda têm inevitável necessidade delas. Pois por que desejaria alguém no mundo ser otimista, se não tiver que defender um deus que deve ter criado o melhor dos mundos, caso ele mesmo seja o bem e a perfeição – mas que ser pensante ainda necessita da hipótese de um deus? – No entanto, falta igualmente qualquer motivo para uma profissão de fé pessimista, se não houver interesse em irritar os advogados de Deus, os teólogos ou os filósofos teologizantes, afirmando vigorosamente o contrário: que o mal governa, que o desprazer é maior que o prazer, que o mundo é uma obra malfeita, a manifestação de uma perversa vontade de vida. Mas quem se importa ainda com os teólogos – excetuando os teólogos? – Deixando de lado a teologia e o combate que se faz a ela, fica evidente que o mundo não é nem bom nem mau, e tampouco o melhor ou o pior, e os conceitos ‘bom’ e ‘mau’ só têm sentido em relação aos homens, e mesmo aí talvez não se justifiquem, do modo como são habitualmente empregados: em todo caso, devemos nos livrar tanto da concepção do mundo que o invectiva como daquela que o glorifica (...) O cristianismo nasceu para aliviar o coração; mas agora deve primeiro oprimi-lo, para mais tarde poder aliviá-lo. Em consequência, perecerá. (Nietzsche [1878] 2005, p. 35)

A pretensa explicação da civilização, através do sistema dialético concebido por Hegel, sustentado pela História, pela Linguagem e pelo Saber, é diretamente atacada por Nietzsche, que entende que o conflito dialético não é concebido, mas vivido. Se Nietzsche enfatiza uma história e uma analogia entre antiguidade greco-romana e Europa do final do século XIX, é para buscar filiações, reconstituir genealogias da Teoria da História, da Linguagem e do Saber, que o autorizam a realizar críticas a Sócrates (o

homem que sabe muito e vive pouco), tendo como alvo Hegel e a modernidade.

Nietzsche condena a ciência e a filosofia em sua *missão civilizatória* - nas tentativas de descobrir o sentido da realidade - porque a civilização, em seus resquícios, não estaria neste sistema racional, mas na emergência do vivido justamente nos países que, sendo mais pobres, conservam no viver coisas da civilização já perdida. Argumenta o filósofo que congregam-se tantos poetas e artista sobre os países atrasados não porque sejam “atrasados”, mas porque mantêm um pouco da civilização que perdem os países “modernizados”; as relações sociais, apesar da pobreza, são neles mais “ricas”. Sobre os desígnios da arte, o autor defende que:

A nossa última gratidão para com a arte. – Caso não tivéssemos aprovado as artes e não tivéssemos inventado esta espécie de culto do não-verdadeiro, não poderíamos suportar ver o que nos mostra agora a Ciência: a universalidade do não-verdadeiro, da mentira, da loucura e do erro como condições do mundo intelectual e sensível. A integridade teria, por consequência, a náusea e o suicídio. Mas, à nossa integridade, opõe-se uma contrapartida que ajuda a evitar semelhantes consequências: a arte, enquanto encarada como boa vontade da ilusão (...) Enquanto fenômeno estético, a existência ainda nos é suportável e a arte nos dá os olhos, as mãos, sobretudo a boa consciência, que é necessária para poder fazer de nós mesmos este fenômeno. É preciso que, de vez em quando, descansemos de nós próprios, olhando-nos de cima e de longe e, com o longínquo da arte, rir ou chorar de nós e por nós mesmos: é preciso descobrimos o herói e também o louco que se dissimulam na nossa paixão do conhecimento; sejamos felizes, de vez em quando, com a nossa estupidez, para que possamos continuar felizes com a nossa sabedoria! (...) Como poderíamos nos privar da arte e do louco? (Nietzsche [1882] 2004, p. 103-104)

Os determinismos – histórico, biológico, filosófico (e geográfico) – são expressões da “doença do ser”, fruto do pensamento racionalizado, no qual há um acúmulo evolucionário de conhecimento que cria padrões históricos coerentes para balizar, pretensamente, ações mais consistentes. Cria-se padrões históricos, padrões explicativos, sistemas – que buscam determinar a vida como um todo. Essa crítica nietzschiana favorece o questionamento de uma geografia petrificada na racionalização abstrata dos dados e das estatísticas, para a qual o real se dá unilateralmente, por meio de cabrestos e de fórceps lógico-formais superficializadores.

Uma vez que estes determinismos, supostamente, dão as explicações para toda condição de existência, para Nietzsche, a possibilidade de mudança no vivido só se estabelece quando o indivíduo concentra sua atenção em seu estado de humilhação e sofrimento, ao invés de interiorizar tais explicações tidas como concepção generalizada do saber. Nietzsche inverte o sentido da perspectiva de Hegel, para quem

a perfeição é alcançada via Estado. A subjetividade concreta do vivido também não está na perspectiva de Marx, cuja teoria encara-a como a ideologia. Nietzsche não separa o vivido do subjetivo. A história da Antiguidade, do Medievo e do Renascimento ainda podem ser sentidas no corpo e no pensamento pelo indivíduo como resultado dos paradigmas socialmente construídos, antes mesmo do que qualquer forma de concepção científica e filosoficamente autorizada. Entretanto, esta condição é de alguma forma anestesiada quando a consciência se volta apenas para a própria existência, como deixa claro o trecho seguinte,

A grande maioria dos homens suporta a vida sem muito resmungar, e acredita então no valor da existência, mas precisamente porque cada um quer e afirma somente a si mesmo, e não sai de si mesmo como aquelas exceções: tudo extrapessoal, para eles, ou não é perceptivo ou o é, no máximo, como uma frágil sombra. Portanto, para o homem comum, cotidiano, o valor da vida baseia-se apenas no fato de ele se tomar por mais importante que o mundo. A grande falta de imaginação de que sofre faz com que não possa colocar-se na pele de outros seres, e em virtude disso participa o menos possível de seus destinos e dissabores. Mas quem pudesse realmente deles participar, teria que desesperar do valor da vida; se conseguisse apreender e sentir a consciência total da humanidade, sucumbiria, amaldiçoando a existência, - pois no conjunto a humanidade não tem objetivo *nenhum*, e por isso, considerando todo o seu percurso, o homem não pode nela encontrar consolo e apoio, mas sim desespero. Se ele vê, em tudo o que faz, a falta de objetivo último dos homens, seu próprio agir assume a seus olhos caráter de desperdício. Mas sentir-se *desperdiçado* enquanto humanidade (e não apenas enquanto indivíduo), tal como vemos um broto desperdiçado pela natureza, é um sentimento acima de todos os sentimentos. – Mas quem é capaz dele? Claro que apenas um poeta: e os poetas sempre sabem se consolar (Nietzsche [1878] 2005, p. 38-39).

Nesse sentido, a dor pode se tornar alegria, por meio da poesia, da música, da dança e do teatro; metamorfoseia-se a realidade decadente através da arte. Em Nietzsche, “o sofrimento tem tanto sentido como a alegria e o gozo. A noite tem tanto sentido e mais profundidade que o dia, a morte mais que a vida. Coisa que os poetas compreenderam melhor que os filósofos e mais ainda que os teólogos” (Lefebvre [1976] 2010, p. 289).

Dessa forma, Nietzsche se torna “poeta”, dominando o saber pela poesia. Ele não nega a razão, mas refuta a prioridade de uma representação do real em nome do saber, em detrimento do vivido, do não-saber. Embora se sirva da própria ciência, prioriza a poesia como meio do conhecer. Segundo ele, não há uma necessidade única, um projeto único, um determinismo exclusivo, mas as trajetórias sociais são múltiplas e distintas, de forma que são os povos que atribuem os sentidos e os valores das coisas, e não o saber, aclamado pela política ou pela religião. Segundo Lefebvre, isso explica

porque Nietzsche enfatizou a civilização acima da sociedade (como o fez Marx) e do Estado (como o fez Hegel). Na concepção de civilização, considera-se o indivíduo no confronto às pressões estatais, sociais e morais. As forças políticas afirmam-se sobre o vivido, mas os indivíduos podem protestar utilizando a arte como recurso. Sua recusa a um projeto único, aos determinismos advindos da política e da religião, especialmente sua recusa às “ideias modernas”, são identificados na seguinte passagem,

Raras dores há como as sentidas quando, uma vez, se viu, se adivinhou, se sentiu como um homem extraordinário se desviou do seu caminho e degenerou. Principalmente aquele que tem a rara capacidade de saber discernir o perigo global da *degenerescência* do ‘próprio homem’, aquele que, como nós, reconheceu a monstruosa casualidade que até agora desempenhou o seu papel quanto ao futuro do homem – papel esse em que não interveio nem uma mão, nem mesmo um dedo de ‘Deus’! Aquele que adivinha a fatalidade oculta na estúpida inocência e credulidade das ‘ideias modernas’ e, mais ainda, em toda a ‘moral cristã-européia’ (...) A *degenerescência global do homem* até àquilo que é considerado pelos cretinos e boçais socialistas como o seu ‘homem do futuro’ – seu ideal! – essa degenerescência e amesquinha do homem até ao perfeito animal de rebanho – ou, como eles diriam, até ao homem da ‘sociedade livre’ -, essa bestialização do homem até converter-se em animúnculo dos direitos iguais e reivindicações igualitárias é possível não haja dúvida! Qualquer um que tiver refletido nesta possibilidade até às suas últimas consequências sente uma náusea que os outros homens desconhecem – e talvez pressinta também uma nova *tarefa*! (Nietzsche [1886] 2002, p. 118-119).

Lefebvre ainda apresenta ideias que são centrais na análise de Nietzsche sobre a modernidade e que reforçam sua perspectiva filosófica: o ressentimento, a repetição, a mimeses, o reflexo, o retorno e recurso ao corpo, a infinitude.

Para Nietzsche, o ressentimento é produto da humilhação. A alienação daqueles que se submetem à vontade de poder de outros nega este estado de humilhação. Assim, o “oprimido e o escravizado engendram em si mesmos valores que lhes permitem viver [...] aceitando as condições de sua existência”; para ele, a única forma de cura desse ressentimento é “superar a natureza, ou seja, a vontade de poder” (Lefebvre [1976] 2010, p. 241, 243).

A repetição é fundamental no mundo moderno, ela se massificou por meio das técnicas e das forças produtivas até o ponto de engendrar ideologias ocultas. Nietzsche põe em primeiro plano o repetitivo a partir da arte, situando-se na fronteira do concebido e do vivido (saber e não-saber). O vivido (não-saber) é “o gozo e o sofrimento, sempre repetidos, sempre novos” (Lefebvre [1976] 2010, p. 245). Já o concebido, ao qual dirige sua crítica, é o saber que, por sua repetição (memória, operações reiteradas, lógica etc.), é meramente o saber do repetitivo.

A mimeses aparece como identificação direta com um modelo: os submetidos, os escravizados, os oprimidos, as pessoas dominadas pelo ressentimento se identificam com o homem forte, vencedor, titular e amo. Ela ainda procede, indiretamente, de uma imagem ou símbolo, emitidos ou não pelo poder superior (advindo da religião e da política). Em ambos os casos, a mimeses assegura a repetição do saber, produzindo simulacros mediante os quais os indivíduos se inserem em uma realidade sociopolítica repleta de ideologias e discursos. Isso é o que sustenta a estrutura sociopolítica e reproduz o topo da sociedade pela base.

Para Nietzsche, além desse “reino da identidade, das máscaras e marcas, mais além da mimeses, mais além do reino das sombras, se abre o horizonte solar” (Lefebvre [1976] 2010p. 258). O reflexo (ato de refletir da consciência) é fundamental para a transformação do real, bem como o que ele trata de retorno e recurso ao corpo (pelo gozo na poesia e nas artes), uma vez que todo o peso, pressão e coação da tradição na sociedade se abate sobre ele, fragmentando-o. O corpo não se recupera de sua fragmentação por meio de um status teórico ou clínico, por isso não basta o repúdio marxista da divisão do trabalho ou uma interpretação psicanalítica à luz do simbólico e do imaginário. É preciso conceber o corpo nos seus variados níveis, como uma totalidade: o empírico (corpo-objeto), o sociopolítico (corpo-sujeito), o poético (a unidade do corpo). Os poetas e a poesia, ainda, são apontados como meios de aliviar a vida, mesmo que provisoriamente,

Os poetas tornando a vida mais leve. – Na medida em que também querem aliviar a vida dos homens, os poetas desviam o olhar do árduo presente ou, com uma luz que fazem irradiar do passado, proporcionam novas cores ao presente. Para poderem fazer isso, eles próprios devem ser, em alguns aspectos, seres voltados para trás: de modo que possamos usá-los como pontes para tempos e representações longínquas, para religiões e culturas agonizantes ou extintas. Na realidade, são sempre e necessariamente *epígonos*. Certamente há coisas desfavoráveis a dizer sobre os seus meios de aliviar a vida: eles acalmam e curam apenas provisoriamente, apenas no instante; e até mesmo impedem que os homens trabalhem por uma real melhoria de suas condições, ao suprimir e purgar paliativamente a paixão dos insatisfeitos, dos que impelem à ação (Nietzsche [1878] 2005, p. 108).

Assim, no viés nietzschiano, somos infinitos não pela consciência, saber ou pensamento, mas pelo corpo no mundo. O espaço e o tempo são infinitos, porém são discernidos ao reencontrar-se com o “aqui-agora” do corpo de cada um de nós. “Cada lugar e cada instante remetem à totalidade do espaço e do tempo” (Lefebvre, [1974] 2010, p. 271). Por emergir dessa relação espaço-temporal, envolvido nos azares, o corpo está no centro da análise de Nietzsche. Sua crítica ao poder proclama a gênese de relações novas: entre o corpo e a consciência, entre o concebido e

o vivido, entre o saber e o não-saber.

O dossiê Nietzsche, apresentado por Henri Lefebvre, indica sua condenação à ciência e à filosofia que negligenciavam, em fins do século XIX, questões brutais, origens e duras condições sociais impostas pelo capitalismo, via acumulação de capital. Fala pouco do capitalismo e da burguesia, para evitar erros e, sobretudo, por desprezá-los e condená-los amplamente, sem pensar que haja neles um objeto digno de interesse; também porque os engloba no judeocristianismo, lembra Henri Lefebvre. Também, deve-se enaltecer que, para Nietzsche, “a poesia não impede o conhecer”. Ao partir do vivido, penetra no conhecer diferente qualitativamente do saber, pois considera que é nele que se reproduzem relações de força, de poder e os sentidos recriados no cotidiano. Rechaça, veementemente, o saber como tal, pois é separado (da vida cotidiana, do povo), erigido (em instituições – como a Universidade e a Igreja) e fundido (em produção econômica e atividades políticas) para se fazer propriedade do capital e seu poder hegemônico. Por isso, Henri Lefebvre sintetiza com a afirmação de que, para Nietzsche, todos os valores e sentidos estão mortos. Hoje, o valor como sentido só pode vir do vivido, para transfigurá-lo em novo viver.

A geografia histórica do mundo moderno, no cerne da concepção nietzschiana de civilização e seus valores, reflete um progresso sem coesão e sem coerência, dominado por e dominante do caótico e da fragilidade humana, tudo expresso em territórios. E se o conhecimento (objeto do cientista e do filósofo) está associado ao prazer (porque com ele se tem dimensão da força individual ou de grupo) e a dimensões de poder, este mundo irônico de valores morais recicláveis torna-se objeto para inquições permanentes e sempre renovadas. A crítica nietzschiana à civilização moderna formatada por um “cristianismo político” abre caminho ao pensamento do que os “grandes” homens (nefastos europeus) encobriram: as “pequenas” coisas que são vigorosos problemas políticos (a nutrição, o lugar, os devaneios vividos no cotidiano, a saúde corporal e mental, o conhecimento novo e de novidades etc.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio defende a noção de uma geografia do mundo de existências, que se perpetua em choques e contradições sociais, onde o novo e a novidade (no viés das técnicas e das ideias) nunca abandonam (completamente) o passado, ou seja, não há ruptura completa com a história, sempre renovada pelo espaço enquanto reflexo da interação permanente sociedade-natureza. O mundo moderno em Hegel, Marx e Nietzsche, longe de indicar distinções absolutas deste mesmo mundo, é um encaminhamento reflexivo de convergências ou aproximações entre o material (vulgar e não vul-

gar), o ideal (metafísico e não metafísico) e o existencial (epistemológico e ontológico).

À Geografia ou às geografias não lhes cabe escolha. O mundo moderno se constitui do entrelaçamento concreto da matéria, da ideia e das existências; o diferencial reside na seleção individual do cientista ou do filósofo sobre o ponto ou os pontos de vista a se adotar, ou seja, sua priorização de método. Hegel (em prol do Estado), Marx (por outra Sociedade) e Nietzsche (pela crítica moral à Civilização), à luz de Henri Lefebvre e da inquirição geográfica estabelecida, apresentam ângulos de visada particulares sobre um mesmo objeto: o mundo moderno de mutações contínuas, mas que se refaz sempre em nome da esperança do “progresso”.

Como rechaçar, geográfica e historicamente, que o “Estado se serve do saber para utilizar a força bruta” (Hegel), que “uma racionalidade nova, superior à racionalidade filosófica, pode nascer de um momento da prática social: da indústria e do trabalho” (Marx), ou que “o sofrimento tem tanto sentido quanto a alegria e o gozo, no bojo de valores que os poetas compreenderam melhor que os filósofos e mais ainda que os teólogos” (Nietzsche)? A unidade presente nos autores elencados está na potência e na fragilidade do elemento triádico que sustenta o mundo moderno: o saber-poder-consciência, de maneira que cada um desses termos adquire um sentido específico na avaliação dos autores, como avaliado.

Henri Lefebvre favorece a compreensão de que a tríade hegeliana funda-se em necessidades, trabalho e saber (pelo Estado), a tríade marxiana estrutura-se em exploração, opressão e humilhação (pela Sociedade), a tríade nietzschiana pauta-se em moral, vontade de poder e arte fundamento da sociedade (pela Civilização). No fundo, os autores propõem um novo conhecimento da modernidade, de maneira que “o conhecer revela a crueldade do vivido, as implicáveis relações de força que o fazem como é” (Lefebvre [1976] 2010, p. 228).

A geografia histórica do mundo moderno constitui-se de uma produção objetiva, que é socioeconômica (categorizada por Marx), sem deixar de ser subjetiva, no sentido poético-artístico síntese do social (debatida por Nietzsche). Os territórios conquistados, dominados e complexizados esboçam, distintamente, que as diferenças se dão pelos sentidos atribuídos pela sociedade, historicamente, ao objetivo, ao subjetivo e ao ideal: a existência se faz daí (e Hegel, Marx e Nietzsche apresentam suas propostas para esse entendimento). Ante as contradições e conflitos reinantes, territórios comportam lugares que podem ser decifrados pelas suas objetividades e subjetividades, que se perfazem reciprocamente.

Por fim, o mundo moderno está sempre se refazendo e é revelado pelo território e seus sentidos concebidos, percebidos e vividos. Múltiplos são os caminhos para uma interpre-

tação reveladora deste mundo que não cessa, sendo factível quer seja pela concreticidade de práticas radicais revolucionárias entendidas no bojo da História (Marx), quer seja pela subjetividade inerente ao corpo que guarda o humano demasiado humano a desmantelar a ideia e a prática de Civilização (Nietzsche) ou ainda pela vitória de um edifício estatal que a tudo e a todos controla (Hegel). A Geografia, enquanto campo do saber voltado ao espaço geográfico, não deve se eximir desse debate que, em essência traz, por meio da filosofia, elementos para a construção de seu edifício epistemológico e de método.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAUDEL, F. (1985) *La dynamique du capitalisme*. Paris: Les Editions Arthaud.
- DUSSEL, E. (2000) Europa, modernidad y eurocentrismo In: LANDER, E. (org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO.
- FOUREZ, G. (1995) *A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências*. São Paulo: EdUNESP.
- HEGEL, G. W. F. (1997) *Princípios de filosofia do direito*. Trad. Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes.
- LANDER, E. (2000) Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocentricos. In: LANDER, E. (org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO.
- LEFEBVRE, H. (2010) *Hegel, Marx, Nietzsche o el reino de las sombras*. 12ª Ed. Trad. Mauro Armijo. Madrid: Siglo XXI Editores.
- MARX, K. (2003) *Manuscritos Econômicos Filosóficos*. Trad. Alex Marins. São Paulo: Martin Claret.
- MARX, K.; ENGELS, F. (2003) *Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret.
- NIETZSCHE, F. (2005) *Humano, demasiado humano*. Trad. Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras.
- NIETZSCHE, F. (2004) *A Gaia Ciência*. Trad. Jean Melville. São Paulo: Martin Claret.
- NIETZSCHE, F. (2002) *Para além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. Trad. Alex Marins. São Paulo: Martin Claret.
- SOJA, E. (1993) *Geografias Pós-Modernas*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar.



Cenário #05

Revista associada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo
Centro de Excelência em Turismo - Universidade de Brasília

